

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
Campus de Marília**

***“IT’S TIME”!* MMA FEMININO, MERCADO DA BELEZA E  
CIS-HETERONORMATIVIDADE: UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA COM  
LUTADORAS BRASILEIRAS**

Marília, SP  
Julho/2018

**JULIANA GOMES JARDIM**

***“IT’S TIME”!* MMA FEMININO, MERCADO DA BELEZA E  
CIS-HETERONORMATIVIDADE: UMA ETNOGRAFIA MULTISSITUADA COM  
LUTADORAS BRASILEIRAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa “Cultura, Identidade e Memória”, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP)/ Campus de Marília, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Pelúcio.

Marília, SP  
Julho/2018

J37i Jardim, Juliana Gomes.  
“It’s time”! MMA feminino, mercado da beleza e cis-heteronormatividade: uma etnografia multissituada com lutadoras brasileiras / Juliana Gomes Jardim. – Marília, 2018. 225 f. ; 30 cm.

Orientadora: Larissa Pelúcio.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 214-225

1. Artes marciais mistas - Brasil. 2. Teoria queer. 3. Gênero. 4. Sexualidade. 5. Esportes para mulheres. I. Título.

CDD 305.8

Elaboração: André Sávio Craveiro Bueno

CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE JULIANA GOMES JARDIM, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - CÂMPUS DE MARÍLIA.**

Aos 31 dias do mês de julho do ano de 2018, às 08:30 horas, na Sala 11 do Prédio de Atividades

Didáticas, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. LARISSA MAUÉS PELÚCIO SILVA - Orientadora do Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru e Programa de Pós-graduação em Ciências

Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília, Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES do(a) Departamento de Ciências Humanas e Programa de Pós-graduação em Comunicação

/ Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru UNESP/Campus de Bauru, Profa. Dra.

PRISCILA GOMES DORNELLES do Centro de Formação de Professores e Mestrado profissional em

Educação do Campo / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Prof. Dr. LUIS ANTONIO

FRANCISCO DE SOUZA do Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-Graduação

em Ciências Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP/Campus de Marília, Prof. Dr. JORGE

LEITE JUNIOR do Departamento de Sociologia e Programa de Pós-graduação em Sociologia /

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a

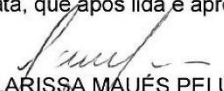
arguição pública da TESE DE DOUTORADO de JULIANA GOMES JARDIM, intitulada **"It's time"! MMA**

**feminino, mercado da beleza e cis-heteronormatividade: uma etnografia multissituada com**

**lutadoras brasileiras**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão

Examinadora, tendo recebido o conceito final: Aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada

a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

  
Profa. Dra. LARISSA MAUÉS PELÚCIO SILVA

  
Prof. Dr. JOSE CARLOS MARQUES

  
Profa. Dra. PRISCILA GOMES DORNELLES

  
Prof. Dr. LUIS ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA

  
Prof. Dr. JORGE LEITE JUNIOR

O Prof. Dr. LUIS ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA e Prof. Dr. JORGE LEITE JUNIOR participaram por meio de SKYPE.

Para minha avó,  
Apparecida Santiago Coiasso (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Esta tese é fruto de afortunados encontros e colaborações que recebi. Sou grata:

À Deusx, que prefiro não rotular em religiões, por guiar e abençoar meus caminhos. O uso do “x” deve-se a uma postura política e visa indicar que há mais expressões de gênero do que as normas cultas de nossa língua dão conta de explicitar com o binário masculino/feminino. É também uma forma de resistir ao uso do artigo masculino universalizante. Ao longo da tese ative-me ao português formal, mas penso ser importante manifestar este posicionamento ao menos neste espaço.

Às lutadoras de MMA, minhas colaboradoras de pesquisa, por terem compartilhado comigo um pouco de suas vidas. Reitero meu mais sincero respeito e admiração por elas e faço votos de que o MMA feminino continue a crescer. *Oss!*

À Larissa Pelúcio, por ter me orientado pelos caminhos do doutorado com respeito e confiança. Agradeço os *insights*, críticas e sugestões compartilhados comigo. E também por ter valorizado meu estilo de escrita, incentivando-me a deixá-lo fluir e a acreditar em sua potência.

À banca examinadora composta por Priscila Dornelles, Jorge Leite Jr., Luís Antônio de Souza e José Carlos Marques, por terem contribuído criticamente com este trabalho.

À Michelle Erai, pela supervisão durante meu período como *Visiting Graduate Researcher* no Departamento de Estudos de Gênero da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), e também pela generosa hospedagem. À Elizabeth Marchant, *Chair* do departamento à época, por ter autorizado a realização do estágio. E ao Ariel Hernandez, então doutorando no Programa de Estudos de Gênero da UCLA, por toda a ajuda e acolhimento, iniciados antes mesmo de minha ida aos Estados Unidos e reforçados durante minha estadia por lá.

À Bruna Turi, pela ampla e generosa ajuda nas etapas que antecederam o estágio de pesquisa no exterior, o que incluiu a revisão de texto do projeto de pesquisa em língua inglesa.

À Sharon Mc Manus, pela revisão de parte do relatório de pesquisa no exterior e do *abstract* que compõe esta tese. E à Daniela Cargnin pelos papos e passeios no sul da Califórnia, incluindo a companhia em uma das idas à campo.

Xs colegxs e amigxs da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp-Marília. Agradeço em especial as muitas hospedagens solidárias que recebi para cursar as disciplinas do doutorado. Citar nomes aqui é tarefa inglória, pois são muitas as pessoas a quem sou grata, independentemente de termos tido encontros mais pontuais ou uma convivência mais

prolongada, no entanto não poderia deixar de manifestar meu carinho por Zuleika Câmara Pinheiro, Juliana Laet, Flávia Candido da Silva, Tamires Barbosa, Natália Sganzella Araújo, Jéssica Rossi, Guto Mugnai, Lays Mazoti Corrêa, Patrícia Corrêa Mazoti, Alex Eleotério, Michele Carlesso e Cin Falchi (da Pós em Filosofia).

Sou grata por ter tido a oportunidade de cursar duas disciplinas que foram de imensa contribuição no desenvolvimento deste trabalho e divisoras de águas em minha formação acadêmica: “Saberes Subalternos”, ministrada pela Larissa Pelúcio na Unesp/Marília, e “Sociologia das Diferenças”, ministrada por Richard Miskolci e Jorge Leite Jr. na Pós Graduação em Sociologia da UFSCar. Foram breves mas afortunados os encontros com xs Pós Graduandxs da Federal: registro aqui meu muito obrigada em especial à Juliana Justa, com quem os bate-papos se iniciaram no campus da universidade, passaram por eventos acadêmicos e permaneceram nas redes sociais digitais; e ao Felipe Padilha, pela abertura ao diálogo e generosidade em compartilhar referências científicas.

Gratidão à Priscila Moulaiibb, amiga radicada no Rio de Janeiro e que tantas vezes me presenteou com acolhedoras hospedagens em sua casa durante minhas idas à campo na cidade. Também à minha mãe, Marina Jardim, e às minhas amigas de longa data, Leili Oliveira e Luciana Iyama, pelo apoio afetuoso durante a realização desta pesquisa. Estendo ainda os agradecimentos ao pessoal do muay thai, pelos muitos treinamentos e momentos que vivenciamos juntxs.

Meus agradecimentos também à Cidinha e ao Eder, do Escritório de Pesquisa da Unesp de Marília, sempre muito solícitxs em ajudar.

Por fim, agradeço ao Convênio FAPESP/CAPES a Bolsa de Doutorado no país: Processo nº 2014/10774-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E à FAPESP a Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior: Processo nº 2016/11357-5, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

*“Corpos são espetáculos contemporâneos, instituições performantes que, ao moverem-se, carregam muito mais que músculos, ossos e aparências. Carregam significados, tornam carne representações e discursos que operam, no detalhe, o controle, a vigilância, o enquadrinhamento, a fixidez. E, também, a resistência, o descentramento, a transgressão”.*

Silvana Goellner,  
*O esporte e a cultura fitness como espaço de generificação dos corpos.*

## RESUMO

O MMA (*Mixed Martial Arts*) feminino emergiu no cenário esportivo nos últimos anos, e teve sua coroação quando da implantação da primeira categoria feminina no UFC (*Ultimate Fighting Championship*) – principal organização da modalidade – em 2013, fator que impulsionou fortemente seu crescimento e visibilidade no cenário mundial. Partindo de uma epistemologia *Queer*, este trabalho teve por objetivo identificar e analisar os fatores que culminaram no recente crescimento do MMA feminino no Brasil, com foco nas questões relativas à performatização de gênero das lutadoras e nas representações midiáticas de gênero relativas a elas. Partiu-se de uma dimensão microestrutural, o universo do MMA feminino, para buscar compreender aspectos macrossociais que situam as estratégias pessoais dessas atletas em responder, via esporte, às mudanças significativas no campo das relações de gênero e das sexualidades não normativas no Brasil contemporâneo. Para tal, foi realizada uma etnografia multissituada com lutadoras brasileiras, *online* e também presencial. Verificou-se a predominância de atletas bastante jovens, pertencentes às classes populares e médias, que buscam no MMA uma forma de subsistência e a esperança de ascensão social. Há, também, um crescente fluxo de lutadoras brasileiras para os Estados Unidos da América, em busca de melhores condições de treinamento e maiores possibilidades de sucesso profissional. Identificou-se a existência de um Mercado da Beleza no MMA praticado por mulheres, que aumenta as chances de sucesso e fama para as lutadoras que, além de apresentarem um bom desempenho atlético, também forem lidas como belas e sensuais, dentro de padrões cis-heteronormativos racializados. Em tempos de capitalismo farmacopornográfico, as atletas têm seus corpos mediados pelo implemento de substâncias químicas – sobretudo testosterona e seus derivados – e pelo Mercado da Beleza, em uma relação dialética. Ao mesmo tempo em que valores hegemônicos de gênero são fortalecidos, sobretudo via mediação da lógica imposta pelo Mercado da Beleza, a prática de MMA feminino tensiona os binarismos de gênero e sexualidade, e seu rápido crescimento nos últimos anos reflete transformações sociais que se encontram em curso na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** MMA feminino. Performatividade de Gênero. Cis-heteronormatividade. Lutadoras brasileiras. Artes Marciais Mistas.

**“IT’S TIME”! WOMEN’S MMA, BEAUTY MARKET AND CIS-HETERONORMATIVITY:  
A MULTISITED ETHNOGRAPHY WITH BRAZILIAN FEMALE FIGHTERS**

***ABSTRACT***

Women’s Mixed Martial Arts (WMMA) has been growing fast in the last years and its coronation happened with the implementation of the first pound division for women in the American Ultimate Fighting Championship (UFC), in 2013, a factor that strongly stimulated its growth and visibility around the world. Based on a Queer epistemology, this work aimed to identify and analyze the factors that culminated in the recent growth of WMMA in Brazil, focusing on issues related to gender performativity of female fighters and media representations of them. From a microstructural dimension, the female MMA universe, this research seeks to understand the macrosocial aspects that place personal strategies of these athletes in responding via sport to the significant changes in the field of non-normative genders and sexualities relations in contemporary Brazil. A multisited ethnography was performed with Brazilian female fighters, from physical ethnographic immersion in training and competitions as well as through televising and online follow-up. It was found a predominance of very young athletes, belonging to the popular and middle classes, who sought in MMA a way of subsistence and the hope of social ascension. There is also an increasing flow of Brazilian fighters to the United States of America that lies in the search for optimization of their trainings and greater possibilities for professional success. The existence of a Beauty Market was identified on WMMA, which increases the chances of success and fame for female fighters who, in addition to performing well, are also seen as beautiful and sexy within racialised cis-heteronormative patterns. In times of pharmacopornographic capitalism athletes have their bodies mediated by the implementation of chemical substances - especially testosterone and its derivatives - and by the Beauty Market, in a dialectical relation. At the same time as hegemonic values of gender are strengthened, especially through the mediation of the logic imposed by the Beauty Market, the practice of WMMA stresses the binarisms of gender and sexuality and its rapid growth in recent years reflects social transformations in progress in Brazilian society.

Keywords: Women’s MMA. Gender performativity. Cis-heteronormativity. Brazilian Female Fighters. Mixed Martial Arts.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Perfil das lutadoras que compuseram a pesquisa.....	35
QUADRO 2 - As categorias de peso no MMA feminino e masculino.....	100
GRÁFICO 1 - Ano de nascimento das lutadoras participantes.....	36
GRÁFICO 2 - Região de origem das lutadoras participantes.....	37
FIGURA 1 - Pesquisadora (luvas vermelhas) durante treinamento nos EUA. ....	44
FIGURA 2 - Lutadora reafirma arte marcial como forma de defesa pessoal em meio à violência urbana.....	65
FIGURA 3 - Interlocutora comemora notícia de lutadoras que revidaram agressão de assediador.....	66
FIGURA 4 - Ronda Rousey estampa a capa de uma revista esportiva. ....	94
FIGURA 5 - O Mercado da Beleza: divulgação da luta entre Vanzant x Herrig. ....	95
FIGURA 6 - Lutadora exhibe carro (popular) recém comprado. ....	153
FIGURA 7 - UFC <i>Store</i> montada para a edição do UFC Belém.....	157
FIGURA 8 - Bandeiras dos EUA em fachada de residências no sul da Califórnia.....	190
FIGURA 9 - Homenagem aos “heróis de guerra” estadunidenses.....	190
FIGURA 10 - Cristiane Cyborg em imagem de divulgação do UFC.....	194
FIGURA 11 - Amanda Nunes em imagem de divulgação do UFC. ....	196
FIGURA 12 - Aparelho para treinar braços, simulando cinética do soco. ....	199
FIGURA 13 - Máquina de crioterapia. ....	199
FIGURA 14 - Atleta brasileira utilizando-se de equipamento de eletroestimulação. ....	200

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A EMERGÊNCIA DO MMA FEMININO NO BRASIL.....	27
1.1 Conexões .....	31
1.2 Corpo a corpo .....	39
1.3 Marcas de gênero em corpos marcados .....	45
1.4 A mimese da violência .....	56
1.5 Do Vale-Tudo ao MMA feminino: Fragmentos de uma história mal/não contada.....	68
2 GÊNEROS E SEXUALIDADES NO CENTRO DO CAGE .....	81
2.1 O Mercado da Beleza .....	91
2.2 As “levinhas” do MMA feminino: notas sobre as categorias de peso.....	99
2.3 Farmacopornocorpos .....	112
2.4 <i>Knock-down</i> Cis-heteronormativo.....	127
2.5 A grande luta do Brasil contemporâneo: transformações sociais vs. onda neoconservadora .....	140
3 <i>SHOW ME THE MONEY!</i> .....	148
3.1 O sonho de lutar no UFC e a busca por ascensão social .....	149
3.2 Esporte e show: MMA feminino e mercado esportivo.....	154
3.3 “É o que tem pra hoje”: notas sobre três brasileiras em evidência no UFC .....	160
3.4 A participação de mulheres em outras esferas do MMA.....	168
4 <i>AMERICAN DREAM</i> .....	180
4.1 Lutadoras brasileiras nos Estados Unidos da América.....	187
4.2 <i>Enjoying the USA</i> : o acesso aos bens de consumo .....	197
4.3 “Dá pra viver do MMA?”: Fontes de renda das lutadoras .....	202
4.4 Carreira, <i>business</i> e fama.....	205
5 ÚLTIMO <i>ROUND</i> : CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS .....	214

## INTRODUÇÃO

*Esse não é apenas um momento para Ronda Rousey, este é um momento para o esporte feminino, ponto. Isso abrirá portas para tantas mulheres que nunca pensaram em fazer do MMA uma carreira, quando elas assistirem essa garota durona aplicando chave de braço nas pessoas. Essa bela mulher é também uma assassina treinada. Ela está mudando o esporte, ela está mudando a cultura. Esse é um momento único* (Joe Rogan, narrador de MMA, enquanto Rousey adentrava a arena para a primeira luta de MMA feminino do UFC).

“*It’s time!*” (“é chegada a hora”, na tradução para língua portuguesa) é uma espécie de bordão do MMA (*Mixed Martial Arts*, ou Artes Marciais Mistas), modalidade caracterizada pela combinação de várias artes marciais, tais como o boxe, o muay thai, a luta olímpica (*wrestling*), o jiu-jitsu, o karatê e o judô, dentre outras. A frase é a forma pela qual, em alto volume e efusivamente, o locutor Bruce Buffer anuncia a eminência dos principais combates do estadunidense UFC (*Ultimate Fighting Championship*) – maior e mais importante organização mundial da modalidade, cujos eventos levam o mesmo nome. É assim que as lutas de Ronda Rousey eram anunciadas. Naquele fevereiro de 2013<sup>1</sup>, a atleta dos Estados Unidos adentrava a arena para a primeira luta feminina de MMA da história do UFC. Sua figura ensaiadamente agressiva e suas contundentes vitórias a tornaram não apenas um ícone no ringue, mas também um modelo a ser seguido, segundo foi possível apreender das lutadoras que participaram deste trabalho, que teve por objetivos:

- Identificar e analisar os fatores que culminaram na recente emergência do MMA feminino no Brasil – a despeito da modalidade ser socialmente considerada “masculina” e associada à virilidade –, verificando em que medida esta emergência reflete mudanças sociais e culturais macrossociais;
- Verificar as distintas expressões de gênero *performatizadas* pelas lutadoras de MMA;
- Analisar como as lutadoras de MMA lidam e negociam com as normas de gênero e sexualidade no cotidiano de suas vidas, dentro e fora dos *cages*;
- Analisar as representações midiáticas acerca do gênero referentes às lutadoras profissionais e como estas impactam as atletas em suas performances.

---

<sup>1</sup> Vídeo da referida luta disponível em: <<http://tvuol.uol.com.br/video/relembre-a-luta-em-que-ronda-rousey-derrotou-liz-carmouche-04024C1A3066C0C14326>> Acesso em: 28 ago. 2014.

A “performatividade” – um dos pilares de sustentação teórica dos Estudos Queer –, é um conceito empregado pela filósofa Judith Butler (2003) para explicar a aparência de fixidez interior do gênero. Entende-se que tanto o gênero, como o próprio sexo, é construído discursivamente.

Em uma perspectiva antropológica, parti de uma dimensão microestrutural, o universo do MMA feminino, para buscar compreender aspectos macrossociais que ajudassem a situar as estratégias pessoais dessas atletas em responder, via artes marciais mistas, às mudanças significativas no campo das relações de gênero e das sexualidades não normativas no Brasil contemporâneo.

Especificamente, meu objeto de pesquisa foi o processo de crescimento das artes marciais mistas entre atletas brasileiras, fenômeno contemporâneo deflagrado no início da segunda década do século XXI, sobretudo após a implementação da primeira categoria para mulheres no UFC, e ainda em andamento. Dale Spencer (2013, p. 4), em sua etnografia com lutadores de MMA, oferece uma rica conceituação de “artes marciais”:

De modo geral, artes marciais são comportamentos geralmente praticados por guerreiros, ou associados a eles (JONES, 2002, p. XI). Jones (2002, p. XI-XII) identificou três aspectos de todas as artes marciais que estão presentes em graus variáveis: combate, ritual e performance. O Combate são as técnicas e a prática de uma arte marcial específica. O Ritual é o elemento que consiste em padrões repetitivos, movimentos corporais, técnicas de respiração, visualizações, cantos ou vocalizações de uma arte marcial. Performance são as formas estilizadas de dança e ginástica. Enquanto praticamente todas as sociedades possuem algum tipo de arte marcial tradicional (SIDKY, 2002, p. 11), as visões ocidentais de artes marciais são geralmente associadas aos estilos chineses e japoneses (CHAN, 2000; KRUG, 2001). As concepções ocidentais dominantes e populares em relação às artes marciais vêm primeiramente da natureza “mortal” das artes marciais, e secundariamente, de sua dimensão espiritual (DONOHUE, 2002, p. 66).<sup>2</sup>

Meu campo de pesquisa deixou explícito como, nas artes marciais mistas, os aspectos preservados são aqueles voltados ao combate, com vistas ao rendimento esportivo e à competição, com pouca ou nenhuma associação com as práticas rituais e a dimensão espiritual das artes marciais tradicionais. Por esta razão, correntemente me referi ao MMA como sendo um esporte. Aqui, faz-se necessário um esclarecimento pois, em uma definição clássica, as artes marciais (dentro das quais se inclui meu objeto de pesquisa, o MMA feminino) são uma manifestação cultural distinta do esporte. No Brasil, na literatura da área de Educação Física, é difundido o entendimento de que a Cultura de Movimento é composta por cinco grandes grupos

---

<sup>2</sup> Todas as citações de publicações em língua estrangeira feitas neste trabalho são traduções de minha autoria.

de atividades físicas: os esportes, as artes marciais (lutas), os jogos, as danças e as ginásticas – manifestações dotadas de conjuntos particulares de significados/sentidos, símbolos e códigos. No entanto, a hegemonia do fenômeno esportivo é tamanha que é possível constatar a tendência de esportivização dos demais elementos da Cultura de Movimento. Assim, na atualidade, para além da definição clássica, é preciso considerar também a polissemia do esporte. Tal tendência fora apontada por Mauro Betti (1998), e é fruto sobretudo da influência das mídias que, cotidianamente, intitulam outras práticas corporais (tais como ginásticas, danças, artes marciais, caminhadas, subir escadas, passear com o cachorro, dentre outras) como Esporte.

Quando da proposição desta investigação, apresentei duas hipóteses: a de que as lutadoras procurariam a prática de MMA em busca de ascensão social e, para além dela, a possibilidade de viver outras expressões de gênero não normativas, já que na esfera esportiva estas tenderiam a ser colocadas em segundo plano e, portanto, passariam a ser relativamente autorizadas. Sem querer antecipar respostas, por hora direi apenas que o campo de pesquisa mostrou um cenário mais complexo do que avengei a priori na segunda hipótese.

Vale ressaltar que o MMA é oriundo do antigo Vale-Tudo, modalidade surgida no Brasil na qual ocorriam disputas entre lutadores de distintas artes marciais, com o objetivo de provar a supremacia de uma modalidade sobre as demais (por exemplo: jiu-jitsu X boxe, luta livre X jiu-jitsu) (AWI, 2012; MILLEN NETO; GARCIA; VOTRE, 2016). De acordo com Felipe Awi (2012), foi com esse intuito que, em 1993, o brasileiro Rorion Gracie criou a primeira edição do UFC, nos Estados Unidos. Em 2001, quando a organização ainda era pequena, foi comprada pelos irmãos Fertitta, empresários estadunidenses da área de entretenimento (donos de cassinos) na cidade de Las Vegas, e a presidência da organização foi assumida pelo também estadunidense Dana White (AWI, 2012). Foi neste mesmo período, ao final dos anos 1990, que o foco foi deslocado de uma arte marcial em específico (e do intuito de tentar prová-la superior às demais) para o foco em lutadores individuais (SPENCER, 2013). Apenas neste momento que o MMA começou a ser pensado e referido como um esporte de fato, onde técnicas e habilidades de distintas artes marciais passavam a ser mescladas com o intuito de obter êxito nos combates (SPENCER, 2013).

Hoje o UFC é uma das maiores e mais valiosas organizações esportivas do mundo, e vem se disseminando tão profusamente ao redor do globo, que tem seus *cards*<sup>3</sup> transmitidos em pelo menos 28 idiomas, para mais de 145 países (AWI, 2012). No ano de 2001, o UFC foi comprado de seus criadores brasileiros por 2 milhões de dólares (AWI, 2012). Em 2016, de

---

<sup>3</sup> Nome dado ao conjunto de lutas realizadas em uma noite em que haja uma edição de um evento de MMA.

acordo com notícia veiculada pelo portal *MMA Fighting*, a franquia foi vendida a um grupo empresarial estadunidense pelo montante de 4 bilhões de dólares, o que evidencia o valor e potencial mercadológico do esporte, e sobretudo da organização em questão, na contemporaneidade (RAIMONDI, 2017).

O Brasil é um país referência no que diz respeito a atletas de MMA, com vários lutadores e lutadoras ocupando posições de destaque no UFC e em outras organizações da modalidade. Observei, ao longo dos quatro anos de duração do doutorado, o esporte tornar-se cada vez mais popular em solo nacional. Eventualmente, as principais lutas envolvendo atletas brasileiros(as) foram transmitidas, além do *pay per view* (no Canal Combate), também em canal aberto, na Rede Globo. Além disso, foi possível identificar uma verdadeira explosão de crescimento no oferecimento e procura por aulas de artes marciais nas academias, nas quais, para o grande público (não atletas) as aulas são mais voltadas à aprendizagem de golpes e ao condicionamento físico, não ao combate em si. Também é grande o número de pessoas, muitas vezes atletas de outras artes marciais, que migraram/ migram para o MMA em busca de transformar-se em lutadores (as) profissionais da modalidade.

Em 2013 o UFC completou 20 anos de existência, porém, tardiamente, apenas em seu vigésimo aniversário, a organização passou a contar com sua primeira categoria feminina. Anteriormente, o próprio presidente do UFC negava veementemente a participação de mulheres no mesmo (DANA..., 2011). A exclusão das mulheres no UFC por tantos anos não chega a ser surpreendente. Ainda que sua participação nos esportes venha se tornando cada vez maior ao longo dos últimos séculos, este é, ainda, um campo marcadamente androcêntrico, uma área de reserva dos homens (GOELLNER, 2005; CAPITÂNIO, 2005). O próprio conjunto de adjetivos tradicionalmente utilizados para caracterizar o esporte refletem marcas que representam o mundo masculino (pensando em um modelo masculino hegemônico): força, determinação, resistência e superação de limites (RUBIO; SIMÕES, 1999). Como conceitua Raewyn Connell<sup>4</sup> (1995), a masculinidade hegemônica corresponde a um padrão de práticas (e não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres, distinguindo-se de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas:

---

<sup>4</sup> Connell assumiu uma expressão de gênero feminina há alguns anos e alterou seu primeiro nome de Robert para Raewyn. À época da referida publicação, a autora vivia como Robert Connell, razão pela qual, em atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este será o nome utilizado nas referências ao final do trabalho.

Foi em relação a esse grupo, e com a complacência dentre as mulheres heterossexuais, que o conceito de hegemonia foi mais eficaz. A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Sobretudo ao longo do século XIX, a partir de um conjunto discursivo proveniente de distintas fontes de saber – como a endocrinologia, a psicologia, a filosofia moral e a medicina social –, o corpo da mulher foi legitimado como um corpo doméstico e procriativo, frágil e facilmente afetado por eventos sociais e políticos que o desestabilizariam (LAQUEUR, 2001). Assim, as mulheres foram excluídas da vida social e, conseqüentemente, dos esportes, já que eram consideradas delicadas e não poderiam correr o risco de danificar seu frágil corpo nas atividades esportivas, mas sim deveriam preservá-lo para a maternidade (GOELLNER, 2005).

A inserção das mulheres brasileiras no mundo esportivo, especificamente, iniciou-se em meados do século XIX, e adquiriu maior importância e visibilidade a partir das primeiras décadas do século XX (GOELLNER, 2005; MOURÃO, 2000). A estrutura extremamente conservadora da sociedade na primeira metade do século XIX não permitia a participação das mulheres em muitas esferas sociais, dentre as quais se incluía a esportiva, já que elas eram criadas para serem esposas e mães. Homens e mulheres da elite estavam separados na distinção entre o público e o privado, respectivamente; o patriarcalismo<sup>5</sup> permeava toda a organização da sociedade (MOURÃO, 2000). Esse quadro foi mudando após a independência do Brasil, haja visto a preocupação em acompanhar os avanços europeus e ter o país reconhecido pelas grandes nações mundiais (GOELLNER, 2005). Com os ventos de mudança, ecoou no Brasil o movimento feminista, projetando perspectivas novas para as mulheres brasileiras, tais como a maior participação na vida urbana. Importa ressaltar que tal mudança foi lenta, e atingiu sobretudo as mulheres das camadas economicamente privilegiadas (MOURÃO, 2000; GOELLNER, 2005), visto que tinham maior acesso às novidades trazidas da Europa:

---

<sup>5</sup> O conceito de “patriarcado” é válido e acionado por diferentes autoras (e autores) e movimentos sociais, mas cabe aqui problematizar seu caráter a-histórico e pretensamente universalista. Partindo do entendimento de que o patriarcado seja um regime de regulação dos corpos e subjetividades femininas por meio de instituições legitimadas e controladas por homens, é preciso considerar que na sociedade contemporânea há tensões claras dentro das instituições de poder que, mesmo sendo ainda majoritariamente masculinas, já não o são exclusivamente, e enfrentam reações de grupos organizados e até do senso comum sobre a opressão e exclusão das mulheres. Não se pode deixar de apontar, ainda, que há mulheres patriarcalistas ou afeitas ao patriarcado, que oprimem e exploram outras mulheres. O conceito, por seu gigantismo, nubla a discussão dos marcadores sociais da diferença.

A presença da mulher no esporte representa, ao mesmo tempo, ameaça e complementaridade: ameaça porque chama para si a atenção de homens e mulheres, dentro de um universo construído e dominado por valores masculinos e porque põe em perigo algumas características tidas como constitutivas da sua feminilidade. Complementaridade porque parceira do homem em atitudes e hábitos sociais, cujo exercício simbolizava um modo moderno e civilizado de ser (GOELLNER, 2005, p. 88-89).

Prossegue Silvana Goellner (2005) afirmando que homens e mulheres da elite desfilavam seus talentos esportivos exibindo também sua superioridade de classe. Porém a participação feminina não era bem-vinda em quaisquer modalidades, e sim naquelas identificadas com a elegância das elites europeias e pela possibilidade de prática sem tirar das mulheres sua feminilidade e encanto, tais como o hipismo e o tênis.

Ludmila Mourão (2000, p. 7) entende que “o processo de inserção e crescente participação da mulher em atividades físico-desportivas sugere certo grau de autonomia”; a mulher que se inseria nessas práticas não estava a serviço da pátria ou da humanidade, mas a serviço de suas vontades e desejos.

O discurso dos médicos higienistas, somado à construção de um projeto nacional de engrandecimento da nação, passam a ditar normas de comportamento para homens e mulheres em nome da educação moral, física, sexual e social. Às mulheres são indicadas formas de comer, de se vestir, de falar, de trabalhar, de se embelezar, de se movimentar, de se comportar. Dentre tais prescrições, uma é considerada fundamental: a prática de exercícios físicos (GOELLNER, 2005).

Recomendações e prescrições, no que tange aos exercícios corporais femininos, direcionam-se para a preservação e constituição de uma boa maternidade, considerada, nesse momento, como a mais nobre missão da mulher, pois dela depende a regeneração da própria sociedade (GOELLNER, 2005, p. 90).

Foi esse o contexto que possibilitou a participação feminina no esporte, por esta ser considerada de caráter aristocrático, familiar e saudável (GOELLNER, 2005). A prática esportiva para mulheres era vista com bons olhos dentro de certos limites, e sob o viés de constituir-se como uma prática higienista.

A ideologia higienista contribuiu fundamentalmente para tirar a mulher do estado de segregação em relação à atividade físico-desportiva, na medida em que as representações deste ideário influenciaram a sociedade brasileira e um de seus pressupostos de saúde se identifica com a prática do movimento corporal pela mulher, de forma a incidir em uma função reprodutora mais saudável, garantindo a gestação de filhos mais fortes. O movimento higienista ocorreu no final do século XIX e sobretudo no início do século XX,

normatizando e organizando a vida da família brasileira, determinando funções claras para ambos os sexos, deixando para a mulher as tarefas do lar e a função nobre de reprodutora de filhos saudáveis (MOURÃO, 2000, p. 15).

Somente em 1932 ocorreu a primeira participação de uma atleta brasileira nos Jogos Olímpicos, em Los Angeles, a da nadadora paulista Maria Lenk. Este é um marco importante na história das brasileiras no esporte, pois assinalou a divulgação da mulher atleta de competição em um tempo em que, à mulher, relegava-se o papel de espectadora dos jogos. As mulheres eram identificadas como de natureza frágil, e circulavam vários discursos alertando para os possíveis perigos que a prática competitiva poderia lhes acarretar, dentre eles, o risco da masculinização (GOELLNER, 2005):

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns no universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Pareciam, ainda, desestabilizar o terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas (GOELLNER, 2005, p. 92).

Com base neste temor foi elaborado o Decreto-Lei nº 3199, do Conselho Nacional de Desportos, de 14 de abril de 1941, segundo o qual “deve ser terminantemente proibida a prática do futebol, rugby, polo, water polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao sexo feminino” (REVISTA DA EDUCAÇÃO PHYSICA, 1941, apud GOELLNER, 2005, p. 93). As mulheres também ficaram oficialmente impedidas de praticar outras modalidades, tais como o boxe, outras lutas, o salto com vara, o decatlo e o pentatlo (GOELLNER, 2005). Tal proibição somente foi revogada em 1979 (GOELLNER, 2005). Por conta desse decreto-lei, o judô feminino brasileiro, por exemplo, só iniciou sua participação olímpica em 1988 (CAPITÂNIO, 2005). Outras modalidades foram permitidas no Brasil desde que praticadas dentro de determinados limites. O remo, por exemplo, só podia ser praticado se não fosse competitivo e objetivasse a correção de defeitos orgânicos, e várias provas do atletismo poderiam ser praticadas se exigissem menos esforço que as masculinas, explica Goellner (2005). Importa destacar, contudo, que havia mulheres que desafiavam as convenções morais e sociais e aderiam a estas práticas esportivas, a despeito da proibição oficial (GOELLNER, 2005).

Modalidades como voleibol, basquetebol, tênis, atletismo e natação tornam-se cada vez mais praticadas a partir da segunda metade do século XX, e os anos 80 e 90 caracterizam-se

pela maior adesão de mulheres em práticas corporais antes consideradas violentas para a participação feminina, tais como o futebol, o judô, o polo aquático e o handebol (GOELLNER, 2005).

Ainda nos dias de hoje, se as mulheres vêm ganhando cada vez mais espaço nos esportes, a participação delas em todas as esferas do universo esportivo é comparativamente menor à dos homens (GOELLNER, 2005). No entanto, “se a pouca participação das mulheres nos esportes em geral é explícita, pode-se afirmar que a ausência delas nos esportes *socialmente considerados masculinos* torna-se mais evidente” (SILVEIRA, 2008, p. 34-35). Por esportes *socialmente considerados masculinos* a autora entende as modalidades esportivas que, em determinada sociedade, são reservadas aos homens: “Ou seja, não são esportes que as mulheres não praticam, ou que não estão adequados para elas, apenas são reconhecidos na sociedade como masculinos” (SILVEIRA, 2008, p. 35). O MMA se enquadra nesta categoria de *esporte socialmente considerado masculino*, bem como esportes como o futebol, o surfe, o skate, o halterofilismo, dentre outros. Preconceitos e estereótipos são comumente atribuídos às mulheres que praticam tais modalidades (CAPITÂNIO, 2005).

Jorge Knijnik, Peter Horton e Livia Cruz (2010) investigaram a prática por mulheres de um esporte socialmente considerado masculino, o surfe. Os dados provenientes de entrevistas com mulheres surfistas (profissionais) mostrou que o corpo da surfista é sempre um terreno contestado, em particular no contexto econômico e ao lidar com patrocinadores. Seus corpos são dotados de “feminilidades emergentes” – ou seja, feminilidades que se afastam do padrão de feminilidade hegemônico – e evidenciam a inexistência de uma feminilidade universal. Entendem os autores que esta primeira geração de surfistas brasileiras, simultaneamente reproduz e agride atitudes de gênero e práticas arraigadas; estão mudando o gênero ativamente por meio de seus corpos, corpos estes que rejeitam ser meramente decorativos e subservientes aos homens (KNIJNIK; HORTON; CRUZ; 2010).

Márcia Luiza Figueira e Silvana Goellner (2009), por sua vez, considerando o fato de que o *skate* é representado como uma prática culturalmente associada ao universo masculino mais que ao feminino, analisaram a pouca visibilidade conferida, no Brasil, às mulheres que participam desse esporte. Realizando estudo historiográfico a partir do site *Skate Para Meninas* e, através dele, em outros sites, blogs, reportagens de revistas, dentre outras fontes das quais tomaram conhecimento, constataram que:

A naturalização da adesão e permanência de sujeitos do sexo masculino nessa prática é de tal modo naturalizada que não precisa ser dito, nomeado ou chamado a ver. Razão pela qual as suas narrativas, de modo geral, se referem

a eles – os *skatistas*, atletas, espectadores, comentaristas, dirigentes editores – como os sujeitos desse esporte (FIGUEIRA; GOELLNER, 2009, p. 98).

A pouca visibilidade das *skatistas* brasileiras resulta não da sua ausência nesse esporte, mas, fundamentalmente, da construção de uma rede discursiva que as posiciona nas margens, seja no passado, seja no presente (FIGUEIRA; GOELLNER, 2009). Tais construções permitiram identificar não somente silêncios, ausências e descontinuidades de informações, mas também resistências, protagonismos e estratégias de visibilidade adotadas pelas *skatistas*. Concluem as autoras que o *skate* no Brasil é atravessado por relações de poder, promovendo espaços, vivências, oportunidades e sociabilidades distintas para homens e mulheres, sendo que para elas, diferentemente deles, esse parece ser ainda um esporte em construção.

Apesar das dificuldades, historicamente construídas, no caminho das mulheres esportistas, o MMA feminino vem se desenvolvendo a passos largos nos últimos anos, fortemente influenciado pela implantação da modalidade no UFC. Entretanto, os corpos fortes, hipertrofiados e muitas vezes cobertos por tatuagens das lutadoras ainda causam medo e/ ou repulsa em um grande número de pessoas<sup>6</sup>. Suas expressões de gênero, bem como suas sexualidades – ou supostas lesbianidades, já que, como coloca Butler (2003), há uma matriz heterossexual que designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais e, ao praticarem MMA, modalidade fortemente associada à masculinidade hegemônica, as lutadoras acabam por romper com tal linearidade, tendo suas sexualidades questionadas – estão constantemente sob o julgamento das lentes normativas que regulam nossas vidas cotidianamente.

Neste sentido, problematizar e analisar as questões relativas à performatização de gênero face à emergência do MMA Feminino no Brasil implicou na adoção de uma teoria social não canônica, já que, como aponta Richard Miskolci (2009), as ciências sociais e humanas construíram seu campo de investigação, teorias e conceitos baseadas na assunção de que a heterossexualidade instituíra os limites da vida social e do que seria possível investigar. Apesar de sua relevância, os estudos feministas, gays e lésbicos dos anos 1970 e 1980 não foram capazes de contestar ou ao menos problematizar a heterossexualidade, que ficou em uma benéfica zona de conforto que a mantinha como a suposta ordem natural do desejo (MISKOLCI, 2012). Além disso, poucas ou raras vezes reconheceram as problemáticas de dissidentes sexuais e de gênero, como de transexuais ou travestis (MISKOLCI, 2012), ou de

---

<sup>6</sup> Exemplos empíricos serão apresentados ao longo do Capítulo 2.

mulheres masculinas, tal como na conceituação de Jack Halberstam<sup>7</sup> (1998) de “Masculinidade Feminina”.

Propondo uma inversão epistemológica – ou uma “subversão” epistemológica – surge nos Estados Unidos, no final da década de 1980, os Estudos Queer<sup>8</sup>. Oriundo do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês – que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação –, o Queer emerge em oposição crítica a estes estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero (MISKOLCI, 2009). Seu grande desafio é tanto assumir que as posições de gênero e sexuais são múltiplas e é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários (homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual), quanto admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (LOURO, 2001). O sujeito do pós-estruturalismo é sempre encarado como provisório, circunstancial e cindido (HALL, 2006).

Em suma, as reflexões Queer têm como ponto nodal de análise a normalização da sociedade focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009), retomando a proposta de Michel Foucault (2005), em *A História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*, ao discutir a sexualidade como um dispositivo<sup>9</sup> histórico do poder, que “se caracteriza pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social” (FOUCAULT, 2005, p.100). A expressão “*queer*”, utilizada em países de língua inglesa, pode ser traduzida em português como “estranho”, “esquisito”, “ridículo” ou “bicha louca”, e se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais (LOURO, 2001). Ao apropriar-se do termo, uma vertente dos movimentos homossexuais, antes também ofendida pelo *queer*, passou a ressignificá-lo, tomando-o para si e procurando tirar dele o caráter negativo. A intenção era justamente caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação: para este grupo, *queer* significa colocar-se contra todo tipo de normalização dos corpos e comportamentos, tendo como principal foco de oposição a heteronormatividade compulsória da sociedade; neste sentido,

---

<sup>7</sup> Halberstam, em virtude de sua expressão de gênero, passou a adotar o nome Jack ao longo dos últimos anos. À época da referida publicação, a autora vivia como Judith Halberstam, razão pela qual, em atendimento às normas da ABNT, este será o nome utilizado nas referências ao final do trabalho.

<sup>8</sup> Há teóricos(as) queer que optam pela nomenclatura “Teoria” e, outros(as), que preferem nomeá-la de Estudos Queer. Não há dúvidas de que o Queer assume contornos de teoria social, a questão aqui é apontar como esta não se pretende fechada ou pronta, mas fluida, constantemente construída e desconstruída, aberta, inclusive, a saberes outros – que não os acadêmicos –, a outras gramáticas.

<sup>9</sup> De acordo com Foucault (2005), um dispositivo é um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma verdadeira rede que se estabelece entre elementos tão diversos como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais.

“*queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001, p. 546).

Fernando José Benetti (2013), traçando uma genealogia dos Estudos Queer no Brasil, lembra que estes não têm as sexualidades como objeto de estudo obrigatório, mas antes o objetivo de refletir sobre o sujeito abjeto, as normas sociais, a desconstrução das naturalizações culturais e a reflexão sobre os(as) silenciados(as) pela história. Há uma ruptura com o pensamento essencialista (BARD, 2013), segundo o qual haveria uma noção de essência última que transcenderia limites históricos e culturais, cuja ênfase política reside nas identidades (BRAH, 2006). Assim, não faz sentido considerar que exista uma essência única, universal, que determine o que é o homem, a mulher, o(a) negro(a), o(a) homossexual, o(a) heterossexual, etc.

Binarismos como “homem x mulher”, “masculinidade x feminilidade”, “heterossexual x homossexual”, deixam de fazer sentido, na medida em que seus polos são reconhecidos como interdependentes e complementares. Não há fronteiras rígidas, mas antes um borramento entre elas. Nesse sentido, “pode-se sustentar, hoje em dia ainda, que a ‘masculinidade (ou a virilidade) sem homem’ conserva um poder subversivo, continua a desordenar o sistema binário que permanece coercitivo para as mulheres e para os homens” (BARD, 2013, p. 152).

Daí tomar os Estudos Queer como aporte teórico-analítico para as questões que me mobilizaram neste trabalho, uma vez que estes se caracterizam por trabalhar com uma perspectiva crítica à normalização sexual e de gênero. Nessa perspectiva, rompi com teorias sociais que corroboram a manutenção da hegemonia heterossexual, interrogando a cena esportiva sobre a emergência flagrante de mulheres brasileiras no MMA. Busquei, assim, compreender o social a partir de um olhar marginal, quer dizer, que busca nas margens sociais verificar como mulheres comuns, a maioria bastante jovens e pertencentes à chamada “nova classe média” ou, nas palavras de Jessé de Souza (2010), à “classe batalhadora”, têm lidado com as questões de gênero e de suas orientações sexuais, buscando em um esporte específico formas de enfrentamento à ordem social.

Para tal, engajei-me em uma etnografia multissituada, realizada tanto *online* (isto é, a partir da conectividade possibilitada pelas tecnologias digitais) e via assistência televisiva, quanto presencialmente, com lutadoras brasileiras de diferentes equipes e estados do país, além de atletas brasileiras que optaram por treinar e residir nos Estados Unidos da América (EUA):

Outra modalidade de pesquisa etnográfica, muito menos comum, se incorpora conscientemente no sistema mundo, atualmente associado com a onda do capital intelectual determinado pós-moderno, e sai dos lugares e situações locais de pesquisa da etnografia convencional, ao examinar a circulação de significados, objetos e identidades culturais em um tempo-espço difuso. Esse

tipo de investigação define para si um objeto de estudo que não pode ser abordado etnograficamente se permanecer-se centrado em apenas uma localidade intensamente investigada (MARCUS, 2001, p. 111).

Nesse sentido, George Marcus (2001) afirma que, se o capital intelectual do chamado pós-modernismo propiciou ideias e conceitos para o surgimento da etnografia multissituada, é ainda mais importante o fato de esta surgir como resposta a desafios empíricos no mundo e, portanto, à transformação dos locais de produção cultural: “Seguir empiricamente o fio condutor dos processos culturais leva à etnografia multissituada” (MARCUS, 2011, p. 112). Afinal, as lógicas culturais são sempre produzidas de maneira múltipla, e qualquer descrição etnográfica identifica que elas estão, ao menos parcialmente, constituídas dentro de lugares do sistema: conectadas pelos meios de comunicação, mercados, estados, indústrias, universidades etc. (MARCUS, 2001).

Conforme afirma Christine Hine (2001), especificamente se referindo à etnografia digital, mas em consonância com o que coloca Marcus (2001), o objeto de estudo da etnografia passa a ser um tema, não uma localização geográfica. Além disso, como afirma Miskolci (2011, p. 15), “o campo não tem suas fronteiras delimitadas por um site, assim como precisa compreender a articulação entre *online* e *off-line*, um contínuo no qual nos inserimos assim como nossos sujeitos de pesquisa”. Afirma o sociólogo que, ao contrário das primeiras investigações, nas quais se trabalhava com a oposição real-virtual, atualmente tornou-se quase consenso que as novas mídias virtuais não criam um espaço social à parte, e sim “mediam e modificam a forma como vivemos nossa vida *off-line* dentro de um contínuo articulado e interdependente” (MISKOLCI, 2011, p. 16).

Assim, vali-me tanto da importância de estar fisicamente presente no campo de pesquisa, como também da possibilidade de realizar parte da investigação navegando pela internet ou assistindo televisão, em interação constante com o campo de pesquisa e em uma dinâmica contínua, visto que as interlocutoras participantes das coletas de dado *off-line* (presenciais) eram também parte do grupo maior de interlocutoras, *online*. As análises atravessaram os limites entre *on e off-line*, de modo que dados coletados via internet ou por meio televisivo puderam ser aprofundados via contato presencial com o universo do MMA e com as lutadoras, e vice-versa.

Os dados obtidos foram analisados a partir do referencial teórico Queer, dos estudos de gênero que dialogam mais estreitamente com um referencial pós-estruturalista, além de bibliografia que trata, a partir de perspectiva sócio-antropológica, temas como esportes, lutas, doping e ingestão de substâncias, mercado, migração internacional, violência, dentre outros

relacionados ao problema de pesquisa e suscitados pela imersão no campo. A partir de referencial foucaultiano, isto é, que dialoga com a proposta pós-estruturalista de Michel Foucault, foram problematizados os próprios discursos, deixando-os aparecer na complexidade que lhes é peculiar, quer dizer, em sua constituição social, cultural e política. Tal implica considerar as relações de saber e poder que atravessam essas falas (FOUCAULT, 2005).

Como lembra Bennetti (2013), os trabalhos que realmente partem de uma perspectiva *queer* são aqueles que tratam o *queer* como verbo e não como sujeito; isto é, aqueles que *queerizam* um tema, um objeto de pesquisa, uma percepção de mundo. Neste sentido, as análises deste projeto de pesquisa partem deste entendimento de que o *queer* não é o tema, o objeto de pesquisa, mas antes sua perspectiva, sua escrita, sua condução (PELÚCIO, 2014), adotando a centralidade da linguagem como forma de conhecer e desenvolver o trabalho, e também recusando os binarismos que colocam em posição de antagonismo pesquisa/academia x política/ativismo, ou pesquisador(a) x objeto de pesquisa (BENTO, 2011).

Berenice Bento destaca que “há uma multiplicidade de pesquisas no Brasil e em diversos países que relatam, analisam, cruzam todos os limites da neutralidade científica, trabalhos de campo onde os/as pesquisadores/as vivem ritos de passagem em suas vidas” (BENTO, 2011, p. 85). A autora afirma que conhecer histórias de vida de pessoas que constroem o gênero em uma intensa negociação com as normas e são reiteradamente excluídas, produz um deslocamento; “a produção científica vem acompanhada do engajamento político” (BENTO, 2011, p. 86).

É inescapável reconhecer que minha subjetividade moldou minha interação com o universo investigado (como ocorre com todo(a) e qualquer pesquisador(a)), já que, em consonância com Dhiraj Murthy (2008), entendo que as estratificações de gênero, raça, classe e orientação sexual delimitam a relação entre pesquisadora e pesquisadas<sup>10</sup>, permitindo maior ou menor acesso ao campo de pesquisa, favorecendo ou dificultando/inviabilizando a incursão etnográfica. O fato de eu ser mulher, de uma faixa etária relativamente próxima à da maioria das atletas, e lésbica (tal como parte significativa de minhas interlocutoras), bem como o fato de ter eu mesma iniciado a prática de uma modalidade de arte marcial ao longo desta investigação, me aproximou das lutadoras e – assim entendo – facilitou que eu fosse aceita como pesquisadora no campo.

---

<sup>10</sup> Murthy (2008) entende, no entanto, que a etnografia digital minimiza o efeito de tais estratificações quando em comparação à etnografia presencial/física. De fato, se minha etnografia fosse com homens, lutadores de MMA, acredito que minha aceitação como mulher-lésbica-pesquisadora no campo de pesquisa presencial seria bem menor, de forma que poderia haver recusa à minha presença em determinados contextos, ou uma desqualificação de minha presença.

Início o trabalho descrevendo a emergência do MMA feminino no Brasil, no *Capítulo 1*. Nele, detalho os caminhos etnográficos trilhados por mim, iniciando com as conexões estabelecidas *online*, via websites e redes sociais, e que não apenas me levaram ao campo de pesquisa presencial como me mantiveram conectada com ele, em fluxos que foram se abrindo e me conduzindo a diversas cidades brasileiras e dos Estados Unidos, induzindo-me até mesmo a decidir por experimentar a prática de uma arte marcial em minha própria carne. Procuo fornecer dados que permitam compreender como se constituem as subjetividades das lutadoras de MMA brasileiras, identificando fortes *marcas de gênero* atuando sobre seus *corpos marcados* por hematomas, suor, músculos e tatuagens. Ainda tocando nas marcas sociais do esporte, discuto a questão da pressuposta violência na prática do MMA e faço um retorno até a época do Vale-Tudo, modalidade rudimentar praticada sob regras mínimas e, portanto, ainda mais associada à violência – momento no qual aproveito para apresentar fragmentos para uma genealogia do Vale-Tudo feminino no Brasil, iniciado em meados dos anos 1990, mas sobre o qual quase não há registros.

No *Capítulo 2* apresento e analiso dados de campo que permitem identificar a existência de um *Mercado da Beleza* que sobressalece, dentre as lutadoras de melhor rendimento, aquelas em cujos corpos sejam identificados marcadores específicos de gênero, raça e sexualidade que permitam que estas sejam lidas como belas e, portanto, consideradas atraentes aos olhos do público masculino heterossexual e rentáveis pelas organizações de MMA, mídia e patrocinadores, dentro de um viés mercadológico. Neste capítulo discuto também a questão do uso de esteroides anabolizantes e outras substâncias para melhoria de desempenho – uma prática recorrente entre as atletas, embora velada, já que o uso de tais substâncias é proibido na maior parte das organizações da modalidade. Aprofundo a discussão de como a sociedade, no geral, e o MMA feminino, em particular, impõe um determinado regime de gênero e de sexualidade às lutadoras, fazendo uma aposta teórica na proposição do conceito de “*Cis-heteronormatividade*”, em atualização/ aprofundamento ao conceito *queer* de “heteronormatividade”. Por fim, trago a escala macrossocial para a cena, com vistas a melhor compreender o crescimento do MMA feminino no cenário brasileiro contemporâneo, no qual transformações sociais ocorrem em meio ao fortalecimento de uma onda neoconservadora.

No *Capítulo 3* articulo, ainda considerando os aspectos macrossociais, a busca por ascensão social através do MMA, representado no sonho das lutadoras de chegar ao UFC e serem bem sucedidas na organização, além de adensar a discussão do esporte contemporâneo enquanto fenômeno mercadológico. Também neste capítulo, trago notas etnográficas que permitem compreender e analisar a construção de um cenário bastante peculiar no UFC: a

ascensão de três atletas brasileiras que desafiam a hegemônica lógica do Mercado da Beleza. Por fim, discuto as possibilidades atualmente existentes para atuação profissional de mulheres em outras esferas das artes marciais mistas, que não como lutadoras (isto é, como treinadoras, narradoras, árbitras...).

*No capítulo 4* apresento dados etnográficos coletados presencialmente nos Estados Unidos da América, durante estágio de pesquisa que realizei naquele país por conta do significativo fluxo de atletas que migram para lá em busca de melhores condições de treinamento e maiores possibilidades de sucesso profissional. Neste capítulo discuto o dia a dia das atletas, que em geral obtém um maior acesso aos bens de consumo dentro e fora das academias, passando a dispor de melhores equipamentos e aparelhos para treinamento, recuperação física, nutrição, dentre outros, mas muitas vezes também enfrentam dificuldades – inclusive de ordem financeira – naquele distinto contexto cultural. Identifico uma expressiva troca de capitais culturais e corporais entre brasileiros(as) e estadunidenses no que tange ao universo do MMA, além de discutir questões relacionadas à fama e ao gerenciamento das carreiras.

Por fim, nas Considerações Finais, procuro sintetizar a tese apresentada, isto é, a de que a prática de MMA feminino tensiona os padrões sociais cis-heteronormativos e, nesse sentido, ao mesmo tempo em que valores hegemônicos de gênero são fortalecidos, sobretudo via mediação da lógica imposta pelo Mercado da Beleza, transformações sociais significativas encontram-se em curso.

Em sentidos literal e figurado, este trabalho é resultado de muito suor, sangue e lágrimas, meus e de minhas colaboradoras de pesquisa – embora, para minha sorte, meu sangue (literalmente falando) tenha sido derramado apenas em forma de hematomas subcutâneos, resultantes de golpes sofridos em treinamentos. Espero que apreciem a viagem: *It's time!*

## 1 A EMERGÊNCIA DO MMA FEMININO NO BRASIL

Ao longo dos últimos anos dediquei-me recorrentemente a uma mesma programação nos finais de semana, iniciando no sábado à noite e adentrando madrugada afora: assistir a eventos de MMA ao vivo, pela televisão ou presencialmente. Na madrugada do dia 04 para o dia 05 de julho de 2015 não foi diferente e, com o controle remoto em punho, eu tentava assistir a duas lutas de MMA feminino que aconteciam simultaneamente. Enquanto a emissora *Band* exibia a luta entre a brasileira Amanda Ribas e a mexicana Tania Pereda – que ocorria na cidade de Campo Grande, no evento *Jungle Fight 79* –, a emissora *RedeTv* exibia o embate entre a brasileira Viviane Sucuri e a finlandesa Vuokko Katainen, realizado na capital paulista, no *Xtreme Fighting Championship International 10* (XFCi 10). Remonto a este dia em particular porque o fato de duas lutas femininas estarem ocorrendo concomitantemente, ambas em eventos com transmissão ao vivo na televisão aberta brasileira, é bastante ilustrativo da emergência do MMA feminino no cenário nacional.

Naquele dia, ambas as brasileiras venceram suas lutas. Há duas formas de se vencer uma luta de artes marciais mistas: por nocaute/ finalização, ou por pontos. Na vitória por nocaute a luta é encerrada assim que um(uma<sup>11</sup>) dos(as) lutadores(as) aplica um soco, chute ou joelhada capaz de derrubar o(a) adversário(a) e deixá-lo(a) momentaneamente desacordado(a), ou visivelmente sem controle do corpo. Há também o nocaute técnico, que é quando não há um golpe derradeiro, mas uma sucessão de golpes diante dos quais o(a) adversário(a) não consegue contra-atacar, nem se defender. Nesse caso, para preservar a integridade física do(a) lutador(a) subjugado(a), o(a) árbitro(a) encerra a luta. As vitórias por finalização ocorrem através de golpes de imobilização que, se levados ao limite, resultam em desmaios (no caso dos golpes aplicados no pescoço e que dificultam ou impedem a respiração) ou lesões nas articulações. Por tal motivo, quando uma imobilização está bem encaixada, o(a) lutador(a) que está sofrendo o golpe costuma “bater”, isto é, desferir três leves tapas sequenciais no chão ou no corpo do(a) adversário(a), sinal que indica sua desistência do combate. A vitória por pontos ocorre quando não há nem nocaute, nem finalização, de forma que o(a) vencedor(a) é aquele(a) que houver

---

<sup>11</sup> Farei uso da flexão de gênero também no feminino com o intuito de não compactuar com uma linguagem na qual o feminino é invisibilizado e relegado a papel coadjuvante em virtude da existência gramatical de um masculino universalizante. Entendo, contudo, que esta é uma solução paliativa, já que vivemos em um mundo onde existem pessoas com expressões de gênero que vão além do binário masculino-feminino. Uma linguagem de fato inclusiva precisaria subverter com as normas cultas da língua portuguesa, via criação de um artigo neutro, não-generificado, tal como nas propostas de utilização da letra “x”, da letra “e”, ou de símbolos gráficos como a “@”. Assim, ao invés de falar em “os(as) lutadores (as)”, se falaria em “xs lutadorxs”, “es lutadores”, “@s lutador@s”.

vencido um maior número de *rounds*. Em geral, as lutas são compostas por 3 *rounds*, cada um com 5 minutos de duração, e intervalo de 1 minuto entre si. A exceção fica por conta das disputas de cinturão e/ou das lutas principais nas edições do UFC (dentre outras organizações de MMA), que são compostas por 5 *rounds* de 5 minutos cada.

Ainda há poucos trabalhos acadêmicos sobre o MMA feminino, contudo, a partir de matéria publicada pelo *site* estadunidense *Wombat Sports*, especializado na cobertura de esportes de combate por mulheres, teriam sido realizadas 563 lutas de MMA feminino ao redor do globo no ano de 2014. Nestas, houve uma pujante predominância de lutas no Estados Unidos e no Brasil. Em solo estadunidense, foram realizados 202 combates femininos, enquanto no Brasil ocorreram 152 combates. O Japão figurou em terceiro lugar, com a realização de 35 lutas femininas naquele ano (2014 IN..., 2014).

Os números são mais uma evidência da emergência do MMA feminino no cenário brasileiro. A quantidade de lutas realizadas por mulheres no país, segundo a pesquisa, teve um aumento superior a 40% em relação ao ano de 2013. Além disso, várias das lutas realizadas nos Estados Unidos contaram com a participação de lutadoras brasileiras que atuavam naquele cenário. Segundo a mesma pesquisa, 253 novas atletas da modalidade fizeram sua estreia na modalidade em 2014. É possível inferir, dado ao elevado número de combates femininos realizados no país, que uma parcela significativa deste montante seja de brasileiras.

Naquele mesmo ano, quando iniciei este trabalho, o UFC contava apenas com uma categoria de peso para mulheres, a Peso Galo (até 61,2kg), inaugurada em 2013. Ao longo dos anos de investigação, pude ver este cenário se ampliar rapidamente, com a abertura de três novas categorias de peso para mulheres na maior organização de MMA do planeta. Atualmente<sup>12</sup>, a primeira categoria de peso para mulheres, a Peso Galo, conta com seis atletas brasileiras: Amanda Nunes “Leoa”, Bethe “Pitbull” Correia, Larissa Pacheco, Ketlen Vieira “Fenômeno”, Talita Bernardo e Amanda Lemos. No início do segundo semestre de 2014, o UFC inaugurou sua segunda categoria feminina, a Peso Palha (até 52,2 kg), na qual atualmente há oito brasileiras contratadas: Jéssica “Bate-estaca” Andrade, Cláudia “Claudinha” Gadelha, Poliana Botelho, Viviane “Sucuri” Pereira, Juliana “Thai” Lima, Amanda Ribas, Livia “Livinha” Souza e Polyana Viana “Dama de Ferro”. Em dezembro de 2016 a organização adicionou a categoria Peso Pena (até 65,8 kg) feminino, que ainda possui um cartel enxuto de lutadoras e tem como campeã a brasileira Cristiane “Cyborg” Justino. No final do ano de 2017 o UFC inaugurou sua quarta categoria de peso para mulheres, a Peso Mosca (até 56,7 kg), que

---

<sup>12</sup> Junho de 2018. Informações obtidos no site oficial do UFC. Disponível em: <<http://www.ufc.com.br/fighter>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

conta com as brasileiras Priscila “Pedrita” Cachoeira (também apelidada de “*Zombie Girl*”) e Jennifer Maia.

Além disso, houve/há uma série de eventos de MMA realizados no Brasil com lutas femininas em seus *cards*, como por exemplo: *Shooto* Brasil, Festival de Lutas da CUFA – estes dois primeiros transmitidos pelo Canal Combate, emissora televisiva fechada (paga) –, *New Corpore Extreme*, *Mr. Cage*, *Rei da Selva*, *Favela Kombat*, *Top Fight*, dentre dezenas de outros eventos; além dos dois eventos que destaquei no início deste capítulo – *Jungle Fight* e *Xtreme Fighting Championship International (XFCi)*<sup>13</sup> –, que contaram com transmissão na televisão aberta.

Também não é possível deixar de mencionar o *Invicta Fighting Championship*, organização estadunidense criada em 2012 (comprada pelo UFC ao longo desta investigação) e destinada exclusivamente ao MMA feminino, na qual atuam/atuaram muitas atletas brasileiras e que, em junho de 2018 contava com 11 lutadoras brasileiras nas cinco categorias de peso da organização: Ediane “Índia” Gomes, Vanessa Porto, Kaline Medeiros “*The Dark Angel*”, Herica Tiburcio, Virna Jandiroba “*Carcará*”, Mariana Moraes, Bárbara Acioly, Cláudia Rey, Janaína Morandin, Bianca Daimoni e Kinberly Novaes<sup>14</sup>.

Não existe um registro oficial que estabeleça com exatidão o número total de lutadoras brasileiras de MMA – meus dados de campo permitem estimar que, no mínimo, existem centenas de lutadoras. Não há dados provenientes de pesquisas científicas, tampouco dados oficiais unificados das organizações de MMA<sup>15</sup> que ofereçam uma informação acurada. As fontes ainda são bastante escassas, contudo, o contato com o campo de pesquisa, no contínuo *online/off-line*, não deixou dúvidas do quão vertiginoso vem sendo este crescimento, já que frequentemente deparei-me com novas lutadoras, ainda desconhecidas por mim, conforme lia as notícias relativas à modalidade ou navegava nas redes sociais digitais. Embora não tenha feito um controle sistemático neste sentido, no ano de 2015 foi extremamente raro um final de semana em que eu não tomasse conhecimento de ao menos uma luta de MMA feminino ocorrendo em algum evento no país. Mesmo presencialmente, se for comparar minhas duas idas ao centro de treinamento da mesma equipe, na cidade do Rio de Janeiro (em março de 2015, e

---

<sup>13</sup> O XFCi foi transmitido inicialmente pela emissora RedeTv e, posteriormente, pela emissora Esporte Interativo, mas encerrou suas atividades no ano de 2016.

<sup>14</sup> Informações obtidas no site oficial do Invicta FC. Disponível em: <<http://www.invictafc.com/athletes/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

<sup>15</sup> Existe, contudo, a Comissão Atlética Brasileira de MMA (CABMMA), criada em 2013, com o intuito de gerenciar o MMA nacional. No entanto, a entidade não possui indicativos da quantidade total de lutadores(as) brasileiros(as) da modalidade, uma vez que ainda há muitos eventos nacionais que não atuam sob sua chancela, além de atletas que atuam no exterior e não estão associados(as) à referida comissão.

depois em julho de 2016), constatei que o número de mulheres participando dos treinamentos profissionais de MMA havia dobrado, com novas atletas buscando tal preparação, na esperança de realizar sua estreia profissional na modalidade e se tornarem lutadoras bem-sucedidas. No entanto, nos anos de 2016 e 2017, observei uma pequena queda no número de lutas para mulheres no Brasil. Segundo o entendimento de Luana<sup>16</sup>, uma de minhas interlocutoras de pesquisa, tal fenômeno se deveu à crise econômica e à realização de menor número de eventos de MMA no país (para homens ou mulheres) em comparação aos anos anteriores. Quando perguntei a ela se as mulheres estavam sendo preteridas, e suas lutas substituídas por combates masculinos, ela disse que ainda há preconceito de alguns organizadores de eventos, mas que em geral, sua percepção é de que o público fica bastante entusiasmado diante das lutas de mulheres (Luana, entrevista à pesquisadora, 07/05/2016).

Também foi flagrante, ao longo desta investigação, perceber a presença de um número relativamente equilibrado de espectadores (as) homens e mulheres em eventos de MMA. As mulheres estão cada vez mais adentrando este universo, compreendendo-o e encontrando nele possibilidades de fruição de seus tempos de lazer. Este não é exatamente um dado novo, já que, desde a primeira edição do UFC no Brasil, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 2011, as mulheres já marcavam presença na plateia: naquela ocasião, os 15 mil ingressos colocados à venda se esgotaram em 74 minutos; um em cada quatro bilhetes foi vendido para uma mulher (AWI, 2012). Isto é, embora eu tenha identificado que a maioria delas vai aos ginásios e arenas como acompanhantes de seus namorados ou maridos, muitas destas apropriam-se da modalidade, passando a compreender suas regras e a apreciar a execução de técnicas bem-sucedidas, como pude perceber ao ouvir conversas em que espectadoras, presentes nas lutas, comentavam as técnicas recém executadas ou explicavam sobre MMA para pessoas leigas.

Especificamente no treino aberto do UFC 190, realizado na praia do Pepê (na cidade do Rio de Janeiro), e que contou com a presença da estrela Ronda Rousey, estimo que, das cerca de 300 pessoas presentes, o número de mulheres ultrapassou o de homens. Isso leva a inferir que a criação das categorias de peso femininas na organização, sobretudo quando havia uma campeã que assumia a posição de ídolo e modelo a ser seguido (por outras lutadoras, mas também por outras mulheres em geral), tornou-se um negócio rentável para o UFC, ampliando o alcance da organização e de seus produtos sobre o público crescente de mulheres.

---

<sup>16</sup> Nomes fictícios estão sendo utilizados para preservar o anonimato das atletas colaboradoras.

Vale destacar que, embora no referido treino aberto, o número de mulheres (muitas, adolescentes) fosse maior que o de homens, vinham deles os comentários assediadores que pude ouvir enquanto a estadunidense fazia sua exibição ao público: “*Que sorriso matador!*”, “*É muito gostosa!*”, “*Vou te levar pra casa!*”, foram comentários que ouvi dos espectadores presentes no treino aberto do UFC 190 (Diário de Campo, 29/07/2015).

Antes de adentrar na discussão das questões de gênero envolvidas no processo de crescimento do MMA feminino, permitam-me delinear melhor os caminhos etnográficos trilhados por mim neste trabalho. Na sequência, relato meus contatos iniciais com o campo de pesquisa e como as *conexões* estabelecidas a partir destes foi construindo os caminhos para a etnografia *corpo a corpo*.

## 1.1 Conexões

*Resumo do final de semana*. Este é o título de uma série de publicações do *site* brasileiro *A Dama de Ferro*<sup>17</sup>, pioneiro na cobertura de MMA feminino no país e também minha porta de entrada no campo de pesquisa. Como o título sugere, estas matérias traziam uma compilação de várias lutas oficiais de MMA feminino ocorridas a cada final de semana, no Brasil e no mundo, o que permitiu que eu fosse tomando conhecimento sobre lutadoras e eventos da modalidade. A partir daí, passei a selecionar ao acaso os nomes das atletas, lançá-los ao sistema de busca da rede social *Facebook* e, à medida que encontrava seus perfis pessoais, pedia que me adicionassem, enviando a solicitação juntamente com uma mensagem privada, na qual lhes explicava sobre a pesquisa e as coletas de dados e lhes pedia que, se concordassem em participar, me adicionassem para mantermos contato.

O *Facebook* é uma rede social digital utilizada ampla e mundialmente, na qual há um expressivo número de perfis de brasileiras e brasileiros. Nesta plataforma midiática, a ideia é adicionar amigos, isto é, pessoas que você conheça presencialmente, muito embora as pessoas possam dar outros usos à rede. Além disso, a partir da função “curtir”, é possível acompanhar notícias de páginas relacionadas a eventos, empresas, programas televisivos, pessoas, dentre uma gama de outras temáticas possíveis. O *Facebook* permite amplas possibilidades de interação entre usuários(as), através de postagem de textos, imagens e vídeos que, além de

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://adamadeferro.com/>>. Último acesso em: 21 jun. 2018.

“curtidas<sup>18</sup>”, podem ser comentados ou ainda compartilhados nos perfis de outras pessoas (a depender das configurações de privacidade de cada perfil). Todas as lutadoras participantes da pesquisa possuem perfis na rede social em questão que, portanto, foi uma das portas de entrada para o contato com as mesmas e manteve-se como uma das principais fontes de dados e canal de interações breves entre mim e elas.

As postagens das atletas no *Facebook* foram acompanhados diariamente e, quando consideradas potencialmente relevantes para a pesquisa, salvas em arquivo digital, a partir de cópia da imagem da tela (função *print screen*), de modo a salvar a postagem na íntegra. A maioria das lutadoras faz uso diário da rede social, realizando uma ou mais postagens ao longo do dia. Em geral, as postagens são relativas a imagens de treinamentos ou lutas. É igualmente comum que postem fotos de si mesmas nas quais se julguem belas, ou simplesmente para compartilhar pequenos acontecimentos cotidianos, retratados na forma de *selfies* (isto é, fotos delas, tiradas por elas mesmas). Postagens com *links* para notícias relacionadas às suas carreiras, bem como vídeos, também ocorrem com relativa frequência. Inclusive, há atletas que, além de seus perfis pessoais, possuem páginas como pessoa pública (atleta) na rede, que podem ser “curtidas” por fãs e demais pessoas interessadas em acompanhar seus trabalhos. Também é comum que as atletas postem fotos divulgando seus patrocinadores.

Importa destacar que, para a interlocução com as atletas, optei por utilizar-me da conta que eu já possuía no *Facebook*, na qual estão meus familiares e pessoas com as quais possuo vínculos de amizade, dentre outros, onde estão postagens de minha vida pessoal, minhas viagens, animais de estimação, onde encontram-se explicitados meus gostos e algumas de minhas opiniões pessoais. Tal opção se deu intencionalmente, objetivando buscar uma relação de troca o mais horizontalizada possível entre pesquisadora e interlocutoras, de modo que não só eu tive acesso a parte significativa da vida delas, mas elas também à minha. Em virtude da centralidade que as questões de gênero e sexualidade assumem nesta pesquisa, tomei certa cautela com os conteúdos de minhas postagens no que tange a tais temáticas, de forma a evitar polêmicas com lutadoras que eventualmente discordassem de meus posicionamentos, além de não as sugerir a dizer, nas entrevistas, o que poderiam deduzir que eu gostaria de ouvir. Também evitei a postagem de assuntos potencialmente polêmicos, como questões religiosas ou relacionadas ao cenário de golpe político vivido no Brasil neste período.

---

<sup>18</sup> Indicador gráfico a partir do qual, com um clique, o usuário pode indicar que gostou de uma postagem. Atualmente, além da função “curtir”, o *Facebook* permite sinalizar emoções associadas às seguintes palavras: “amei”, “haha”, “uau”, “triste” e “bravo”.

A interação via mensagem privada (*Facebook Messenger*) se mostrou uma estratégia interessante apenas em momentos pontuais, nos quais eu desejava esclarecer alguma informação ou conversar algo bastante rápido e pontual, pois percebi que as atletas – que se utilizam das redes sociais sobretudo a partir do celular, muitas vezes nos intervalos de treinamentos e outras atividades profissionais – não tinham o hábito de fazer das mensagens privadas desta rede social um local de bate-papo; razão que permite compreender certa resistência das interlocutoras em manter conversas mais longas através deste canal. Entretanto, algumas das atletas me forneceram seus números de telefone celular, sobretudo aquelas com quem também interagi pessoalmente, de modo que o aplicativo de troca de mensagens *online WhatsApp* (muito mais utilizado no Brasil para a troca de mensagens privadas via celular do que o *Facebook Messenger*) foi um meio de comunicação que possibilitou breves conversas, além de permitir o agendamento de encontros para entrevistas e acompanhamento de treinamentos de forma mais rápida e eficaz do que as mensagens privadas do *Facebook*. De qualquer modo, as conversas mais longas e aprofundadas que estabeleci com minhas interlocutoras de pesquisa ocorreram nos encontros presenciais.

Em pouco tempo identifiquei que o *Instagram* era outra rede social também muito utilizada pelas lutadoras. Criada para ser utilizada preferencialmente como aplicativo de celular, esta rede social permite a postagem de fotos e vídeos que podem ser editados a partir de uma variedade de filtros e que, espera-se, recebam “likes<sup>19</sup>” e comentários dos(as) demais usuários(as). É possível selecionar entre manter um perfil privado, de forma que outras pessoas somente poderão te “seguir” e ver suas postagens mediante prévia autorização, ou manter um perfil público, com as postagens acessíveis a qualquer pessoa que acesse a página de seu perfil, e as interações (*likes*, comentários) acessíveis a todos(as) que também possuam uma conta na rede. Todas as atletas que compuseram o corpus desta pesquisa optaram por manterem seus perfis disponíveis para exibição pública, como forma de ampliarem a divulgação de seus trabalhos e angariarem fãs.

Embora conhecesse o aplicativo, eu não possuía uma conta ativa, de modo que criei um perfil para fins da pesquisa – o qual acessei diariamente, salvando as postagens relevantes, tal como no *Facebook*. Nele, postava fotos relativas à pesquisa de campo presencial, mas também relativas a outros eventos de meu cotidiano acadêmico e doméstico. Ao contrário do *Facebook*, optei por “seguir” apenas lutadoras de MMA ou perfis relacionados à modalidade, mas mantive

---

<sup>19</sup> Indicador gráfico para demonstrar que um usuário gostou de uma foto ou vídeo publicados no Instagram.

meu perfil no modo público, de modo que qualquer pessoa pôde acompanhar minhas postagens e optar por me “seguir” – como o fizeram várias de minhas colaboradoras.

Frequentemente “curti” (no *Facebook*) ou “dei like” (no *Instagram*) em postagens das lutadoras, como estratégia metodológica para manter laços e demonstrar simpatia ou apoio. Eventualmente, também comentei alguma postagem, geralmente desejando sucesso quando anunciavam alguma luta, parabenizando-as por alguma conquista, ou desejando melhoras em caso de lesão ou doença. Algumas das lutadoras também interagiram espontaneamente comigo, em geral “curtindo” minhas postagens no Facebook, ou “dando likes” nas imagens ou vídeos que postei no Instagram.

Para além dos perfis e páginas das atletas nas duas redes sociais em questão, também acompanhei páginas voltadas ao universo do MMA no contexto nacional e estadunidense em ambas as redes sociais, como por exemplo “*A Dama de Ferro*”, “*Canal Combate*”, “*Revista Tatame*” “*MMA News*”, “*MMA Fighting*” e “*MMA Junkie*”; bem como páginas de organizações da modalidade, como “*UFC*”, “*UFC Brasil*”, “*UFC on Fox*”, “*Invicta Fighting Championship*”, “*Shooto Brasil*”, “*Jungle Fight*”, “*XFC International*”, “*Bellator MMA*”, “*Titan FC*” e “*Legacy Fighting*”. Notícias relevantes para a investigação foram arquivadas digitalmente.

Além disso, realizei a assinatura do “Canal Combate”, canal televisivo pago, dedicado exclusivamente à cobertura do universo das lutas. Quase a totalidade da programação é voltada ao MMA, de modo que diariamente acompanhei notícias e vídeos de lutas ou relacionados à modalidade em geral, o que possibilitou uma imersão mais completa em campo, mantendo-me constantemente em contato com o objeto de pesquisa. Também assisti a eventos de MMA transmitidos na televisão aberta.

Compuseram o corpus de investigação *online* 47 lutadoras brasileiras (dentre elas, 25 atletas também participaram da investigação presencial), cujas datas de nascimento e de primeira luta profissional de MMA, estados de origem e de treinamento atual, estão apresentados no *Quadro 1*.

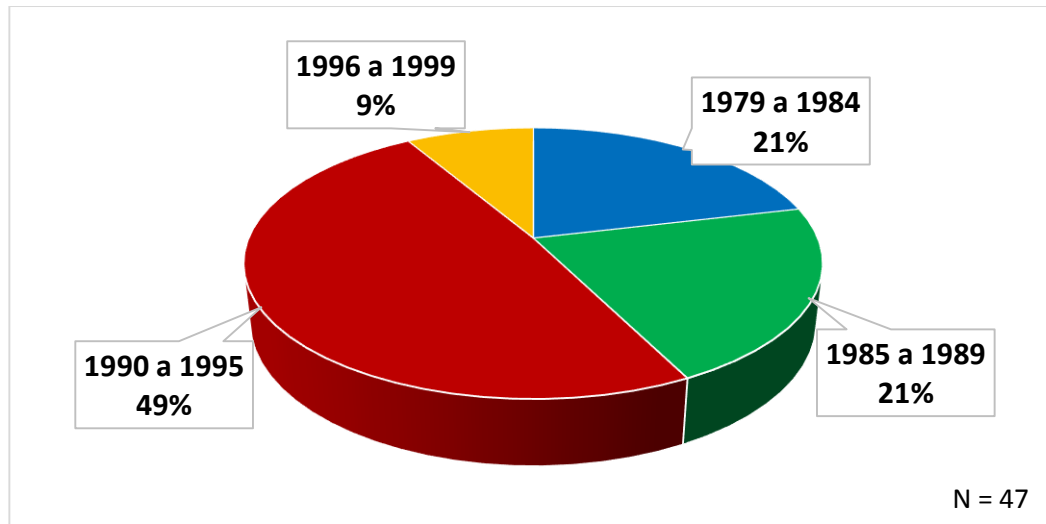
QUADRO 1 – Perfil das lutadoras que compuseram a pesquisa.

Atleta	Ano de nascimento	Ano de Estréia no MMA profissional	Estado de nascimento	Estado onde residia/treinava durante a pesquisa
1	1981	2010	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
2	1988	2013	Minas Gerais	Rio de Janeiro
3	1983	2012	Paraíba	Rio Grande do Norte
4	1983	2013	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
5	1991	2013	São Paulo	São Paulo
6	1980	2005	Pará	Rio de Janeiro
7	1994	2011	Minas Gerais	Pensilvânia/EUA
8	1984	2005	São Paulo	São Paulo
9	1993	2013	Ceará	Ceará
10	1981	2005	Santa Catarina	Santa Catarina
11	1982	2012	Mato Grosso do Sul	Rio de Janeiro
12	1993	2014	Minas Gerais	Flórida/EUA
13	1979	2004	Espírito Santo	Flórida/EUA
14	1993	2013	Rio Grande do Sul	Paraná
15	1993	2013	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
16	1986	2009	São Paulo	São Paulo
17	1994	2013	Paraná	Paraná
18	1986	2013	Paraná	Paraná
19	1991	2011	Paraná	Rio de Janeiro
20	1992	2012	Rio Grande do Norte	Rio Grande do Norte
21	1990	2012	São Paulo	São Paulo
22	1992	2012	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
23	1995	2013	São Paulo	São Paulo
24	1990	2013	Santa Catarina	Santa Catarina
25	1986	2013	Santa Catarina	Santa Catarina
26	1988	2008	Rio Grande do Norte	Nova Jersey/EUA
27	1990	2012	Paraná	Paraná
28	1985	2014	São Paulo	São Paulo
29	1994	2013	Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
30	1992	2013	Pará	Pará
31	1994	2014	Paraná	Paraná
32	1988	2008	Bahia	Flórida/EUA
33	1985	2005	Paraná	Califórnia/EUA
34	1996	2015	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
35	1995	2015	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
36	1991	2011	Santa Catarina	Paraná
37	1979	2011	Paraíba	Nova Inglaterra/EUA
38	1980	2007	Pernambuco	Flórida/EUA
39	1992	2015	São Paulo	Rio de Janeiro
40	1997	2016	Paraná	Rio de Janeiro
41	1994	2015	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
42	1985	2015	Rio Grande do Sul	Califórnia/EUA
43	1996	2012	São Paulo	Rio de Janeiro
44	1988	2016	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
45	1999	2016	Amazonas	Amazonas
46	1991	2014	Amazonas	Rio de Janeiro
47	1991	2014	Amazonas	Amazonas

Os dados evidenciaram um predomínio de lutadoras bastante jovens na modalidade (*Gráfico 1*), já que mais da metade das atletas (58%) nasceu nos anos 1990 e, portanto, possuíam idade igual ou inferior a 25 anos em 2015 (quando a pesquisa encontrava-se em andamento) e mesmo agora, em 2018, ano de fechamento desta investigação, continuavam abaixo da casa dos 30 anos. Além disso, também mais da metade (55%) das colaboradoras estreou no MMA

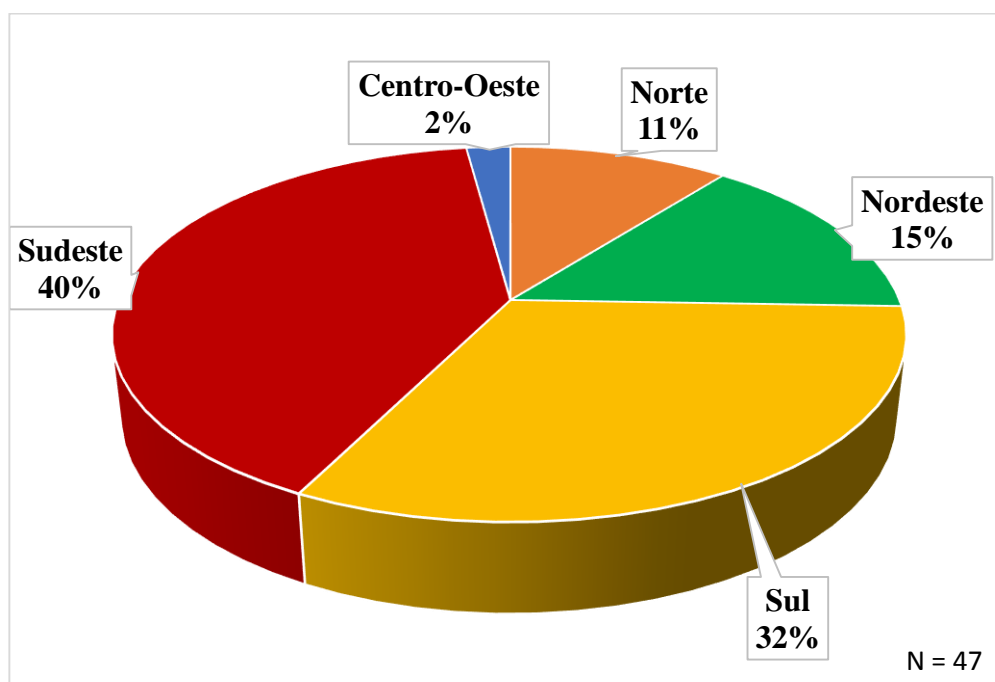
feminino profissional a partir de 2013 – não coincidentemente, o ano em que o UFC inaugurou sua primeira categoria de peso para mulheres, dando uma grande alavancada na modalidade.

GRÁFICO 1 – Ano de nascimento das lutadoras participantes.



Interessa ainda notar que, apesar de a amostra ser selecionada ao acaso, há lutadoras provenientes das cinco regiões do Brasil (*Gráfico 2*), e que a localização geográfica das equipes onde treinam atualmente também é variada (embora, na amostra em questão, não haja nenhuma equipe de MMA localizada na região centro-oeste do país), revelando como o crescimento da modalidade é expressivo em todo o Brasil, não apenas em regiões específicas. Existem, contudo, locais que são epicentros do MMA nacional, como Rio de Janeiro e Curitiba, que possuem expressividade devido ao histórico do Vale-Tudo e à antiga rivalidade entre duas pioneiras equipes: *Brazilian Top Team* (BTT), do Rio de Janeiro, e a *Academia Chute Boxe*, de Curitiba (AWI, 2012; ALONSO; NAGAO, 2013). Além disso, os estados do Amazonas e do Pará também são referências importantes para o MMA nacional, sobretudo em virtude de a região norte o berço do jiu-jitsu brasileiro (uma das artes marciais base do MMA) – retomarei essas questões relativas à gênese do MMA ao final deste capítulo.

GRÁFICO 2 – Região de origem das lutadoras participantes.



As coletas de dados ocorreram ao longo de quatro anos, de 2014 a 2018. No entanto, divido-as em dois períodos distintos: de dezembro de 2014 a dezembro de 2016 ocorreu o período sistemático de coletas de dados, no qual minha interação com o campo de pesquisa e a catalogação dos dados obtidos se deu de forma diária. Antes e após o intervalo temporal acima, também estive em contato com o campo de pesquisa, no entanto esta interação se deu de forma assistemática, não diária – em um primeiro momento, para me familiarizar melhor àquele universo; já após as coletas de dados sistemáticas, como forma de manter contato com o campo, registrando (catalogação de dados) apenas questões específicas, que acrescentassem elementos às análises previamente iniciadas.

Contatos breves, iniciados *online*, foram aprofundados e resultaram em profícuas conversas, entrevistas e momentos compartilhados. Quando cessado o contato presencial – que durou de apenas algumas horas a até 10 dias, conforme explicito na próxima seção –, minha interlocução com as colaboradoras de pesquisa se manteve através das redes sociais, tanto em momentos em que pude procurá-las para comentar questões relativas ao MMA e às carreiras delas (por exemplo: contratos com novas organizações, lesões, novas categorias para mulheres no UFC, dentre outros), ou em que a interação foi apenas forma de manter o contato e explicitar o laço desenvolvido entre nós – em mensagens que demonstravam emoções e desejos como: “saudades”, “volte pra passar mais um tempo com a gente na academia!”, “vem visitar a gente aqui nos EUA”, “vamos tentar nos encontrar em SP” – mas, sobretudo, a interlocução via

tecnologias digitais *online* foi uma forma de me manter em contato prolongado e contínuo com as lutadoras, acompanhando suas postagens e notícias relacionadas ao universo do MMA feminino, de tal forma que os campos de pesquisa digital e presencial foram complementares, ampliando e aprofundando mutuamente as questões que emergiram ao longo da investigação.

As conexões que trilhei partem do reconhecimento de que a vida cotidiana é, cada vez mais, mediada tecnologicamente, de tal forma que o digital (tanto quanto o físico/presencial) também passou a constituir o campo de pesquisa (MURTHY, 2008). O digital se tornou parte dos mundos material, sensorial e social que nós habitamos e passou a constituir parte importante de como os seres humanos constroem relações (PINK *et al.*, 2015). Neste sentido, Sarah Pink *et al.* (2015) argumentam que a etnografia digital não deve ser entendida como restrita apenas a especialistas em mídias digitais, mas como uma forma de fazer etnografia em um cenário contemporâneo no qual o digital se desdobra como parte do mundo que coabitamos com as pessoas que participam de nossa pesquisa: “fazer pesquisas com, através de, e em um ambiente parcialmente constituído por mídia digital levou ao desenvolvimento de métodos novos e inovadores e desafiou os conceitos e categorias analíticas” (PINK *et al.*, 2015, p.2).

Pink *et al.* (2015) afirmam que um dos princípios da etnografia digital deve ser a não-centralidade do digital (*non-digital-centric-ness*), isto é, que pesquisadores(as) devem descentralizar a mídia como o foco da pesquisa de mídia, para assim serem capazes de reconhecer as maneiras pelas quais ela é inseparável das outras atividades, tecnologias, materialidades e sentimentos pelos quais as mídias são usadas, experimentadas e operadas:

De fato, para antropólogos(as) - mesmo aqueles(as) que se chamam de antropólogos(as) da mídia - a ideia de estudar a mídia de uma forma que sempre a coloque no centro de análise seria problemático porque prestaria pouca atenção às maneiras pelas quais ela faz parte de conjuntos mais amplos de ambientes e relações. Além disso, como geralmente encontramos quando fazemos pesquisa etnográfica, abordando questões de pesquisa indiretamente, isso é através de algo que está relacionado de alguma forma fundamental para a mesma coisa que desejamos aprender, muitas vezes podemos produzir novos *insights* que contem-nos mais sobre o que subjaz às descobertas da pesquisa. Esses tipos de *insights* são difíceis de encontrar através de métodos padronizados de entrevista e pesquisa (PINK *et al.*, 2015, p. 9).

Assim, não me foquei no uso que minhas interlocutoras de pesquisa fazem das mídias digitais em si, mas antes, nas relações que estabelecem a partir delas, nas representações de si que buscam compartilhar com fãs, jornalistas, organizações de MMA e patrocinadores nas plataformas digitais a partir do conteúdo de suas postagens, na forma como as lutadoras de

MMA são representadas nos sites especializados e no modo como a interação *online-offline* constitui o universo em que o MMA feminino vem se desenvolvendo na contemporaneidade.

Murthy (2008) argumenta que uma combinação equilibrada de etnografia física (presencial) e digital fornece maior e mais rica variedade de métodos para contar histórias sociais: quando considerados conjuntamente com outros dados (por exemplo, entrevistas), as redes sociais podem fornecer relatos biográficos de profundidade única, possibilitando uma maior compreensão das cenas e respondentes, de tal forma que os métodos *online* ajudam no sucesso da etnografia presencial e vice-versa.

## 1.2 Corpo a corpo

*No chat do Facebook Messenger:*

Pesquisadora – *Oi, Wanessa! Já cheguei no hotel. Você está por aqui? Preparando-se para a luta?*

Wanessa – *Oi! Estou no quarto 411, pode vir aqui.*

Peguei o elevador e desci até o quarto da atleta. Encontrei-a sentada em uma cadeira, enquanto uma cabeleireira trançava seus cabelos – como tipicamente as lutadoras fazem antes de suas lutas, a fim de manter os madeixas longas sob controle durante os combates (rabos de cavalo simples não funcionam, porque se desfazem facilmente com o contato). Logo ao lado, na cama, estava o treinador da atleta. Ainda meio tímida, cumprimentei a todos(as), desejei uma boa luta a ela, e, poucas horas depois, rumei para o ginásio esportivo do São Paulo Futebol Clube, onde ocorreu o *Xtreme Fighting Championship International 9 (XFCi 9)*, evento de MMA no qual, além de Wanessa, outras quatro atletas brasileiras subiram ao *cage*. Após as lutas, observei que as atletas caminhavam pelo ginásio, então aproveitei para contatar cada uma delas pessoalmente e me apresentar para aquelas que, até então, apenas me “conheciam” do *Facebook*. Foi quando elas me contaram que estavam aguardando o pagamento de suas bolsas (expressão êmica, relativa ao pagamento que recebem por cada luta, já que atletas de MMA não possuem salário fixo). Perguntei se poderia aguardar com elas e fui atendida. Nos bastidores, no subsolo do ginásio, aguardávamos em uma espécie de saguão enquanto cada atleta entrava individualmente em uma sala, com portas fechadas, e recebia um cheque com o valor acordado em contrato. Foi uma oportunidade de estabelecer pequenas conversas informais, despreziosas, com aquelas cinco atletas; de começar a tatear como funcionariam nossos contatos presenciais, sentir que elas pareciam receptivas à minha presença ali e que a informalidade daria o tom de nossas conversas e encontros – o que se confirmou quando, sabendo que eu havia me hospedado no mesmo hotel em que elas estavam, Wanessa me ofereceu que voltasse de carona com elas na van dos(as) atletas (Diário de Campo, 14/03/2015).

Este fragmento relata minha entrada no campo de pesquisa presencial, ocorrida na capital paulista. Como estratégia para facilitar minha aproximação com as atletas, hospedei-me no mesmo hotel em que a organização do evento as havia hospedado, no bairro de Itaim Bibi, região nobre da cidade. Funcionou. Na manhã seguinte ao evento pude encontrar com elas em áreas comuns do hotel e também nos quartos, e realizar algumas entrevistas iniciais, além de já começar a articular possibilidades de futuras idas a campo, explicitando lhes que gostaria de assistir a treinamentos e acompanhar, por períodos de tempos mais prolongados, seus cotidianos. Nessas primeiras interações pude sentir que elas estavam abertas à minha presença e entendiam (interpretação minha) meu trabalho como uma forma de valorizar a atuação profissional delas e o MMA feminino.

Os dados oriundos das interações *off-line*, isto é, das incursões presenciais a campo, foram coletados através de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e conversas espontâneas com 25 das 47 atletas cujos perfis foram apresentados no *Quadro 1*. Os registros das observações foram sistematizados em diários de campo, as entrevistas registradas por meio de gravador de áudio e posteriormente transcritas, e as conversas espontâneas e materiais imagéticos produzidos por mim quando das incursões a campo, foram guardados em arquivos digitais. Em virtude de estar lidando com temáticas potencialmente sensíveis, ao menos para parte das atletas envolvidas, por tocar em questões relativas ao gênero e à sexualidade, bem como na utilização de drogas para melhoria de performance (esteroides anabolizantes, dentre outras), a opção ético-metodológica adotada foi a de preservar o anonimato das colaboradoras de pesquisa.

Assim, ao apresentar dados provenientes dos perfis das atletas nas redes sociais, bem como dos encontros presenciais, minha estratégia consistiu em omiti-los ou substituí-los por nomes fictícios (codinomes) em situações em que desejei especificar a autoria da fala. É importante pontuar, entretanto, que em alguns trechos específicos do trabalho realizei uso do nome real das lutadoras para tratar de questões que foram publicadas na mídia esportiva – já que, neste contexto, não fazê-lo teria mínima ou nenhuma eficácia em preservar o anonimato das atletas.

Apenas uma semana após o *Xtreme Fighting Championship 9 (XFCi 9)* em São Paulo, já estava pousando na cidade do Rio de Janeiro para o *UFC Fight Night 62*, edição da maior organização mundial de MMA, que contava com a participação de outra interlocutora de pesquisa no *card*. Também aproveitei minha ida à cidade – onde se localizam algumas das maiores equipes de MMA do país – para, pela primeira vez, passar uma semana acompanhando os treinamentos de uma atleta que é membro de uma dessas grandes equipes em questão, o que

permitiu que eu começasse a estreitar vínculos e a adensar as análises. E, assim, o campo de pesquisa foi se abrindo, fui sendo aceita pela maior parte atletas com quem entrei em contato e os vínculos foram se fortalecendo, de tal forma que as conexões estabelecidas foram construindo um importante capital social que permitiu não apenas que eu transitasse em eventos de artes marciais mistas e em renomadas equipes e academias da modalidade, mas também em quartos e *lobbys* de hotéis onde minhas interlocutoras foram hospedadas, até chegar a hospedagens solidárias na residência de atletas, refeições compartilhadas e bate-papos na praia.

Estabeleceu-se assim um fluxo que me levou a transitar e re-transitar entre diversas cidades e estados no Brasil e nos Estados Unidos: estive nas cidades brasileiras de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Manaus, Duque de Caxias (na baixada fluminense), Bauru, Marília e São José do Rio Preto – as três últimas, cidades do interior paulista. Nos EUA, fui da costa oeste – Los Angeles, Culver City, Huntington Beach e Costa Mesa, no sul da Califórnia – à Coconut Creek (Flórida), na costa leste, com passagem em Kansas City (Missouri), na região central do país. No total, estive em 10 eventos de MMA, todos contando com lutas femininas em seus *cards*:

Retornando ao Rio de Janeiro para o *UFC 190*, em agosto de 2015, pude acompanhar a efervescência causada pela vinda da campeã Ronda Rousey ao país para lutar contra Bethe Correia – primeira atleta brasileira a disputar um cinturão na organização estadunidense. Estive ainda no *UFC 198*, para a aguardada estreia da brasileira Cristiane Cyborg no UFC, ocorrida em Curitiba (maio/2016), e na estreia da organização na região norte do Brasil, em Belém (fevereiro/2018), no *UFC Fight Night 125*. Nestas ocasiões, além das lutas em si, foi possível acompanhar a extensa programação que a organização produz para mídia e fãs, na chamada “semana da luta”, que envolve as “pesagens” realizadas antes das lutas, o “treino aberto” (momento em que os(as) principais atletas envolvidos(as) no evento em questão fazem leves e rápidas demonstrações de seus treinamentos ao público) e o *media day* (dia de entrevistas para veículos jornalísticos).

Também voltei à São Paulo para o *XFCi 11* (setembro/2015), evento televisionado ocorrido no centro de treinamento da organização, com assistência presencial voltada apenas a pessoas convidadas. Em virtudes de laços previamente estabelecidos em encontros presenciais, uma de minha colaboradoras de pesquisa colocou-me em sua lista de convidados(as), o que permitiu meu acesso privilegiado ao evento.

Estive ainda no *Predador Fight Championship* (Dezembro 2015, Marília-SP) e no *MMA Demolidor Fight* (Junho/2016, Bauru-SP), eventos menores ocorridos no interior paulista, e no *Baixada Top Fight 5*, em Duque de Caxias-RJ; além de ter participado de seminário de artes marciais mistas com uma renomada atleta de MMA nacional, também minha colaboradora de pesquisa – ocorrido em São José do Rio Preto-SP (Fevereiro/ 2016).

Em Kansas City, nos Estados Unidos, acompanhei ao *Invicta Fighting Championship 20*, evento estadunidense voltado exclusivamente ao MMA feminino, em cujo *card* ocorreu a participação de duas atletas brasileiras – uma delas, disputando o cinturão da categoria Peso Palha. Em solo estadunidense, participei ainda de um evento festivo ocorrido em um bar na cidade californiana de Huntington Beach (Outubro/2016), que trazia como presenças *vip* duas atletas brasileiras de MMA, em comemoração às vitórias que ambas haviam obtido em lutas recentes.

O que me levou aos EUA<sup>20</sup> foi o fato de a imersão em campo revelar a existência de um fluxo de lutadoras brasileiras de MMA para aquele país, em busca de melhores condições de treinamento, e também em virtude do papel de centralidade assumida pelo estadunidense UFC e o sonho de muitas atletas brasileiras em serem contratadas pela organização ou por outros eventos e /ou organizações locais, como o próprio *Invicta FC*. Os Estados Unidos é o país onde ocorre o maior número de lutas de MMA na atualidade (com o Brasil figurando na segunda colocação), com maciça presença brasileira, cuja participação vai desde treinadores e lutadores(as) a empresários e proprietários de academias de Artes Marciais, sobretudo as de Jiu-jitsu brasileiro (*Brazilian Jiu Jitsu*).

Além dos eventos de MMA, destaco os períodos prolongados que passei com algumas lutadoras, acompanhando-as em seus cotidianos de treinamentos, transitando em importantes academias de MMA no Brasil e no cenário estadunidense, em períodos que variaram de uma semana a até 10 dias em cada localidade. Para além do já citado período que passei em academia na cidade do Rio de Janeiro (Março/2015), também permaneci por uma semana na periferia de Duque de Caxias (Janeiro/2016), cidade da Baixada Fluminense, hospedada na residência de lutadoras que moravam no local e participavam de um *camp*<sup>21</sup> de treinamento – expressão êmica

---

<sup>20</sup> Os dados coletados nos Estados Unidos são provenientes de estágio de pesquisa realizado com bolsa Fapesp (BEPE) na *University of California in Los Angeles* (UCLA), onde fui *Visiting Graduate Researcher* no *Department of Gender Studies* (Departamento de Estudos de Gênero).

<sup>21</sup> Expressão êmica. Nome dado a um período específico de treinamento, geralmente visando à preparação para um combate ou o aprimoramento das técnicas em determinada arte marcial.

referente a um período de treinamento no qual se visa a preparação para um combate em específico, ou o aprimoramento das técnicas em determinada arte marcial – que reunia lutadoras da filial local e da matriz da equipe, a única no país a voltar suas atividades prioritariamente ao MMA feminino.

Em Curitiba (maio/2016), permaneci por 10 dias acompanhando três atletas em seus cotidianos de treinamento em uma grande equipe de MMA nacional. Lá, fui também “seduzida” para o *corpo a corpo*: atendendo ao convite de uma de minhas interlocutoras e também à minha vontade pessoal, topei participar de uma aula coletiva de muay thai (para iniciantes) ministrada por ela. Foi meu primeiro contato com esta modalidade de arte marcial, uma das mais presentes no MMA. Embora esta não fosse uma de minhas estratégias metodológicas quando iniciei esta investigação, a possibilidade acabou por surgir espontaneamente a partir da imersão no campo de pesquisa. Mesmo antes desta experiência no sul do país, eu frequentemente era perguntada pelas atletas colaboradoras se lutava alguma arte marcial e, diante da resposta negativa que obtinham, elas sempre tentavam me encorajar a iniciar a prática. Cheguei a ouvir, por mais de uma vez, indagações como: “*Mas como você faz uma pesquisa sobre MMA se você nunca lutou nada? Você precisa saber como é!*” (Diário de Campo, 05/05/2016).

Assim, não apenas pela pressão das lutadoras – que encarei como um encorajamento, muito mais do que uma crítica (embora também fosse uma crítica construtiva) – mas também devido a meu gosto pelas artes marciais, senti-me confortável para me aventurar nesta seara. Além do laço de simpatia estabelecido com a colaboradora em questão, foi preponderante o fato de que eu havia recém emagrecido cerca de 20 kg e vinha realizando outras atividades físicas sistematicamente, o que me garantia algum preparo físico e fez com que me sentisse apta a arriscar meu primeiro contato com uma arte marcial. Outras interlocutoras de pesquisa já haviam insistido para que eu realizasse parte de um treinamento com elas, e, na verdade, essa também era a minha vontade – o desejo de experimentar aquelas técnicas sendo aumentado ao passar tantas horas a observar treinamentos –, mas devido à minha forma física naquele momento e à falta de condicionamento, senti-me insegura e recusei, respondendo-lhes algo como: “*estou muito pesada e sedentária, não dou conta. Deixa eu emagrecer um pouco que aí tento treinar, numa próxima vocês me ensinam*” (e ali se foi a oportunidade de treinar com uma das brasileiras de maior destaque no UFC e suas colegas de equipe).

Quando enfim experimentei o muay thai, o gosto pela modalidade foi imediato, de modo que, quando retornei de Curitiba à minha cidade de residência (Bauru-SP), matriculei-me em uma academia e iniciei meus treinamentos. Pude sentir, então, que as atletas aprovaram minha atitude de ter começado a treinar uma arte marcial, o que demonstraram a partir de

curtidas e *likes* quando postei fotos de treinamentos meus nas redes sociais, conferindo outra legitimidade à minha presença no campo de pesquisa e na forma como elas – que já eram, no geral, receptivas à minha presença – se relacionaram comigo, pois eu já não era mais alguém totalmente “de fora”, ia deixando de ser alguém que, aos olhos das lutadoras, seria incapaz de compreender efetivamente o universo no qual estava imersa, por nunca tê-lo vivenciado corporalmente.

Foi com esta nova legitimidade diante do campo que me hospedei por um período de 10 dias na casa de uma de minhas colaboradoras em Coconut Creek, na Flórida (Novembro/2016), momento em que pude observar os treinamentos dela e de outras interlocutoras de pesquisa em uma das maiores academias de Artes Marciais Mistas do mundo – e que conta com expressiva presença brasileira, dentre atletas, treinadores e empresários. Do outro lado do país, no sul da Califórnia, efetivamente participei de treinamentos de muay thai em três academias de artes marciais nas cidades de Culver City, Huntington Beach e Costa Mesa, localidades nas quais o fluxo de lutadoras me levou a transitar. Essa escolha deveu-se ao desejo de continuar a prática da modalidade que havia recém iniciado no Brasil e ao entendimento de que aquela era uma oportunidade de, através de meu próprio corpo, compreender melhor como funcionavam os treinamentos de arte marcial no país que tem atraído atletas de MMA do Brasil, ampliando a experiência etnográfica.

Em uma dessas academias, tive a oportunidade de participar do treinamento (para iniciantes) conduzido pelo treinador de muay thai de uma de minhas colaboradoras. Em outra, participei de aula conduzida por uma lutadora profissional de MMA. A *Figura 1* exhibe registro fotográfico feito no momento em que me encontrava em ação nesta segunda academia, sede de uma conceituada equipe de MMA liderada por treinadores brasileiros.



*Figura 1.* Pesquisadora (luvas vermelhas) durante treinamento nos EUA.

Após meu retorno ao Brasil, permaneci na prática sistemática de muay thai por cerca de mais um ano em minha cidade de residência. Este foi um importante meio de continuar a fomentar e aprofundar, carnalmente, reflexões que fui desenvolvendo ao longo deste trabalho. Etnografias como as realizadas por Loic Wacquant (2002) com boxeadores, e Dale Spencer (2013) com lutadores de MMA, nas quais os pesquisadores efetivamente se envolveram corporalmente com o campo de pesquisa, engajando-se no cotidiano de treinamentos e de combates, bem como a etnografia do brasileiro César Sabino (2004), na qual o pesquisador inseriu-se pessoalmente em um projeto de *bodybuilding* em sua pesquisa com fisiculturistas, ajudam a elucidar melhor a importância metodológica deste nível de envolvimento com o campo de pesquisa em trabalhos nos quais o corpo é um elemento central de investigação.

Não assumi a pretensão de um envolvimento na dimensão daquela realizada pelos pesquisadores supracitados, uma vez que minha participação nos treinamentos deu-se em caráter de experimentação e fruição do universo das artes marciais, em turmas comerciais, e não em equipes de treinamento profissional – não participei de nenhuma competição, tampouco cheguei a submeter-me a exames de graduação. Contudo, em termos metodológicos, meu olhar e capacidade analítica foram profundamente sensibilizados para questões que permeiam cotidianamente a vida de minhas colaboradoras de pesquisa e que passei a compreender corporalmente, como a contundência dos golpes, as dores, o risco constante de lesões traumáticas e o quanto muitas vezes esse risco parece ser minimizado, no processo de espetacularização do MMA, bem como para a complexidade envolvida no fato de treinarem em ambientes que, em geral, ainda são dominados por homens.

Enquanto Wacquant (2002) afirmou que o corpo e alma dele foram consumidos pelo boxe, Spencer (2013), parafraseando-o, afirmou que sua narrativa era o produto do engajamento de muitos corpos e almas. No que se refere à minha etnografia com o MMA feminino, creio que a segunda frase se aplique melhor.

### **1.3 Marcas de gênero em corpos marcados**

Logo nas primeiras incursões presenciais a campo, algumas questões emergiram de forma latente. Uma delas foi a percepção de como os treinamentos da modalidade são ainda mais intensos do que pareciam ser pela televisão: exigem muita força muscular, condicionamento cardiorrespiratório excelente e amplo domínio das técnicas – tanto para obter êxito nos golpes, quanto para se proteger adequadamente. Outra questão latente é o fato de

haver, nas academias de MMA, uma esmagadora maioria de lutadores, homens. Também me deparei apenas com “mestres”<sup>22</sup> homens conduzindo os treinamentos das diversas artes marciais envolvidas na prática da modalidade. Nas lutas oficiais, há categorias separadas para homens e para mulheres, mas os treinamentos são mistos. As mulheres em geral demonstram-se habituadas a treinar com os homens, e eles também parecem estar cada dia mais familiarizados à presença delas como companheiras de treinos. No entanto, os atletas frequentemente assediam as atletas, em tom jocoso, de brincadeira, mas com apelo fortemente sexual: “*Ficam dando em cima da gente toda hora!*” (Beatriz, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015) – conta-me uma das lutadoras, quando perguntada sobre como é treinar com uma maioria de homens. Conviver naquele ambiente exige que elas relevem o assédio, tornando-o uma brincadeira aceitável e naturalizada no cotidiano dos treinamentos. O MMA é um espaço de constituição e legitimação da masculinidade dos lutadores e, com a presença cada vez maior de mulheres neste território controlado por eles, o assédio constante a elas parece ser tanto uma forma de se afirmarem enquanto donos daquele território, como também de se exibirem como “machos verdadeiros” diante do grupo. O tipo de “macho” que não resiste a uma mulher “gostosa”, que simplesmente não consegue controlar seus impulsos sexuais.

Até mesmo os treinamentos – no caso, especificamente os treinamentos de Jiu-Jitsu, ou seja, de luta agarrada (expressão êmica), no solo – são vistos a partir de uma ótica de profissionalismo apenas quando executados entre homens. Quando determinadas atividades do treinamento são praticadas entre um homem e uma mulher, emerge, por parte dos lutadores, uma visão fortemente sexualizada:

*Já aconteceu de cara que é faixa preta aqui na academia, e eu falar pra darmos um rola [expressão êmica: fazer um treino de Jiu-Jitsu], e o cara falar ‘me desculpe, não dou rola com mulher’. Mas aí o cara nunca deu rola com mulher por quê? Porque ele não se controla, tá entendendo? Como já aconteceu de eu fazer rola com outras pessoas, e o cara não saber se controlar, e ficar de pau [pênis] duro. Então, tudo tem suas circunstâncias. Tem gente que sabe lidar com mulher, tem gente que... [...]. Esse cara me falou: ‘olha, eu não faço rola com mulher. Não é nem que eu tenho preconceito, só que eu não consigo controlar. Então pra não acontecer uma situação meio que chata, de acontecer alguma coisa, prefiro não fazer’. Eu achei até legal, porque o cara poderia fazer e de repente... Mas não, ele não quer! Sempre foi assim a vida inteira (Paula, entrevista à pesquisadora, 27/03/2015).*

---

<sup>22</sup> Expressão êmica. Na maioria das artes marciais, o(a) praticante adquire a graduação de mestre depois de obter a última graduação existente na faixa preta. Porém, a obtenção do grau de mestre varia, pois cada arte marcial tem seu sistema. Os líderes das equipes de MMA (em geral) são mestres em alguma Arte Marcial.

As anotações de meu diário de campo também explicitam o constante assédio sofrido pelas lutadoras, conforme presenciei enquanto acompanhava os treinamentos de uma das interlocutoras:

Após o almoço – na própria academia – os lutadores e minha interlocutora sobem de volta ao tatame para descansar, enquanto aguardam pela próxima sessão de treinamento. Dois colegas de equipe, já deitados em um grande colchão esportivo, brincam com ela, em tom maliciosamente sexualizado: “vem cá, deita aqui [perto]! Ela sorri, talvez até mesmo sentindo-se valorizada. Eles insistem, reforçando o convite, e um deles oferece: “deita aqui, tem travesseiro [no caso, o aparador de chute]”! Ela nada diz, apenas pega uma de suas luvas de boxe, para fazer de travesseiro, e se deita ao lado do outro rapaz, virada de bruços, de costas para ele, que prontamente reage, brincalhão: “vixe, não encosta [as nádegas próximo ao quadril dele] assim não!”, dando a entender que a proximidade física dela – que não estava encostada nele – o faria ter uma ereção. (Diário de campo, 23/03/2015).

Além disso, o contato prolongado com o campo acabou por evidenciar que o treinamento com uma maioria de homens reserva outras complexidades, muitas vezes não reconhecidas ou até negadas por boa parte de minhas interlocutoras: enquanto não são poucas as atletas que conferem grande valor ao fato de treinarem com homens – devido a seu entendimento de que os lutadores (na maioria dos casos) são mais fortes e mais rápidos do que elas e que, portanto, treinar com pessoas com capacidades físicas superiores às delas lhes conferiria vantagens, deixando-as mais preparadas para quando lutam com outras mulheres, além de conferir-lhes motivos de orgulho, já que resistem treinando contra lutadores que na maioria das vezes levam vantagem física sobre elas –, há algumas atletas que me relataram o quanto esta relação marcada pelas diferenças de sexo/gênero é muito mais delicada no dia a dia do que parece, já que em geral elas precisam estar extremamente atentas à força que aplicam em cada golpe contra eles pois, caso estes considerem que elas estão lhes machucando, tendem a revidar com força em demasia, apelando para sua suposta supremacia física.

Durante os dias que passei acompanhando o cotidiano de treinamento de sua equipe, Ana contou-me que esta é a razão pela qual prefere treinar com mulheres:

*Eu posso dar meu 100% no treino e elas também vão dar 100% e ninguém fica com receio, não preciso ficar me preocupando em segurar para o cara não bater de volta com muita força. É mais equilibrado assim, e na hora da luta pra valer, é com mulheres que vou lutar, então faz mais sentido treinar com elas” (Entrevista à pesquisadora, 13/01/2016).*

Já Giovana, que treina com uma maioria de atletas homens em seu cotidiano, desabafou sobre as dificuldades enfrentadas:

*Os meninos, enquanto não estiver batendo neles, tudo bem. Mas se bater, eles revidam mais forte. Tem que aguentar porrada, principalmente na academia. Posso estar chorando, mas lá eles continuam me batendo. Não estão nem aí. Já acostumei, mas choro todo dia. Sou muito chorona”* (Entrevista à pesquisadora, 08/02/2018).

Também Paula fez-me confissão similar, em breve diálogo que travamos ao final de uma sessão de treinamento dela, ao contar-me que por vezes segura o choro no treino, mas vai chorar escondida no banheiro quando sente que não está conseguindo se sair bem no treinamento que, no caso dela, também é quase sempre com atletas homens (Diário de Campo, 19/03/2015).

Além disso, quando falo no receio delas em “machucar” os lutadores e sofrer as consequências, falo tanto em sentido literal quando figurado, já que, em uma sociedade como a brasileira, onde o machismo é estrutural e ainda bastante forte, “apanhar” de uma mulher é duplamente humilhante para um atleta homem, que tende a se sentir emasculado, já que, não apenas foi sobrepujado como atleta mas, principalmente, foi sobrepujado por uma mulher. Eu mesma acredito ter vivenciado situação similar, como praticante de muay thai ao longo desta investigação, conforme relatei em detalhes em meu diário de campo:

Após eu já estar há quase um ano treinando a modalidade, a academia criou uma nova turma, que intitulou de “muay thai avançado”. Essa turma é aberta para todos(as), mesmo quem ainda não é graduada (como eu), e é voltada para o treinamento corpo a corpo, simulando uma situação real de combate – ao contrário do que ocorre nas turmas convencionais em aulas comerciais, em que, na maior parte do tempo, os golpes são desferidos contra aparadores, não diretamente contra o corpo do(a) companheiro(a) de treinamento. Para esse treinamento foi pedido que, além de luvas e bandagens, que já usávamos, também usássemos caneleiras e protetor bucal. Fiquei bastante empolgada pois vinha me saindo bem nos treinamentos até então, e me agradava a ideia de um treinamento mais realista. Foram poucas as mulheres que fizeram coro a mim. Especificamente, mais duas – e ambas melhores do que eu tecnicamente, diga-se de passagem, uma delas atleta e competidora de muay thai. Enfim, ameí a primeira aula da turma avançada. Cheguei em casa em êxtase e meu êxtase era compartilhado por colegas de treinamento que, sentindo a mesma descarga de adrenalina que eu sentia naquele momento – nesse dia consegui entender porque algumas pessoas são viciadas em adrenalina e esportes radicais, já que a sensação que experimentei nesse treinamento com combates corpo a corpo era muito mais poderosa e agradável do que a do treinamento convencional nos aparadores, com a emoção à flor da pele diante do risco muito mais real – postavam sem parar no grupo de *Whatsapp* da academia. Um deles, meu amigo, aproveitou para me elogiar e, ao mesmo tempo, “jogar lenha na fogueira”, dizendo que eu estava lutando bem e que meus golpes eram fortes. O professor entrou na “brincadeira” e

disse que tinha apanhado de mim. Também brinquei, respondendo que aquilo só havia acontecido porque ele havia me deixado ser bem sucedida, e agradei pelo *fair play* de não ter “apelado” (já que claramente não tenho o mesmo preparo do que ele). De fato, no treino, ele havia me deixado bater, quase que apenas se limitando a se defender. Essa é uma prática comum dele que, por possuir muito mais técnica e velocidade do que a maioria de nós, muitas vezes apenas se esquivava de nossos golpes, que acabam por atingir o vazio. No entanto, a estratégia dele não foi muito bem sucedida, já que consegui conectar alguns socos em seu rosto nesse treinamento. No meu julgamento, foram socos com força mediana, isto é, não foram tão fracos a ponto de apenas tocarem seu rosto, mas foram muito menos contundentes do que seriam se eu quisesse desferir socos com intenção de machucar ou tentar nocautear. [...] O segundo treinamento da turma avançada, contudo, foi bem diferente. Desde o início o professor demonstrou que, naquele dia, os golpes seriam mais contundentes, o que ficou evidente no *sparing*<sup>23</sup> que realizou com Pedro e, após, com Renata<sup>24</sup>, a atleta, que, mesmo com um corte aberto em seu rosto após um chute do professor atingir-lhe de raspão, seguiu lutando. No entanto, achei que, por eu ser ainda iniciante, o professor “pegaria mais leve” comigo, como em nossa experiência anterior. Estava errada: ele me atingiu com dois chutes na cabeça, na região do osso temporal. Não cheguei a cair nem a perder o equilíbrio com os golpes, que não foram tão fortes para tal, mas fortes o suficiente para me deixar mentalmente confusa por alguns segundos e, confesso, com medo de apanhar mais. Segui até o final do nosso *round* de 2 minutos, mas possivelmente não me lembraria dele com tantos detalhes, não fosse o vídeo feito por um dos meus colegas de treinamento. Nele, é possível ver como o primeiro chute entra “limpo”, sem eu nem esboçar defesa, já que, para ser sincera, sequer vi o chute vindo em minha direção e, por estar acostumada a treinar apenas com aparadores (portanto, a treinar apenas o ataque, e não as técnicas de defesa), não tenho a defesa de chutes como um movimento automatizado. Após receber o chute, meus olhos involuntariamente se arregalaram, dei alguns passos para trás, evitando-o, ao mesmo tempo em que tentava processar o que havia acontecido. Depois, não querendo dar o braço a torcer e no calor da adrenalina à mil, resolvi (em um misto de ingenuidade e estupidez) tentar revidar o chute na cabeça. Ele defendeu com facilidade e imediatamente contra golpeou com um segundo chute em meu osso temporal, exatamente no mesmo local do primeiro. Embora eu esperasse que isso pudesse acontecer, não fui capaz de colocar a guarda (defesa) a tempo e ele, muito mais rápido e técnico do que eu, mais uma vez me atingiu. Imediatamente, senti uma pressão na cabeça que achei que passaria em alguns minutos (mas que só passou quase 48h depois, quando, já bastante preocupada, me dirigi a um hospital, onde recebi analgésicos endovenosos e fui submetida a uma tomografia que, felizmente, não identificou nenhuma lesão em meu crânio ou cérebro), mas meu principal

---

<sup>23</sup> Expressão êmica oriunda da língua inglesa e que se refere à modalidade de treinamento na qual há combate corpo a corpo. A intensidade dos golpes é, em geral, previamente definida pelo treinador ou acordada pelos(as) próprios(as) atletas, podendo variar de golpes leves, que apenas tocam o corpo do(a) parceiro(a) de treinamento, a golpes de fato contundentes. No entanto, por vezes este acordo é implícito, e vai sendo estabelecido e reestabelecido a medida em que cada companheiro(a) de treinamento sente a intensidade empregada pelo(a) outro(a), em lógica que segue à máxima: “*se você me bater forte, vai apanhar forte de volta*”. O mesmo ocorre no que diz respeito à seleção dos golpes autorizados em cada sessão de *sparing*: entre atletas profissionais, é usual não permitir a execução de cotoveladas, pois estas abrem cortes profundos com facilidade. Nos treinamentos comerciais que realizei, havia um acordo implícito, a partir do qual nós alunos(as) não executávamos cotoveladas nem joelhadas, e apenas desferíamos chutes nas pernas (poupando costelas e cabeça). No dia do treinamento relatado em diário de campo, contudo, este acordo foi alterado pelo professor, surpreendendo-nos.

<sup>24</sup> Faço uso de nomes fictícios para preservar o anonimato de meus/ minhas colegas de treinamento.

incômodo naquele momento foi a frase dita pelo instrutor logo após ao chute, e que ficou martelando em minha cabeça tanto quanto a cefaleia ocasionada pelos golpes: *“para dar aquela chacoalhada no cérebro”*, falou ele, rindo, enquanto olhava para meus colegas que haviam filmado o chute recém desferido (Diário de Campo, 12/01/2018).

É sintomático constatar como não foi para mim que o professor olhou quando fez o comentário acima, foi para outros homens. E foi logo na aula seguinte a ter “brincado” que eu havia batido nele no treinamento anterior. Foi uma forma de me colocar em meu devido lugar. Lugar não apenas de iniciante, mas de mulher. Foi uma forma dele reafirmar mais do que sua supremacia como instrutor, sua supremacia como homem. O “macho alfa” daquele território estava me mandando um recado: *‘olha o que um chute meu sem tanta força faz com a sua cabeça, imagine o que eu poderia fazer contigo, se quisesse’*.

Esse acontecimento de fato “chacoalhou” meu cérebro, mas não exatamente no sentido pretendido por ele: acabei me sensibilizando para o quão complexo e intimidador pode ser treinar com homens, especialmente quando eles se sentem de alguma forma ameaçados por nossas presenças – mesmo que, ali, fosse uma situação bastante desproporcional: a aluna iniciante, de um lado, o instrutor, com alta graduação na arte marcial em questão e atleta profissional, de outro. Além disso, foi importante como pesquisadora perceber, através de alguns lembretes corporificados, ao longo dos treinamentos, o quanto os golpes são contundentes e machucam e/ou podem machucar, já que muitas vezes, por conta do maciço processo de espetacularização que o MMA sofreu nos últimos anos, acaba por ser vendida a sensação de que as técnicas de artes marciais são menos danosas e/ou letais do que potencialmente podem ser.

Em estudo etnográfico realizado por Samuel Thomazini, Cláudia Emília Moraes e Felipe Almeida (2008) com lutadores e uma lutadora de MMA, ficou evidente a existência de representações ambíguas associadas à presença feminina nas academias investigadas: ao mesmo tempo em que estes são espaços de afirmação dos ideais predominantes de masculinidade, nos quais as mulheres ou são estigmatizadas como existências estranhas naquele universo ou como presenças submissas aos homens, alguns lutadores consideram a presença da lutadora uma conquista que deveria ser respeitada e valorizada.

Marco Antônio Ferretti e Jorge Knijnik (2007) publicaram um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias sobre sua atividade. Para tal, entrevistaram sete universitárias entre 20 e 36 anos, sendo três boxeadoras, duas capoeiristas e duas caratecas. Os resultados mostraram que elas se envolveram com a atividade física na infância, na escola e incentivadas pelos pais; e que esta prática se encerrou na adolescência, em função das normas

de gênero que impunham modelos corporais ligados a uma feminilidade hegemônica, para ser retomada novamente na vida adulta. O estudo identificou que:

As lutadoras aqui estudadas não têm a pretensão de “finalizar” ninguém, são universitárias que lutam, porém de forma suave. Descobriram que as lutas podem ser uma forma agradável de manter o corpo em forma, uma opção diferente de atividade física, mas que ainda não é muito bem vista para mulheres, então, criam formas, ideologias e produzem discursos que podem deixar a atividade mais feminina, mais palatável a sua identidade de gênero. Elas lutam, porém sem “pegar forte”, afinal, muita força é atributo natural dos homens, segundo elas (FERRETTI; KNIJNIK, 2007, p. 75).

Afirmando que o esporte não tem sexo, as praticantes de lutas se protegem contra qualquer inferência sobre a sua sexualidade ou mesmo sua identidade de gênero (FERRETTI; KNIJNIK, 2007). Ao mesmo tempo, denunciam preconceitos, questionando o quanto a mídia não apoia mulheres que lutam, ou mesmo o quanto os professores estão mais ligados aos homens, pois estes, por serem considerados mais habilidosos, são os que demonstram os golpes nas aulas e os que recebem maior atenção dos professores (FERRETTI; KNIJNIK, 2007).

Os autores acreditam que as experiências destas praticantes de lutas de algum modo estão “provocando reflexões e criando novos símbolos que certamente influenciarão, num futuro breve, novas opções para que as meninas e mulheres possam se desenvolver corporalmente” (FERRETTI; KNIJNIK, 2007, p. 77). Além disso, ao serem questionadas pelos pesquisadores e refletirem a respeito, “elas acabam por verbalizar questões que certamente irão trazer novos significados à sua prática, e conseqüentemente estimular a atividade de toda uma gama de pessoas que estão ao seu lado” (FERRETTI; KNIJNIK, 2007, p. 77).

Contrariamente ao estudo supracitado, observei como, mesmo que de forma tímida em relação às Artes Marciais Mistas masculinas, o MMA feminino vem ganhando espaço e aceitação midiática. Também de forma antagônica às colaboradoras do referido estudo, minhas interlocutoras praticam a modalidade com a clara intenção de “finalizar” ou “nocautear” suas adversárias. Para elas, a atividade não é um lazer ou uma maneira de manterem a forma, mas antes, sua atividade profissional. Assim, para além do assédio, músculos, suor e hematomas são algumas das características que constituem suas corporalidades enquanto lutadoras profissionais de MMA. Dor, eventualmente lesões, cortes e sangramentos, também. Uma das impressões que tive, logo nos primeiros treinamentos de MMA de uma atleta profissional que acompanhei, foi a de nunca ter visto tanto suor. Os e as atletas pingam suor: no tatame, nos bancos, em tudo (inclusive, em mim!). E treinam, em boa parte, agarrados(as). Não há espaço para se preocupar ou incomodar com o suor alheio naquele ambiente – que inclusive possui um odor bastante característico.

Quando o treinamento vai para dentro do *cage*, uma de minhas colaboradoras relata que treinar com o corpo sendo pressionado contra a “grade” é bastante doloroso e a deixa coberta de hematomas, mas que, na hora da luta oficial, devido à adrenalina, nem sente. Ao longo dos dias que passo com ela, outros relatos de dor são recorrentes: doem os joelhos, a lombar, os dedos das mãos. Mas ela não para de treinar, sua preparação para a próxima luta está a todo vapor. Similarmente, em sua etnografia com lutadores de boxe, Loïc Wacquant (2002) afirma o reconhecimento da dor como elemento intrínseco à construção do corpo (do) pugilista, um componente fundamental de qualquer praticante de esporte de combate. Também César Sabino (2004), em sua tese sobre fisiculturistas, aponta a centralidade que a dor e o sacrifício assumem na construção da identidade de seus colaboradores:

A dor (e o risco de vida e de lesões) é vista de forma positiva e sua constituição é ritualizada de forma a conferir àquele que a sente e cultiva um determinado papel construído através das interações sociais nas quais o próprio sentimento da dor apresenta-se como fator fundamental da elaboração identitária (SABINO, 2004, p. 170).

A dor, prossegue Sabino (2004), também tem função iniciática, acompanhando os ritos de passagem e instaurando-se nos indivíduos enquanto memória inscrita na carne e signo de pertencimento a um grupo social específico. Os dados encontrados por Sabino foram corroborados por aqueles encontrados por Adriana Estevão (2005) em sua etnografia com mulheres fisiculturistas, que encontram em meio à dor, lesões e riscos à saúde elementos de constituição de suas subjetividades e motivos de orgulho. Em suas respectivas etnografias com lutadores de MMA, Dale Spencer (2014) e Kyle Green, (2011) também apontaram a dor como um dos elementos centrais. Um dos lutadores entrevistados chegou a afirmar a Green (2011) que só se sente vivo quando é atingido por um golpe.

Mary Jane Spink (2012) aponta como, nos dias de hoje, a emoção associada ao risco-aventura passou a ser renomeada como adrenalina. Mais do que uma substância, nos anos 2000 a adrenalina tornou-se uma espécie de lubrificante da masculinidade, bastante associada à sociedade de risco. Para Spink (2012), o risco-aventura aproxima os campos da Economia e dos Esportes e herda a positividade da aventura; correr riscos torna-se uma prática necessária para alcançar determinados ganhos. “A relevância está na satisfação subjetiva – inclusive na modalidade das emoções radicais – e não em uma lista predefinida de efeitos indesejáveis” (SPINK, 2012, p. 46).

Sobre a questão da dor e das lesões, destaco ainda nota extraída de meu diário de campo:

O dia seguinte a um evento de MMA que acompanhei, lembrou-me um cenário de guerra: duas atletas estrangeiras, que haviam se enfrentado na noite anterior, adentraram o salão de café da manhã do hotel com os olhos cobertos por grandes hematomas; uma de minhas interlocutoras estava mancando, com fortes dores, e me disse que precisaria pegar um pouco de gelo para aplicar no pé quando subíssemos ao quarto para realizar a entrevista; a outra interlocutora, ainda que tendo vencido sua luta por nocaute no primeiro round, também não escapou de acordar com um pequeno hematoma no olho; seu companheiro de equipe, que também venceu sua luta, precisou tomar pontos em um corte provocado por uma cotovelada no rosto e exibiu-me as lesões que provocaram inchaço (“galos”) em seu crânio após os golpes sofridos; um outro atleta estrangeiro circulava no saguão do hotel de cadeira de rodas, devido a alguma lesão sofrida na perna durante seu combate (Diário de campo – 15/03/2015).

Outros dois marcantes elementos constituem parte da subjetividade das atletas de MMA: seus apelidos de lutadoras e suas tatuagens. A maior parte dos apelidos carrega elementos que remetem à força, poder, virilidade: Casca-Grossa, Leoa, Pitbull, Bate-Estaca, Dama de Ferro, Cyborg, são alguns exemplos. Todos apelidos que deslocam destas atletas características tradicionalmente associadas à feminilidade, como fragilidade, docilidade, beleza, delicadeza, bondade. Apelidos que sublinham e reafirmam que estas mulheres estão aptas e dispostas a ocupar e resistir neste universo de hegemonia da masculinidade, o MMA: Leoa, a predadora, única mulher em uma academia onde, no passado, treinavam apenas homens, leoa entre os leões. Pitbull, a atleta pronta para atacar voraz e impiedosamente em um combate, desfigurando a carne da oponente até que haja a interrupção do(a) árbitro(a). Dama de Ferro, a mulher forjada à fogo, temida, impiedosa, dura – dona de um apelido que, talvez não seja do conhecimento dela, mas remete a um instrumento de tortura<sup>25</sup>, utilizado em séculos passados. Bate-Estaca, a mulher que herdou o nome de uma técnica proibida no jiu-jitsu e no UFC, e que consiste em arremessar o(a) adversário(a) contra o tatame sobre a cabeça ou coluna dele(a), ao executá-lo contra uma adversária no início da carreira. Cyborg, a mulher-máquina, capaz de aniquilar oponentes com sua força e capacidades físicas sobre-humanas – o apelido, inicialmente adotado em virtude de esta ter sido casada com um lutador de apelido Cyborg, tornou-se de tal forma

---

<sup>25</sup> Dama de Ferro é não apenas o apelido de uma lutadora de MMA brasileira, mas também (como apontei previamente) nome do principal portal especializado na cobertura do MMA feminino no Brasil. O equipamento de tortura consistia em uma cápsula de ferro com uma frente esculpida (muitas vezes o rosto da Virgem Maria) suficientemente alta para enclausurar um ser humano em pé. Existiam pequenas aberturas por onde a pessoa torturada ou condenada pudesse responder ao interrogador ou sofrer ferimentos através de facas ou pregos. No interior da cápsula havia cravos de ferro que perfuravam o corpo da pessoa aprisionada, mas não atingiam órgãos vitais. Este perderia sangue ou mesmo agonizaria por asfixia (DANTAS, 2011).

incorporado por ela, que poucas vezes o sobrenome real da atleta é citado, de forma que Cyborg passou a ser quase que um novo sobrenome, tão legitimamente associado a ela, que poucos sabem que fora herdado de um lutador homem. Já Ronda Rousey é *Rowdy*, turbulenta, desordeira.

Embora em menor número e expressividade, há também atletas cujos apelidos reafirmam suas subjetividades dentro do espectro do que hegemonicamente se entende por feminino, como por exemplo o apelido de *Barbie Girl*, de uma atleta brasileira, em alusão à famosa boneca loira, sensual, heterossexual, branca. Ou apelidos como *Cupcake* e *Karate Hottie*, de duas atletas estadunidenses – o primeiro, remetendo a uma mulher doce (literalmente, já que cupcake é um pequeno bolo confeitado), bonita, alegre, inofensiva; o segundo, pautado na sexualização explícita da atleta, a gostosa do karatê, em tradução.

No corpo da maioria das (e dos) atletas estão inscritas, também, uma série de tatuagens. Os desenhos são os mais diversos, variam de leões e dragões a rosas e estrelas, passando por uma infinidade de tribais. Há, nos corpos das lutadoras, tanto desenhos que César Sabino e Madel Luz (2006) identificaram como correntemente associados à masculinidade, em sua pesquisa com fisiculturistas e frequentadores(as) assíduos(as) das academias cariocas de musculação e fitness, quanto aqueles considerados femininos e, ainda, os que não possuem distinção clara de gênero:

As tatuagens nas academias de musculação dividem-se em femininas, masculinas e unissex. Mulheres tendem a tatuar determinadas figuras, como rosas e flores em geral, estrelas, borboletas, lua, sol, personagens femininas de histórias em quadrinhos, beija-flores, gatos e fadas. Ideogramas, desenhos tribais, palavras e frases em letra gótica, símbolos da computação, códigos de barra, corações, duendes, deuses ou deusas mitológicos são símbolos inscritos tanto na pele de homens quanto de mulheres. Águias, cruzeiros, panteras, tigres, dragões, demônios, caveiras, armas, arame farpado, sereias, mulheres nuas, tubarões, esqueletos com foice e capuz e, principalmente, cães da raça pitbull, são tatuagens masculinas. Os locais do corpo também definem o gênero: mulheres costumam tatuar a nuca, a região lombar (principalmente as chamadas tribais), os seios, as nádegas e virilhas, às vezes omoplatas, pés e calcanhares. Já entre os homens os desenhos situam-se principalmente no bíceps (em geral na parte exterior, mas também há desenhos na parte interior), costas, deltoide, antebraço e mais raramente abdômen, panturrilhas e peito (SABINO; LUZ, 2006, p. 254-255).

Não é apenas a prática de MMA por mulheres que desafia as fronteiras binárias de gênero, mas também as escolhas de quais imagens “rabiscar” permanentemente na pele – para usar a expressão utilizada por algumas interlocutoras de pesquisa –, já que muitas escapam dos padrões supracitados. Embora as escolhas de quais desenhos e em que locais do corpo tatuar

sejam variadas, é possível identificar, como no caso do apelido, uma predominância de seleções que desafiam a noção hegemônica de feminilidade e inscrevem em seus corpos uma estética que remete à força, resistência e transgressão de padrões. Os braços, por exemplo, são uma área do corpo bastante tatuada tanto pelos lutadores, como pelas lutadoras. Pernas, costas e abdômen também são áreas bastante tatuadas por elas. Algumas lutadoras ostentam também tatuagens em seus pescoços, rostos, pés e mãos. Além disso, lutadoras e lutadores costumam escolher por desenhos que variam de tamanhos médios a grandes, evidenciando o quão importante é essa estética corporal em seus corpos, já que é possível identificar que trata-se de corpos tatuados mesmo de longe, ou pela transmissão televisiva, com as artes permanentes cobrindo grandes áreas de seus corpos, por vezes braços, pernas ou costas inteiras.

Interessantemente, identifiquei que, a despeito dos corpos amplamente tatuados, minhas colaboradoras de pesquisa pouco ou nada falavam sobre suas tatuagens ou as de suas e seus colegas lutadores no cotidiano de treinamentos. Esse relativo silêncio, longe de identificar uma ausência de importância do tema no campo de pesquisa, evidencia como as tatuagens são elementos tão presentes e legítimos no universo do MMA, a ponto de terem sido naturalizados. Quase nada se fala sobre o tema porque quase todos(as) possuem tatuagens, para eles e elas é algo comum, banal, cotidiano. Sair para “rabiscar” o corpo no tempo livre, muitas vezes com amigos(as) tatuadores(as) que fazem os desenhos gratuitamente – como forma de apoio à atleta em troca da divulgação de seus estúdios de tatuagem, já que, nesses casos, a atleta postará uma foto em suas redes sociais exibindo o trabalho tão logo este seja concluído, e marcará o perfil do(a) tatuador(a) na imagem para que seus(suas) seguidores(as) tenham acesso ao(à) profissional – é uma atividade corriqueira e prazerosa para minhas interlocutoras.

Andrea Pérez (2006) argumenta como, na contemporaneidade, observa-se o surgimento de uma nova normalidade estética e vivencial no seio da sociedade ocidental, dentro da qual configura-se uma nova subjetividade, a das pessoas tatuadas, em um processo interativo, inovador, emotivo e reflexivo no qual o corpo se converte em uma forma de expressão e construção das pessoas e da forma como elas se relacionam com o mundo. No universo do MMA, ter tatuagem é encaixar-se ao padrão mais do que não tê-las, é uma forma implícita de afirmarem, através de seus corpos, que uma pessoa que não seja “rabiscada” talvez seja “limpinha” demais para o MMA, isto é, talvez não compartilhe de uma “ética de dissidência” (FERREIRA, 2007) necessária para que pratiquem uma modalidade esportiva que não apenas é estigmatizada por parcela da sociedade, como submete-lhes a constantes sofrimentos físicos.

## 1.4 A mimese da violência

A despeito do crescimento do MMA, continua a haver também, no Brasil e no mundo, um sonoro coro contrário à prática da modalidade, sob a alegação de que esta é demasiadamente violenta e de alto risco à integridade física dos(as) atletas. No estado de Nova Iorque (EUA), por exemplo, a realização de competições apenas deixou de ser ilegal em 2016. Na França, a realização de eventos de MMA é proibida. Este cenário suscita uma série de questões: Por que é que este esporte, supostamente violento, ganha cada vez mais praticantes, fãs e expectadores (as) ao redor do globo? Que *insights* o crescimento do MMA nos oferece a respeito das sociedades ocidentais e, especificamente, o que ele representa na sociedade brasileira? O que a emergência da participação das mulheres representa, já que a violência tende a ser considerada legítima para os homens, mas não para as mulheres? Aliás, o que é considerado violento quando se trata de práticas esportivas? Faz sentido falar em violência no MMA, quando dois ou duas atletas treinados(as) e preparados(as) para tal, decidem participar de uma luta (e não de uma briga), na qual há regras pré-estabelecidas? As lutadoras de MMA entendem a modalidade como violenta? Por quê?

Conforme afirma Norbert Elias (1992), se compararmos os jogos populares realizados com bola do final da Idade Média até o início dos tempos modernos, tais como o futebol e o rúgbi (dois ramos do futebol inglês emergidos no século XIX), é possível notar um evidente avanço da sensibilidade em relação à violência. Esta mesma mudança de orientação pode ser observada no caso do desenvolvimento do boxe, também na sociedade inglesa: o autor aponta que as formas mais antigas de pugilato eram uma maneira popular de resolver conflitos entre os homens – e, aqui, destaco o fato de as mulheres não serem sequer mencionadas, indicando como práticas consideradas violentas foram por muito tempo associadas e consideradas legítimas quando praticadas por homens, mas vistas como algo completamente fora da suposta ordem natural quando praticada por mulheres. O pugilato antigo, embora não totalmente desprovido de regras, era bastante flexível, realizado com o uso dos nós dos dedos desprotegidos, e frequentemente acompanhados da utilização de golpes com as pernas (ELIAS, 1992).

Esta luta só passou a assumir as características de esporte na Inglaterra, onde foi pela primeira vez sujeita a um rigoroso conjunto de regras que, dentre outras medidas, eliminava por completo o uso das pernas como armas, introduzia a utilização de luvas e, com o tempo, o acolchoamento destas e a introdução de categorias de peso para que os lutadores de boxe

competissem em um nível que garantisse igualdade de oportunidades (ELIAS, 1992). É neste sentido, argumenta-se que:

De fato, a forma popular da luta só assumiu as características de um esporte quando se verificou a conjugação entre o desenvolvimento de maior diferenciação e, de certo modo, de formas mais estritas de um conjunto de regras e o aumento da proteção dos lutadores quanto aos graves danos que podiam advir dos confrontos. Estas características do boxe enquanto desporto permitem explicar o motivo por que a forma inglesa do boxe foi adotada como padrão em muitos países, substituindo, muitas vezes, formas de pugilato tradicionais, específicas de uma região, como ocorreu na França. Do mesmo modo, e em grande parte por esta razão, outros tipos de confrontos físicos com as características de esportes foram exportados da Inglaterra e adotados por outros países, entre eles as corridas a cavalo, o tênis, a corrida e outros gêneros de provas atléticas. A transição dos passatempos a esportes, a esportivização, se é que posso utilizar esta expressão como abreviatura da transformação dos passatempos em esportes, ocorrida na sociedade inglesa, e a exportação de alguns em escala quase global, é um outro exemplo de um avanço de civilização (ELIAS 1992, p. 42-43).

Na passagem de sociedades menos complexas para sociedades mais complexas, altamente organizadas, os impulsos individuais e coletivos passaram a ser cada vez mais tolhidos e/ou proibidos, de forma que caminhou-se de uma esfera de ação concreta, baseada em guerras e violência cotidiana, à busca por resolução de conflitos de forma pacífica e regulamentada, na esfera política (ELIAS; DUNNING, 1992). Através do processo civilizatório que se efetivou nas sociedades ocidentais modernas, houve um aumento do controle social e do autodomínio das excitações exageradas, isto é, as pessoas passaram a ser submetidas a um rígido controle das emoções e ações (ELIAS; DUNNING, 1992). Neste sentido, o esporte passou a ser uma atividade através da qual as pessoas podem viver emoções e tensões de forma agradável, autorizada, relativamente segura e organizada, sem colocar suas vidas nem as dos outros praticantes e/ou espectadores em risco. Torna-se assim uma prática socialmente aceitável, um tipo de liberação, uma catarse que não venha a perturbar nem colocar em perigo a vida social:

O esporte, tal como outras atividades de lazer, pode evocar um tipo especial de tensão, um excitamento agradável e, assim, autorizar os sentimentos a fluírem mais livremente. Pode contribuir para perder, talvez para libertar, tensões provenientes do estresse. O quadro do desporto, como o de muitas atividades de lazer, destina-se a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sob a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitamento de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo ou desespero (ELIAS, 1992, p. 79).

Em outras palavras, Elias e Dunning (1992) argumentam que a excitação vivenciada por meio do esporte é dinamizada por meio da criação de tensões. Situações de perigo imaginário, de medo e/ou prazer, alegria e/ou tristeza são produzidos e resolvidos no quadro dos divertimentos, de modo a remeter aos sentimentos produzidos em situações reais da vida humana sem, contudo, estar associado aos riscos e perigos que rodeiam nossa existência cotidiana. Neste sentido, as atividades de lazer, e o esporte, em particular, são atividades miméticas de situações da vida real. Isto é:

O esporte permite às pessoas a experiência da excitação total de uma luta sem os seus perigos e riscos. O elemento do medo na excitação, ainda que não desapareça por completo, é bastante reduzido, e o prazer da excitação do combate é, por esse motivo, elevado. A partir daí, se falarmos dos aspectos miméticos do esporte, referimo-nos ao fato de que ele imita, de forma seletiva, uma luta da vida real. O esquema de um jogo desportivo e a destreza de um homem ou de uma mulher esportista permitem que o prazer do confronto se desenvolva sem ferimentos ou mortes. [...] Desta maneira, uma criança lançada ao ar em segurança nos braços estendidos do pai pode sentir o prazer da excitação mimética do perigo e do medo, sabendo que o medo é imaginário e que existe segurança nos braços do seu pai. Do mesmo modo, os espectadores de um jogo de futebol podem vivenciar a excitação mimética do confronto entre duas equipes, sabendo que nenhum mal acontecerá aos jogadores nem a si mesmos (ELIAS, 1992, p. 81).

Assim, através do processo civilizador (ELIAS, 1992), ocorreu a passagem um ethos guerreiro, predominante na era medieval, a um ethos<sup>26</sup> esportivo (SILVEIRA, 2013). Ou seja, nas democracias liberais o ethos guerreiro foi substituído pela tensão presente no esporte e em outros jogos que permitem a expressão de emoções conflituosas, assim como a busca da glória individual e coletiva em detrimento dos oponentes, sem, contudo, eliminá-los (Zaluar, 1998).

O ethos guerreiro é aquele que designa os comportamentos que estimulam a alegria e a liberdade de competir para vencer o adversário, destruindo-o fisicamente, e o prazer de infligir dor física e moral ao vencido. Este ethos teria sido ultrapassado no processo civilizador ocorrido em algumas sociedades ocidentais, mas a possibilidade de retrocesso neste processo não pode ser descartada, visto que ele resulta da boa proporção entre o orgulho de não se submeter a nenhum compromisso exterior ou poder superior, típico do ethos guerreiro, e o orgulho advindo do autocontrole, próprio da sociedade domesticada (ZALUAR; LEAL, 2001, p. 150).

---

<sup>26</sup> “Ethos: termo antropológico que serve para designar marcas singulares da cultura sobre os diferentes povos; como uma mácula, aquilo que identifica os povos de uma determinada época ou região. Assim, o ethos antigo, para Elias, é um ethos guerreiro” (SILVEIRA, 2013, p. 1).

A prática de MMA corresponderia, então, a um retorno ao ethos guerreiro? Antes de responder a esta questão, aprofundarei a discussão, a começar com meus dados de campo. Com o intuito de apreender se faria sentido afirmar que o MMA é violento, e quais as representações das atletas da modalidade a este respeito, indaguei a elas o que pensam a respeito da frase que circula tão amplamente na sociedade brasileira: “MMA é muito violento”. Apresento abaixo dois excertos bastante elucidativos acerca da compreensão das atletas sobre esta questão:

*Desde que eu comecei a treinar até hoje, essa foi a frase [“MMA é muito violento”] que eu mais escutei! ...Tipo assim, eu vou falar um pouco da minha experiência como professora também: desde que eu dou aula de muay thai – faz quase 15 anos que eu dou aula de arte marcial –, o maior número de alunos que eu perdi até hoje foi por causa do futebol de final de semana, que vai jogar e fazia alguma lesão! Porque eu digo assim pros meus alunos – ‘ah, mas a gente vai se machucar!’ [dizem eles e elas]: na verdade a gente se prepara pra receber a pancada, coisa e tal. Tu sabe que pode acontecer, e é uma coisa mínima que acontece. Que nem, nesses 15 anos que eu treino, eu praticamente me machuquei muito pouco, e foram lesões leves, assim, nunca machuquei nenhum ligamento, nunca quebrei nada. Então, acho que nas Artes Marciais em geral, assim, é uma falta de conhecer o trabalho. Porque às vezes você vê ali, sangrou, ‘ah, então é violento!’ [dizem os(as) leigos(as)], mas é uma coisa que a gente se prepara pra isso, então as pessoas que não são muito próximas não entendem, e acham que é violência. Então eu acho que é um pré-conceito formado na cabeça da pessoa, de que o MMA é violento. Porque ambos atletas vão ter o mesmo preparo pra estarem ali, né? É que nem no futebol, tu pode levar uma cotovelada, uma joelhada, um chute na boca, só que como a cultura do Brasil já tá acostumada com o futebol, é uma coisa normal, e o MMA tá adquirindo esse espaço agora (Wanessa, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

\*\*\*

*Eu acredito que quem diz isso são as pessoas que não entendem que tem técnica, que tem... Acho que tem que saber mais um pouco! Como você [pesquisadora], para você saber, você tem que pesquisar, ir conhecendo, e tudo. É claro, pelo fato do sangue também [faz-se a associação com a violência], né? Tudo isso eles ficam um pouco distantes, né, de querer conhecer a arte e tudo, faz essa distância aí. Mas o primeiro passo de tudo aí é pesquisar, é saber mais. Até os eventos hoje não estão tendo nem mais aquela carnificina como era antigamente no Pride [extinto evento japonês de Vale-Tudo]. No Pride era tudo, mas hoje como tem regras, e tudo, vai diminuir mais, né? Por isso que, aos poucos, vai evoluindo, né? [...] Não é violento, porque tem técnica, não é na rua, é uma coisa profissional, no momento certo o juiz tá ali para interromper, e quando tem o sangue ali no momento, a luta para, o doutor [médico] vem, olha pra ver se está tudo bem. Então tem um monte de coisa em volta que não faz ser agressivo, entendeu? Porque, imagine, teve sangue, aí para, o doutor vem para olhar. Às vezes o doutor para a luta, entendeu? Mas, é muito... É violento ou não é? A gente bate e leva ao mesmo tempo, é uma coisa profissional, é uma luta dentro do cage, que você é pago por aquilo, como se fosse uma coisa... É um reconhecimento. E é uma coisa que você escolheu. [...] Depois dali, viramos amigas! Você vê, hoje tem amigos de infância que lutam [um contra o outro], é profissional (Natália, entrevista à pesquisadora, 28/03/2015).*

Estas falas sintetizam de forma bastante representativa as falas de outras interlocutoras, já que foi consensual entre as atletas, diante desta pergunta, realizar uma defesa da modalidade que praticam, isto é, elaborar respostas em que procuravam deixar evidente que a atividade que exercem é praticada mediante regras previamente estabelecidas, por escolha de duas atletas profissionais, adequadamente treinadas para executar técnicas de ataque e também de defesa e que, embora as técnicas empregadas possam sim ferir, atletas estão sujeitas a lesões em todos os esportes. Em suas concepções, quem vê de fora e desconhece o MMA, tende a formular concepções exageradas, especialmente se algum golpe provocar um corte que cause sangramento – algo que as atletas veem de forma banal, já que via de regra os sangramentos são fruto de cortes e não indicam lesões sérias, mas que muitas vezes incomodam quem não está habituado(a) a praticar ou a assistir lutas. Este tipo de entendimento está em consonância com o apontado por Wacquant (2002) em sua etnografia com boxeadores, quando este explicitou como as práticas (consideradas) violentas são normalizadas por aqueles que participam delas regularmente, enquanto as pessoas de fora invariavelmente têm uma sensibilidade maior a tais atos e tendem a condená-los.

No momento de decidir entre adjetivar a modalidade como violenta ou não, entretanto, não houve consenso entre as atletas, conforme exemplificam as falas copiladas abaixo:

*Coisa que me incomoda muito são pessoas que não são do MMA e falam que é violento. Outra coisa que me incomoda profundamente são pessoas do MMA que tentam desvincular essa imagem falando mal de futebol. Tem muito lutador que quer defender o MMA falando mal de futebol, que tem briga de torcida, morte e não sei o quê. Eu acho que isso não é uma boa defesa. [...] O que tem que ser explicado para as pessoas é que são dois lutadores treinados pra bater na cara do outro da mesma forma. Não precisa gostar disso, só entender e respeitar. Não vejo sentido em falar mal do que fazem. As pessoas, os eventos, os atletas, têm que cada vez mais manter o fairplay antes e depois da luta (Andreza, entrevista à pesquisadora, 18/05/2016).*

\*\*\*

*Sim, MMA é violento, porque tem soco na cara, chute, cotovelada. É violento sim, mas esse é o esporte. O MMA é um esporte de contato, não tem como lutar sem ser agressivo ou querer bater na outra pessoa. É normal. Treinamos para lutar, não somos inimigos (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Mas, afinal, o que significa violência? Seria esta uma forma adequada de adjetivar a prática de MMA? Afirmam William Outhwaite *et al.* (1993) que não existe uma definição consensual ou incontroversa de violência, haja visto o termo ser potente demais para que uma definição seja possível. No entanto, apontam fatores que devem ser levados em consideração antes de definir se qualquer agressão física que cause dano, dor ou sofrimento deve ser

considerada violenta – como se faria no senso comum –, tais como a intenção de quem pratica o ato, a legalidade e a autorização ou não do mesmo.

Deste modo, e diante de meu contato com o campo de pesquisa, entendo que não faz sentido colocar no mesmo patamar as violências que nos mantêm em constante estado de alerta, temerosos(as) diante do alto risco cotidiano de que uma delas nos atinja – seja através de furtos, assaltos, sequestros, estupros, assassinatos; seja através da corrupção, falta de saneamento básico, educação e saúde de qualidade, falta de empregos e de moradia; ou ainda a partir do machismo, misoginia, heterossexismo, transfobia, racismo, capacitismo<sup>27</sup>, dentre tantas outras formas de violência física, verbal e psicológica – e a prática de uma modalidade esportiva na qual dois(duas) atletas treinados(as) e preparados(as) para tal, decidem por livre escolha, adentrar em um espaço específico para a luta, gerenciado a partir de regras próprias e previamente estabelecidas.

Como qualificar de mesma forma, por exemplo, o assassinato a tiros da travesti Dandara dos Santos no Ceará, em 2017, após esta ter sido agredida e torturada física e verbalmente por um grupo de homens que a violentaram com chutes, pauladas, pedradas, xingamentos e ofensas de toda ordem (TRAVESTI..., 2017), de maneira gratuita, em um crime de ódio motivado por sua expressão de gênero, e a troca consentida e regulamentada de golpes entre dois ou duas atletas, dentro de um *cage*? As críticas sofridas pelo MMA devido à contundência de seus golpes – que frequentemente provocam sangramentos, hematomas e lesões que podem variar de leves a graves – não é mais uma forma de higienização, regulação e controle dos corpos?

Questões que frequentemente escuto ao comentar que estudo a modalidade com pessoas de fora do universo do MMA, são: “mas você não acha muito violento? Como você consegue assistir a duas pessoas se batendo? Não te dá aflição?”. Noto, em suas entonações e expressões faciais, que esperam encontrar em minha resposta concordância às questões que colocam – afinal, trata-se de uma futura doutora em Ciências Sociais, uma pessoa supostamente culta e que jamais poderia gostar de assistir a duas pessoas “se batendo”. Não encontram a desejada concordância, mas geralmente insistem, tentando persuadir-me de que o MMA é um esporte de pessoas brutas, quase inaptas a viver em sociedade. Em uma dessas interpelações, procurando contra-argumentos para a pessoa da vez, ocorreu-me uma analogia interessante:

---

<sup>27</sup> Discriminação direcionada às pessoas com algum tipo de deficiência, dada sua condição, considerando-as como menos aptas ou não capazes para gerir a próprias vidas, sem autonomia, dependentes, desamparadas, assexuais, condenadas a uma vida eternamente dependente economicamente, não aceitáveis em suas imagens sociais, menos humanas.

O BDSM<sup>28</sup>, prática sexual lida como não padrão, por muito tempo foi – e em muitos contextos ainda é – vista como violenta, patológica e condenável. No entanto, seus (suas) praticantes inserem-se em tal prática por livre vontade, encontrando nela grande prazer (e dor, e prazer na dor). As práticas sexuais são consensuais entre as pessoas envolvidas, que estabelecem inclusive um código para cessar o ato, caso este se torne indesejado. Pergunto à pessoa se ela acha que dá para dizer que o BDSM é violento, e ela me responde, sem titubear, que não. Lanço então minha pergunta final: e por que daria para dizer que o MMA é violento?

É neste sentido que, nesta tese, argumento que “violência” é uma palavra cujos sentidos simplesmente não dão conta de qualificar de forma consistente a modalidade, que prefiro adjetivar de “contudente”. Os dados de campo, em consonância com as análises de Elias (1992), evidenciam como esta contudente modalidade esportiva não é violenta em si mas, antes, uma mimese da violência. Mimese, aqui, designa sentidos que vão além de uma mera encenação ou imitação:

A Madonna de Rafael, o Autorretrato de Rembrandt e os Girassóis de Van Gogh não são simplesmente imitações da coisa real. O que se pode dizer é que elementos do objeto vivido entram na vivência da representação do mesmo objeto numa pintura. Mas a vivência do objeto pintado, ainda que em alguns aspectos se assemelhe à vivência do objeto da vida real, dificilmente pode ser designado uma imitação da experiência do objeto da vida real. Ao ser pintado, o objeto é transposto para o interior de um quadro diferente. A vivência do objeto e, em particular, o complexo de sentimentos a ele associado é, por assim dizer, como se alguém passasse da contemplação do objeto real para a contemplação do mesmo objeto como parte de uma pintura, transposto para o interior de uma montagem diferente. Os aspectos-sentidos da vivência sofrem, particularmente neste caso, uma transformação bastante característica. O termo mimese pode servir como um símbolo conceptual que explica essa transformação (ELIAS, 1992, p. 80).

Isto é, duas atletas não adentram em um *cage* de MMA com a intenção de matar ou de ferir gravemente sua oponente, mas sim de vencer a peleja, de tal forma que a luta esportiva é uma representação – dotada de sentidos próprios – de um conflito real. Não é uma situação de vida ou morte e há regras pré-estabelecidas regulando quais técnicas são permitidas, além de um árbitro presente dentro do *cage* para garantir que tais regras sejam cumpridas. A luta é encerrada quando fica evidente que um (a) dos(as) atletas está subjugado e não consegue mais se defender, de modo a evitar danos maiores ao corpo de quem foi sobrepujado(a) no combate esportivo – os e as atletas entram no combate com a segurança (garantida pelas regras e pela presença do(a) árbitro(a)) de que, caso se vejam em uma situação crítica, apanhando em demasia e sem conseguir reagir, o combate será encerrado para protegê-los(as).

---

<sup>28</sup> Acrônimo para “Bondage e Disciplina, Dominação e Submissão, Sadismo e Masoquismo”.

A esse respeito, Dunning (1992, p. 335-336) elenca quatro características que fazem com que o rúgbi moderno – outro esporte socialmente lido como violento – tenha assumido contornos de esporte “civilizado”, em oposição, ao jogo medieval que lhe deu origem. A saber:

- 1) Existência de um conjunto de regras escritas, formalmente instituídas com rigoroso controle de quais técnicas são permitidas e quais não são.
- 2) Existência de sanções claramente definidas para punir atletas transgressores.
- 3) Institucionalização de um papel específico que se mantém fora e acima do jogo, cujo papel é controlá-lo, representado na figura do árbitro.
- 4) Existência de um órgão centralizador, para elaborar e fazer cumprir as regras.

Todas as características supracitadas estão presentes no MMA, o que evidencia como esta prática sofreu o processo de esportivização de modo a tornar-se suficientemente regulada para assegurar a excitação de praticantes e expectadores (as) a partir de uma mimese de situações de conflito e violência, e não da prática da violência em si. Neste sentido, uma luta de MMA não caracteriza um retorno ao ethos guerreiro, mas uma representação mimética da violência que, em alguma medida, remete a ele.

As artes marciais mistas situam-se no ethos esportivo, e não é possível associar a modalidade a outras situações nas quais, de fato, houve um retorno ao ethos guerreiro, como por exemplo na Alemanha do período de 1870 a 1945, onde, como consequência das guerras nacionais que unificaram o Estado Alemão, o país tomou para si o ethos guerreiro, característico da nobreza (que havia se desenvolvido de forma peculiar por não ter conseguido se assentar na corte), como seu ethos nacional (ELIAS, 1997). Isto significou, para os alemães, a aceitação do "emprego ilimitado do poder e violência" (ELIAS, 1997, p. 27) como instrumentos legítimos da política e da vida social na nação, como meios privilegiados na resolução de conflitos internos e externos, culminando nas práticas nazistas da Segunda Guerra Mundial.

Alba Zaluar e Maria Cristina Leal (2001) também se referem a um retorno ao ethos guerreiro para explicar o cotidiano de violência urbana que várias cidades brasileiras experimentam, nas favelas onde impera o crime organizado, mas também fora delas. As autoras argumentam que os crimes são praticados por grupos de pessoas que instituem um outro *habitus*, que modifica a maneira de viver de pessoas que ocupam posições subalternas, diminuindo a expectativa de vida dos jovens, instituindo o medo e a insegurança na sua relação com a vizinhança e a própria cidade, além de instituir o poder do mais forte ou, do mais armado.

As trajetórias de vida de algumas de minhas interlocutoras de pesquisa também tangenciam o quadro de violência urbana no Brasil. Duas de minhas colaboradoras, hoje lutadoras profissionais da modalidade, relataram ter buscado seus primeiros contatos com as artes marciais como forma de defesa pessoal, após uma delas ter sofrido um assalto e a outra ter tido uma tia estuprada e assassinada. A luta foi o meio que encontraram para tentar se proteger de uma sociedade onde se sentem sob constante risco de serem violentadas:

*Eu comecei a praticar [a primeira Arte Marcial] com 20 anos. Eu fui assaltada uma vez e aí eu quis procurar alguma coisa pra me defender, assim. Aí tinha muay thai ou jiu-jitsu na academia. Jiu-jitsu agora que eu treino por causa do MMA, aí [na época] eu gostei mais do muay thai, eu achei mais efetivo assim, porque o jiu-jitsu nem sempre você vai cair no chão, né? Aí eu comecei a treinar muay thai por defesa pessoal (Wanessa, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

\*\*\*

*A minha mãe que me incentivou [a praticar uma Arte Marcial]. Porque na minha família teve um acidente com uma das minhas tias, assim, ela morreu... Um cara matou ela, estupro, essas coisas, e foi uma coisa muito tensa na família. Eu era nova, minha mãe não queria que eu sáísse mais de casa, todo mundo ficou bem apavorado, assim. Daí ela que me incentivou a fazer uma defesa pessoal, sabe? (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

No entanto, não é possível estabelecer uma relação causal entre o crescimento latente da violência urbana no Brasil e o crescimento das artes marciais mistas no país, já que o crescimento do MMA vem se dando em escala global, em países com contextos político-econômicos muito distintos do Brasil, muitos dos quais não apresentam o grave problema de violência urbana que vivenciamos diariamente por aqui – sobretudo se pensarmos nos casos de Estados Unidos e Japão, dois países onde, assim como no Brasil, o MMA vêm crescendo a passos largos há décadas. O que estes excertos exemplificam é a relação entre violência urbana e busca por técnicas de defesa pessoal por mulheres, e não a relação entre defesa pessoal e o crescimento do esporte MMA. O crescimento do MMA em si demonstra estar atrelado a uma busca pela excitação cada vez maior, por meio de uma mimese da violência o mais fidedigna possível, desvelando um amplo mercado de praticantes e consumidores do risco-aventura (SPINK, 2012), sempre em busca de maiores limiares de adrenalina. Este tipo de conduta torna-se particularmente viável nas sociedades farmacopornográficas contemporâneas, já que há uma ampla oferta de substâncias, tecnologias, produtos e cirurgias para possibilitar a recuperação dos(as) atletas e restabelecer-lhes a saúde de forma que não apenas os riscos parecem valer os benefícios advindos do MMA, como o controle de causas e efeitos biotecnológicos experimentados hoje jamais fora experimentado antes – dando a sensação de que quase tudo

poder ser alterado, consertado, transformado, a despeito do risco de sérias lesões temporárias ou permanentes e até mesmo de eventual morte.

O desejo não autorizado de revidar a violência das ruas com mais violência não deixa, contudo, de ser apoiado por uma série de pessoas, incluindo algumas de minhas colaboradoras, lutadoras de MMA. Identifiquei três postagens (de três lutadoras diferentes) na rede social *Facebook* em que as atletas em alguma medida apoiaram situações em que as agressões sofridas por alguém foram revidadas com mais violência. Uma das postagens referia-se ao compartilhamento de um vídeo estrangeiro, onde uma mulher, ao entrar com o carro na garagem de sua casa, era abordada por um rapaz, possivelmente um assaltante. A mulher, demonstrando conhecimento de artes marciais, defendeu-se com socos e chutes, até que o rapaz fugisse. “Essa é das minhas!”, vibrou minha interlocutora. Outra lutadora postou uma notícia que narrava um episódio em que assaltantes invadiram a casa de uma família de lutadores (a) de jiu-jitsu – pai, mãe e filho – brasileiros (a), e acabaram rendidos e mortos pelos (a) atletas. Na postagem, a lutadora afirmou que não apoia que se reaja nesses casos, mas, contraditoriamente, não deixou de valorizar a eficiência das artes marciais como método de defesa pessoal (*Figura 2*).



*Figura 2.* Lutadora reafirma arte marcial como forma de defesa pessoal em meio à violência urbana.

A terceira colaboradora em questão compartilhou uma notícia intitulada *Dupla de lutadoras do UFC 'dá lição' em assediador nos EUA*, em que ela comemorava – “Esse mexeu com as mulheres erradas” (*Figura 3*) – o fato. Na ocasião, duas lutadoras foram a uma boate na cidade de São Francisco (EUA) e uma delas teve as nádegas apertadas por um homem, contra sua vontade. Descontente, comentou com a outra lutadora, que interpelou o rapaz, questionando a atitude dele, e recebeu um tapa no rosto em resposta. A lutadora foi então para cima do rapaz, o derrubou e aplicou-lhe uma série de socos.



*Figura 3.* Interlocutora comemora notícia de lutadoras que revidaram agressão de assediador.

Ao comemorar o fato de as lutadoras terem revidado a agressão de um homem, minha interlocutora deixa ler como ela percebe no domínio das artes marciais uma condição que empodera mulheres, tirando-lhes de uma posição de suscetibilidade frente a toda sorte de assédios e abusos sexuais – algo extremamente sintomático em uma sociedade onde boa parte da violência praticada contra mulheres é alimentada por valores machistas e misóginos e na crença de que homens são mais fortes do que as mulheres, sendo capazes de subjugar-las facilmente.

Neste sentido, se a prática de MMA em si não corresponde a um retorno a um ethos guerreiro, a violência urbana cada vez mais próxima, constante e ameaçadora no cotidiano das e dos brasileiros, é que ameaça o retorno de nosso país a um ethos guerreiro<sup>29</sup>. Há uma percepção latente de que o Estado não é capaz de assegurar nem segurança nem outros direitos constitucionais a suas cidadãs e cidadãos (como o de uma vida digna e o acesso à educação de qualidade, por exemplo), e com isso muitas pessoas estão buscando resolver a situação com suas próprias mãos, enquanto outras mostram-se dispostas a defenderem-se a partir do uso de mais violência, se necessário, como evidenciado pela oferta e procura de aulas de defesa pessoal por mulheres, por exemplo.

Aqui, importa destacar uma importante mudança: o ethos guerreiro, antes visto como um ethos exclusivamente masculino, começa a ser também ocupado por mulheres. Similarmente, no caso do MMA, ocorre o mesmo tipo de deslocamento, já que a mimese da violência, antes legítima apenas para os homens, passa a ser também, cada vez mais, um terreno disputado e conquistado pelas mulheres atletas.

Na sequência apresento elementos que permitem compreender a transição do Vale-Tudo, a modalidade precursora, ao MMA contemporâneo. Teria, em suas origens, o Vale-Tudo sido uma prática incivilizada, correspondendo a um movimento de “desesportivização”<sup>30</sup>, em uma concepção Elisiana (isto é, relativa à obra de Norbert Elias)? Junto a esta discussão trago dados de campo que permitem também constituir fragmentos de uma história invisibilizada, quase não contada e da qual quase não há registros: a trajetória das atletas brasileiras, do Vale-Tudo ao MMA.

---

<sup>29</sup> Outros eventos recentes ajudam a elucidar esta argumentação, como a execução a tiros na cabeça da vereadora carioca Marielle Franco em março de 2018, ainda sob investigação, mas com fortes indícios de crime com motivação política; bem como a intervenção militar realizada na cidade do Rio de Janeiro no mesmo ano, sob a justificativa de conter o crime organizado – com forte apoio de uma parcela da sociedade de um lado, que deseja ver a violência urbana ser combatida com mais violência; ao mesmo tempo em que há forte temor de outra parcela da sociedade de que seja arquitetado um possível golpe militar para assumir o controle do país.

<sup>30</sup> Palavra não registrada no vocabulário oficial da língua portuguesa. Permito-me uma tradução da palavra inglesa “de-sportization” (isto é, o processo inverso à esportivização), por entender que esta permite uma mais fácil apreensão do sentido evocado por Norbert Elias e seus colaboradores.

### 1.5 Do Vale-Tudo ao MMA feminino: Fragmentos de uma história mal/não contada

*Foi uma luta que marcou a história da minha vida, até hoje é falada no mundo inteiro, então sou muito conhecida através dessa luta. Porque venci um homem, lutei e não foi uma brincadeira. Eu dei um triângulo [golpe de jiu-jitsu], ele me suspendeu, aquilo ali era porrada, tinha sangue na minha mão no outro dia que não conseguia sair (Natasha<sup>31</sup>, entrevista à pesquisadora, 10/11/2016).*

O relato acima refere-se a uma luta clandestina de Vale-Tudo ocorrida no evento *Rio Heroes* nos idos de 2007, na cidade de São Paulo, e é de uma veterana da modalidade. Suas mãos, manchadas de sangue, revelam que a luta foi realizada sem a utilização de luvas, como correntemente ocorria nas lutas de Vale-Tudo – sobretudo nas décadas anteriores. Neste subcapítulo reúno dados de campo que fornecem um registro acadêmico (possivelmente pioneiro) de uma parte da história do MMA recorrentemente invisibilizada: a história da participação das mulheres, dos tempos do Vale-Tudo ao MMA contemporâneo. Não tenho pretensão aqui de tecer um panorama histórico acurado ou de constituir uma versão única, antes, apresento ricos fragmentos desta versão invisibilizada dos fatos, contados a partir de entrevistas e conversas informais tecidas com quatro colaboradoras de pesquisa, precursoras em sua participação no Vale-Tudo – e posteriormente no MMA – no Brasil. Assim, em termos Foucaultianos, proponho-me a realizar uma breve genealogia do MMA feminino no Brasil. Michel Foucault compreende que:

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Sobretudo após a explosão de crescimento do MMA, diversas pesquisas jornalísticas e também alguns trabalhos acadêmicos foram produzidos sobre a origem das Artes Marciais Mistas, contando a história através de um ponto de vista único: o dos homens, os grandes protagonistas da Era do Vale-Tudo. Em sua detalhada obra *Filho teu não foge à luta: como os brasileiros transformaram o MMA em um fenômeno mundial*, Fellipe Awi (2012) traz um detalhado panorama histórico, englobando o período de 1917 a 2011, e, logo nas primeiras

---

<sup>31</sup> Neste subcapítulo mesclarei nomes fictícios aos nomes reais das atletas, como estratégia para dar protagonismo às lutadoras precursoras do Vale-Tudo brasileiro, visibilizando seus nomes, ao mesmo tempo em que preservo o anonimato assegurado às minhas colaboradoras de pesquisa. Natasha, Lia, Laura e Samira são nomes fictícios.

páginas, apresenta uma compilação de 62 nomes que corresponderiam aos principais protagonistas do período, citando 62 homens.

Similarmente, no livro *Do Vale-Tudo ao MMA: 100 anos de luta*, Marcelo Alonso e Susumu Nagao (2013) apresentam dados históricos e fotográficos de um século de história, de 1913 a 2013, sem nenhuma vez se referirem à participação das mulheres. Daí, uma inferência perigosa fica no ar: a assunção de que o MMA feminino só teria surgido após 2013 (por sinal, o ano em que o UFC criou sua primeira categoria feminina), o que caracterizaria um completo equívoco. Aqui apresento novas versões dos fatos, trazendo as histórias das mulheres à tona. Permitam-me apresentá-los em meio a alguns relatos da história hegemônica.

O início da história do Vale-Tudo brasileiro remonta ao início do século XX, mais precisamente ao ano de 1913, quando uma excursão de lutadores japoneses aportou no norte do Brasil com o intuito de difundir o jiu-jitsu tradicional (japonês) em terras brasileiras (AWI, 2012). Um dos membros do grupo, Sanshiro Satake, estabeleceu-se em Manaus, onde fundou a primeira escola de jiu-jitsu do Brasil (PINA, 2014). Assim, há mais de um século, começava uma tradição que faz com que até hoje o Amazonas – Manaus, especialmente – seja uma das principais referências do MMA nacional, hoje atuando como um dos principais celeiros de atletas do país, já tendo revelado diversos nomes como José Aldo e Ronaldo Jacaré, estrelas do UFC, e mais recentemente, Ketlen Vieira, manauara ainda invicta em sua carreira e que vem se destacando na organização estadunidense. Em minha incursão à região norte do país, duas de minhas colaboradoras de pesquisa confirmaram o grande número de academias de artes marciais em Manaus, sobretudo de jiu-jitsu e MMA, conforme explicito no relato a seguir: *“mas nem sempre você que é de fora vai perceber que tem uma academia ali, porque às vezes o treino é improvisado com uns tatames velhos na garagem de alguém [nos bairros mais periféricos], não tem nada do lado de fora falando que ali é uma academia”* (Giovana, entrevista à pesquisadora, 08/02/2018).

Já Mitsuyo Maeda, conhecido como Conde Koma, o líder do grupo de japoneses que aportou no norte do país no início do século passado, se estabeleceu em Belém (PA) e, em 1917, conheceu Carlos Gracie, a quem ensinou o jiu-jitsu tradicional japonês. O Pará é outro estado com grande e centenária tradição no jiu-jitsu e também é celeiro de atletas de MMA - Foi em Belém a primeira edição do UFC na região norte<sup>32</sup> do país, em fevereiro de 2018, em *card* que

---

<sup>32</sup> Embora continue sendo um importante celeiro de atletas de MMA, a região norte acabou por perder sua centralidade, com migração significativa de atletas para academias da modalidade nas regiões sudeste e sul do Brasil (principalmente para as cidades do Rio de Janeiro e Curitiba, duas das maiores referências do MMA nacional). Este evento se dá em virtude da busca por melhores condições de treinamento, segundo relato de uma de minhas colaboradoras de pesquisa: *“Chegou uma época em que Manaus ficou pequeno para mim, não tinha*

contou com a estreia da paraense de maior destaque no MMA nacional na contemporaneidade, Polyana Viana – que, honrando mais de um século de história, venceu sua luta com uma finalização oriunda do jiu-jitsu.

A gênese da versão hegemônica da história do MMA<sup>33</sup>, nasce assim: do contato entre Carlos Gracie e Conde Koma, iniciado em 1917. A partir daí, o jiu-jitsu brasileiro seria desenvolvido por membros da família Gracie (cujos primeiros protagonistas residiam em Belém do Pará e posteriormente rumaram para a cidade do Rio de Janeiro), de forma a acrescentar novos elementos ao jiu-jitsu tradicional japonês, tornando-o uma versão mais competitiva desta arte marcial, ao permitir, por meio da inserção de golpes que se utilizavam do princípio das alavancas, que “o Davi pudesse vencer o Golias”, como costumavam argumentar os Gracie (AWI, 2012). Para promover a versão tupiniquim do jiu-jitsu e provar sua supremacia, os homens da família Gracie começaram, desde as primeiras décadas do século XX, a propor desafios contra outras modalidades de artes marciais.

Os registros iniciais remetem aos anos 1920, com os primeiros desafios dos Gracie sendo realizados contra lutadores japoneses, representantes do jiu-jitsu tradicional. Em pouco tempo, estes desafios estavam sendo feitos a representantes de outras modalidades: registros dão conta de na década de 20, Carlos Gracie enfrentou o capoeirista Samuel “o Negro Gigante”, em evento chamado “estilo versus estilo”. Em 1932 seria a vez de Hélio Gracie participar de seu primeiro vale-tudo (AWI, 2012; ALONSO; NAGAO, 2013). Daí em diante, o Vale-Tudo (que não foi assim nomeado desde o início) se desenvolveria até os anos 1950, passaria por um período de declínio, com sua prática proibida em diversas localidades do país, e voltaria a ser retomado, sobretudo a partir da década de 1980:

[O Vale-Tudo/MMA] Foi proibido em diversas épocas e cidades, namorou a marginalidade, foi comparado a uma rinha humana e subsistiu durante muitos anos apenas com as proibições básicas de uma luta honrada: mordidas, dedo no olho e puxão de cabelo. E até essas regras já foram chutadas para longe no calor do combate (AWI, 2012, p. 19).

O esporte hoje conhecido como MMA surgiu em um universo formado por lutadores musculosos e viris, e há vários relatos de brigas de ruas, invasões de academias e até mesmo algumas prisões ao longo das décadas, até que o esporte caminhasse do amadorismo para o

---

*estrutura e eu precisava crescer. Se fosse por escolha minha, claro que queria treinar na minha terra, ganhar destaque, mas infelizmente isso não é possível. Eu tive que vir ao Rio ter assistência, essa melhora técnica que estou tendo”* (Marina, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).

<sup>33</sup> Fellipe Awi (2012) destaca, pertinentemente, que não se pode dar aos Gracie ou ao jiu-jitsu brasileiro todo o crédito pelo surgimento e desenvolvimento do MMA, já que, embora esta família de lutadores certamente tenha sido fundamental, o protagonismo contou também com a participação de outros lutadores e distintas artes marciais.

profissionalismo atual – ganhando contornos de profissionalismo sobretudo a partir do início do século XXI (AWI, 2012).

De acordo com Awi (2012), em 1959 surgiu o primeiro programa de televisão brasileiro para cobertura dos desafios de vale-tudo, Heróis do Ringue, exibido semanalmente pela extinta emissora TV Continental. Entretanto, em 1962 uma fratura ocorrida durante uma transmissão ao vivo, exibida em close, chocou aos (às) telespectadores (as) mais sensíveis. O programa foi retirado do ar e o esporte proibido no então estado da Guanabara, sob a alegação de que colocava em risco a integridade física dos atletas.

O vale-tudo somente voltou a encontrar terreno propício para voltar a florescer no final da década de 1970, época em que as academias de luta em pé (karatê, muay thai, tae kwon do) viviam uma explosão de crescimento, motivadas pela visibilidade dos filmes de Bruce Lee e, posteriormente, do ator-lutador belga Jean-Claude Van Damme. Os Gracie e seus alunos começaram então a desafiar praticantes destas modalidades, com vistas a atrair mais praticantes para o jiu-jitsu (luta de solo) e provar que sua arte marcial continuaria sendo superior às demais.

Embora eu não tenha encontrado relatos de lutas de vale-tudo ocorridas entre mulheres nos anos 70 ou 80, a descrição da invasão da academia de muay thai de Nélio Naja por representantes de jiu-jitsu, conforme relatada por Awi (2012), deixa saber que havia entre os alunos presentes na aula de muay thai não apenas homens, mas também mulheres e crianças – estes dois últimos teriam sido convidados por Rolls Gracie a se retirarem da academia antes que a briga que estava por vim se instaurasse. Este episódio é considerado um dos epicentros que iniciou a grande rivalidade entre muay thai e jiu-jitsu, que marcou o desenvolvimento do vale-tudo brasileiro. Tal rivalidade seria acirrada durante a “Era *Pride*”, no final dos anos 1990, - período em que a organização de vale-tudo japonesa chamada *Pride* fazia frente com o estadunidense UFC -, devido ao grande destaque obtido por atletas brasileiros de duas equipes nacionais que tinham como modalidade base o jiu-jitsu e o muay thai, respectivamente: a Brazilian Top Team (BTT), do Rio de Janeiro, e a Chute Boxe, de Curitiba.

Essa rivalidade entre o Jiu-Jitsu (luta de chão/solo) versus muay thai (luta em pé/trocação) também possuiu representantes entre as mulheres brasileiras. Em 2005, no evento nacional *Showfight 2*, a paraense Érica Paes, única mulher representante da equipe *Brazilian Top Team*, fazia sua segunda luta da modalidade, enfrentando uma atleta estreante do Paraná, Cristiane Cyborg, também única representante da *Chute Boxe* à época – o evento foi transmitido em televisão aberta (Diário de Campo, 04/08/2015).

Quatro anos antes, uma de minhas interlocutoras de pesquisa realizava sua primeira luta de Vale-Tudo feminino:

**Laura** – *Meu treinador me ligou, eu estava no Rio, tinha acabado um campeonato mundial de jiu-jitsu. Lembro que ele falou que me inscreveu em um evento de MMA, na época era vale-tudo, em Macapá. Falei: tá ficando doido? Ele: tua mão tá afiada. Peguei o avião e fui. Cheguei lá, tinha outdoor meu na cidade. Fizemos a luta lá, eu lutei de kimono. Não existia aquela coisa da integridade física do atleta, era uma carnificina mesmo, sem luva, só com protetor bucal, a la Gracie mesmo!! E eram dois tempos de 15 minutos. Graças a Deus eu finalizei a luta com um minuto e meio. Foi em 2001, minha 1ª luta profissional. Porque, fora isso, fazíamos torneios dentro da academia. Como tinham menos mulheres do que homens, sempre eu estava liderando, lutando com os meninos e saindo na porrada mesmo com homem. Não só no jiu-jitsu, mas na mão mesmo. Só não podia puxão de cabelo nem mordida, dedo no olho nem golpe baixo, antigamente era só o que não valia. O resto, bate-estaca, tudo podia.*

**Pesquisadora** – *Conte-me mais sobre essas lutas na academia, por favor.*

**Laura** – *Nós treinávamos na academia, como parte de defesa pessoal, que hoje se transformou no MMA, mas na época era vale-tudo, então eu já treino o MMA desde 93. Tínhamos um dia da semana que era o freestyle, que era o vale-tudo, e adaptávamos as técnicas do jiu-jitsu pro MMA, porque no jiu-jitsu não existe golpe de ataque, então a gente sempre... Eu assistia muito vídeo do UFC, assistia muita fita do Royce [Royce Gracie] lutando, do Royler [Royler Gracie] lutando. Aquele estilo de pisão<sup>34</sup>... Hoje em dia a gente vê que era uma coisa bem início mesmo. Eu sempre falo, antigamente a gente tinha que saber muito de uma coisa [uma arte marcial], hoje em dia não, tem que saber muito de tudo! (Entrevista à pesquisadora, 01/08/2015).*

Mas foi em 1995 que ocorreu aquela que, conforme indica o consenso entre minhas colaboradoras de pesquisa, teria sido a primeira luta oficial de vale-tudo entre mulheres realizada no Brasil: o embate entre a paraense Carmem Casca Grossa e a carioca Renata Acácio, realizado na cidade do Rio de Janeiro, e que conferiu à atleta do Pará o título de “Rainha do Bairro” (Diário de Campo, 05/02/2018).

Eram tempos difíceis, já que no início do Vale-Tudo feminino as oportunidades de realizar lutas eram escassas e as discriminações sofridas pelas lutadoras, abundantes, conforme é possível apreender dos diálogos que travei com Lia e Samira:

**Lia** – *Fiz umas 8 lutas de vale-tudo, em Belém e no Rio. Lutei o Meca [importante evento de Vale-Tudo nacional no início dos anos 2000].*

**Pesquisadora** – *E depois você parou com o vale-Tudo, né? Por quê?*

**Lia** – *Porque a gente quase não tinha adversária, o feminino no vale-tudo não tinha valor, só tinha homem. [...] Tinha um preconceito na época muito grande, chamavam de sapatão, por ser mulher e fazer essas lutas, várias vezes*

---

<sup>34</sup> Pisada violenta no peito do pé, golpe bastante utilizado na época de vale-tudo. Hoje o golpe ainda existe no MMA, mas não é comum ver os e as atletas utilizando-se dele.

*fui xingada de sapatão. Isso a gente tinha que levar na esportiva (Entrevista à pesquisadora, 02/02/2018).*

\*\*\*

**Samira** – *Nunca me iludi achando que fosse ficar milionária nesse esporte, porque na minha época só tinha homens praticando. Era um ou outro evento, principalmente dentro do Brasil. A gente convencia os caras a deixarem a gente lutar. Nunca foi fácil entrar em nenhum dos eventos. Praticamente tinha que implorar pra ter uma luta feminina. Hoje não, dificilmente se vê evento sem uma luta feminina ou com mais mulheres ainda no mesmo card. O meu maior desejo no passado era conseguir lutar fora do Brasil, tinha aquele sonho de lutar no Japão. Nem tinha MMA feminino nos EUA, não era tão grande quanto no Japão. Eu sou da época do Pride, então tinha o sonho de lutar o Meca no Brasil e o Pride no Japão, porque era onde estavam meus amigos e caras dos quais sou fã, como o Minotauro [um dos maiores expoentes do Vale-tudo/MMA]. Fiz tudo o que pude pra estar lá.*

**Pesquisadora** – *Além de ti, quem você considera que são as atletas precursoras do MMA feminino?*

**Samira** – *As primeiras mulheres no mundo, na minha opinião, que são as que se destacaram e começaram realmente essa arte, não fizeram uma luta e pararam, continuaram por um tempo até conseguir botar realmente o MMA feminino dentro dos eventos. Eu sou uma delas, a Carina Damm, a Érica Paes, a Ediane Gomes, a americana Tara LaRosa, a japonesa Megumi Fujii. Existem outras meninas que pelo fato de terem lutado uma vez na vida se acham precursoras, não tiro o mérito de terem tentado, mas pra ser do esporte, pra ser lutadora de MMA mesmo você tem que ter seguido uma carreira (Entrevista à pesquisadora, 27/11/2016).*

Adversidades também marcaram a trajetória de Natasha, atleta com cujo relato iniciei esta subseção. Dona de uma trajetória de vida sofrida e tendo crescido em condições bastante precárias em uma violenta favela<sup>35</sup> da cidade de São Paulo, a lutadora viu no vale-tudo/MMA uma possibilidade de tentar mudar o seu futuro, de buscar ascensão social. Foi neste contexto, em busca de conseguir dinheiro, que ela, então atleta de jiu-jitsu na academia de um famoso lutador à época, aceitou participar de um evento clandestino de vale-tudo onde lutou com um homem e venceu:

*Eu não achei que fosse uma luta, achei que fosse um tal de um filme, era inocente pra caramba. Falaram que eram tudo americanos, que vinham gravar. Quando me passaram a informação, soube que ia lutar numa piscina vazia em cima dum prédio lá no Morumbi, num evento de Vale-Tudo clandestino. Só que acabou chovendo nesse dia e foi realizado numa academia. Na hora que eu cheguei lá dentro e o cara começou a falar ‘se não tiver porrada e sangue aqui, ninguém vai ganhar o dinheiro!’, aí eu falei, ‘ah, então a parada não é filme, a parada é realidade’. Porque antes de começar ele teve uma conversa com os atletas, todos. Tinha vários atletas e achei que não iam me colocar pra lutar, fiquei tranquila. Daqui a pouco, o cara anuncia*

<sup>35</sup> Parto do entendimento, em consonância com Jailson de Souza e Silva *et al.* (2009, p. 97), de que “a favela significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade”, e não pode ser reduzida ao mero estigma de território violento e miserável, pois “se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas”.

*meu nome: ‘é essa luta que eu quero, essa menina com esse cara’. Quando olhei, o cara grande, era tipo de um time rival. Não era luta profissional, não podíamos fazer aquilo. Eu tinha um amigo muito parceiro no Brasil, foi ele que conseguiu contato, então era nossa equipe contra a de outros caras, Zona Sul contra Zona Leste, mais ou menos isso. Entendeu? Foi assim que aconteceu. Falei que não ia lutar com esse cara. Pensei que o cara fosse me matar, mas os meninos disseram que eu ia ganhar dele: ‘se você finaliza a gente, por que não vai finalizar o cara?’ Realmente, eu finalizava os caras na academia. Recebi 500 dólares nesse dia (Natasha, entrevista à pesquisadora, 28/11/2016).*

Era ainda um período de grande rivalidade entre as academias de lutas e, no caso, ela, representante de uma academia de jiu-jitsu, enfrentou e conseguiu finalizar um especialista da *luta em pé*. A atleta diz que até hoje esse é o combate mais comentado de sua carreira e que acabou ficando famosa por conta dela. Mas assume que isso é também ruim por outro lado, já que considera que muitas lutadoras recusaram ofertas de combate contra ela por saberem que havia enfrentado e vencido um homem.

Remeteriam os relatos de minhas colaboradoras, que por vezes lutaram sem luvas em combates com regras mínimas e alto grau de improvisação, até mesmo contra homens, a uma compreensão do Vale-Tudo como uma prática incivilizada, correspondendo a um movimento de “desesportivização”, tal como na discussão iniciada por Norbert Elias que apresentei anteriormente? Uma vez apresentada esta breve genealogia do MMA feminino no Brasil, vou agora em busca desta resposta, nos parágrafos que se seguem.

Raúl García e Dominic Malcolm (2010) argumentam que o processo de desenvolvimento que culminou na transformação do vale-tudo no MMA correspondeu a um processo de informalização e busca da excitação. Seus dados e análises diferem de estudos anteriores, nos quais, a partir de uma perspectiva Elisiana, afirmava-se que o crescimento do Vale-Tudo nos anos 1990 representava um processo de “desesportivização” e descivilização. É o caso do trabalho de Maarten van Bottenburg e Johan Heilbron (2006), no qual os autores argumentam que foi somente após a pressão pública (devido à sensibilidade à violência) levar ao desaparecimento dos eventos de vale-tudo na maioria das emissoras a cabo da televisão estadunidense, que várias iniciativas foram tomadas no sentido de re-esportivizar os combates, em um processo no qual – a partir da implementação de um maior número de regras para melhor proteger a integridade física dos(as) atletas e algumas transformações no sentido de tornar a modalidade mais atraente e ao mesmo tempo mais palatável a um público mais amplo – ocorreu a transformação dos eventos de vale-tudo em eventos de Artes Marciais Mistas (VAN BOTTENBURG; HEILBRON, 2006).

Contra argumentam García e Malcolm (2010), contudo, que o MMA surgiu enquanto esporte global como consequência da ascendência do profissionalismo sobre o amadorismo, através da hibridização dos estilos de combate orientais e ocidentais, e devido aos desejos dos participantes de gerar aumento dos níveis de excitação. Os pesquisadores apontam que, apesar de trabalhos acadêmicos e opinião pública muitas vezes afirmarem o contrário, há considerável autocontrole da violência no vale-tudo e no MMA. O esporte, no entanto, oscilou entre formas mais e menos próximas à violência, a medida em que *lobbies* públicos mais amplos contestaram a definição de violência socialmente tolerável.

Assim, os pesquisadores afirmam que o problema central dos estudos que interpretam o desenvolvimento do Vale-Tudo ao MMA como um processo de descivilização é que “estes são baseados em um retrato exagerado da violência desses eventos<sup>36</sup>. Um erro similar é evidente nos debates públicos sobre MMA” (GARCÍA; MALCOLM, 2010, p. 46).

Não apenas os(as) atletas possuem uma percepção bastante diferente desta, como, de fato, a prática de MMA pode causar menos danos físicos aos praticantes do que outras modalidades de luta, especialmente no que se refere a danos neurológicos provenientes de golpes frequentes à cabeça, já que o MMA se utiliza de uma variedade de golpes na luta em pé, na luta agarrada e no solo, o que faz com que o corpo sofra golpes variados e haja menos impactos contínuos à cabeça (GARCÍA; MALCOLM, 2010). Além disso:

A relativa infrequência de mortes no MMA talvez seja ainda mais significativa<sup>37</sup>. O único caso registrado de morte no MMA ocorreu em Kiev em 1998. Esta estatística tem pouca semelhança, por exemplo, com o pankration grego antigo, onde morte e ferimentos graves não eram apenas comuns, mas os atletas eram elogiados por escarnecer da morte (Poliakoff, 1987). A comparação com as taxas de mortalidade em outros esportes revela o caráter relativamente "seguro" do MMA. Segundo Gross (2001), a taxa de mortalidade por boxe nos EUA é de 0,13 por 1000 participantes, comparado com 0,3 no futebol americano, 5,1 no montanhismo, 12,3 em queda livre de paraquedas e 12,8 em equitação. Em contraste, não houve mortes em eventos

---

<sup>36</sup> Uma distinção importante é aqui necessária, já que os autores referem-se às lutas de vale-tudo em si, particularmente àquelas ocorridas nos Estados Unidos e Europa a partir dos anos 1990, e não a acontecimentos que marcaram a história da modalidade no Brasil, como a existência de brigas de rua contra praticantes de outras modalidades e invasões de academia que, décadas antes, ocorriam paralelamente aos eventos de Vale-tudo, conforme explicitarei anteriormente.

<sup>37</sup> Em livro publicado em 2012, Fellipe Awi apontava para a existência de apenas 2 mortes ocorridas em virtude de lesões sofridas em um combate de MMA. No entanto, houve outras mortes em decorrência da prática de MMA desde então. Não tive acesso a dados exatos ou publicações científicas a este respeito, contudo, meu contato prolongado com o campo, nos últimos quatro anos, permitem especular que este número gire em torno de 5 a 10 mortes. Entendo que o crescimento na mortalidade nos últimos anos seja diretamente proporcional ao crescimento do MMA, com um número muito maior de atletas e eventos na contemporaneidade. Importa mencionar que a questão do risco de morte não foi uma questão mencionada por minhas interlocutoras em todos esses anos, sugerindo como esta não é uma preocupação que possuam em suas carreiras profissionais. Cabe ainda pontuar que parte dos óbitos ocorreu em função do severo processo de corte de peso que a maioria dos(as) atletas realizam antes das lutas, questão que abordo no *Subcapítulo 2.2*.

de MMA nos EUA (Bledsoe et al., 2006). Assim, o "pânico moral" sobre o MMA é baseado em níveis de violência percebidos, ao invés de reais (GARCÍA; MALCOLM, 2010, p. 47-48).

Conforme mencionei a priori, os autores supracitados sustentam seu argumento de que o processo que levou ao surgimento do Vale-Tudo e seu desenvolvimento em MMA pode ser compreendido por meio de um processo de informalização (conforme conceito proposto por Cas Wouters) e busca da excitação (proposição de Norbert Elias e Eric Dunning):

O conceito de informalização de Wouters deriva de sua análise da chamada sociedade permissiva dos anos 1960. Wouters (1986) apontou que o relaxamento da regulação social (por exemplo, em relação ao sexo e à nudez) e o desenvolvimento de relações sociais menos formais evidentes nos anos 1960 (por exemplo, uma interpretação mais flexível das condutas e o questionamento de hierarquias) foi interpretado por alguns como um declínio moral da sociedade; como incivilizado, no sentido corrente do termo. Wouters argumenta, entretanto, que estas mudanças comportamentais não são indicativo de um processo descivilizador, no sentido proposto por Elias, mas, ao invés disso, representa uma forma de processo civilizador altamente diferente e complexa (GARCÍA; MALCOLM, 2010, p. 41).

Neste sentido, os pesquisadores europeus sinalizam que a aplicação de uma grande variedade de técnicas de combate não corresponde a um aumento da violência, uma vez que estas são suficientemente autorreguladas. À luz da teoria da informalização, é possível argumentar como técnicas potencialmente perigosas do vale-tudo e do MMA, como estrangulamentos, são executadas em ambiente no qual os(as) lutadores(as) exercem considerável controle sobre a força e pressão aplicadas, de modo que estas sejam suficientes para forçar uma finalização e assim garantir a vitória, mas limitadas, para que mortes ou danos mais severos aos(as) adversários(as) não ocorram. Há consonância com traços que Elias identificou como mais prevalentes onde há processos civilizadores duradouros, como a previsão dos efeitos das ações e a reflexão autoconsciente. O afastamento da regulação externa e imposta, para uma maior autorregulação é o que Wouters descreveu como um processo de informalização (GARCÍA; MALCOLM, 2010).

A busca por um equilíbrio adequado da tensão presente nos esportes de combate, como parte da busca da excitação, também fornece a possibilidade de uma compreensão mais completa do processo de desenvolvimento do vale-tudo em MMA. Afinal, para ser suficientemente estimulante para participantes e espectadores, as lutas precisam exibir uma intensidade que seja relativamente próxima de combates da vida real; precisam parecer ter aspectos significativos de ausência de controle. Assim, nos primórdios do UFC (criado em 1993), quando ainda se nomeava a modalidade de vale-tudo, a estratégia central de *marketing*

consistia em vender a ideia de que a modalidade era mais perigosa e menos controlada do que realmente era, levando o público a acreditar que se tratava de um confronto sem regras (GARCÍA; MALCOLM, 2010) – quando, na verdade, nunca “valeu tudo” no vale-tudo, apenas haviam menos regras, e menos restritivas, do que na versão contemporânea do MMA:

Quando Rorion Gracie e Art Davie fundaram a produtora WOW e se associaram à empresa SEG para estabelecer o UFC, a principal estratégia de *marketing* era minimizar o regulamento interno do UFC e promovê-lo como uma competição sem regras. Esta abordagem foi apoiada pelo programador da SEG, Campbell McLaren, e por Michael Pillot, produtor do UFC, que acreditavam que "a melhor maneira de alcançar maior audiência é vender o sangue, coragem e aspecto de medo dela". McLaren enfatizou esses temas em uma coletiva de imprensa para o UFC II em 1994, afirmando: "cada luta só vai acabar quando houver um vencedor designado por meio de nocaute, rendição, intervenção do médico ou morte" (GARCÍA; MALCOLM, 2010, p. 54).

Enquanto esta estratégia funcionava com uma parcela do público, interessada em consumir a suposta violência dos combates “sem regra” do Vale-Tudo, ao mesmo tempo ganhava força a pressão política de parcela da população sensibilizada por sua percepção da violência na modalidade. Assim, nos EUA o senador John McCain encabeçou um protesto pelo banimento do vale-tudo que atingiu 40 estados dos Estados Unidos e culminou na subsequente remoção do UFC da TV a cabo estadunidense (VAN BOTTENBURG; HEILBRON, 2006).

Em 2001, quando o UFC era ainda uma organização pequena, foi comprado pela empresa *Zuffa Entertainment*, dos irmãos Fertitta, empresários estado-unidenses da área de entretenimento (donos de cassinos) na cidade de Las Vegas, e a presidência da organização foi assumida pelo também estadunidense Dana White:

[Eles] Assumiram um evento maldito, dependente de liminares na justiça para acontecer, e o transformaram em um show *mainstream*, frequentado por celebridades. Além de regulamentarem o esporte nos Estados Unidos (à exceção de cinco estados), conseguiram entender o que o público queria ver e consumir. Contrataram os melhores lutadores de artes marciais mistas do mundo e transformaram os embates entre eles em entretenimento de massa (AWI, 2012, p. 20).

A estratégia, então, passou a residir ainda mais nos aspectos de espetacularização das lutas, ao mesmo tempo em que foram feitas uma série de mudanças para reduzir os perigos e a percepção da violência na modalidade. O primeiro e mais evidente exemplo reside na mudança de terminologia, de vale-tudo, para Artes Marciais Mistas (MMA), com este novo nome tendo um efeito minimizador dos aspectos violentos carregados pela nomenclatura anterior. As regras também passaram por uma extensa revisão e ampliação, de modo a criar um equilíbrio entre

tensão e excitação que fosse tolerável para um maior número de pessoas, culminando na criação de categorias de peso, limite de tempo, divisão por *rounds* e introdução de 31 ações ilegais no combate (AWI, 2012; GARCÍA; MALCOLM, 2010) – o que proibiu, por exemplo, golpes na coluna, cabeçadas e os antes populares “tiros de meta”, isto é, chutes à cabeça de um(a) adversário(a) caído/deitado(a) no chão. Além disso, foi neste mesmo período, ao final dos anos 1990, que o foco foi deslocado de uma arte marcial em específico (e do intuito de tentar prová-la superior às demais) para a combinação de técnicas e habilidades de distintas artes marciais, mescladas com o intuito de que os(as) atletas pudessem ampliar suas possibilidades de êxito nos combates.

Meus dados de campo evidenciam como, na atualidade, o MMA e especificamente o UFC continuam a operar baseados em uma forte lógica de espetacularização. Hoje a modalidade não é mais promovida como violenta por suas organizações e mídia especializada (que, na verdade, possuem agora a intenção oposta: vender o MMA como um entretenimento saudável e seguro, como discutirei mais a frente), mas alguns elementos que remetem a um possível descontrole e que elevam a tensão e consequente expectativa do público para o combate, estão fortemente presentes. É o caso, sobretudo, do *trash talk*, expressão êmica que ao pé da letra poderia ser traduzida como “falar besteira”, e corresponde ao ato de provocar o(a) adversário(a) ou um(a) atleta que se deseje como futuro adversário, o que muitas vezes é feito a partir de xingamentos, ofensas e críticas ao desempenho atlético da outra pessoa e, algumas vezes, pode chegar a provocações ou reações físicas acaloradas – geralmente empurrões, mas em algumas poucas vezes, tentativas de realmente partir para a briga com socos ou outros golpes; ação que os seguranças do UFC estão prontos para cessar imediatamente, se necessário.

O *trash talk* é considerado parte do *marketing* envolvido na promoção dos(as) atletas, de modo que, na contemporaneidade, cada vez mais atletas fazem uso desta estratégia para promover suas lutas ou conseguir para si as *money fights* (“lutas do dinheiro”), combates considerados mais rentáveis por atraírem maior atenção de mídia e fãs – questão que retomarei no *Capítulo 3*. Foi esta a principal estratégia utilizada pela brasileira Bethe Correia quando, através do *trash talk*, valorizou e visibilizou as vitórias que havia obtido contra amigas e companheiras de treinamento da atleta-astro Ronda Rousey e, assim, conseguiu uma disputa de cinturão com a então campeã do UFC. As ofensas saíram da esfera esportiva e chegaram à vida íntima, com a atleta brasileira abordando questões familiares da atleta estadunidense, que

reagiu, alimentando ainda mais o *trash talk* e o interesse de público e mídia em torno do combate, trazendo retorno financeiro para todos(as) envolvidos(as)<sup>38</sup>.

Aspectos de espetacularização também estão presentes nas “encaradas”, eventos midiáticos realizados com intuito de promoção da luta, especialmente no dia da pesagem (na véspera dos combates), em momentos nos quais os(as) atletas são colocados(as) frente a frente, com os corpos bastante próximos, e em geral cerram os pulsos, mostrando-se prontos(as) para a luta que se aproxima. Muitos(as) utilizam-se do momento das encaradas para realizar *trash talk* cara a cara com o(a) oponente, simular ameaças físicas, ou mesmo tocar o corpo do(a) adversário, em tom provocativo.

A modalidade, hoje, está desenvolvida e popularizada a um ponto em que o público sabe que, na verdade, o *trash talk* e as encaradas, mesmo as mais acaloradas, são muito menos atos de violência ou agressividade descontrolados, e muito mais atos performáticos, intencionais e deliberados para promover as lutas; e que o risco de uma agressão física mais contundente se desenvolver entre os(as) lutadores(as) nestes momentos beira o inexistente. Mesmo assim, os(as) expectadores(as) vibram e têm sua expectativa de assistir aos combates aumentada. Após a luta, na maioria das vezes, mesmo atletas que haviam se provocado e ameaçado veementemente, selam a paz e o respeito mútuo, cumprimentando-se e muitas vezes trocando abraços e congratulações. Neste momento, os público também vibra, se emociona, e os narradores esportivos e comentaristas aproveitam para valorizar o acontecimento, enfatizando que se tratam de dois ou duas profissionais e, acabado o combate, não há porque manter a hostilidade estratégica e não respeitar e cumprimentar a outra pessoa.

Ao contrário da estratégia de *marketing* presente nos primórdios do UFC, hoje promotores de eventos e mídia especializada vendem cada vez mais a de que o MMA não é violento, mas antes um esporte profissional, praticado por pessoas equilibradas, que obedecem às regras – não só as do jogo, e as do cotidiano intenso de treinamentos e dietas, mas as regras (leis) da sociedade. Encontros de atletas com fãs são frequentemente promovidos pelo UFC nos dias que antecedem aos eventos de MMA, em ocasiões nas quais é possível adentrar em uma fila para conseguir um autógrafo dado na hora pelo(a) atleta e, se desejado, tirar uma foto. Em minha última incursão a campo para assistência de um *card* do *Ultimate Fighting Championship*, no UFC Belém, a brasileira Ketlen Vieira, manauara que vem se destacando no

---

<sup>38</sup> A mídia especializada costuma apontar o boxeador estadunidense Muhammad Ali como o “pai do *trash talk*”, pois nos anos 1960 e 1970 este famoso e bem-sucedido pugilista já utilizava-se deste tipo de provocação para promover suas lutas, em suas entrevistas e também nas encaradas realizadas nas pesagens. A própria ideia de espetacularização e transmissão midiática das pesagens no dia anterior aos eventos é outra herança que o boxe e Muhammad ali deixaram para o MMA.

ranking da organização, era uma das atletas presentes no recinto para atender aos(às) fãs. Além disso, cada vez mais os(as) atletas estão presentes na mídia, participando de entrevistas e rodas de conversa que os(as) aproximam cada vez mais do público, que passa a ver essas pessoas em toda sua humanidade, como seres humanos comuns que ganham a vida como atletas, e não como pessoas brutas e insensibilizadas.

Mesmo a narração e comentários durante as lutas são feitos com vistas a não permitir que quem assiste tenha uma percepção exagerada de violência. Quando um golpe abre um corte no rosto de um(a) atleta, por exemplo, o narrador logo avisa ao público de que esta é uma área altamente vascularizada e por isso o sangramento é abundante, mas que se trata de um evento “normal” e que não representa lesões ou danos maiores à pessoa – e que, de qualquer forma, se houver qualquer risco à integridade física do(a) atleta, o árbitro interromperá a luta para que possa ocorrer uma avaliação médica definindo se o(a) lutador tem condições de continuar na peleja sem que haja riscos para sua saúde.

Para finalizar, corroboro do entendimento de García e Malcolm (2010): esportes de combate são inerentemente contenciosos, pois necessariamente existem perto da fronteira entre os combates "reais" e "simulados" e, portanto, à margem do esporte moderno. Como evidenciei nesta subseção, desde os anos 1990 há relatos de participação de lutadoras brasileiras em lutas de vale-tudo. Sua participação, contudo, não tinha expressividade e na maioria das vezes não era considerada legítima, como evidenciaram os relatos de minhas colaboradoras. Sobretudo a partir da segunda década do século XXI (com ênfase para o período de 2013 – ano em que foi implementada a primeira categoria feminina no UFC – em diante), as mulheres vão passando a ser cada vez mais aceitas como atletas da modalidade. Em meio a resistências e tentativas de manutenção de concepções tradicionais de gênero e sexualidade, a contundência e virilidade inerente à prática de artes marciais vai lentamente sendo reconhecida como legítima também em seus corpos.

## 2 GÊNEROS E SEXUALIDADES NO CENTRO DO CAGE

A despeito das transformações sociais que vêm possibilitando a emergência do MMA feminino no Brasil, não há dúvidas de que a modalidade continue a ser socialmente considerada masculina. Ainda que, na interlocução comigo, nem todas as lutadoras tenham relatado de prontidão episódios em que foram discriminadas devido à prática da modalidade, quase todas, ao longo dos diálogos, acabaram relatando episódios em que foram hostilizadas pelo simples fato de serem lutadoras. Uma das colaboradoras contou-me que, certa vez, ela e sua companheira de treinamentos, também lutadora de MMA e exibindo uma musculatura bastante definida, foram abordadas por um homem idoso, quando saiam do treinamento: *“MMA não é coisa de mulher, não! Mulher tem que ficar atrás do fogão, isso não é coisa de mulher!”* (Beatriz, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015) – Exclamou ele. Outra lutadora, quando perguntada a respeito de discriminações sofridas, destacou não a linguagem verbal, mas os olhares a partir dos quais se sente constantemente examinada: *“Pessoas olham estranho por você ser lutadora, ter um corpo diferente, ter mais músculos”* (Paula, entrevista à pesquisadora, 26/03/2015). Em uma de minhas incursões a campo, durante um *card* do UFC no Rio de Janeiro, um espectador gritou desdenhosamente, momentos antes do início da luta entre uma atleta brasileira e uma atleta estadunidense: *“Cuidado para não quebrar a unha!”* (Diário de Campo, 28/03/2015). O discurso do espectador assume um tom desqualificador, como que dizendo, nas entrelinhas, que aquele não é o esporte nem o lugar delas (cujos corpos deveriam ser delicados, sensuais e belos), denotando o entendimento (de senso comum) de que mulheres são mais suscetíveis a questões relativas à aparência física e que se incomodariam mais com isso do que os homens, o que esconde o juízo de valor de que estas seriam mais levianas e tolas, preocupando-se com questões “menores”.

Importa destacar que nenhuma das atletas em questão performatiza gênero de forma que remeta ao padrão mais corrente, entendido de forma essencializada, de feminilidade; além de serem frequentemente lidas como lésbicas. Por fim, o torcedor desconsidera o óbvio: é ínfima a possibilidade que uma atleta de MMA tem como quebrar as unhas em uma luta, já que todos e todas obrigatoriamente devem estar com as unhas suficientemente curtas para serem autorizados(as) pelos juízes a adentrar nos *cages*, medida tomada como forma de preservar a integridade física dos(as) oponentes, evitando cortes ou outras lesões que poderiam ser causadas pelas unhas.

Tais situações, ainda que corriqueiras, não podem ser naturalizadas. Elas ocorrem porque as lutadoras de MMA fogem ao padrão segundo o qual as mulheres seriam delicadas, frágeis, sensíveis, passivas. Estas mulheres gostam de uma modalidade que ainda choca a muitas pessoas por sua suposta violência, cuja prática, ao menos dentro dos *cages* e ambientes de treinamento, exige que sejam fisicamente fortes, ativas, agressivas, impiedosas e resistentes à dor, o que as aproxima do modelo de masculinidade associado ao poder viril (COURTINE, 2013).

Os corpos fortes, hipertrofiados e muitas vezes cobertos por tatuagens das lutadoras de MMA rompem com a linearidade da matriz heterossexual (BUTLER, 2003), que designa a expectativa social de que os sujeitos terão uma coerência linear entre sexo designado ao nascer, gênero, desejo e práticas sexuais. Assim, ao praticarem MMA, modalidade fortemente associada à masculinidade, as lutadoras subvertem as normas sociais que estabelecem regras rígidas sobre a feminilidade, o que tende a causar medo ou incômodo, além de fazer com que sejam quase automaticamente consideradas lésbicas. Fundada em um ideal de força física, firmeza moral e potência sexual, a virilidade foi assumida como associada ao homem, pertencente à ordem natural e inelutável das coisas (COURTINE, 2013). Afirma Jean-Jacques Courtine (2013) que a história da virilidade não pode ser confundida com a história da masculinidade:

“Masculino” durante muito tempo foi somente um termo gramatical. Também no século XIX e início do século XX não se exorta os homens a serem “masculinos”, mas “viris”, homens, se dizia, “verdadeiros”... Que o “masculino” tenha vindo suplantar o “viril” é bem sinal de que, decididamente, há algo que mudou no império do macho (COURTINE, 2013, p. 9).

Na contemporaneidade, prossegue o autor, há um paradoxo na virilidade: esta representação baseada na força, na autoridade e no domínio, acabou por parecer frágil, instável e contestada. A virilidade entrou em uma zona de turbulências culturais, num campo de incertezas, em um período de mutação que afeta a identidade masculina com uma instabilidade crônica. No começo do século XXI, a virilidade começa a ser dissociada do corpo masculino<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Adriana Estevão (2005) relata como, na passagem do século XIX para o XX, surgiram *shows* de mulheres musculosas chamadas de *strongwomen* ou ‘mulheres forçadas’. Dentre elas destaca-se Kate Brumbach, que ficou conhecida como Sandwina, após surpreender por sua capacidade física e vencer Eugene Sandow – o primeiro vencedor do Mister Olímpia, importante competição de fisiculturismo – em uma competição pública de levantamento de peso. As *strongwomen* se apresentavam em shows que aconteciam em teatros, feiras e shows. Contudo, a robustez de seus corpos e suas façanhas atléticas eram lidos no campo da aberração e da exceção bizarra, sem de fato desestabilizar os limites da masculinidade/virilidade e a suposta aparência de fixidez dos gêneros.

(COURTINE, 2013), do qual, conforme coloca Judith Butler (2003), foi durante muito tempo emblema, mercadoria, desempenho, disfarce ou paródia. Butler (2003) evidencia que a aparência de fixidez interior do gênero é constituída performativamente, em um processo de “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

Como apontam Richard Miskolci e Larissa Pelúcio (2007), não se pode confundir *performance* com *performatividade*, já que aquela está associada a uma ideia voluntarista, à representação de um “papel de gênero”, enquanto esta “não tem relações com atos teatrais que sugere representações de papéis, senão com discursos que constroem sujeitos dentro de relações de poder” (MISKOLCI; PELÚCIO, 2007, p. 262).

Butler (2003) inicia a desconstrução da matriz heterossexual ao evidenciar não apenas que o gênero não é natural, como também, que não há uma relação entre o corpo de alguém e seu gênero. Assim, “o corpo se revelará ter sido o gênero o tempo todo” (BUTLER, 2003, p. 8). Ao analisar as conclusões de Freud sobre a formação do ego, Butler mostra que o tabu do incesto é precedido pelo tabu contra a homossexualidade:

Embora Freud não o argumente explicitamente, dir-se-ia que o tabu contra a homossexualidade deve *preceder* o tabu heterossexual do incesto; o tabu contra a homossexualidade com efeito cria as “predisposições” heterossexuais pelas quais o conflito edipiano torna-se possível. O menino e a menina que entram no drama edipiano com objetivos incestuosos heterossexuais já foram submetidos a proibições que os “predisuseram” a direções sexuais distintas. Consequentemente, as predisposições que Freud supõe serem os fatos primários ou constitutivos da vida sexual são efeitos de uma lei que, internalizada, produz e regula identidades de gênero distintas e a heterossexualidade (BUTLER, 2003, p. 99-100).

Assim, Butler (2003) introduz a ideia de que tanto o sexo quanto o gênero são resultado do tabu contra a homossexualidade. Afastando-se de Freud, que não fala em incorporação em *Luto e melancolia* ou em *O ego e o id* – obras nas quais ela se apoia –, a filósofa conclui que as identificações são incorporadas, isto é, conservadas na superfície do corpo. Para chegar a tal conclusão, Butler segue Abraham e Torok, que argumentam que, enquanto o luto leva à introjeção do objeto perdido, a melancolia resulta na sua incorporação (SALIH, 2012). Se, em uma cultura heterossexual, é possível ficar de luto pelas consequências do tabu do incesto, o mesmo não pode ser feito em relação ao tabu contra a homossexualidade, de forma que a reação contra este último é a melancolia, e não o luto (BUTLER, 2003).

A identidade de gênero é estabelecida por meio de uma recusa da perda: “como atividade antimetáforica, a incorporação literaliza a perda sobre ou no corpo, aparecendo assim como a facticidade do corpo, o meio pelo qual o corpo vem a suportar um ‘sexo’ como sua verdade literal” (BUTLER, 2003, p. 105). Traçando um paralelo com a crítica da hipótese repressiva de Foucault (2005) – na qual o autor argumenta que no século XIX, longe de um silêncio sobre o sexo (pressuposto generalizado), o que havia era a incitação institucional para falar de sexo e a multiplicação de discursos nesse sentido, de tal forma que falar de sexo torna-se um modo de produzi-lo e controlá-lo –, Judith Butler compreende que é igualmente impossível separar as funções repressiva e produtiva tanto do tabu contra a homossexualidade quanto do tabu contra o incesto, uma vez que a própria lei produz e proíbe o desejo pelo progenitor do mesmo sexo (SALIH, 2012).

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Butler no que tange à performatividade do gênero, Jack Halberstam (1998) afirma que a masculinidade não é um atributo de homens, e que, portanto, não pode ser determinada a partir do corpo sexuado. É o abandono de tal fundacionismo biológico que permite à referida teórica Queer a compreensão de que a masculinidade também pode ser expressa no corpo de mulheres. A esta expressão de gênero, Halberstam chamou de Masculinidade Feminina (*Female Masculinity*):

Longe de ser uma imitação, a masculinidade feminina na verdade nos permite vislumbrar como a masculinidade é construída como masculinidade. Em outras palavras, masculinidades femininas são enquadradas como fragmentos rejeitados da masculinidade dominante, de forma que a masculinidade masculina possa parecer ser a real (HALBERSTAM, 1998, p. 1).

Há uma relação dialética, já que “a virilidade das mulheres continua a causar medo. Ela desencadeia quase automaticamente um julgamento estético e moral negativo” (BARD, 2013, p. 151), ao mesmo tempo em que atributos associados a ela, como coragem, ousadia, força, resistência, valentia, além de uma técnica apurada, são pré-requisitos necessários para tornar-se uma boa lutadora.

No entanto, a despeito dos constantes hematomas, da dor, do suor e dos músculos proeminentes requeridos por sua atuação profissional, algumas lutadoras buscam manter valores tradicionalmente associados à feminilidade em seus corpos, o que é exibido, por exemplo, por meio de unhas pintadas, utilização de saias e vestidos esportivos nas lutas e treinamentos, e de cores como o rosa:

*Eu sempre procurei ser muito feminina, sabe? Porque até muita gente confunde, acha que por eu estar fazendo um esporte masculino, acha que você tem que parecer igual a um homem. Mas eu não, eu sempre procurei estar super feminina, sempre procurei estar fazendo unha, cabelo, as roupas sempre usar um rosa, botar uma saia, alguma coisa assim” (Paula, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

\*\*

Estou na academia assistindo ao treinamento de jiu-jitsu da manhã. Minhas interlocutoras Daniela e Antônia estão no tatame. Em um breve intervalo, Daniela se aproxima de mim para beber água e diz: “*Bota aí que as minhas unhas estão feitas, tá? Faço questão desse detalhe!*”. Reparo como o kimono dela, azul, têm detalhes em cor de rosa, reforçando uma estética hegemônica de feminilidade. (Diário de Campo – 21/11/2016)

Semelhantemente, em evento comemorativo que contou com a presença das atletas Sarah e Raquel, ambas trajavam vestidos – o de Raquel, em particular, bastante curto e justo ao corpo –, sandálias de salto alto e maquiagem. Acredito que isso se deva ao gosto pessoal das interlocutoras envolvidas mas, mais do que isso, também a um desejo de mostrarem que continuam sendo mulheres femininas e sensuais, a despeito de praticarem uma modalidade ainda tão associada à masculinidade (hegemônica). Este tipo de dado também foi encontrado por Estevão (2005) em etnografia com mulheres fisiculturistas, cuja prática atlética e corpos são comumente lidos como masculinos:

Ao contrário do que se pode imaginar, as mulheres com as quais convivi, que fizeram parte desta pesquisa, se consideram femininas. No entendimento muito particular delas, o que as afirma enquanto tal é o uso de batom, brincos, salto alto, próteses de silicone no seio, gíngua na hora de se locomoverem e desejo por homens (ESTEVÃO, 2005, p. 191).

Para outras de minhas interlocutoras, contudo, a questão da feminilidade ou, mais precisamente, de ter seus corpos lidos como femininos, não se mostrou relevante e, por vezes, sequer desejado. Meu campo de pesquisa foi composto por mulheres que apresentam performances de gênero distintas, algumas exibindo cabelos curtos, outras trajando roupas consideradas masculinas, por exemplo.

Mark Mierzwinski, Philippa Velija e Dominic Malcolm (2014) realizaram um estudo que objetivou oferecer uma análise figuracional do envolvimento das mulheres no MMA, combinando os dados de entrevistas realizadas com atletas de elite do Reino Unido com o referencial teórico inspirado pela obra *O processo civilizador*, de Norbert Elias. Os autores basearam-se em dois conceitos interconectados: a noção da “busca pela excitação” e, em uma referência mais direta ao Processo Civilizatório, a ênfase no papel da vergonha em controlar os “corpos civilizados”. Entendem os autores que o processo civilizador do corpo feminino ocorre a partir dos ideais de beleza feminina, operados pela vergonha como um efetivo mecanismo

generificado de controle social. Neste sentido, eles identificaram três elementos relacionados à vergonha e corporificação: Corpos Violentos, Corpos Roxos, e Corpos Sexualizados.

Corpos Violentos (*Violent Bodies*) refere-se à ideia de que uma mulher intencionalmente machucar alguém se opõe aos ideais hegemônicos de feminilidade, o que torna a luta algo mais repugnante para as mulheres do que para os homens. Consequentemente, a vergonha experimentada pelas mulheres nos esportes de combate tende a ser diferente (tanto qualitativa quanto quantitativamente) daquela experimentada pelos homens. Neste sentido, ao invés de ser vista como um movimento no sentido de equalização das relações de gênero, a participação das mulheres na modalidade pode ser percebida como um passo atrás em direção à barbárie (MIERZWINSKI; VELIJA; MALCOLM, 2014)

Corpos Roxos (*Bruised Bodies*) refere-se ao entendimento de que, enquanto no MMA masculino os hematomas e marcas no corpo são símbolos de identidade esportiva e masculinidade, para as mulheres, são símbolos sociais de vitimização. As Lutadoras demonstram sentir vergonha dos hematomas e marcas dos treinos e lutas em seus corpos, já que tentam disfarçá-los em seus ambientes de trabalho e supõe que as pessoas podem achar que foram agredidas por seus possíveis parceiros (MIERZWINSKI; VELIJA; MALCOLM, 2014). Particularmente, experimentei situação semelhante, poucos meses antes de meu estágio de pesquisa no exterior quando, durante um treinamento experimental de jiu-jitsu, fui atingida por uma joelhada não intencional durante uma tentativa de passagem de guarda e, no dia seguinte, amanheci com um hematoma bastante visível em um dos olhos. Lembro-me que não consegui evitar certo incômodo ao sair em público – este incômodo sendo menor quando transitei em ambientes onde as pessoas me conheciam e poderiam supor que sofri o hematoma em um treinamento de luta, mas bastante mais expressivo quando precisei ir ao supermercado e encarar os olhares de pessoas desconhecidas (Diário de Campo, 23/06/2016).

Já os Corpos Sexualizados (*Sexual Bodies*) partem do entendimento de que a heteronormatividade que rege o esporte faz com que o toque de dois corpos masculinos raramente seja interpretado como sexual, ao passo que o contato entre um corpo masculino e um feminino (nos treinos, sobretudo no *grappling*<sup>40</sup>), ou entre os corpos de duas mulheres, mesmo no contexto de uma luta, tendem a ser encarados de forma sexualizada. Em suma, afirmam os pesquisadores que o processo civilizador atua através dos sentimentos de vergonha e embaraço, além do desempoderamento das mulheres a partir da sexualização de seus corpos (MIERZWINSKI; VELIJA; MALCOLM, 2014).

---

<sup>40</sup> Palavra em língua inglesa utilizada para designar de forma genérica as modalidades de luta agarrada, tais como a luta olímpica, a luta greco-romana, o jiu-jitsu, o sambô e o judô, por exemplo.

Fotos em que as lutadoras se considerem belas e femininas também são postadas nas redes sociais com frequência. Além disso, percebo como algumas atletas buscam rapidamente explicitar a mim suas heterossexualidades, demonstrando certa preocupação em não serem consideradas lésbicas, já que, como relataram minhas colaboradoras (neste caso, confirmando a expectativa do senso comum, construída a partir da lógica da matriz heterossexual), o universo do MMA feminino é composto por uma maioria de lésbicas: “*A maioria é tudo lésbica! Eu sou uma das poucas que gosto de homem!*” (Diário de Campo – 23/03/2015). Outras lutadoras se associam ao que tradicionalmente se entende como masculino, vestindo bermudas e camisetas largas, assumindo gestos e por vezes comportamentos associados aos homens. Estas são quase todas lésbicas, mas não necessariamente todas, e remetem à expressão de gênero chamada de masculinidade feminina, tal como na conceituação de Halberstam (1998).

Assim como ocorre na sociedade em larga escala, nem todas as lutadoras lésbicas performatizam gênero desta forma, tal como nem todas as lutadoras heterossexuais são femininas, dentro de uma concepção hegemônica de feminilidade. Além disso, parece-me preciso cuidado para não limitar as múltiplas possibilidades de expressão de gênero, que podem estar além do que os conceitos e rótulos identitários dão conta de definir.

Em relação às sexualidades, importa destacar que, embora diversas de minhas colaboradoras de pesquisa que residem no Brasil<sup>41</sup> tenham afirmado haver uma maioria de lésbicas, algumas deliberadamente fizeram questão de me explicitar que elas eram a suposta exceção e se relacionavam (apenas) com homens, e outras, ainda vivem suas (homo)sexualidades dentro do “armário”. Para mim, para os (as) fãs, e talvez sobretudo para a imprensa e patrocinadores, elas procuram que suas imagens sejam associadas à heterossexualidade, o que denota o poder da heteronormatividade e, especificamente, da heterossexualidade compulsória, na regulação de suas vidas.

A heteronormatividade “se refere às normas sociais que impõem não necessariamente a heterossexualidade em si, mas seu modelo a outras relações, inclusive entre pessoas do mesmo sexo” (MISKOLCI, 2014a, p. 14), isto é, normas sociais a partir das quais é comum que se assuma, por exemplo, que mesmo dentro de uma relação homossexual, uma pessoa deve executar o “papel” de homem, ativo, e a outra pessoa deve executar o “papel” de mulher, passiva. Nas palavras de David Foster:

---

<sup>41</sup> Faço aqui uma distinção entre as lutadoras que residem no Brasil e as que residem nos EUA em virtude de ter obtido dados diferentes nestes dois contextos no que tange à forma (explícita ou não) como as atletas lésbicas gerenciam a visibilidade de suas orientações sexuais – embora não deixem de haver lutadoras que vivem publicamente suas lesbianidade no contexto nacional.

A heteronormatividade entende-se a partir da reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se a heterossexualidade compulsória, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas ditas heterossexuais. (FOSTER, 2001, p. 19).

O peso da discriminação por conta da (homo)sexualidade foi-me explicitada por uma das interlocutoras – heterossexual –, em relato que evidencia como não somente as lutadoras são automaticamente lidas como lésbicas, mas também que, ao menos em determinados contextos e locais, mulheres lésbicas ainda são vistas como predadoras sexuais dentro de banheiros femininos – mais uma razão que ajuda a entender porque tantas colaboradoras que possivelmente se relacionam com outras mulheres, preferem não explicitar publicamente suas sexualidades:

*Teve uma vez que a gente estava no banheiro, a minha academia era no espaço de uma academia de musculação, o banheiro era pra todo mundo junto, as alunas da musculação e da luta, sabe? E uma vez a gente recebeu uma reclamação da dona da academia, que chegou pra gente e falou que era pra gente cuidar dentro do banheiro, que estavam vindo reclamações das clientes de que as meninas da luta estavam olhando para as mulheres, sabe? Como se as meninas da luta todas fossem lésbicas, e todas ficassem de olho nas mulheres (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

Posteriormente, a mesma atleta complementa seu relato, deixando claro que discorda da acusação da proprietária da academia, e explicitando que há uma convivência de respeito e amizade entre lutadoras lésbicas e heterossexuais em sua equipe. Fica evidente ainda que, para ela, ser mulher é sinônimo de ser heterossexual – é sintomático destacar que esta não é uma compreensão apenas desta atleta, já que frases semelhantes se repetiram nos discursos de outras interlocutoras, que também adotaram a diferenciação entre “lésbicas” e “mulheres”, categorias êmicas no universo do MMA:

*Eu treino com outras meninas, e tem meninas lésbicas, e todas se respeitam muito bem. Que nem, esse negócio do banheiro, todas receberam a crítica da dona da academia, e todas sabem que, assim, na nossa visão, a nossa amiga lá que é lésbica, olha muito menos que a gente que é mulher! Porque mulher repara muito mais, né? Então a gente tomou aquilo pra gente. E a menina ficou triste, ela falou assim: “não, mas eu não olho, só olho pra baixo”, que não sei o quê. E a gente falou pra ela ficar tranquila. Na nossa frente, ela super nos respeita, a gente não tem problema nenhum, sabe? (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

Outra colaboradora, de outra equipe de MMA, ainda que destacando que nos ambientes de treinamento o assédio dos homens é muito maior, afirma já ter sido assediada por uma companheira de equipe que se relaciona com outras mulheres. Para ela, que dá a entender que a atleta em questão faz uso indiscriminado de testosterona – substância proibida nas principais organizações da modalidade e considerada *doping*, mas usualmente consumida por lutadoras e lutadores, com intenção de elevar seus desempenhos físicos –, o hormônio seria o responsável pelo comportamento sexualmente mais agressivo da colega:

Ela me fala da companheira de treino que “gosta de mulher” e que já a assediou. Menciona, sem fornecer maiores detalhes, um episódio em que se abaixou para pegar um objeto no banheiro feminino e a colega, olhando para suas nádegas, exclamou: “nossa, que isso, hein?”. Diz que acha que precisa haver respeito. Insiste em me informar que ela não gosta de mulher e sim de homem. Diz que acha que “se a pessoa te dá uma indireta, e você corta, a pessoa não deveria mais insistir! Mas tem gente que tá entupida de hormônio até a tampa [testosterona], aí já viu, né?”. Por fim, faz a ressalva de que o assédio das mulheres não é grande como o assédio dos homens (Diário de campo, 27/03/2015).

Evento interessante ocorreu no final do mês de junho de 2015, quando da aprovação do casamento homossexual nos Estados Unidos e do lançamento de filtro comemorativo no *Facebook*, com as cores da bandeira LGBT. A campanha comemorativa foi bem-sucedida e obteve um amplo alcance também no Brasil, com algumas de minhas colaboradoras aderindo às cores do arco-íris nas imagens de seus perfis. Pus-me a pensar como para muitas pessoas que vivem relações com pessoas do mesmo sexo de forma escondida – possivelmente, algumas daquelas interlocutoras – talvez aquela estivesse sendo a primeira vez em que puderam sentir o prazer de ver suas subjetividades representadas em seus próprios perfis, de terem suas sexualidades, sempre omitidas, estampadas publicamente e de forma tão explícita, afinal, estavam relativamente seguras, “disfarçadas” pela causa principal, o apoio à legalização do casamento homossexual nos EUA; já que é cada vez mais aceito socialmente que não é preciso ser homossexual para apoiar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e havia várias pessoas heterossexuais aderindo à campanha. Uma das interlocutoras, juntamente com o filtro colorido, escreveu: “*Parabéns, tudo colorido. No final todo mundo é igual. Love is love*” (Diário de Campo, 26/06/2015).

Meu campo de pesquisa nos EUA contou com um número de lutadoras reduzido em relação ao grupo do Brasil, mas, diferentemente do que ocorreu aqui nos trópicos, todas as interlocutoras lésbicas posicionaram-se de forma aberta em relação a suas sexualidades. Uma delas falou-me sobre suas impressões sobre a questão da homossexualidade na maior organização de MMA do mundo e nos EUA como um todo:

**Natália** – *O próprio presidente do UFC apoia o gay dentro do UFC. Na América não tem isso, você pode sair de mãos dadas com a sua namorada, com o seu namorado, não tem problema nenhum, faz parte da sociedade. Todo mundo tem o espaço.*

**Pesquisadora** – *Na ‘América’ é assim e no Brasil não?*

**Natália** – *Eu acredito que agora está melhorando, porque eu estou vendo na televisão agora, na novela e tudo, então acho que o Brasil tá evoluindo bastante nessa questão. Mas aqui é bem mais normal”* (Entrevista à pesquisadora, 19/03/2015).

Em comemoração ao *National Coming Out Day* (algo como “dia nacional de saída do armário”, isto é, dia de celebrar a orientação sexual publicamente), que ocorre no dia 11 de outubro no país, outra de minhas interlocutoras assumidamente lésbica, Carla, postou uma foto de si mesma em suas redes sociais, acompanhada dos dizeres “*Be you, stand for who you are*” (“Seja você, apoie/defenda quem você é”), acompanhada de *emojis*<sup>42</sup> de arco-íris (que simbolizando a bandeira LGBT<sup>43</sup>) e de casais de distintas orientações sexuais. Antônia é outra de minhas interlocutoras que vive sua lesbianidade abertamente (Diário de Campo, 11/10/2016).

Um caso que merece destaque frente ao problema de pesquisa delineado nesta investigação é o da brasileira Amanda Nunes, primeira campeã abertamente lésbica do UFC e que, justamente por sua posição de destaque na organização, acabou tendo sua sexualidade bastante visibilizada e comentada nas mídias. Discutirei este caso em maiores detalhes no *Subcapítulo 3.2*.

Vale reafirmar que, tal como em escala macrossocial, meu campo de pesquisa (no Brasil e nos EUA) foi composto por mulheres de orientações sexuais distintas. Em geral, a questão da diversidade de gênero e sexual não é encarada como um problema pelas atletas, mas não são todas as interlocutoras que concordam com essa questão. Sarah, por exemplo, alega não ter preconceito com atletas não-heterossexuais, mas acredita que as lutadoras lésbicas prejudicam

<sup>42</sup> Ideogramas utilizados em mensagens eletrônicas e páginas da *web*. Existem em vários gêneros, como por exemplo: expressões faciais, objetos, lugares, tipos de clima, animais, alimentos, atividades, dentre outros.

<sup>43</sup> Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Nos movimentos sociais e ativismos frequentemente são propostas atualizações da sigla, de modo a encampar mais identidades. Exemplo é a sigla LGBTQIA, que acrescenta letras para também representar pessoas que se identificam como Queer, Intersexual ou Assexual.

a imagem da modalidade que pratica. A atleta associa a expressão de gênero (ser ou não feminina) à sexualidade (ser ou não heterossexual):

*Uma coisa que eu não concordo, por exemplo, se as meninas vão lutar e elas são lésbicas, que falem sobre isso. Porque aí que todo mundo vai falar mesmo [que MMA é coisa de lésbica]. Até que isso mudou um pouco, não é mais tão preconceituoso. Mas você pode lutar e ser feminina. Até porque, tem várias crianças que vão te assistir. Você luta lá, mas não precisa ser homem, porque daí é vergonha pra nós (Sarah, entrevista à pesquisadora, 20/02/2016).*

Na sequência analiso e discuto a existência de um Mercado da Beleza no MMA feminino contemporâneo. Na constituição deste mercado, marcadores de gênero, sexualidade e raça se articulam, delineando qual o modelo de atleta considerada ideal.

## **2.1 O Mercado da Beleza**

Merece destaque o fato de algumas atletas exibirem intencionalmente uma performance de gênero que entendem como “feminina” em suas redes sociais e/ou diante da grande mídia, procurando apresentar-se belas e *sexies*, pois entendem que isso as torna mais atrativas para os promotores de lutas, para as organizações de MMA, patrocinadores e fãs, ajudando a impulsionar suas carreiras de lutadoras. É comum que algumas delas postem fotos nas redes sociais em que exibem partes de seus corpos, tal como em fotos de biquínis, onde muitas vezes optam por evidenciar suas barrigas e/ ou glúteos. Uma das colaboradoras chegou a exemplificar-me uma frase que ouvira, proferida por um promotor de eventos de MMA no país ao seu treinador: “*Você tem uma menina que lute bem aí e seja bonita? [para convidá-la a lutar em seu evento] Manda uma foto*” (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015). Outra lutadora fez a mim a seguinte declaração: “*Tento me arrumar, ficar o máximo feminina possível, fui na pesagem maquiada. Já me acho masculina, meu jeito, então o máximo feminina que eu puder ficar, eu vou tentar! Não é só lutar bem que faz você ganhar fã!*” (Beatriz, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015). Importa destacar que a interlocutora em questão não costuma apresentar-se tão feminina em seu dia a dia nos treinamentos, como ela mesma menciona, ou como comentário feito a mim por sua colega de treinamentos: “*pô, a Beatriz anda na academia parecendo um molequinho, o jeito dela!*” (Diário de campo, 23/03/2015). Isto é, intencionalmente a atleta opta por, diante do público e da mídia, exibir uma performance de gênero que, segundo ela entende, lhe será benéfica na carreira.

De fato, a modalidade não é apenas um esporte (na acepção polissêmica do termo), mas também um negócio, um *show* midiático que pode ser altamente rentável. Além disso, a despeito de minhas incursões a campo mostrarem um número relativamente equilibrado de espectadores homens e mulheres nos ginásios, os eventos de MMA continuam sendo produzidos visando um público homem e heterossexual. Nesta lógica heteronormativa e machista, as atletas tornam-se produtos interessantes sobretudo se, além de apresentarem um bom desempenho no MMA, travando combates de boa qualidade técnica, também forem belas e sensuais.

É por esta razão, por exemplo, que Ronda Rousey e Bethe Correia fizeram questão de apresentarem-se belas, *sexies* e femininas nos eventos de divulgação de sua luta, que ocorreu na edição de número 190 do UFC. Também para a promoção da luta, as atletas trocaram provocações e ofensas públicas entre si, o chamado *trash talk*, amplificado pela própria organização do evento e pela cobertura midiática como um todo: “*Ela vai saber o que é um soco pesado na cara. Vou dar de presente a ela uma cirurgia para tirar essa verruga da cara [...] Vai ser logo no primeiro golpe. Depois disso, é lona!*” [Bethe Correia, na coletiva de imprensa realizada na cidade do Rio de Janeiro] (Diário de Campo, 20/03/2015).

Contrastando com a agressividade e impiedade das falas de ambas, estão os figurinos com que elas adentraram o ginásio do Maracanãzinho para a coletiva de imprensa, destacando-lhes as curvas corpóreas: Ronda trajava um vestido preto, justo ao corpo, pouco acima dos joelhos; Bethe, um vestido vermelho, igualmente justo ao corpo, e mais curto que o de Ronda, evidenciando suas coxas e glúteos avantajados, que facilmente podem ser associados ao estereótipo físico da mulher brasileira. Enquanto a postura agressiva e impiedosa das atletas remete a valores tradicionalmente associados à masculinidade, assim como a própria prática do MMA em si, há, por outro lado, um cuidado das atletas em apresentarem-se belas, sensuais e femininas – dentro de uma concepção hegemônica do que seja a feminilidade.

Virginie Despentes (2016), escritora feminista francesa, oferece uma interessante interpretação do significado que o ato de seduzir assume na contemporaneidade:

As mulheres enviam uma mensagem tranquilizadora aos homens: “não tenham medo de nós”. Vale a pena usar roupas pouco confortáveis, sapatos que dificultam o andar, refazer o nariz ou bombar os seios, vale a pena morrer de fome. Jamais uma sociedade exigiu tantas provas de submissão a uma ditadura estética, tantas modificações corporais para feminizar um corpo. Ao mesmo tempo, nenhuma outra sociedade permitiu de modo tão livre a circulação corporal e intelectual das mulheres. A refeminização parece uma desculpa após a perda das prerrogativas masculinas, um jeito de se tranquilizar tranquilizando os homens. “Sejamos livres, mas não muito. Queremos jogar o jogo, não desejamos os poderes ligados ao falo, não queremos assustar

ninguém”. As mulheres se diminuem espontaneamente, dissimulam o que acabaram de conquistar, colocam-se na posição de sedutoras, incorporando, dessa forma, seu papel de modo tão ostensivo porque elas mesmas sabem que – no fundo – trata-se simplesmente de um simulacro. O acesso aos poderes tradicionalmente masculinos se mistura ao medo da punição. O ato de sair da gaiola tem sido acompanhado, desde sempre, de sanções brutais (DESPENTES, 2016, P. 17).

Ronda Rousey, campeã de inquestionável habilidade técnica e desempenho irrepreensível dentro dos *cages*, mulher poderosa em um terreno (o MMA) onde a hegemonia desde sempre foi dos homens, frequentemente permite que sua beleza padrão seja explorada em campanhas publicitárias, revistas esportivas e produções cinematográficas hollywoodianas, as quais vendem um modelo de mulher jovem, vitoriosa, independente, bela e sensual. A despeito de sua qualidade como esportista, questiono se a atleta teria chegado ao patamar de sucesso alcançado se contasse apenas com seu desempenho atlético, mas não fosse socialmente lida como bela; isto é, se não tivesse uma imagem comercialmente de acordo com os padrões vigentes.

A *Figura 4* reproduz a imagem que estampou a capa de uma revista esportiva estadunidense, na qual Rousey aparece nua. É sintomático perceber como a escala de cores escolhida gira em torno do cor-de-rosa, tradicionalmente associado à feminilidade, e que aparece desde a bandagem nas mãos da atleta, passando pela cor em que foi grafado o nome da revista, até a fumaça do plano de fundo. A atleta olha fixamente para a câmera, isto é, para o leitor (pensando mais uma vez na lógica da matriz heterossexual e no poder socialmente coercitivo da heteronormatividade, assumo que a capa da revista vise o público de homens heterossexuais) da revista, sua boca, semicerrada, incita o desejo ao beijo. Com os braços simulando uma posição de guarda (como que em uma luta) e o quadril levemente inclinado para o lado, os seios da atleta ficam encobertos e sua barriga, lisa, fica em evidência, bem como as entradas deixadas pela musculatura da região de seu quadril. O leitor é levado a fantasiar-se capaz de dominar a lutadora, reforçando sua capacidade sedutora como “macho” dominante.



*Figura 4.* Ronda Rousey estampa a capa de uma revista esportiva.

A imagem acima reconforta os homens a respeito de sua virilidade, por meio do jogo da feminilidade:

Mesmo as escritoras de romances, as jornalistas, as atletas, as cantoras, as presidentes de agências, as produtoras, todas as boas mulheres que a gente vê se sentem obrigadas a colocar um pequeno decote, um par de brincos, os cabelos bem penteados, provas de feminilidade, promessas de docilidade (DESPENTES, 2016, p. 104).

A normalização da variação de gênero no que tange a participação de mulheres nos esportes é denunciada por Halberstam (1998): observa-se uma sobresseleção entre as atletas de melhor desempenho, a partir da domesticação da masculinidade. Isto é, quanto mais as atletas conseguem cultivar elementos considerados femininos, amparados em elementos étnico-raciais e em formas de explicitação da heterossexualidade, paralelos à eficiência corporal requerida pelo esporte, mais serão valorizadas.

Não por acaso, as atletas mais valorizadas pelas organizações de MMA e pelos patrocinadores, são aquelas que, além de um bom desempenho atlético, encaixam-se também no padrão de beleza feminina vigente. Em minhas idas a campo em eventos de MMA, observei também como, no *XFCi*, foram contratadas várias lutadoras que se encaixam no padrão de beleza feminina, possivelmente uma forma de tentar aumentar a audiência do evento. Exemplo de tal normalização de gênero pôde na imagem de divulgação veiculada no *Instagram* do próprio UFC, para a luta entre as estadunidenses Page Vanzant e Felice Herrig. Trata-se de duas atletas de cabelos compridos, lisos e loiros, magras, brancas, socialmente lidas pelo público do MMA como belas, sensuais e heterossexuais. A imagem, conforme se observa na *Figura 5*,

ressalta as curvas de seus corpos, seus seios e seus cabelos (que estão soltos, embora certamente as atletas não lutem desta forma).

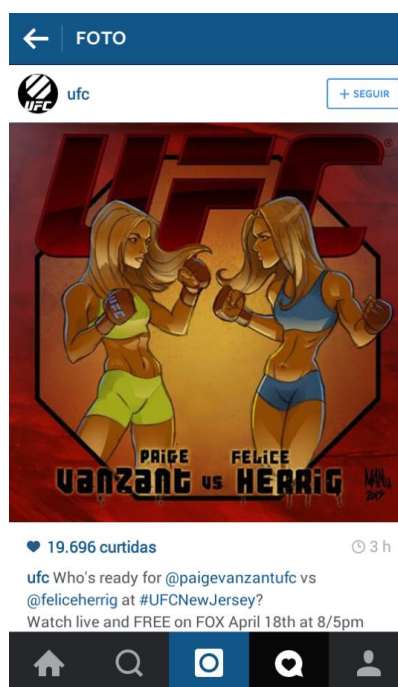


Figura 5. O Mercado da Beleza: divulgação da luta entre Vanzant x Herrig.

A despeito disso, algumas interlocutoras relataram-me que a questão da beleza no MMA corresponde a uma via de mão dupla, extremamente contraditória, já que o fato de algumas delas serem consideradas belas e femininas fez com que tivessem seus desempenhos questionados em determinadas ocasiões. Uma das atletas chegou a ser retirada da programação principal de um evento, tendo sido rebaixada para o *card* preliminar em sua luta de estreia na organização, exclusivamente porque o presidente da mesma a viu fazendo as unhas nos bastidores e, a partir disso, deduziu que ela não faria uma boa luta por ser muito feminina/delicada:

*Por eu ser muito menininha, todo mundo me olha e subestima. Primeiro evento do [nome do evento omitido], quando saíram as lutas que iam passar ao vivo na TV, a minha luta saiu, no card assim, sabe? E estava tudo certo pra minha luta passar na tv. Daí, chegou no dia do evento, eu estava sentada esperando minha luta, só que eu estava ajustando a minha unha, tava pintando a minha unha. E o presidente passou, daí ele pegou e falou pro outro cara: 'ah, vamos pôr a luta dos homens antes da dela, que vai dar mais ibope!'. Daí eu fiz a luta, fiz a melhor luta do evento, e ele veio pedir desculpas, falou: 'fui eu quem tirei sua luta do card principal', não sei o quê, 'você terá sua oportunidade', e tal (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

Outra colaboradora teve sua luta interrompida prematuramente, pois o árbitro em questão acreditava que ela era bonita demais para suportar os golpes. Ao reclamar da postura do profissional, a atleta obteve dele a seguinte resposta: “*Você tem um rosto tão bonito, já pensou ele ficar machucado depois?*” (Wanessa, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).

Os dados de campo corroboram a afirmação de Silvana Goellner (2005) de que não é rara a espetacularização e exposição do corpo da atleta, como uma forma de erotização de sua beleza e sensualidade. Similarmente, em minha dissertação de mestrado (JARDIM, 2013), discuti exemplos de espetacularização e erotização dos corpos femininos a partir de duas matérias exibidas no programa esportivo Globo Esporte (do estado de São Paulo). Uma delas, veiculada em março de 2012<sup>44</sup>, foi feita com a atleta Luciana Escouto, denominada pelo programa de “musa do vôlei” brasileiro, destacando sua suposta beleza, sensualidade e atributos físicos, e mostrando a carreira de modelo da atleta. Vale lembrar que se trata de um programa esportivo, mas seu desempenho atlético, suas habilidades no voleibol, os resultados das partidas ou quaisquer outros comentários relacionados à análise da modalidade em questão – enfim, o que, espera-se, deveria ser o foco de um programa esportivo – foram ignorados. Nos poucos segundos em que a matéria faz menção à sua boa atuação esportiva e exibe imagens, os comentários do apresentador referem-se à beleza e sensualidade de seu corpo.

Outra matéria também veiculada no Globo Esporte<sup>45</sup> (SP), ao abordar a final da Super Liga de vôlei feminino, também no ano de 2012, ao invés de falar de voleibol e das equipes finalistas, preferiu destacar que a atleta Camila Brait era “vaidosa e maquiada” e exibi-la maquiando-se em frente ao jornalista, sob a alegação de que com isso ela queria “fazer bonito” na final da competição – mas, fazer bonito não significaria ter um bom desempenho esportivo e ajudar seu time a vencer? Este parece ser mais um mecanismo de validação do universo esportivo como um ambiente masculino e heterossexual, dentro do qual é desejável a presença de mulheres se esta lhes for agradável, dentro de um determinado padrão hegemônico de feminilidade. Tais matérias dão indícios claros de que o programa é feito para telespectadores homens e heterossexuais (JARDIM, 2013).

---

<sup>44</sup> “A musa do volei, Luciane Escouto, dá bolo em Tiago Leifert e no Globo Esporte, mas deixa um recado”. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=DwILvcyksOo&playnext=1&list=PLAADFE9A7157D1690&feature=result\\_s\\_video](http://www.youtube.com/watch?v=DwILvcyksOo&playnext=1&list=PLAADFE9A7157D1690&feature=result_s_video)>. Acesso em: 12 Mai. 2013.

<sup>45</sup> “Vaidosa e maquiada, Camila Brait quer fazer bonito na final da Superliga de Vôlei”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=7iVA2ge5u08&feature=related>>. Acesso em: 12 Mai. 2013.

O corpo das lutadoras de MMA também é objetificado e espetacularizado pela mídia, em um verdadeiro mercado de corpos belos e “sarados”, que aqui analisei sob a categoria analítica “Mercado da Beleza”. Os dados empíricos que obtive por meio de entrevistas também corroboram este tipo de interpretação sobre a existência de um Mercado da Beleza no MMA feminino, conforme exemplifico a partir do diálogo a seguir:

**Pesquisadora** – [...] *Uma lutadora que fosse o oposto da Ronda Rousey – isto é, que não fosse estadunidense, nem branca, não tivesse cabelos loiros nem lisos, e nem fosse heterossexual – conseguiria chegar ao patamar onde ela chegou?*

**Daniela** – *Essas meninas existiam antes dela, existiam há 12 anos atrás. O que vende é a loirinha, do cabelo bonito, é a loirinha campeã que bateu na que não é considerada tão bonita. Essa é a que vende, essa é a que bomba a mídia e nas casas de apostas. É o chamado preconceito, né? Você acha que uma empresa de produtos, qualquer que seja, vai querer colocar de calcinha e sutiã, fazendo propaganda pra eles, a [nome omitido] ou a Ronda, que perdeu o cinturão?* (Entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

Entendimento similar foi-me explicitado pela lutadora Sarah, ao ser perguntada sobre o porquê de o UFC dar tanta atenção para a estadunidense e não para outras lutadoras:

*Porque ela vende, o que importa pro UFC é dinheiro. Antes eu achava que era pessoal o que eles tinham contra mim, eu falava ‘meu, vocês me odeiam?’, mas na verdade não, é business, eles pensam só no dinheiro”. [...] “Acho isso errado! Acho que tinha que ser o esporte em si. Beleza, isso não importa. Mas pra eles parece até que é mais importante ser bonita do que ter uma técnica melhor. O esporte tá crescendo errado”* (Sarah, entrevista à pesquisadora, 20/02/2016).

Em matéria publicada na mídia estadunidense, a brasileira Cristiane Cyborg, que naquele momento era a campeã Peso Pena do *Invicta Fighting Championship*, e é considerada por minhas colaboradoras e uma série de outros (as) atletas e especialistas da modalidade como a melhor atleta de Artes Marciais Mistas do mundo, declarou enfaticamente que “*talvez o UFC já tivesse aberto minha categoria de peso, se eu fosse loira de olhos azuis*” (MARTIN, 2016, n.p.).

Outras interlocutoras também demonstram entendimento similar. Daniela e Antônia referiram-se a ao caso de uma de suas colegas de equipe para exemplificar-me o quanto algumas lutadoras se sentem pressionadas a começar a se produzir mais, para serem lidas como mais belas e femininas, e assim conseguirem melhores oportunidades na carreira. A esse respeito, segue parte do diálogo estabelecido:

**Daniela** – *Se você puxar as meninas que até 4 anos atrás tinham orgulho de andar vestidas de meninos – quer andar assim, ande! –, 90% delas hoje está penteando o cabelo, está se arrumando pra aparecer na mídia, está passando maquiagem. Se você pegar aquelas que têm aquele perfil de sempre terem sido gays, de puxar mais pro lado masculino, até vestidinho estão botando hoje, e eu tenho certeza que isso é por dinheiro, que isso é por causa da mídia, exigência de patrocinadores.*

**Pesquisadora** – *Então você acha que deve chegar a ter uma exigência?*

**Daniela** – *Ah, deve ter, nos bastidores sim. Talvez ninguém assuma isso agora, mas no futuro, pode ser. Então, assim, o padrão mudou, o padrão de lutadora não é mais aquela menina máscula. Claro, se tem ainda? Tem. Vai ter pra sempre, estilo é estilo, cada um tem o seu. Mas eu te garanto, hoje as meninas estão tendo que mudar, e parecer mais meninas, pra poder ter mais oportunidades, porque patrocinador de mulher quer patrocinar mulher (Entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

Gênero, sexualidade e raça são marcadores da diferença que se articulam criando exclusões no MMA feminino. Neste sentido, o Mercado da Beleza corresponde a uma pré-seleção por atletas que, além de um bom desempenho atlético, sejam socialmente lidas como femininas, belas, heterossexuais, de pele branca (ascendência caucasiana) e, preferencialmente, cabelos loiros e lisos, e olhos claros. Aqui, a feminilidade é racializada e (hetero)sexualizada. Desta forma, barreiras distintas são impostas às diferentes atletas: o corpo das atletas brasileiras, por exemplo, mesmo quando lido como branco no Brasil, é lido como latino nos Estados Unidos e no UFC, e esta inscrição de raça enquanto *people of color* (pessoas não brancas) as subalterniza no Mercado da Beleza, como a própria Cristiane Cyborg denuncia quando afirma que haveria mais interesse em abrir sua categoria de peso se ela fosse branca, de olhos azuis<sup>46</sup>.

A análise das interseccionalidades está amparada no feminismo da diferença, que marcou o debate internacional sobretudo ao final da década de 1990, com a emergência de categorias que aludem à multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social (PISCITELLI, 2008; COSTA ÁVILA, 2005).

O desafio a uma análise ancorada somente na diferença de gênero dentro do feminismo norte-americano surgiu a partir das intervenções das feministas não-brancas, particularmente as feministas negras. Argumentando que a opressão das mulheres não poderia ser entendida unicamente pelo viés da diferença de gênero, feministas negras, judias, lésbicas, operárias, do “Terceiro Mundo” e chicanas, entre outras (ou uma mistura de todas essas

<sup>46</sup> Ao mesmo tempo, há aqui uma peculiaridade, já que a nacionalidade brasileira é bem vista no MMA, não por nossos traços étnicos se encaixarem no modelo preconizado pelo mercado da beleza, mas pela tradição histórica que o país possui na modalidade, tendo revelado muitos(as) atletas de renome ao longo das últimas décadas. Não encontrei, também, aspectos de sexualização da raça, isto é, de hipersexualização da mulher brasileira, fenômeno correntemente identificado em estudos com brasileiras que imigram para o exterior, tal como problematizado por Adriana Piscitelli (2008), o que pode ser explicado pelo fato de a maior parte das lutadoras brasileiras de MMA, sobretudo as em maior ascensão profissional e evidência midiática, não serem lidas como femininas e portanto não serem consideradas atraentes de um ponto de vista heterossexual.

categorias) demandaram atenção para as diferenças múltiplas entre as mulheres, abrindo, portanto, o espaço para o que mais tarde veio a ser denominado abordagem interseccional, a qual expandiu o conceito de gênero e passou a formulá-lo como parte do conjunto heterogêneo das relações móveis, variáveis e transformadoras do campo social (COSTA; ÁVILA, 2005, p. 692-693).

Em relação aos Estudos Queer, epistemologia teórico-metodológica deste trabalho, Miskolci (2009, p. 171) afirma que “é possível interpretar o objetivo queer como integrador e interseccional”, uma vez que propõe uma analítica crítica de todo tipo de normalização da sociedade. Os Estudos Queer alinham-se, assim, aos estudos feministas de perspectiva interseccional, já que ambos recusam qualquer redução de subjetividades históricas complexas a categorias identitárias fixas, desconectadas entre si.

A seguir, discuto como as categorias de peso atualmente existentes no MMA feminino profissional existem de forma fortemente atrelada aos interesses do Mercado da Beleza.

## **2.2 As “levinhas” do MMA feminino: notas sobre as categorias de peso**

Por várias vezes, quando comentava com pessoas de fora do universo do MMA sobre minha pesquisa, ouvia a mesma pergunta: “*você é lutadora também?*”. Respondia que não, mas entendia a lógica do raciocínio por trás de tal pergunta: ora, as pessoas veem homens pesados, muitas vezes exibindo corpos gordos, lutando nos *cages* da modalidade. Por que eu também não poderia ser uma mulher gorda que luta? Bem, porque, a despeito da flagrante emergência do MMA feminino na sociedade brasileira (e mesmo internacionalmente), há ainda poucas categorias de peso nas quais as mulheres possam competir. Especificamente, as categorias variam dos 47,6 kg (Peso Átomo) aos 65,8 kg (Peso Pena), razão que me intrigou a buscar compreender a inexistência de categorias de peso para lutadoras de MMA mais pesadas, enquanto no MMA masculino costuma haver todas as categorias de peso (até os 120 kg).

Se no MMA masculino há uma grande variedade de categorias de peso, contemplando uma gama de lutadores com as mais diversas compleições físicas – desde os mais altos e pesados, aos mais baixos e leves; dos mais fortes aos mais esguios –, no MMA feminino foram criadas categorias apenas para os pesos mais baixos, tal como sintetizo no *Quadro 2*. As áreas assinaladas com o “X” indicam as categorias de peso observadas no MMA feminino e no masculino, respectivamente.

QUADRO 2 – As categorias de peso no MMA feminino e masculino.

<b>Categoria</b>	<b>Peso Limite</b>	<b>MMA Feminino</b>	<b>MMA Masculino</b>
Átomo	47,6 kg	X	
Palha	52,2 kg	X	X
Mosca	56,7 kg	X	X
Galo	61,2 kg	X	X
Pena	65,8 kg	X	X
Leve	70,3 kg		X
Meio Médio	77,6 kg		X
Médio	83,9 kg		X
Meio Pesado	92,9 kg		X
Pesado	120,2 kg		X

Dados divulgados em matéria do site *Wombat Sports* forneceram um apanhado geral dos números relativos ao MMA feminino no ano de 2014, apontando para a realização de uma quantidade significativamente maior de combates em três categorias, respectivamente: peso mosca (em 1º lugar, com o maior número de combates), peso palha (2º lugar) e peso galo (3º lugar). As lutas realizadas nos pesos átomo (4º lugar) e pena (5º lugar), juntas, não chegaram a 100 dos 563 combates realizados no MMA mundial no referido ano. Também teriam ocorrido menos de uma dezena de combates femininos no peso leve (2014 IN..., 2014), no entanto, as lutas neste peso são bastante raras e não chegou a haver a efetiva formação de uma categoria, com disputa de cinturões e o estabelecimento de um plantel de lutadoras. A prevalência destas três categorias de peso pôde ser confirmada pelo balanço relativo ao ano de 2017, divulgado pelo mesmo site: no ano em questão teriam sido realizadas 778 lutas de MMA feminino em todo o mundo, das quais 263 foram no peso palha (1º lugar), 227 no peso mosca (2º lugar), e 144 no peso galo (3º lugar), totalizando 81,5% dos combates realizados (2017 IN..., 2018).

Os dados obtidos em minha pesquisa de campo corroboram as informações supracitadas. As lutas femininas observadas por mim – tanto presencialmente (em eventos da modalidade) quanto virtualmente e pela televisão – foram em sua quase totalidade nas categorias Peso Palha, Peso Mosca e Peso Galo. A partir da triangulação destas observações sistemáticas com a literatura da área e também da interlocução com as atletas, foi possível traçar uma melhor compreensão do por que só há o oferecimento destas categorias de peso mais leves para mulheres, e não de categorias para mulheres mais pesadas do que 70 kg.

Parece não haver uma única razão, mas antes uma intrincada rede de causalidades interdependentes. As lutadoras não apresentam opiniões unânimes, mas as próprias divergências entre elas ajudaram a estabelecer uma compreensão mais ampla do cenário em questão. Uma das primeiras justificativas apresentadas pelas atletas entrevistadas foi o fato de o MMA feminino ser um esporte relativamente novo, aliado ao fato de haverem poucas lutadoras maiores e mais pesadas:

*Acho que porque é um esporte muito novo ainda, que vem crescendo. Não é toda mulher que quer tomar porrada, que quer treinar duro. E também a estatura da mulher não é tão grande quanto do homem. A estatura da mulher brasileira é quanto? No máximo 1,70m. Acho que nem isso. Eu tenho 1,66m. Então, só se a mulher for mais cheinha, porque é muito difícil achar uma mulher alta. Acho que tem um lado que pode ter a ver com biótipo [da mulher]. E pelo fato de ser muito recente, ainda é tudo muito novo. [...] É mais fácil ter uma mulher de 48 kg [para lutar] do que de 66kg. Conforme você começa a treinar, você queima muito [perde gordura e peso] (Beatriz, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

\*\*\*

*É um quesito de não ter as atletas necessárias. [...] O Jungle Fight tentou colocar luta para a [nome omitido] na 84 kg, mas parece que não acharam adversária. E também em relação a cinturão, seria difícil sustentar a categoria, por não ter adversárias. Acho que não tem mulher suficiente pra manter a categoria. A peso pena, pode ver que é uma categoria que já não tem tantas atletas. Não sei se dava pra fazer um top 30 [refere-se a fazer um ranking das 30 melhores atletas] na 65,7kg, bom, que nem tem na 61kg, na 57kg... (Wanessa, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

O que se observa, na verdade, é uma relação de dependência mútua, na qual, de um lado, a (suposta) existência de um menor número de lutadoras maiores e mais pesadas dificulta, ou ao menos não estimula, a criação de novas categorias de peso e, de outro, a inexistência de tais categorias impede que surja um maior número de lutadoras mais pesadas, o que estaria inclusive forçando algumas atletas a se encaixarem em categorias de peso mais baixas, para que possam tentar uma carreira na modalidade. Tais constatações também foram apontadas por algumas de minhas interlocutoras:

*Não sei. Não tem muita mulher [mais pesada, lutando]. Acho que as meninas mais pesadas despontando, fazendo acontecer, com certeza eles [organizadores de eventos] vão colocar! Mas até então, enquanto não tiver nenhuma mulher boa nessas categorias, eu acho que eles nunca vão colocar. Aconteceu com a Ronda, né? Ela foi se destacando, mostrando que no 135 [libras, 61,2 kg] ela era a melhor (Natália, entrevista à pesquisadora, 28/03/2015).*

\*\*\*

*Acredito que se tivesse mais meninas, abriria a categoria [...]. Na própria categoria peso pena a gente não vê muitas meninas. Tá crescendo o esporte, e as meninas vão se adequando nas categorias que tem por enquanto (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

\*\*\*

*Acredito que ainda existam poucas lutadoras de MMA nesse peso, e isso dificulta muito criar a categoria! Por exemplo, hoje a minha categoria [ela era da Peso Mosca e subiu para a Peso Galo, para tentar ser contratada pelo UFC] não existe no UFC [que só conta com as categorias Peso Palha e Peso Galo]! Conheço lutadoras que poderiam fazer lutas nessa categoria [mais pesada], mas são obrigadas a abaixar de peso ou desistir por falta de outras lutadoras do peso (Daniela, conversa via Facebook Messenger, 11/06/2015).*

O possível número reduzido de atletas mais pesadas (acima da categoria Peso Pena) não estaria apenas relacionado à estatura média das lutadoras, mas, de acordo com o entendimento de algumas de minhas colaboradoras, também à própria especificidade da modalidade em questão, cuja prática produz um alto gasto energético, colaborando para que, ao mesmo tempo em que as atletas ganham volume muscular, eliminem bastante gordura corporal, o que contribui para que relatem que perderam peso após terem se tornado lutadoras da modalidade. É o caso de uma das colaboradoras que, com 1,66m de altura e competindo na categoria Peso Mosca, relata que antes da prática do MMA pesava 76kg, quase 20kg acima de sua categoria de peso atual.

A imersão em campo me leva a crer, contudo, que a questão determinante reside no fato de que, em uma modalidade esportiva que é também um lucrativo show midiático, as lutas femininas interessam não apenas se as lutadoras exibirem um convincente desempenho atlético, mas também se forem consideradas belas e tiverem corpos lidos como sensuais dentro do padrão de feminilidade vigente, imposto via Mercado da Beleza. Neste sentido, não seria interessante, tampouco lucrativo, abrir categorias de peso para atletas mais pesadas, já que estas tenderiam a ser maiores, mais musculosas, ou mais gordas e, de toda forma, lidas como feias e masculinizadas. Há um preconceito maior com as lutadoras na medida em que elas se afastem do binarismo que estabelece normas sociais rígidas para homens e mulheres. Em uma modalidade esportiva que ainda é produzida visando a um público de espectadores homens e heterossexuais, os corpos femininos que interessam são aqueles que podem ser mais facilmente transformados em mercadoria. Algumas interlocutoras compartilham de tal entendimento, ainda que não todas:

*Creio que essas lutas em categorias mais pesadas não acontecem, não por falta de atletas, mas sim por falta de oportunidade de lutar em eventos. Pois apesar do WMMA [sigla em inglês para MMA feminino] já ter ganhado um grande espaço, a questão da mídia ainda está muito envolvida e falta a divulgação. Não tive a oportunidade de assistir um combate em categorias bem mais pesadas, a não ser em outras modalidades, como Jiu-Jitsu, Muay Thai, Boxe. Acho que a mídia e a questão do 'corpo perfeito' citado por ela não se encaixa nos parâmetros de categorias femininas mais pesadas. Já existe, infelizmente, um preconceito 'natural', de mulher lutar MMA estar relacionado com 'corpo masculinizado' ou ainda 'homossexualidade'. Realmente, ao meu ver isso é apenas uma questão que, com o passar do tempo dará uma maior oportunidade às lutadoras mais pesadas. [...] Dinheiro é mais um ponto... Se além de ser campeã, a lutadora for bonita, conseqüentemente a organização irá lucrar com venda de ingressos e afins. Até pouco tempo atrás era um esporte masculino e pra atrair a atenção deles em ver duas mulheres 'se batendo em cima de um ring/octógono', no mínimo deveria ter algo de atrativo. Nesse caso, a beleza das lutadoras (Fabiana, conversa via Facebook Messenger, 11/06/2015).*

No que tange às categorias de peso no MMA feminino, as normas de gênero ainda são determinantes. O corpo musculoso é negativamente lido como masculino, e, por sua vez, o corpo masculinizado é negativamente lido como inclinado ao desejo homossexual. Atletas com corpos grandes, sejam eles muito musculosos ou gordos, não se enquadram na lógica preconizada pelo Mercado da Beleza, de modo que não é sequer desejável que existam categorias de peso para elas.

Há, por fim, um importante aspecto a ser considerado: no universo das artes marciais mistas como um todo (portanto, também nas categorias masculinas de peso), é comum que os(as) atletas lutem em categorias que ficam vários quilos abaixo do peso que exibem no dia a dia de treinamentos. Uma de minhas colaboradoras, por exemplo, compete na categoria Peso Galo, mas costuma pesar, em seu cotidiano, cerca de 10 kg a mais do que o peso para o qual precisa baixar no dia da pesagem – que ocorre na véspera das lutas. Outra colaboradora, lutando na categoria Peso Palha, recentemente precisou perder 16 kg para poder realizar a pesagem de uma luta marcada com pouca antecedência. Este tipo de procedimento, ainda que questionável do ponto de vista da saúde dos(as) atletas, já que a perda de peso é feita de forma drástica e, na maioria dos casos, à custa não apenas de corte radical nas calorias ingeridas via alimentação, mas sobretudo a partir da desidratação severa do corpo, imputando-lhes grande sofrimento e gerando riscos reais de morte, é bastante habitual: a perda de peso é um procedimento pelo qual quase todo(a) atleta de MMA passa antes de suas lutas. A prática é realizada com a intenção de se obter o máximo de vantagem possível no dia da luta, já que as atletas alegam que, quando reduzem subitamente o peso à véspera do combate, perdendo-o sob a forma de fluidos corporais, conseguem recuperá-lo até o momento da luta. Assim, quanto mais peso a atleta

consegue recuperar após a pesagem, maior sua vantagem diante da adversária, já que seus golpes tendem a ser mais contundentes – pura lei da física, afinal, força é o resultado de massa vezes aceleração. Além disso, a maioria dos(as) atletas opta por lutar na categoria de peso mais baixa possível, para evitar enfrentar adversários(as) mais fortes e pesados(as) nas categorias de cima e capitalizar sobre a situação:

*Eu poderia lutar na 57kg, só que pra mim as meninas são muito altas ou mais fortes, então não dá. Impossível lutar na 57kg, tenho que lutar na 52kg. Acho que é o mesmo motivo porque tem várias meninas no 61kg do UFC que poderiam subir [para a categoria peso pena, até 65,8kg] e não sobem. Não vou subir numa categoria em que me acho mais fraca. Mas se eu pudesse voltar pra 57kg seria mais saudável (Luana, entrevista à pesquisadora, 07/05/2016).*

O relato de Luana explicita um entendimento bastante comum entre minhas interlocutoras: ela acha que seria mais saudável para ela lutar na categoria de cima, muito mais próxima do seu peso habitual, o que evitaria ter de submeter-se a rigorosos cortes de peso para lutar; contudo, ela não pode fazer isso porque as demais atletas continuarão utilizando-se da estratégia de lutar na categoria de peso mais baixa possível, cortando grande quantidade de peso corporal via desidratação, o que invariavelmente faria com que Luana levasse grande desvantagem, tendo que enfrentar lutadoras mais altas e mais fortes do que ela. A situação é bastante ilustrativa: na prática, o que temos é uma atleta (Luana) que pesa em torno de 60 kg e que irá lutar contra uma atleta que pesa mais ou menos a mesma coisa, mas ambas terão que baixar bruscamente seus pesos para 52kg na véspera da luta para, no dia seguinte, reidratadas, lutarem com os mesmos 60kg que possuíam antes. A princípio parece não fazer sentido, mas, se Luana sobe para a categoria de cima, até 57kg, ela teria que cortar pouco peso às vésperas da luta, o que seria muito mais confortável e saudável para ela, contudo, no dia seguinte à pesagem, ela estaria com aproximadamente seus 60kg, e lutaria contra adversárias mais fortes e mais altas, que já estariam pesando em torno de 65-68kg, levando significativa vantagem sobre ela no combate. Como é um esporte de rendimento e toda atleta deseja levar a maior vantagem física possível diante de suas oponentes, o processo de corte severo de peso via desidratação tornou-se um procedimento de praxe antes de toda luta.

A perda de peso é, segundo relato das lutadoras, um dos momentos mais difíceis da carreira de atletas, período em que passam muita fome e sede, de tal forma que, ao “baterem o peso” (expressão êmica) necessário para a luta, é comum que comemorem com postagens onde exibem fotos e uma frase bastante característica: “*A primeira guerra já foi vencida!*”. Isto é, perda de peso alcançada, a próxima “guerra” (outra expressão muito utilizada por elas) é a luta

propriamente dita. Uma de minhas interlocutoras falou-me em maiores detalhes sobre a experiência:

*Se você tiver uma noção do que é a semana de perder peso para um atleta, você vai falar: ‘Caralho! Se a pessoa aguenta passar por isso, ela aguenta passar por qualquer coisa!’. Isso é uma coisa legal de você acompanhar, porque é uma coisa que ninguém vê, fica por trás das câmeras, e você vai falar: ‘caralho!!’. É a parte mais sofrida, você sofre muito, muito! Porque você não pode comer, às vezes tem dia que você tem que cortar a água. Então, assim, se você consegue passar pela perda de peso... E é uma parada que todo mundo pensa, não tem uma pessoa que não pensa em desistir! Você fala: ‘cara, eu não aguento mais, eu quero desistir!’. Todas as vezes! Não só eu, todo mundo, porque eu falo com outros atletas, e todo mundo passa por isso, mas eles falam: ‘não, mas a gente é guerreiro, a gente vai conseguir!’ [...] É a pior parte que tem! Você quer conversar com lutador, você conversa com ele qualquer hora, você não conversa com ele perdendo peso, porque senão você vai tomar patada! [...] É porque, tipo assim, a comida, a gente nem sente falta: o estômago dói, dói, mas sabe quando acostuma e você não sente falta? Agora, a água, é uma parada que a gente não consegue viver sem! Você não consegue ficar sem água... Horrível! A boca seca, eu não dormi, todo mundo não dorme na última noite [véspera da pesagem]! A boca seca, seca, seca, e não pode beber água, porque se beber água, sobe o peso (Beatriz – Entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

Adriana corrobora da opinião de Beatriz: “*Bater peso é pior do que lutar. Luta é diversão*” (Entrevista à pesquisadora, 01/02/2018). Assim, enquanto sofrimento e prazer se inter-relacionam no cotidiano de treinamentos e lutas, o corte de peso é, para elas, apenas sofrimento. Contudo, um sofrimento que faz parte de seus ofícios e que é igualmente reconhecido como parte de seus *habitus* de lutadoras. Embora sofram e muitas vezes coloquem suas saúdes em risco para conseguir perdas drásticas de peso em poucos dias, consideram que passar por este processo é parte do que as distingue como lutadoras legítimas, diferenciando-se de pessoas comuns, como eu. São “Guerreiras” forjadas na dor, no sofrimento e no sacrifício, físico e mental, imputados nos treinamentos, combates oficiais e, também, durante o radical processo de corte de peso – tal qual as fisiculturistas acompanhadas por Estevão (2005) e os fisiculturistas acompanhados por Sabino (2004). Para elas esse processo vale a pena – e elas inclusive se orgulham de conseguir passar por ele –, pois estão focadas nos resultados a serem obtidos, isto é, em poder realizar a atividade que escolheram e na qual sentem prazer (lutar) e, preferencialmente, sagrarem-se vitoriosas em seus combates. Para isso, os riscos envolvidos no processo de perda brusca de peso via desidratação são minimizados ou simplesmente desconsiderados:

*Tem que manter seu objetivo, você tem um foco e desidratação é um processo que chega a ser desgastante. Mas se fizer tudo certo, com acompanhamento adequado, não se torna tão desgastante assim. Você tem que desidratar, ficar numa sauna para tirar líquido, por isso é desgastante, se tem algum problema e às vezes passa mal é mais por falta de informação ou teimosia. Às vezes, tem que baixar peso em cima, faz uma coisa 'na doida'. Ou uma coisa leva à outra, às vezes já tem uma doença, alguma coisa e não sabe, então, com o processo de perder peso acontece algum problema (Marina, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).*

Além disso, minhas colaboradoras explicitam como, para elas, ser capaz de bater o peso de suas respectivas categorias adequadamente, é um aspecto que evidencia o profissionalismo de cada atleta, de modo que se alguém não consegue ficar dentro do limite de peso de sua categoria, essa pessoa tende a ser culpabilizada, acusada de ter feito um corte de peso incorreto e de não ter sido profissional:

*Sou muito bem acompanhada pelo meu empresário, que estudou para isso. Eu sempre lutei no 61 kg e, agora, no UFC, minha categoria é a 57 kg. Bati melhor 57 acompanhada com nutricionista direitinho do que quando batia 61kg sozinha. Ele montou todo o meu cardápio, então foi até melhor. Quando a gente faz uma coisa certinha e tem um conhecimento, você se prontifica em fazer certinho, porque não adianta só o cara vir. Você se compromete a comer uma coisa diferenciada, não pode beber água naquele momento, senão o atleta quebra essa agenda e, com certeza, acaba dando errado no final. Um detalhe, aquele 1 ou 2 kg que não saem de jeito nenhum, porque a pessoa força e acontece algo pior. Então, quando a gente tem uma estrutura certa e o atleta vai de acordo, as coisas acontecem certinho também [...] Quando a atleta faz a coisa certa, o peso dá direitinho. Porque o corte de peso é o trabalho mais árduo do atleta, onde ele mostra realmente que está capacitado (Adriana, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).*

A imersão em campo evidenciou, contudo, como o “fazer certinho”, isto é, seguir as estratégias mais adequadas para conseguir realizar um corte de peso rápido, bem sucedido e com menos riscos às atletas é, na prática, uma hibridização entre conhecimento científico, proveniente sobretudo das áreas da medicina e nutrição esportiva, e conhecimentos construídos empiricamente, repassados ao longo dos anos entre treinadores e atletas, constituindo saberes particulares, amplamente reproduzidos nas academias de MMA:

*No começo da carreira eu ficava sem tomar água, sem comer. Hoje, já tomo bastante, 6 litros de água por dia. Não fico nem 24 horas sem tomar água. A gente fica tentando molhar a boca, com aquela sensação de frescor, alívio, mas antes eu comia duas claras de ovo de manhã, de tarde e de noite. Fazia um treino desgastante e tomava um gole de água, por ignorância, porque não sabia. Nosso corpo é inteligente, quanto mais água a gente tomar, mais ele vai expulsar. No último dia, meu corpo vai expulsar toda água que tiver, porque entende que daqui a pouco eu vou repor. É um processo que a gente não faz por ignorância, daí o que eu aprendo procuro transmitir aos meus*

*amigos: ‘olha, isso aqui é errado, tem que fazer assim para melhorar sua performance’. Então eu procuro passar isso a quem não tem esse tipo de conhecimento. [...] No início, sim, era difícil, porque eu não tinha acompanhamento devido, não sabia como fazer, por ignorância. Muitos atletas sofrem dessa ignorância com algumas técnicas [de corte de peso] e também por não ouvir os treinadores, querendo ficar numa categoria que não é boa para eles, não ouvem os professores, as pessoas que ajudam no corte de peso. Sofri no início por não saber como funcionava, mas foi só na primeira luta e agora meu corte de peso é muito tranquilo. Eu e minha equipe conhecemos quanto vou tirar, o quanto vou sentir e o que pode atrapalhar no rendimento. Então, no cronograma, a gente faz certinho. O nosso camp dá início dois meses antes da luta. Eu gosto de manter o peso com 71/72kg nesses dois meses [ela luta na categoria até 61kg]. Quando chega ao mês final, gosto de baixar para 68, começar a última semana no 68 para tirar os quilos por desidratação. Nesse processo, consigo perder o peso bem (Marina, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).*

Marina, assim como muitas outras atletas, aprendeu que para evitar a retenção de líquidos precisa hidratar amplamente o organismo nos dias que antecedem o início do processo de desidratação – quando, aí sim, os líquidos serão cortados. O processo de desidratação em si, para a maioria das atletas que acompanhei, é realizado em uma janela de tempo que varia entre 30 a 16h antes do horário da pesagem oficial e, para tal, além de realizarem o jejum total nessas horas (cortando o consumo de água e alimentos), as atletas abrem mão basicamente de três estratégias, todas para estimular a sudorese: realizar atividade física predominantemente aeróbica enquanto vestem roupas de tecido plástico, semelhante a uma lona, intercalando estes momentos com períodos de repouso em que se deitam e têm todo o corpo coberto com toalhas (para impedir a perda de calor, mantendo a temperatura corporal elevada e a sudorese provocada pela atividade física); sauna, e imersão em banheira de água quente.

Essas práticas objetivam causar uma desidratação severa do organismo, de modo que a maior parte do peso perdido corresponda a líquidos e não à massa corporal (especialmente, que não correspondam à massa muscular) e possa ser rapidamente recuperado com a reidratação do corpo – iniciada tão logo a lutadora desça da balança na pesagem oficial, após ter conseguido bater o peso de sua categoria.

As atletas relatam que os últimos quilos (por vezes, as últimas gramas) costumam ser os mais difíceis de perder, sendo a parte mais sofrida de todo o processo, pois já estão esgotadas física e mentalmente mas precisam seguir adiante, levando seus organismos ao limite. O que ocorre, nessas situações, é que seus corpos, já altamente desidratados, lutam pela sobrevivência, tentando reter a água que resta no organismo.

Minhas interlocutoras confiam nas estratégias de seus treinadores para realizar um corte de peso bem sucedido, embora a maior parte deles não tenha formação profissional para tal. Além disso, buscam informações com colegas de profissão, também lutadoras. Algumas realizam consultas a médicos(as) e nutricionistas objetivando otimizar este processo, mas este tipo de estratégia não está acessível a todas as atletas, devido ao custo que representa. Apenas as lutadoras da elite do MMA costumam realizar um acompanhamento contínuo e individualizado com profissionais capacitados(as).

Se as estratégias para induzir a desidratação são similares para todas as atletas, as dietas seguidas por elas apresentam maior variação. Há lutadoras que possuem uma alimentação bastante regrada, que consideram equilibrada e saudável – com vistas a construir massa muscular, eliminar gordura, garantir um bom rendimento esportivo e manter seus pesos corporais sob controle – mesmo quando estão fora de seus *camp* de treinamento. Atletas deste primeiro grupo permitem-se comer algo fora da dieta apenas excepcionalmente, como após suas lutas ou em datas especiais. Outras, apresentam uma preocupação maior com a qualidade da alimentação apenas durante o *camp* de treinamento que antecede a uma luta, já que, nesse período, todo(a) atleta precisa começar a baixar seu peso lentamente (para, na véspera da pesagem, decrescer rapidamente a maior quantidade de peso via desidratação). Há nessa questão um recorte de classe importante, já que, para lutadoras oriundas da periferia – continuem elas vivendo nelas ou não – muitas vezes falta poder aquisitivo e/ou expertise (isto é, uma formação técnica que se sustente a partir da teoria) para acessar uma alimentação adequada à sua atividade profissional.

A título de exemplificação, remeto-me aos dias que passei hospedada na casa de lutadoras que residiam e treinavam na periferia de uma cidade do estado de Rio de Janeiro. A alimentação ideal, no caso, era o que houvesse disponível, já que os recursos financeiros eram bastante limitados e havia pouca possibilidade de escolha. Naquele contexto, alimentos amplamente lidos como não saudáveis em nossa sociedade, como doces, hambúrgueres, pizzas e afins, eram não apenas desejados e consumidos pelas atletas sempre que possível, como por vezes concedidos a elas por seus treinadores, que pagavam-lhe pelas refeições, como uma forma de estreitar laços afetivos na equipe. Uma das entrevistas que realizei naquela ocasião, por exemplo, ocorreu após uma sessão de treinamento na qual, a convite meu, Clara e eu nos dirigimos a uma padaria próxima:

Após o treino, Clara e eu, que já havíamos combinado de fazer a entrevista dela hoje, caminhamos rumo a uma padaria localizada a duas quadras da academia. A rua é de terra e, olhando para o chão, lembro-me do rato morto que havia visto por ali dias antes. Ontem, quando estava na casa das meninas [atletas], ouvi tiros. Foi a primeira vez na minha vida. Não estamos em uma favela propriamente dita, ou em um morro carioca, mas certamente estamos em uma região periférica e bastante carente da baixada fluminense. Chegamos à padaria. Estamos ali a convite meu. Estou com fome e imagino que ela também possa estar. Antes de nos sentarmos – em uma das mesas plásticas na área externa, onde realizamos a entrevista – disse-lhe que eu estava com fome e pegaria algo para comer enquanto conversávamos, e perguntei se ela gostaria de comer/beber algo, por minha conta. Ela aceitou e, então, escolheu a promoção que o estabelecimento ostentava em cartazes: um salgado frito, mais refresco (também conhecido como “suco de pozinho”) (Diário de Campo, 12/01/2016).

Atletas como Clara e suas companheiras de treinamento somente cortarão alimentos hipercalóricos e se preocuparão com o valor nutricional das refeições que ingerem, quando precisarem começar a se preocupar com o corte de peso, nas semanas que antecedem a uma luta. Para a maioria das interlocutoras, contudo, há certo consenso do que seria uma alimentação saudável ou “limpa” (do inglês, *to eat clean*). Na semana que passei acompanhando lutadoras de uma renomada equipe em Curitiba, por exemplo, as lutadoras, oriundas de famílias da classe média, preocupavam-se cotidianamente com a nutrição de seus corpos:

Luana gosta de cozinhar e traz todo dia de casa sua marmita com o almoço: um pouquinho de arroz integral ou batata doce cozida, proteína magra em maior quantidade (geralmente frango ou ovos – de parte deles, ela come apenas as claras), e outros legumes cozidos. Este é um cardápio bastante usual e entendido como saudável entre as atletas, e pratos com composições semelhantes foram repetidos por sua companheira de treinamentos, Luiza – quando almoçamos juntas no restaurante que a patrocina, no centro da cidade. Apesar de seus treinamentos exigirem um alto gasto energético, elas não fazem pratos volumosos, com ingestões estratosféricas de calorias (particularmente, de proteínas) como, por exemplo, os(as) fisiculturistas. As lutadoras alimentam-se com porções pequenas, que, aos meus olhos, lembram mais a aparência do prato de pessoas comuns em dieta de emagrecimento (Diário de Campo 07/05/2016).

Escolhas alimentares similares foram realizados por outras de minhas interlocutoras, de outros estados do Brasil e mesmo pela maior parte das atletas brasileiras que residem nos Estados Unidos, com as quais tive a oportunidade de partilhar algumas refeições durante meus contatos presenciais com o campo. Conforme discute Denise Sant’Anna (2003), vivemos na contemporaneidade o fenômeno da multiplicação das problematizações sobre “o ato de comer” e a qualidade ou o risco dos produtos alimentares:

Desde as duas últimas décadas, uma gama variada de profissionais vêm-se dedicando a este assunto: de esteticistas a esportistas, passando por médicos, nutricionistas, psicólogos e terapeutas, a comida se tornou um importante foco de perturbações e estudos. Ou seja, nossa época é aquela de uma visibilidade pública inusitada, não somente das imagens da comida, mas, sobretudo, do tema "alimentação". Alimentação equilibrada, alimentação natural, alimentação consciente... as identificações variam tanto quanto os produtos e os seus significados (SANT'ANNA, 2003, p. 42)

Além disso, observa-se hoje uma intolerância diante das imagens de alimentos que escapem dos ideais correntes de beleza, saúde, higiene e elegância (SANT'ANNA, 2003):

Ela provoca a emergência de aversões até então desconhecidas, sugerindo diferenças entre classes e culturas. Já o segundo movimento é aquele de um aumento expressivo da necessidade de saber o significado médico de cada fruta, legume, cereal ou de cada prato preparado: calorias, proteínas, lipídios e outros componentes - que no passado recente faziam parte exclusivamente da linguagem científica - hoje florescem em várias conversas, entre idosos e crianças, na mídia e fora dela. Comer uma costela de porco, por exemplo, muitos já sabem, equivale a adquirir doses consideráveis do mau colesterol; laranja e acerola são ricas em vitamina C, banana tem potássio e cada prato de comida pode ser concebido segundo um equilíbrio entre sais minerais, vitaminas e proteínas. O espetáculo da comida é igualmente aquele dos elementos químicos. Ele indica a impressionante entrada de conceitos científicos na linguagem corrente e no imaginário leigo (SANT'ANNA, 2003, p. 43).

A articulação entre conhecimentos científico e imaginário leigo, bem como a apropriação do discurso da “alimentação saudável”, aparece no discurso de Adriana quando me conta sobre como funciona sua dieta visando o corte de peso, nas semanas que antecedem uma luta:

*A gente mantém uma alimentação bem saudável. Quando treina, consegue descer de 500g a 1kg por dia, até chegar ao peso ideal da luta, para quando fizer a reposição estar com aquele peso. A gente come mais batata doce, legume no geral, legumes a vapor, brócolis, couve-flor, salsinha, salsão. Porque os legumes a vapor viram líquido, bem mastigadinhos, fica mais fácil. Ovos, no geral, ovo cozido, omelete (Adriana, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).*

Pergunto qual foi o pior corte de peso que já realizou na carreira, e ela me conta que foi em sua primeira luta de MMA, quando precisou atingir 55kg, em uma luta realizada em peso combinado: “*Eu, simplesmente, estava com 60 quilos e tive que tirar na sauna 5 quilos. No 1º round da sauna, caí dura, desmaiada. Me senti muito mal. Na hora da luta, senti no meu gás [energia]. Eu não estava com o gás que treinei para ter, mas deu tudo certo e a vitória veio*” (Adriana, entrevista à pesquisadora, 01/02/2018).

Experiências problemáticas com corte de peso, em que as atletas passaram mal e ficaram muito debilitadas, fazem parte das experiências da maioria de minhas interlocutoras de pesquisa. Tive a oportunidade de estar presencialmente na exibição do documentário *Cris Cyborg Biographical Documentary 2016* (também disponível em versão em língua portuguesa) – ocorrida em um bar na cidade de Huntington Beach, Califórnia, e que contou também com a presença da atleta em questão. O vídeo, produzido para o canal oficial da lutadora brasileira Cristiane Cyborg no portal de vídeos na internet *Youtube*, apresenta o *camp* de treinamento da atleta para sua luta de estreia no UFC, realizada em maio de 2016 na cidade de Curitiba em um peso casado de 63kg – pois na época ainda não havia sido inaugurada a categoria de peso da atleta, a peso pena (66kg). No documentário, é possível assistir ao difícil processo de perda de peso ao qual a atleta se submeteu, desidratando seu organismo nas horas que antecederam a pesagem:

Em um dado momento, a câmera foca na atleta, deitada no chão e toda coberta com toalhas para manter seu corpo suando, após a sessão de corrida que acabara de realizar. Ela apresenta um semblante desgastado e conta, para os companheiros de equipe presentes (todos homens) e para a câmera: “*chorei, pedi para me darem um intervalo... Aí o Tito [um de seus treinadores, ex-lutador de MMA], disse: “chora, chora, é bom para você, para perder água!”*”. Nesse momento, ela ainda consegue brincar com a situação. Os *takes* seguem, à medida que as horas passam. O que se vê, no vídeo, é uma Cyborg cada vez mais debilitada e exausta. Alternam-se sessões de sauna e banheira quente – esta última, o recurso que ela mais desgosta. A atleta chora. É um choro difícil de assistir porque carrega o desespero de alguém que está sendo levada além de seus limites. A câmera foca em seu treinador principal que, com um tom de voz que não consegue esconder certo tom de incômodo e/ou preocupação, afirma: “*o que a gente faz é se sentar aqui e assistir um ser humano se levar próximo da morte*” (CRIS..., 2016).

Já extenuada, Cyborg é vista novamente deitada no chão. A atleta não tem forças para levantar-se, tampouco despir-se dos trajes térmicos para ir à balança conferir como está seu peso. Dois homens a despem. Escorada neles, ela caminha até a balança e se pesa, nua (um dos companheiros segura uma toalha, de modo a preservar a atleta diante das câmeras), pois cada grama de peso importa. Peso finalmente batido, agora é preciso aguardar o momento da pesagem oficial. Sem forças, ela abaixa-se, vai ao chão, e chora copiosamente (CRIS..., 2016).

Existem casos de morte no MMA em decorrência da desidratação à qual os e as atletas são submetidos(as). Dentre essas mortes, há um brasileiro, falecido no ano de 2013 (PESSANHA, 2013). Em 2015, após um lutador chinês de apenas 21 anos falecer em decorrência do processo de corte de peso para sua luta de MMA no *One Fighting*

*Championship*, a referida organização asiática reviu suas regras, com o intuito de eliminar o arriscado procedimento de corte abrupto de peso via desidratação: agora, o peso dos(as) atletas é acompanhado continuamente, ao longo do ano, com a última pesagem sendo realizada três horas antes das lutas (ONE..., 2015). Já um documentário produzido pela rede britânica *BBC* para a série *Extraordinary Bodies* (corpos extraordinários) acompanhou um lutador de MMA durante seu processo de corte de peso e, através de amostras de sangue coletadas do atleta, problematizou como, ao longo do tempo, a desidratação severa pode acarretar em problemas nos rins e fígado, além de induzir distúrbios como bulimia e problemas de imagem corporal em alguns atletas (WEIGHT..., 2017). Na maior organização da modalidade, o UFC, nenhuma medida para conter este tipo de prática foi tomada, e não há sinalização neste sentido. Minhas interlocutoras não se mostraram incomodadas com a questão.

Diante das questões explicitadas, percebe-se que é um equívoco afirmar que quase não há lutadoras que possam compor categorias de peso maiores (peso leve, peso meio médio, e assim sucessivamente), já que, em seus cotidianos de treinamento, essas atletas já são mais pesadas do que o limite de suas categorias. Neste sentido, não parece insensato imaginar que, se novas categorias de peso fossem inauguradas, outras atletas, oriundas de distintas artes marciais e que não dão conta de se inserir nas categorias até o momento existentes no MMA, também poderiam enfim se aventurar no universo das Artes Marciais Mistas. Além disso, se medidas fossem tomadas para que a desidratação/corte de peso fossem banidos (para todas as atletas, deixando-as, portanto, em igualdade de condições), muitas subiriam para as categorias de peso superiores.

### **2.3 Farmacopornocorpos**

Meus dados de campo evidenciaram que a utilização de drogas que possibilitem melhorar o desempenho atlético (em inglês, *Performance-Enhancing Drugs*, PEDs), é comum e usual entre os lutadores e lutadoras. Dados similares foram encontrados por Nunes (2004) e Grespan (2014) em suas pesquisas voltadas às temáticas do MMA masculino e MMA feminino, respectivamente. Como aponta Grespan,

O MMA profissional é considerado uma prática esportiva de alto rendimento que exige de suas atletas o gerenciamento de seu corpo para obtenção e ampliação muscular, da força, da velocidade e da resistência obtidas através de exaustivos treinos e da ingestão de suplementos alimentares, que nem sempre respondem com a rapidez desejada. Nestas ocasiões, parece que o investimento se desloca para o uso de substâncias químicas que produzem

músculos mais rígidos, aliviam as dores, cicatrizam as feridas de forma mais rápida, retardam o envelhecimento e melhoram o rendimento. Tais usos de cunho biotecnológico são recorrentes em competições esportivas com objetivo de obter benefícios, sendo comumente identificados como doping (GRESPLAN, 2014, p. 72).

Na maior organização de MMA do mundo, o UFC, a utilização de drogas para melhoria de desempenho é proibida e, desde meados de 2015, a organização estadunidense passou a seguir uma política antidopagem mais rígida, adotando a *United States Anti-Doping Agency* (USADA, Agência Antidopagem dos Estados Unidos) como sua agência oficial. Segundo informações obtidas em seu sítio oficial na internet<sup>47</sup>, A USADA iniciou suas operações em 1º de outubro de 2000 e é uma agência não governamental independente, alegadamente sem fins lucrativos, responsável pela testagem de atletas nas mais distintas modalidades, incluindo a nível olímpico e paraolímpico.

Por doping entende-se o uso de qualquer substância<sup>48</sup> endógena ou exógena em quantidades ou métodos anormais com a intenção de aumentar o desempenho do atleta em uma competição (WADA, 2017). A USADA é signatária do código (*The Code*) da Agência Mundial Antidopagem (em inglês, *World Anti-Doping Agency*, WADA) – que padroniza as regras antidopagem ao redor do mundo – e vem transformando o controle ao doping no UFC ao inserir também a realização de testes fora do período de competição, já que antes a organização testava seus e suas atletas apenas neste período, o que facilitava a prática de doping, já que era possível prever quando os e as lutadoras seriam testados(as).

A política antidopagem do UFC visa garantir a isonomia entre os e as atletas em suas lutas (USADA, 2017). Após a presença da USADA na organização, tornaram-se frequentes os comentários realizados nas mídias especializadas em MMA a respeito da perceptível mudança no físico de alguns atletas, agora que o controle das drogas para melhoria de desempenho está mais rígido. Não me deparei com nenhum comentário ou matéria que dissesse respeito à mudança na compleição física de alguma lutadora após a presença da referida agência antidopagem, mas é comum que estes apontamentos sejam feitos com relação a alguns lutadores. É o caso, por exemplo, de matéria veiculada na mídia online estadunidense, intitulada *A chocante transformação de Alistair Overeem na Era USADA do UFC* (THE SHOCKING..., 2017), que evidencia a transformação corporal do lutador – que já foi condenado por doping em 2012, e desde então tem sido considerado suspeito do uso de esteroides anabolizantes –

---

<sup>47</sup> Disponível em: <<https://ufc.usada.org/?lang=pt-br>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

<sup>48</sup> A lista de substâncias proibidas é composta por esteroides anabólicos androgênicos (EAA), 2-Beta-agonistas, estimulantes, narcóticos, diuréticos e hormônios peptídicos, glicoproteicos e análogos (WADA, 2017).

através de uma série de fotos de Overeem com o torso nu, obtidas no momento de pesagem pré-luta, tiradas em eventos realizados antes e após a “Era USADA”, e que mostram como o atleta perdeu definição muscular e ganhou gordura de lá para cá, induzindo o público leitor a questionar se estes não são efeitos de o atleta não estar mais fazendo uso de esteroides anabolizantes.

Ruth Wood e Steve Stanton (2012) apresentam dados divulgados no ano de 2006 pela Agência Mundial Antidopagem, segundo os quais é possível apreender que, naquele ano, 45% dos casos de doping correspondiam à utilização de agentes anabólicos (26% dos casos de dopagem identificados pela referida agência indicaram a presença direta de testosterona nas amostras dos(as) atletas, 19% indicaram a presença de outros esteroides anabolizantes), 15% indicaram a presença de Beta-2-Agonistas, 13% de canabinoides, 11% de estimulantes, 7% de diuréticos e outros agentes mascarantes, 7% de corticoides e 3% das amostras indicaram a presença de outras substâncias proibidas.

Como os saberes provenientes da medicina e da área de Biológicas no geral são os que governam as agências antidopagem, consulte a Revista Brasileira de Medicina do Esporte em busca de uma conceituação precisa de “esteroides anabolizantes”. Na nomenclatura clássica da área, estes são chamados de esteroides anabólicos androgênicos (EAA), e compreendem a testosterona e seus derivados. Eles são produzidos nos testículos e no córtex adrenal, e promovem as características sexuais secundárias associadas à masculinidade. Na medicina, os EAA são utilizados geralmente no tratamento de sarcopenias, do hipogonadismo, do câncer de mama e da osteoporose. Nos esportes, para o aumento da força física e da massa muscular (SILVA; DANIELSKI; CZEPIELEWSKI, 2002). César Sabino (2004, p. 97) afirma que estes fármacos poderiam ser denominados “drogas masculinizantes”, já que são drogas constituídas, em geral, por hormônios masculinos sintéticos, e proporcionam não apenas a aquisição de massa muscular acima da média, mas também aquisição das características sexuais masculinas (surgimento de pelos por todo corpo, voz grave etc.).

Os esteroides anabolizantes sintéticos surgiram de pesquisas farmacêuticas realizadas no final do século XIX e primeira metade do século XX (SABINO, 2004). Em 1889, Charles Edouard Brown-Séquard, um proeminente médico e cientista francês, anunciou estar descobrindo uma terapia rejuvenescedora do corpo e da mente. Ele estava experimentando, em si mesmo, injeções de líquidos tirados dos testículos de cachorros e porcos da guiné (SABINO, 2004). Após os experimentos de Brown-Séquard, uma verdadeira corrida em busca do isolamento dos hormônios (nome dado a tais substâncias em 1905) tomou conta do cenário científico, porém a testosterona só foi isolada em laboratório através da ação de três grupos de

pesquisadores subsidiados pelas grandes companhias farmacêuticas multinacionais (SABINO, 2004):

Em 27 de maio de 1935, Karoly Gyula David e Ernst Laqueur, financiados pela Organon Company da Holanda, apresentaram o artigo “Sobre o Hormônio Cristalino Masculino Proveniente dos Testículos - Testosterona” como resultado de suas pesquisas no isolamento da Testosterona. Em 24 de agosto do mesmo ano os pesquisadores alemães Butenandt e Hanisch, financiados pela Schering Corporation de Berlim, apresentaram os resultado de suas pesquisas denominado: “Um Método de Preparação de Testosterona a partir do Colesterol”; e em 31 de Agosto de 1935, os pesquisadores da companhia farmacêutica Ciba, Leopold Ruizicka e Alfred Wettstein, anunciaram sua descoberta no artigo “Sobre a Preparação do hormônio Testicular Testosterona (Androsten-3one-17-ol)”. A testosterona sintética estava inventada e a patente de tais drogas em posse das indústrias que financiaram suas descobertas. Ruizicka e Butenandt receberam, em 1939, o Prêmio Nobel de Química. A partir de então, o mercado do uso de testosterona sintética e seus derivados cresceu tanto para usos medicinais quanto estéticos; ainda mais após 1940, ano em que Charles Kochakian descobriu as características anabólicas da testosterona, ou seja, a facilidade de crescimento muscular possibilitado pelo uso desta (SABINO, 2004, p. 70).

Após a descoberta do poder anabólico da testosterona, os fisiculturistas amadores e profissionais da costa oeste americana, no início dos anos 50 do século XX, passaram a utilizá-la para aumentar massa muscular e força e, então, seu uso foi crescendo progressivamente entre atletas de outras modalidades (SABINO, 2004):

Este uso espalhou-se na década de 1960 entre os atletas profissionais e amadores de outros esportes, já sendo comum, na época, a sua utilização entre alunos de colégios secundários e universidades americanas. Nos esportes olímpicos, durante o mesmo período, tais substâncias passaram a fazer sucesso entre atletas do leste europeu comunista e China, certamente auxiliando-os na conquista de muitas medalhas. A partir de 1970 o Comitê Olímpico implementou métodos de testagem para detectar o uso de tais substâncias, além de outras similares, por atletas, banindo dos jogos aqueles descobertos como sendo usuários destas drogas. Contudo, desde então, um número significativo de atletas de elite e técnicos tem encontrado meios de burlar tais testes (SABINO, 2004, p.70-71).

É importante sublinhar que minhas interlocutoras afirmam que não costuma haver controle antidopagem nas competições de MMA realizadas no Brasil. A esse respeito, uma de minhas interlocutoras de pesquisa, Daniela, aprofunda-se na discussão da fiscalização do doping que, segundo ela, é forte apenas sobre os (as) atletas que competem nos Estados Unidos:

**Daniela** – *Eu acho que a maioria das comissões atléticas ganham muito dinheiro em cima disso. O processo pra você estar fiscalizando isso ainda não é feito da maneira correta. Agora, se procede, se hoje a mulherada continua usando, eu não sei.*

**Pesquisadora** – Por que continua? Antigamente se usava?

**Daniela** – *Antigamente não era cobrado no esporte. Então, o anabolizante melhora a performance... Não era fiscalizado. Depois que veio pros Estados Unidos isso começou a ser fiscalizado, por causa das comissões atléticas – que são muito ricas e ganham muito dinheiro com uma série de taxas que o atleta tem que pagar. Se hoje, nos últimos anos, a mulherada está usando, o pessoal está usando, isso tá sendo muito mais fiscalizado. Mas não a nível de Brasil, ainda. Isso está sendo fiscalizado aqui na América. Isso não está sendo fiscalizado na Ásia, isso não está sendo fiscalizado na Europa. Então, principalmente quem está no UFC e em outros eventos que são realizados nos EUA está sendo fiscalizado (Entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

Durante as conversas que travei com minhas colaboradoras, a questão do doping foi sempre um ponto sensível e polêmico, pois elas ficavam em uma posição em que falar muito abertamente sobre a temática e eventualmente assumir o uso correspondia a, em alguma medida, atestarem contra si mesmas. Ainda que todas estivessem cientes de que os dados obtidos por mim seriam usados em anonimato, foi evidente, nos diálogos, o quanto elas eram cautelosas em suas declarações sobre a utilização de tais substâncias. Optei por perguntar sobre apenas para colaboradoras com as quais interagi pessoalmente e com quem senti que havia conseguido estabelecer uma relação na qual havia confiança e um mínimo de liberdade para introduzir a temática do doping, por entender, tal como Sabino (2004), que usuários(as) de esteroides anabolizantes raramente admitem seu uso quando perguntados(as) por alguém estranho ao contexto – afinal, mesmo nas organizações esportivas que não fazem testes antidopagem, a utilização de tais substâncias é considerada uma forma de trapaça, desonestidade; e, no UFC, onde, via de regra, minhas interlocutoras sonham em lutar, há sua proibição expressa.

Utilizei-me em nossos diálogos das expressões “doping” ou “tomar bomba”, por entender que estas eram expressões perfeitamente inteligíveis para elas. Meus dados não permitem afirmar, contudo, se “tomar bomba” seria ou não uma expressãoêmica das lutadoras de MMA brasileiras, tal como era para os fisiculturistas, interlocutores do pesquisador César Sabino (2004). Utilizei-me de tal expressão devido ao fato de ela circular amplamente em território nacional e à minha assunção de que seria facilmente compreendida por atletas e praticantes de atividades físicas em geral, já que a temática das “bombas” costuma circular nas academias (independentemente de as pessoas fazerem ou não uso de tais substâncias).

Assim, os relatos que obtive das lutadoras de MMA explicitam como para elas foi menos difícil admitir a utilização de substâncias para melhoria de desempenho – as tais “bombas” –, se assumissem que o uso foi algo restrito ao passado e que, portanto, não se repetiria mais no presente, como evidencio nos excertos abaixo:

*Eu tenho muito medo de tomar, porque fico com a maior neurose de mudar maxilar, mudar... Eu já tomei quando eu não lutava [MMA], quando eu só treinava muay thai e malhava, que eu gostava de malhar pra caraca! Na época tomei um ciclozinho de Stroll<sup>49</sup>, não foi nem muito, tomei oito, na época. Mas depois meu mestre fez eu parar, porque eu tava lutando na 65 [kg] e ele fez eu lutar na 60 [kg], e é difícil, porque, tipo assim, você fica muito...” [não conclui o raciocínio] (Paula, entrevista à pesquisadora, 26/03/2015).*

\*\*\*

**Pesquisadora:** *Dá pra se manter em alto nível no MMA hoje, sem doping?*  
**Daniela:** *Só fazendo uso de uva e batata doce? [tom de deboche]. Eu não sei te responder, essa resposta eu não sei te dar. Eu não uso, mas eu já caí no doping [no passado]” (Entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

Quando pedi para que me contasse mais sobre a experiência de ter sido flagrada no teste antidopagem no passado, Daniela não quis falar sobre o assunto. Na sequência, complementou: “*desliga o gravador que eu te conto, mas não é para usar o que vou te falar agora na pesquisa*”. Atendendo à exigência de minha colaboradora, não fiz qualquer tipo de registro da continuação de nossa conversa (nem mesmo anotações posteriores), tampouco faço uso nesta pesquisa dos trechos que fui capaz – ou suponho ter sido capaz – de preservar intactos em minha memória.

Luana foi outra de minhas interlocutoras que, durante uma de nossas conversas não gravadas, assumiu já ter utilizado esteroides anabolizantes, sem entrar em maiores detalhes sobre o assunto. Ao invés disso, preferiu denunciar para mim que quase todos os lutadores da modalidade, homens e mulheres, “tomam bomba” com vistas a obter melhoria de desempenho atlético. Na sequência, complementou dizendo que acredita que Luiza, sua parceira de treinos, esteja “*tomando alguma coisa*”, pois, segundo ela, a amiga está ganhando massa muscular muito rapidamente: “*mas ela diz que não! Diz que é [apenas] porque está fazendo treino de musculação!*” (Entrevista à pesquisadora, 22/05/2016).

---

<sup>49</sup> Outra forma de se referir ao Stanozolol, esteroide anabolizante também bastante conhecido por seu nome comercial: Winstrol. De acordo com a etnografia realizada por Sabino (2004) com fisiculturistas cariocas, este é um esteroide de pouca retenção hídrica, mas com pequenas taxas de anabolismo muscular (exceto quando combinado com outros esteroides anabolizantes). Por ser considerado fraco pelos usuários (que tendem a associar a lógica genericada de que fraco = feminino), o pesquisador identificou grande uso da substância por parte das mulheres que desejavam definir musculatura e baixar o nível de adiposidade corporal (SABINO, 2004).

Com exceção dessas três<sup>50</sup> lutadoras mencionadas, todas as demais negaram fazer uso de substâncias ou métodos considerados doping. Em geral, a resposta que obtive das atletas com as quais fui capaz de adentrar na temática, pode ser sintetizada na frase “*eu não uso, mas está quase todo mundo usando!*”, tal como exemplifico no relato a seguir:

*“Eu não tomo! A galera fica espantada comigo: ‘Como você não usa? Tá todo mundo tomando!’. Mas, sim, a maioria toma. [...] O acesso ao doping aqui [Nos Estados Unidos] é mais fácil. Compra na farmácia”* (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Similarmente, o inglês Michael Bisping, lutador veterano e ex-campeão peso médio do UFC, afirmou, sobre a presença de drogas para melhoria de desempenho: “*Está em todo lugar! Todo mundo está usando*” (MICHAEL..., 2016, n.p.), e defendeu a adoção de sanções ainda mais rígidas para os e as atletas flagrados (as) nos testes antidopagem da USADA em matéria jornalística publicada na mídia estadunidense.

Esta frase (“*eu não uso, mas todo mundo está usando*”), ao ter sido proferida repetidas vezes por diferentes atletas, me evidenciou a incoerência de tal afirmação: se ninguém usa, como é possível que quase todo mundo esteja usando?! Neste sentido, entendo que, com tal afirmação, as colaboradoras intencionavam desviar o foco de si mesmas sem deixar de explicitar a constante utilização de doping no MMA: uma regra, e não exceção. Assim, mesmo que uma atleta que diga não fazer uso de substâncias para melhoria de desempenho eventualmente o faça, a afirmação permite que se questione se esta seria uma atleta desonesta ou trapaceira, já que é sabido que quase todas as outras atletas estão fazendo uso de dopagem com vistas a obter melhores resultados.

Além disso, a mesma estratégia de denunciar a utilização indiscriminada de substâncias para melhoria de desempenho por parte das demais lutadoras é utilizada pelas atletas que admitiram, elas próprias, terem “tomado bomba” no passado. Nesse sentido, merece destaque inclusive o fato de que algumas dessas atletas não se limitaram apenas a fazer denúncias genéricas (“todo mundo usa”), chegando até mesmo a citar nomes de outras lutadoras – tal como o fez Luana com sua colega de equipe Luiza, em excerto que apresentei há pouco. É também este o caso de Paula que, tendo assumido a utilização de Stanozolol no passado, nega

---

<sup>50</sup> Uma quarta lutadora brasileira mencionou a utilização de testosterona de aplicação cutânea em nosso primeiro encontro – em que conversávamos, eu, ela e um de seus colegas de equipe, durante o almoço. Possivelmente devido à familiaridade com ele, ela adentrou este assunto, dando a entender que fazia ou considerava fazer uso de tal substância em um futuro próximo. Logo em seguida, dando-se conta do significado de minha presença como pesquisadora no local, complementou: “*não vai escrever isso aí, hein?!*”. Por esta razão, menciono este episódio apenas nesta breve nota, sem associar a possível utilização da substância nem mesmo ao pseudônimo que atribuí a ela ao longo deste trabalho. Em nosso encontro seguinte, ocorrido em outra cidade, cerca de um ano depois, a atleta negou ter feito utilização de substâncias para melhoria de performance em qualquer momento de sua carreira.

“tomar bombas” no presente, e denuncia os (as) demais atletas, citando diretamente o nome de uma de suas colegas de equipe:

*O fulano [nome omitido] me falou que a Melina [codinome] tá tomando testosterona, tanto que ele perguntou se eu queria. [...] Prefiro só fazer a suplementação, mas eu sou uma das poucas. Sou uma das poucas! [...] Uma coisa eu falo: não tem ninguém lutando no UFC que não tome! O GH<sup>51</sup> então, todo mundo toma! Até porque, o GH [hormônio de crescimento], não pega no antidoping! Mas aí tem gente que fala que o GH sozinho não dá efeito, que tem que tomar uma testosterona junto” (Paula, entrevista à pesquisadora, 26/03/2015).*

Melina, atleta do UFC que nunca foi flagrada nos exames antidopagem, com certa frequência publicou fotos em suas redes sociais relatando ter sido abordada pela equipe da USADA para coleta de amostras, sempre afirmando estar “limpa”, isto é, que não “tomava bomba” e não temia a realização dos testes (Diário de Campo, 17/12/2016). A frequência desses testes (e, conseqüentemente, das postagens da atleta) permitiram questionar se a própria agência antidopagem e a organização de MMA não suspeitam da realização de doping pela lutadora, que exibe musculatura bastante “definida” em comparação a outras lutadoras, em especial na região abdominal.

A utilização de Hormônio de Crescimento (GH), conforme mencionada por Paula, ocorreria amplamente no MMA sobretudo por atletas que se encontram no topo da carreira, devido ao alto custo da substância:

*Hoje em dia tem muita gente que toma GH, só que vai ver quanto que é um GH! Uma caixa que não dura nem 20 dias custa 600 pau! Você, para uma luta, tem que tomar umas 4 ou 5 caixas, você vai gastar uns 3.000 reais! Aí eu vou lutar um evento [nome omitido] que eu não ganho nem isso na bolsa<sup>52</sup>! Como é que eu vou pagar, se não vou nem repor esse dinheiro? É difícil!” (Paula, entrevista à pesquisadora, 26/03/2015).*

Relatos dos interlocutores de Sabino (2004) que compilo a seguir corroboram e complementam as afirmações da lutadora Paula:

<sup>51</sup> GH, ou, em sua nomenclatura completa, HGH, é a sigla para *Human Growth Hormone*: Hormônio do Crescimento Humano, em português.

<sup>52</sup> A lutadora refere-se à luta que faria nas semanas posteriores, disputando o cinturão de sua categoria de peso em um dos principais eventos nacionais da modalidade. Sua bolsa, isto é, seu pagamento pela luta, seria de R\$ 1.000,00. A atleta que se sagraisse campeã ganharia mais mil reais adicionais, de bônus pela vitória.

Vilela abaixa e puxa de baixo da cama uma pequena caixa de papelão repleta de ampolas dizendo: “agora, o ouro mesmo é esse aqui! Isso é GH! Exclama dando um sorriso. Hormônio do crescimento”. “E aí, qual a diferença?”, pergunto. Vilela responde: “a diferença é o preço e o resultado, meu irmão! Cada vidrinho desse aqui custa cento e vinte pratas e faz milagres. Lá fora, os fisiculturistas usam isso oito semanas antes do campeonato. Rejuvenesce, faz secar a gordura, aumenta a massa muscular, dá força, mas tem que tomar cuidado, também, se usar muito faz crescer as extremidades do corpo, o queixo, a testa, e pode causar morte súbita. Também alarga o espaço entre os dentes da frente...” (SABINO, 2004, p. 148).

\*\*\*

GH? É muito bom, mas você sabe que muitos anabólicos sozinhos não surtem grandes efeitos, eles têm que ser combinados com outros. Exemplo é o Winstrol. Se você tomar ele sozinho não vai sentir quase nenhum efeito, agora se misturar com Primobolan, Testex, Durateston ou Deposteron a coisa muda de figura. Acho que com o GH ocorre coisa parecida. Eu uso sempre para dieta antes das competições, mas sempre combinado com Durateston, aí o GH realiza milagre, a qualidade muscular melhora muito e a definição melhora 100%. Nesse caso de definição ele [o GH] funciona bem também com Efedrina. A queima de gordura é altíssima. Tem gente que usa insulina também, mas eu não gosto. Já vi um cara morrer disso e não gosto de arriscar. Eu usei com GH uma vez e o efeito estético foi muito bom. Passei seis semanas fazendo o ciclo com GH e ganhei 16 quilos enquanto minha porcentagem de gordura baixou em torno de 4% no total, mas comecei a me sentir mal, sem vontade nenhuma de comer e muito sonolento. Eu tive que tomar Progesterona com Durateston para melhorar. Agora, além de tudo isso, a dosagem mínima de GH tem que ser de 4U.I. por dia, se não for assim, é jogar dinheiro fora, e GH é caro (SABINO, 2004, p. 168).

Em suma, meus dados permitem afirmar de forma inequívoca que a utilização de substâncias químicas ou métodos para melhoria de desempenho considerados doping por algumas das principais organizações da modalidade são parte integrante do universo das artes marciais mistas. Se não é possível precisar se, de fato, é “quase todo mundo” que está adotando esta prática, ou qual seria uma porcentagem mais exata de atletas que o fazem, é sabido que, nos bastidores, o acesso a tais substâncias muitas vezes é facilitado ou até estimulado por membros da própria equipe ou profissionais ligados a ela, tal como Paula deixa explícito em seu relato:

*O Beltrano [nome de colega de equipe omitido] me ofereceu de graça, eu falei não. Faz você mudar, faz você ficar agressiva. O médico perguntou se eu queria: ‘você não quer, não? Tá todo mundo tomando!’. Falei: ‘não quero não, meu corpo vai mudar!’.* E conversando com amigo meu, eles falaram: *‘vai, vai mudar! Vai crescer o clitóris, vai crescer pelo’.* E eu já tenho um monte de alergia, fico pensando se eu tomar alguma parada dessa e me der alguma alergia, alguma coisa (Paula, entrevista à pesquisadora, 26/03/2015).

Sabino (2004) aponta justamente como a utilização de tais substâncias para otimizar a forma dos(as) atletas e seus respectivos desempenhos esportivos tem feito parte não apenas dos rituais de treinamento e competição, mas constituído uma verdadeira indústria de subversão dos testes antidoping “formada por técnicos, médicos, laboratórios, pesquisadores e nutricionistas, que busca subverter os testes criando substâncias esteroides que não podem ser detectados, a princípio, em exames de sangue e urina” (SABINO, 2004, p. 71).

Paulo da Silva, Ricardo Danielski e Mauro Czepielewski (2002) mostram, em artigo de revisão de literatura sobre a utilização de esteroides anabolizantes no esporte, que os estudos da área mostram que as formas com que estas substâncias são utilizadas por atletas obedecem, basicamente, a três metodologias:

A primeira, conhecida como "ciclo", refere-se a qualquer período de utilização de tempos em tempos, que varia de quatro a 18 semanas; a segunda, denominada "pirâmide", começa com pequenas doses, aumentando-se progressivamente até o ápice e, após atingir esta dosagem máxima, existe a redução regressiva até o final do período; e a terceira, conhecida como "stacking" (uso alternado de esteroides de acordo com a toxicidade), refere-se à utilização de vários esteroides ao mesmo tempo. Há também entre os atletas o hábito comum de utilizar a mistura dos três métodos descritos acima. Os EAA são administrados, geralmente, em doses suprafisiológicas que poderão chegar a até 500mg por dia consumidas por várias semanas ou meses (SILVA; DANIELSKI; CZEPIELEWSKI, 2002, p. 6).

Além disso, vale pontuar que:

Até o ano de 1998 as “bombas” podiam ser compradas sem qualquer tipo de impedimento em farmácias por qualquer um. Com o gradativo aumento de casos de morte de usuários, além de câncer, falência hepática, entre outros, noticiados pela imprensa, afora distúrbios de personalidade, o governo federal proibiu a venda dessas drogas para pessoas sem autorização médica, e impôs, mesmo aos médicos, um limite de prescrição aos pacientes, passando também a combater a entrada no país de anabolizantes importados (art.28 port. 344/98) por reembolso postal e tráfego aéreo, meios utilizados pelo narcotráfico para burlar a legislação. Já que o consumo encontra-se cada vez mais limitado por leis que fazem a posse e o uso ou venda dessas drogas um delito sancionável penalmente, o consumo frequente de tais substâncias tem ficado cada vez mais restrito, limitando a distribuição a fontes ilícitas dificilmente acessíveis às pessoas comuns, além de promover o fortalecimento de um mercado negro que envolve desde o tráfico internacional até donos de farmácias que vendem ilegalmente tais substâncias. Desta forma, para que alguém possa começar a utilizar "bombas", deve também iniciar sua participação em um grupo que "se encontra organizado ao redor de uma série de valores e atividades" (Becker, 1971:65), compartilhando o *ethos* deste grupo (SABINO, 2004, p. 89-90).

Conforme evidenciam Sabino (2004) e pesquisadores da área médica (SILVA; DANIELSKI; CZEPIELEWSKI, 2002), o uso de esteroides além de causar acnes, calvície, problemas cardíacos (infarto do miocárdio), hipertensão arterial, complicações hepáticas, câncer, aumento de mamas nos homens, atrofia testicular, diminuição da produção de espermatozoides e diminuição dos hormônios sexuais – e conseqüentemente da libido –, também provoca distúrbios psicológicos (*‘roid rages*, em expressão da língua inglesa) como agressividade e paranoia. Nas mulheres provoca também atrofia do útero e das mamas, e virilização, com alteração na voz (voz grave), crescimento do clitóris, suspensão dos ciclos menstruais e crescimento excessivo de pelos. Com a administração contínua e prolongada, muitos desses efeitos são irreversíveis (SILVA; DANIELSKI; CZEPIELEWSKI, 2002).

Meus dados de campo corroboram aqueles encontrados por Sabino (2004) em sua etnografia, de que a maioria dos usuários têm pleno conhecimento das conseqüências do uso de esteroides anabolizantes. A questão central, conforme aponta o pesquisador, é que a maior parte dos sintomas acima descritos demoram alguns anos a aparecer, o que leva a maioria dos fisiculturistas a pensar que vale a pena arriscar para ter um corpo socialmente aceito e símbolo de status e sucesso agora, no presente. Esta lógica está em consonância com a realidade de minhas interlocutoras de pesquisa, a maior parte bastante jovem e buscando o sonho de ser uma lutadora bem sucedida no UFC. Além disso, é uma espécie de “investimento” corporal com prazo para expirar, já que a carreira de atletas da modalidade dificilmente ultrapassa a média dos 40 anos de idade.

Em seu livro *Texto Junkie* (2016<sup>53</sup>), o filósofo Paul Preciado – que à época da produção da obra era Beatriz –, engajou-se em um protocolo de intoxicação voluntária de testosterona em um “ensaio corporal”, “uma ficção somato-política, uma teoria do self ou self-teoria”, para citar palavras do autor (PRECIADO, 2016, p. 11). O argumento de Preciado (2016) é de que estamos vivendo em um regime pós-industrial, global e midiático que ele intitula *Farmacopornográfico*<sup>54</sup>. O termo se refere aos processos de um controle biomolecular (fármaco) e técnico-semiótico (pornográfico) das sexualidades, e tem no advento da pílula anticoncepcional e na revista *Playboy*<sup>55</sup> seus principais expoentes paradigmáticos.

---

<sup>53</sup> Quarta edição.

<sup>54</sup> O título deste capítulo, “Farmacopornocorpos” é uma referência aos corpos das lutadoras de MMA, pensados a partir do regime Farmacopornográfico contemporâneo. Neste sentido, permito-me o neologismo, pensado a partir da junção das palavras “farmacopornográfico” e “corpos”.

<sup>55</sup> A pílula contraceptiva, lançada em 1957, foi a primeira técnica bioquímica a possibilitar a separação entre a prática sexual heterossexual e a reprodução. Já a Revista *Playboy*, icônica revista estadunidense do gênero pornográfico e primeira do ramo naquele país, foi lançada por Hugh Hefner em 1953, trazendo uma fotografia de Marilyn Monroe nua como destaque (PRECIADO, 2016).

Estamos sendo confrontados com um novo tipo de capitalismo quente, psicotrópico, *punk*. Transformações recentes estão impondo um conjunto de novos mecanismos microprostéticos de controle da subjetividade por meio de protocolos técnicos biomoleculares e multimídia. Nossa economia mundial é dependente da produção e circulação de centenas de toneladas de esteroides sintéticos e órgãos transformados tecnicamente, fluidos, células (tecno-sangue, tecno-esperma, tecno-óvulo, etc.), na difusão global de uma avalanche de imagens pornográficas, na elaboração e distribuição de novas variedades de drogas psicotrópicas legais e ilegais (e.g., bromazepam, quetamina, Viagra, anfetamina, metanfetamina, Prozac, ecstasy, *poppers*, heroína), na avalanche de sinais e circuitos de transmissão digital da informação, na extensão de uma forma de arquitetura urbana difusa a todo planeta na qual megacidades de miséria estão atadas a altas concentrações de capital sexual (PRECIADO, 2016, p. 33).

Neste sentido, explica o autor, durante a segunda metade do século vinte os mecanismos do regime farmacopornográfico se materializaram nos campos da psicologia, sexologia e endocrinologia. A tecnociência foi capaz de transformar os conceitos de mente, libido, consciência, feminilidade e masculinidade, heterossexualidade e homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis, uma vez que estes passaram a ser representados por moléculas e substâncias químicas comercializáveis, biótipos corporais e uma série de produtos comercializados por indústrias multinacionais (PRECIADO, 2016). O sucesso da indústria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar a depressão em Prozac, a masculinidade em testosterona, a ereção em Viagra, a fertilidade/esterilidade na pílula contraceptiva, sem que sejamos capazes de distinguir o que vem primeiro: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou uma ereção, e assim sucessivamente. Esse processo de retroalimentação é um dos mecanismos de funcionamento do regime farmacopornográfico (PRECIADO, 2016) e através dele, é possível fazer um paralelo com os casos de doping no esporte em geral e, em particular, no MMA: na sociedade farmacopornográfica a busca por melhor rendimento atlético se funde com a utilização de PEDs, substâncias químicas capazes de levar o organismo humano a um nível de desempenho físico jamais visto, e que estão não apenas transformando mas, de forma implícita, determinando o que é ser atleta profissional na contemporaneidade: o que é necessário fazer para tentar “chegar lá”, vencer, quebrar limites, impressionar – ainda que isto signifique transgredir as regras antidopagem das modalidades que pratiquem.

Os dois principais pilares do biocapitalismo contemporâneo são as indústrias farmacêutica e audiovisual (PRECIADO, 2016) e, no MMA, é possível identificar nitidamente a forte presença de ambas: a presença da indústria farmacêutica aparece nas substâncias legais e ilegais administradas às e aos atletas (suplementação alimentar e doping, respectivamente, por exemplo) e nos novos recursos biotecnológicos sendo implementadas para otimizar os

treinamentos e/ou a recuperação de lesões (crioterapia, por exemplo); já a indústria audiovisual aparece na própria transformação do esporte em um show midiático altamente rentável, mediado pelo mercado da beleza, no caso do MMA feminino. Neste sentido, Paul B. Preciado lança sua tese:

O biocapitalismo farmacopornográfico não produz coisas. Ele produz ideias móveis, órgãos vivos, símbolos, desejos, reações químicas e condições da alma. Na biotecnologia e na pornocomunicação não há um objeto a ser produzido. O negócio farmacopornográfico é a *invenção de um sujeito* e então sua reprodução em escala global (PRECIADO, 2016, P. 37-36).

Em entrevista veiculada no *Canal Combate*, Dedé Pederneiras, líder e proprietário de uma das maiores equipes nacionais da modalidade<sup>56</sup>, com vários atletas (homens e mulheres) sob contrato com o UFC, deu uma interessante declaração quando perguntado a respeito da intensificação da política antidopagem da organização: Pederneiras entende que “o UFC precisa decidir se quer performance ou se quer fiscalizar” (Diário de Campo, 20/03/2017). Isto é, o treinador e empresário vai ao cerne da questão ao problematizar que trata-se de uma *escolha* entre ter em seus eventos atletas capazes de um maior desempenho físico, produzindo grandes espetáculos esportivos; *ou* fiscalizar o doping e, juntamente com ele, reduzir também o (potencial para o) show.

Sabino (2004) comenta em nota de rodapé uma matéria publicada na revista *Carta Capital*, de 18 de fevereiro de 2004, na qual sugere-se que o futuro dos esportes está no interior dos tubos de ensaio e nas cobaias transgênicas. Segundo o autor, a matéria discutia a não realização de testes antidopagem em campeonatos de fisiculturismo, entre os jogadores de rugby e nem entre os atletas da liga nacional de basquete estadunidense (NBA), destacando justamente estes esportes como exemplo da mutação corporal sofrida pelos atletas nos últimos 20 anos. Como exemplo a matéria mencionava que alguém que tivesse visto um jogo de basquete da NBA nos anos oitenta ficaria impressionado(a) com a transformação do físico dos jogadores, muito mais pesados e notavelmente mais musculosos no presente, concluindo que o jogo é jogado de acordo com a estética do esteroide, transformando o que antes era um jogo geométrico, onde os atletas procuravam os espaços abertos e pensavam em termos de ângulos para o arremesso e passes, em um esporte jogado a partir da sobrepujança física. Cabe indagar: o que seria do basquetebol atual sem as enterradas<sup>57</sup> espetaculares? Estariam – público

<sup>56</sup> Situada no Rio de Janeiro-RJ.

<sup>57</sup> Técnica própria da modalidade em que, após adquirir velocidade, o(a) atleta realiza um grande salto, percorrendo ampla distância em altura e largura, e terminando diante do aro da tabela de basquete (localizada a 3,05m de altura), onde encesta, com vigor físico, a bola.

consumidor, empresas patrocinadoras e organizações da modalidade – interessados em injetar capital em um basquetebol desprovido do esporte-show possibilitado por atletas que exibem habilidades sobre-humanas (pós-humanas?); desprovida de atletas que quase voam sem depender de asas nem de quaisquer máquinas acopladas a seus corpos, apenas de “substâncias mágicas” a correr-lhes nas veias?

Semelhantemente, com uma intensificação cada vez maior do controle antidopagem nas maiores organizações de MMA estadunidenses, irá haver um declínio notável da forma e desempenho físico dos e das lutadoras? Se não houver, saberemos se é porque os e as atletas, mesmo com seus organismos mais próximos de padrões que as ciências biológicas entendem como naturais, continuam capazes de exibir um desempenho dentro do desejado, ou se porque as técnicas para burlar os exames antidopagem estão funcionando? Se sim, continuará a modalidade despertando interesse e lucro? Deveriam as organizações esportivas banir suas políticas antidopagem, liberando a utilização de quaisquer substâncias e métodos biotecnológicos por seus e suas atletas?

Afirmar em parágrafos anteriores que o doping está de tal forma associado ao esporte contemporâneo, que determina o que é ser um(a) atleta de ponta. Agora indago: se houver a liberação do uso de quaisquer substâncias químicas e métodos, a utilização dos mesmos se tornará compulsória? Isto é, a utilização será cada vez maior, até o ponto em que seja impossível competir sem fazer uso delas? Será que treinadores, organizações e patrocinadores só aceitariam trabalhar com atletas que aceitassem potencializar suas capacidades com tais biotecnologias? Mas, até que ponto o que hoje chamamos de doping já não é compulsório para quem quer chegar ao topo? As e os atletas ganham ou perdem autonomia de escolha em relação aos próprios corpos, carreiras e vidas com a liberação do doping? Qual o limite ético da liberação do uso de tais substâncias, em relação à saúde e segurança das e dos atletas?

Estas são apenas algumas questões, dentre muitas outras possíveis. Não disponho de respostas definitivas, tampouco acredito ser possível uma síntese derradeira a este respeito. Ao invés disso, proponho um exercício de reflexão, incitado a partir das questões acima e continuados pela problematização feita por um competidor fisiculturista – usuário assumido de uma série de esteroides anabolizantes, dentre outras substâncias químicas que seriam consideradas doping na maior parte dos esportes profissionais – em diálogo estabelecido com o pesquisador César Sabino:

---

César, eles [médicos] continuam receitando, e não é só isso, se você quer usar bomba mesmo, você vai ter que fazer exame, vai ter que ser controlado. Não digo nem os fisiculturistas, porque aqui no Brasil isso não dá dinheiro; mas os outros atletas, todos tomam esteroides, todos, posso te afirmar. Não tomam como nós, é óbvio, mas tomam e quem passa? Quem administra? O médico! O médico que cuida deles, junto com os treinadores. Então, é uma máfia, uma indústria que lucra com a proibição. Por outro lado, se você tem dinheiro, você consegue tranquilamente com um médico especialista uma terapia de reposição hormonal, e esses médicos são caros, porque quem faz isso são os atores, os ricos, as dondocas que ficam se enchendo de hormônio do crescimento, para rejuvenescer. Então, se você quer conseguir a droga de forma legal você tem que pagar o médico: a consulta, os exames, cada vez que você vai lá, então o cara ganha para ficar administrando sua vida. É interessante, por que proíbem os esteroides androgênicos e não proíbem os hormônios femininos? Então se o cara quer virar travesti ele pode se encher de estrogênio para parecer mulher, implantar silicone, colágeno, cortar o pau e tudo bem! Agora se você quer parecer homem você está agindo de forma antiética, ilegal! E os impérios de suplemento? As revistas estão cheias de propaganda das companhias de produtos de nutrição. A gente que malha há muito tempo sabe que muita coisa ali, L-carnitina, por exemplo, não adianta nada, não tem qualquer efeito, a não ser psicológico. Se tiver. Então os caras cobram uma fortuna por esses produtos supostamente naturais. Muitos deles, por outro lado, são produtos hormonais. Tem produto que aumenta a produção de testosterona, aumenta a produção do hormônio do crescimento e é anunciado como natural. Não é natural! Porque o efeito vai ser o mesmo no final. Se você se aplica testosterona ou se o seu organismo produz uma grande quantidade de testosterona os riscos de câncer e pressão alta vão ser os mesmos. A diferença é que um é legal e o outro não. E mais, o que é legal chega a custar dez vezes mais que os esteroides. Eu te pergunto: é mais jogo você comprar uma ampola de Durateston que custa R\$ 6,00 ou comprar um pote de suplemento que custa quase R\$200,00? A diferença é que as pessoas compram o mais caro por dois motivos: o primeiro porque é legal. O segundo porque a propaganda diz que é natural, entende? Elas acham que não faz mal. Então se os esteroides fossem liberados você acha que as companhias de suplementos iam ganhar o dinheiro que ganham? Os médicos? E a polícia? (SABINO, 2004, p. 164-165).

Por fim, há ainda uma importante questão, problematizada pelos pesquisadores Fabiano Devide e Sebastião Votre (2005), após desabafo de uma nadadora olímpica brasileira – que disse acreditar que atletas de países ricos, detentores de tecnologia de ponta, fazem uso de substâncias que ainda não podem ser identificadas nos exames antidopagem, de forma a levar vantagem diante de atletas de países mais pobres, não detentores de tais tecnologias. Além disso, as grandes potências político-econômico mundiais, detentores de tecnologias mais avançadas de detecção de talentos esportivos, acompanhamento e aprimoramento de seus atletas, e de nutrição específica, bem como de recursos especiais de natureza bioenergética, produzem e produzirão atletas cada vez mais fortes e robustos, mais resistentes e mais altos, com maior velocidade, flexibilidade e força, enquanto países como o Brasil estarão lutando em patamares inferiores (DEVIDE; VOTRE, 2005).

Entretanto, a desigualdade retratada acima não mudaria a despeito do banimento ou não de políticas antidopagem nos esportes. O ideal de isonomia de condições para que os(as) atletas compitam é apenas uma frase bonita, amplamente disseminada no universo esportivo e reproduzida no documento oficial da Política Antidopagem do UFC. Não existe competição em isonomia de condições no capitalismo farmacopornográfico.

#### **2.4 Knock-down Cis-heteronormativo**

Assim como as lutadoras de MMA que fazem uso de “drogas masculinizantes” – nos termos de Sabino (2004) –, Paul Preciado (2016) deixa explícito que seu objetivo ao administrar-se testosterona nunca fora o de transformar-se em um homem. Se, para as lutadoras, o objetivo primário é o aumento da capacidade atlética, o pesquisador o fez (e neste ponto ele diferencia-se de minhas interlocutoras) para intencionalmente desafiar o que a sociedade queria fazer dele (a) (PRECIADO, 2016). Sua obra descreve em detalhes os efeitos subjetivos da administração de testosterona em seu organismo, em vários momentos. Apresento a seguir uma breve compilação de dois destes relatos, não sem pontuar que, como o próprio pesquisador explicita, ele “viciou-se” em tal hormônio, de modo que é preciso lembrar que suas descrições são carregadas de sua fascinação pela substância farmacopornográfica:

Esse é o clímax no qual a força espiritual da testosterona se misturando ao meu sangue vai à forra. Absolutamente todas as sensações desagradáveis desaparecem. Diferentemente da anfetamina<sup>58</sup>, o movimento acontecendo dentro de mim não tem nada a ver com agitação, barulho. É simplesmente o sentimento de estar em perfeita harmonia com o ritmo da cidade. Diferentemente da cocaína, não há distorção na percepção do Eu, não há logorrea nem qualquer sentimento de superioridade. Nada além do sentimento de força refletindo a capacidade aumentada dos meus músculos, do meu cérebro. Meu corpo está presente para si mesmo. Diferentemente da anfetamina e da cocaína, não há fim imediato do efeito. Alguns dias se passam e o movimento interior se acalma, mas o sentimento de força, como uma pirâmide revelada por uma tempestade de areia, permanece (PRECIADO, 2016, p. 21).

\*\*\*

Estou completamente embriagada de testosterona. Tornei-me testemunha do meu próprio corpo experimentando a abertura de novos centros celulares de recepção e excitação, agressividade, força. Mas este estado não é permanente. A fraqueza pode atacar a qualquer momento: mais uma vez começo a me sentir apaixonado, frágil, e tudo com certeza somática, sem necessidade de mentir a mim mesmo (PRECIADO, 2016, p. 96).

---

<sup>58</sup> Na tradução em língua inglesa da obra, é utilizada a denominação popular da droga: “*speed*”.

A testosterona que o pesquisador administrava-se é comercializada sob o nome *Testogel*, e corresponde a sachês de 50mg da substância em forma de gel, que devem ser aplicados diretamente sobre a pele. A bula da medicação deixa expresso que “Testogel não deve ser usado por mulheres” (PRECIADO, 2016, p. 58), por conter um hormônio que é naturalmente secretado pelo organismo masculino (assim entendem os hegemônicos saberes médicos). A indicação de uso do medicamento é clara e linear: “a droga é recomendada para doenças relacionadas à uma deficiência de testosterona” (PRECIADO, 2016, p. 58).

Além disso, a bula da medicação faz uma clara assunção da heterossexualidade de seus pacientes, ao alertar sobre a possibilidade de transferência de testosterona devido ao contato direto de terceiros com o local de aplicação da substância: “Para garantir a segurança da parceira, ao paciente é recomendável observar um intervalo de tempo prolongado entre a aplicação do gel e o contato, cobrir a área com uma camiseta, ou banhar-se antes de qualquer atividade sexual” (PRECIADO, 2016, P. 59). Ou seja, no regime Farmacopornográfico, a testosterona é comercializada tendo como público alvo o homem modelo da matriz heterossexual Butleriana.

Ainda sobre a bula do medicamento, é possível chocar-se juntamente com Preciado (2016, p. 64) ao ler um último aviso sobre o “Uso por atletas e mulheres”, no qual o laboratório explicita que seu produto contém um ingrediente ativo que pode testar positivo em exames antidopagem. Acaso a categoria atleta é composta exclusivamente por homens? – Indaga Paul, e vai além: “Na verdade, é um aviso para atletas e para mulheres de que a testosterona pode ser considerada um estimulante ilegal. Fora da lei. Sejam as mulheres atletas ou não, tomar testosterona é uma forma de doping” (PRECIADO, 2016, P. 64-65).

É exatamente este o caso de algumas lutadoras, que sofrem uma verdadeira perseguição devido às suas aparências físicas, correspondente a um duplo julgamento simbólico por doping: o primeiro pela suspeição de que façam uso de drogas para melhoria de performance; o segundo devido à assunção de que estariam “deixando” de ser mulheres, isto é, por estarem exibindo uma aparência e uma força física que as pessoas entendem que destoam do ideal (biologizante e essencialista) do que é ser uma mulher. A esse respeito, Paula deixa explícito seu temor: “*Eu tenho o maior medo de ficar masculina, pelo amor de Deus, cara, eu sou mulher! Eu não quero deixar de ser!*” (Entrevista à pesquisadora, 26/03/2015). Ao longo do diálogo que travamos quando da realização de sua entrevista, a atleta por mais de uma vez evidenciou que sua preocupação em relação a fazer uso de esteroides anabolizantes diz respeito mais aos efeitos de masculinização corporal do que a qualquer outro efeito colateral que a administração de tais drogas possa gerar em seu organismo.

Esse medo não é infundado. Cristiane Cyborg, flagrada pelo uso do esteroide anabolizante stanozolol (a mesma substância que minha colaboradora Paula afirmou já ter feito uso) em exame antidopagem realizado em dezembro de 2011, quando era campeã da categoria Peso Pena (até 65,8kg) da extinta organização de MMA estadunidense *Strikeforce* (CRIS..., 2012), não apenas perdeu seu cinturão e fora suspensa naquela ocasião, como até hoje tem sua vida escrutinada e é vítima constante de ataques em que a acusam de não possuir mais a estrutura corporal “natural” de uma mulher, o que explicaria sua compleição física e também a contundência de seus golpes – que chamam a atenção pela força e potência com que frequentemente nocauteiam as adversárias – nos combates, nos quais ela vem se saindo vitoriosa, sem exceção, há mais de uma década. Em inúmeras ocasiões, a estadunidense Ronda Rousey, ex-campeã peso Galo (até 61,2 kg) do *Strikeforce* e do UFC, celebridade do MMA feminino e maior antagonista da brasileira na modalidade (embora elas nunca tenham chegado a lutar entre si) fez este tipo de acusações sobre Cyborg, como exemplifico a partir de declaração retirada de matéria jornalística publicada no site de notícias do *Canal Combate*: “*Ninguém chega ao ponto em que ela chegou, com aquela estrutura óssea facial, sem utilizar hormônios ou esteroides há muito tempo. Mesmo que seus testes não apresentassem alterações, eu duvido que ela estivesse limpa*” (CRIS..., 2012, n.p.).

Este tipo de entendimento tem raízes históricas e remete ao crescimento da participação de mulheres nos esportes, que desafiava a concepção hegemônica de que elas deveriam manter-se restritas à esfera privada, onde deveriam cumprir seus supostos destinos biológicos como mães e cuidadoras do lar – tarefas que os saberes médico-científicos entendiam como adequadas aos seus frágeis e suscetíveis corpos e psiques. Às mulheres esportistas sempre foi associado o risco de masculinização e, quando estas foram bem-sucedidas nos esportes, sempre levantaram suspeitas de serem homens (WILLIS, 1994 *apud* DEVIDE; VOTRE, 2005). Daí origina-se a demanda pelos famigerados “testes de feminilidade”:

Em 1968, na cidade do México, o teste cromossomial e visual foi utilizado pela primeira vez nos XIX Jogos Olímpicos. O chefe da equipe examinadora declarou aos repórteres que o exame de quase oitocentas atletas o convenceu de que o esporte as deixava feias, com corpos rígidos e fortes. Nesse mesmo espírito, os repórteres norte-americanos já tinham rotulado as irmãs russas Irina e Tâmara Press, campeãs olímpicas em 1964, de “irmãos Press”, o que indicava o quanto a entrada das mulheres no esporte de alto-rendimento e no mundo dos músculos masculinos incomodava a imprensa e os médicos. Para piorar a situação insustentável em que se encontravam as mulheres, o cenário esportivo assistiu ao crescimento de fármacos associados ao aumento de potência e resistência, com ênfase para os esteroides anabolizantes, que foram considerados ilegais nos Jogos a partir de 1968. (DEVIDE; VOTRE, 2005, p.127).

Além disso, no cenário da absoluta maioria dos esportes de alto rendimento, a performance masculina é a norma através da qual realizam-se comparações e avaliações dos resultados femininos, produzindo interpretações e rotulações como a definição das mulheres como esportistas de segunda classe, uma vez que (entende-se) nunca serão superiores aos homens<sup>59</sup>. Devide e Votre (2005) citam um exemplo ilustrativo dessa tendência interpretativa, que corresponde à mesma situação que ocorre com a lutadora brasileira Cristiane Cyborg:

Quando a nadadora holandesa Inge de Bruijn quebrou o recorde mundial de dezenove anos, nos cem metros borboleta, nadando a distância abaixo dos 57 segundos, alguns atletas e treinadores comentaram que a marca era “fora do comum”, “muito perto do impossível” ou “muito rápido para uma mulher”, pondo a nadadora sob suspeita de doping (DEVIDE; VOTRE, 2005, p.125).

A suspeição que paira sobre Cyborg parece ser corroborada pelo próprio UFC e pela Agência Antidopagem dos Estados Unidos (USADA): ao menos é o que sugere o fato de a atleta brasileira já haver sido testada surpreendentes 14 vezes desde o início da “era” USADA no UFC (iniciada no segundo semestre de 2015), 11 vezes apenas no ano de 2016 (RAIMONDI, 2016)<sup>60</sup>. Além disso, profissionais ligados à referida organização de MMA já violentaram Cristiane Cyborg verbalmente em uma série de eventos públicos, conforme discutirei um pouco mais à frente.

Para adensar esta discussão, será necessária uma maior instrumentalização teórico-conceitual. O diálogo entre meus dados de campo e a literatura evidenciam que pensar a performatividade de gênero no MMA feminino, modalidade mediada ao mesmo tempo pelo Mercado da Beleza e pelas “Bombas” – com todas as contradições inerentes a esta interação – implica compreender a força da *cis-heteronormatividade*, sua atuação sobre este microssistema e sobre a sociedade como um todo. Para propor uma conceituação de cis-heteronormatividade, parto de uma articulação entre Estudos Queer e Transfeminismo, ambos pertencentes ao bojo dos Saberes Subalternos<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> Este tipo de entendimento, que coloca o desempenho esportivo dos homens como o padrão de excelência, foi também encontrado por mim entre jovens atletas universitárias brasileiras, praticantes de futsal (modalidade de futebol jogado em quadra) em nível amador (JARDIM, 2013).

<sup>60</sup> Esta mesma matéria informa que Cristiane Cyborg falhou novamente no exame antidopagem em dezembro de 2016, quando a USADA encontrou Espironolactona, um diurético por vezes utilizado para mascarar outras substâncias proibidas, em sua amostra. No entanto a atleta recorreu, alegando ter feito uso de Espironolactona para tratamento terapêutico e adicionando provas em sua defesa: foi absolvida, conforme nota oficial publicada no site do UFC (Disponível em: <[www.ufc.com.br/news/comunicado-oficial-ufc-cris-cyborg](http://www.ufc.com.br/news/comunicado-oficial-ufc-cris-cyborg)>. Acesso em: 02 Ago. 2017).

<sup>61</sup> Questionando e problematizando, por meio da diferença, a produção científica dos países centrais, emergiram ao final da década de 1960 os saberes subalternos, ou saberes insurgentes. Dentre tais saberes, é possível localizar saberes como os pós-coloniais/descoloniais, os feministas e os *queer* (PELÚCIO, 2012; MISKOLCI, 2014b).

O Transfeminismo encontrou bastante respaldo nas produções dos Estudos Queer, especialmente no conceito de performatividade, de Judith Butler (KAAS, 2013). Segundo Hailey Kaas (2013), esta corrente do feminismo surge nos Estados Unidos na década de 1990, impulsionada tanto por teorias acadêmicas quanto por movimentos ativistas autônomos. O transfeminismo emerge como uma corrente feminista voltada às questões das pessoas trans\*<sup>62</sup>. Frustradas com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do próprio movimento feminista, onde muitas vezes as mulheres transgêneras não foram consideradas mulheres, por não terem nascido com vagina, as pessoas trans\* se organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia, frente uma estrutura que mantém essas pessoas à margem (KAAS, 2013). A autora afirma ainda que é importante salientar que o transfeminismo também surgiu da necessidade de se combater o machismo instalado na própria comunidade trans\*.

No contexto nacional, o conceito de transfeminismo começa a ser adotado no bojo do fortalecimento nacional do movimento transgênero, com a crescente conscientização política da população trans\* e o reconhecimento da histórica resistência das pessoas transgênero brasileiras, em especial as travestis, e da aproximação efetiva desse movimento com o feminismo teórico e prático (JESUS; ALVES<sup>63</sup>, 2010). O feminismo transgênero pode ser compreendido tanto como uma filosofia quanto como uma práxis que visa a transformação dos feminismos (JESUS; ALVES, 2010).

Em suma, pode-se afirmar, então, que o Transfeminismo surge como uma crítica ao cissexismo, conceito que explicita quando a cisgeneridade é tomada como um dado pressuposto, desconsiderando a existência de pessoas trans\* ou apagando-as politicamente por meio da negação de suas necessidades específicas (KAAS, 2011). O prefixo “cis” origina uma série de palavras correntemente acionadas nos discursos transfeministas. Segundo a ativista transfeminista Hailey Kaas (2011), em precursora publicação sobre cissexismo no Brasil,

Uma pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão “alinhados” ou “deste mesmo lado” – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro). [...] “Uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um status de privilégio em detrimentos das pessoas trans\*, dentro da cishnorma. Ou seja, ela é politicamente vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero (KAAS, 2011, n.p.).

---

<sup>62</sup> O termo trans\*, com asterisco, é a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual, transgênero, ou travesti. Para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva, isto é um termo que engloba todas as identidades trans “embaixo do guarda-chuva”, incluindo aquelas que não se identificam com o sistema binário de gênero (KAAS, 2013).

<sup>63</sup> Hailey Kaas assinou alguns textos como Hailey Alves.

Em artigo recente, Amara Moira Rodovalho (2017) apresenta, em sua definição do que seria uma mulher cisgênera (ou simplesmente “mulher cis”, como prefere a transfeminista), um entendimento que supera limites desta conceituação pioneira que acabo de citar – possivelmente a que mais circula no Brasil –, ao deslocar o foco da discussão de cisgeneridade do subjetivo para o social. Assim, mulheres cisgêneras são “aquelas que, tendo sido criadas para ser mulher por conta do genital com que nasceram, existem para si e para a sociedade sob essa identidade de mulher” (RODOVALHO, 2017, p. 373).

Como ressalta ela, na maioria das interações sociais não há tempo hábil para que uma pessoa diga seu gênero, este será atribuído a depender da forma com que o corpo desta pessoa for lido socialmente (RODOVALHO, 2017). A conceituação proposta vem em resposta a críticas que a proposição do termo cis (em oposição ao trans) vem sofrendo no movimento social (sobretudo por parte de feministas radicais) e na academia<sup>64</sup> nos últimos anos:

Quando alguém diz desgostar do termo “cis”, achá-lo redutor, a primeira coisa que me ocorre é descobrir como a pessoa em questão compreende e desenvolve esse termo. A resposta que, via de regra recebo, não difere muito de “pessoa que se identifica com o gênero que lhe atribuíram ao nascimento”, ou algo muito afim a isso. Perceba-se desde já que a ênfase na identificação, na auto-identificação, desloca a discussão que venho propondo aqui do âmbito do político, do social para o do indivíduo, do subjetivo, coisa a que temos muito menos acesso. Sou capaz de ver pessoas trans e mesmo pessoas cis circulando pelas ruas, mas raramente terei acesso àquilo que pensam sobre si, a como se identificam: no máximo, terei acesso ao que dizem de si, o que não é o mesmo (RODOVALHO, 2017, P. 365).

No âmbito acadêmico, o conceito tem sofrido certa recusa, inclusive dentre pesquisadores(as) *queer*. Em texto publicado *online*, Carla Rodrigues (2014), professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma categoricamente que o cisgênero não existe. Partindo da afirmação de Judith Butler de que o gênero não existe, isto é, do entendimento do gênero enquanto ficção política, discursivamente construída, ela afirma que, da mesma forma, (cis)gênero também não existe. A autora também argumenta que, após tantos anos lutando contra a distinção binária masculino/feminino, construída como hierárquica e dicotômica, não faria sentido erguer um novo par opositivo – cisgênero/transgênero – “para sustentar exclusões, como se a uma pessoa fosse perfeitamente possível estar ‘de acordo’ com seu sexo e com as expectativas das convenções sociais” (RODRIGUES, 2014, n.p.). O que a pesquisadora não discute em seu artigo é que, se cisgênero não existe, então transgênero – conceito amplamente utilizado academicamente nos estudos de

---

<sup>64</sup> Focarei a discussão nas críticas e tensionamentos feitos pela Academia.

gênero –, também não existe, afinal, como coloca Butler, o gênero não existe pré-discursivamente. Tratam-se de ficções políticas. Ou, nas palavras de Rodovalho (2017, p. 365): “Cis, trans: antes de tudo metáforas”.

Em resposta, Leila Dumaresq (2014a), ativista transfeminista e filósofa, afirma que, ainda que não descarte a hipótese de que grupos acadêmicos estejam usando “cisgênero” no sentido utilizado por Rodrigues (2014), “a palavra cisgênero está bem longe de depender da discussão sobre a (in)adequação às normas de gênero para existir. Ainda que se descarte este eixo temático, resta tudo o que importa na cisgeneridade para se trabalhar” (DUMARESQ, 2014a, n.p.). Ela prossegue argumentando que o uso acadêmico cristaliza-se nas publicações e acaba por delinear um conceito de cisgeneridade para a academia; contudo, é preciso ter muita cautela com palavras muito vívidas politicamente<sup>65</sup>, já que há uma comunidade de falantes que se utiliza do termo, que não é propriedade exclusiva de usuários(as) acadêmicos (as). E conclui:

É necessário cuidar de conhecer os sentidos e usos do termo. Também é necessário sempre evidenciar o recorte do conceito ao qual dirige-se a crítica. O preço de não reconhecer o recorte é muito alto: Reduzir vivências a conceitos, anulá-las discursivamente e silenciá-las politicamente (DUMARESQ, 2014a, n.p.).

Um forte argumento em defesa da utilização do conceito de “cisgeneridade” reside no desejo de problematizar os gêneros que, ao não serem nomeados, são tidos como naturais, normais, biológicos, ao passo que as pessoas trans\* permanecem sendo consideradas desviantes, anormais:

Historicamente a ciência criou as identidades trans\* (e por isso já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades consideradas “naturais”. É por isso que a adoção do termo cis denuncia esse pseudo status natural. Nomear cis é o mesmo processo político de nomear trans\*: aponta e especifica uma experiência e possibilita sua análise crítica. Nas produções acadêmicas contemporâneas, tanto das ciências médicas quanto das sociais, a identidade trans\* é colocada sempre sob análise, tornando-se, compulsoriamente, objeto de crítica. Ao nomearmos xs “normais” possibilitamos o mesmo, e colocamos a categoria cis sob análise, problematizando-a. Buscamos o efeito político de elevar o status de pessoas cis ao mesmo das pessoas trans\* (KAAS, 2013, n.p.).

---

<sup>65</sup> Para uma retomada histórica das definições de “cisgênero” utilizadas no Transfeminismo, recomendo a leitura do texto “O cisgênero existe”, de Leila Dumaresq (2014b).

Assim, tal como os Estudos Queer partem do entendimento de que era preciso problematizar a heterossexualidade, para que ela deixasse de figurar como a suposta ordem natural do desejo, o Transfeminismo entende que é preciso nomear e problematizar a cisgeneridade, para que ela deixe de ser assumida enquanto natural. A lógica interna é a mesma.

Em entrevista concedida a Boris Ramírez (2014), Viviane Vergueiro defende que a nomeação da cisgeneridade representa uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero:

Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente, como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans\*, por exemplo (RAMÍREZ, 2014, p. 16).

Assim, se o conceito analítico de transgeneridade é amplamente aceito e utilizado academicamente nos estudos de gênero, por que refutar o de cisgeneridade? Como problematizam Beatriz Bagagli (2014) e Amara Moira Rodovalho (2017), nunca é possível pensar a transgeneridade em si mesma; porque sempre, ao tocar em qualquer coisa que remeta ao “trans\*”, estaremos remetendo ao seu oposto constituinte, o “cis”. Entendo que tal afirmação, embora não tenha sido proposta por este caminho, está em consonância com o conceito de complementaridade e a perspectiva metodológica da desconstrução, contribuições teóricas de Jacques Derrida que influenciaram fortemente os Estudos Queer:

A complementaridade mostra que significados são organizados por meio de diferenças em uma dinâmica de presença e ausência, ou seja, o que parece estar fora de um sistema já está dentro dele e o que parece natural é histórico. Na perspectiva de Derrida, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para sua própria definição, de forma que um homem homofóbico pode-se definir apenas em oposição àquilo que ele não é: um homem gay. Este procedimento analítico que mostra o implícito dentro de uma oposição binária costuma ser chamado de desconstrução. Desconstruir é explicitar o jogo entre presença e ausência, e a complementaridade é o efeito da interpretação porque oposições binárias como a de hetero/homossexualidade, são reatualizadas e reforçadas em todo ato de significação, de forma que estamos sempre dentro de uma lógica binária que, toda vez que tentamos quebrar, terminamos por reinscrever em suas próprias bases (MISKOLCI, 2009, p. 153-154).

Bagagli (2014) aponta ainda que quando alguém prefere se designar enquanto pessoa “biológica” ou “natural” para se dizer não-trans\*, está remetendo o Outro ao lugar de abjeto – ou anormal, nas palavras de Dumaresq (2014b). Além disso, argumentam Kaas (2013) e também Bagagli (2014), a possibilidade de uma pessoa cis recusar se identificar enquanto cis é em si um próprio privilégio cisgênero, já que as pessoas trans\* não têm essa possibilidade.

Meus dados de campo evidenciam que quanto mais os corpos das lutadoras de MMA fogem do que hegemonicamente se entende como um corpo feminino (cisgênero), maior é também o incômodo, repulsa e temor que estes corpos geram, pois transgridem os padrões cis-heteronormativos. Quando falo em cis-heteronormatividade estou entendendo que a cisgeneridade, tanto quanto a heterossexualidade, constitui um regime político-social que regula nossas vidas. Assim, parece-me que, na contemporaneidade, considerando as discussões transfeministas emergidas nos últimos anos, o conceito *queer* de heteronormatividade precisa ser ampliado, de modo a passar a englobar também a cisnormatividade.

Conforme discuti anteriormente, a heteronormatividade corresponde às normas que impões práticas e códigos heterossexuais. Já a Cisnormatividade corresponde à “normatividade que incide, particularmente, sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero” (VERGUEIRO, 2015, p. 229). A cisnormatividade impõe o modelo cisgênero para todas as pessoas, o que inclui as pessoas trans\*, que são socialmente consideradas bem-sucedidas em seu processo de transição quando, através de hormônios e cirurgias (que pressupõe também a redesignação sexual), conseguem aproximar-se mais dos padrões cisgêneros hegemônicos de masculinidade e feminilidade. Então, em um exercício de síntese conceitual, é possível afirmar que a cis-heteronormatividade corresponde às normas político-sociais que impõe práticas e códigos cisgêneros e heterossexuais a todas as pessoas.

Entendo – e percebi pontos de convergência entre este meu raciocínio e o de Viviane Vergueiro (2015) – que é possível perceber a cis-heteronormatividade, presente de forma implícita, mas em pleno funcionamento, na matriz heterossexual (matriz cis-heterossexual?) de Butler (2003), já que é justamente a expectativa social de que deva haver coerência linear entre a materialidade do corpo de alguém (órgãos genitais), o gênero designado ao nascer, e a expressão de gênero que a pessoa apresentará ao longo da vida, o mecanismo que retroalimenta a cis-heteronormatividade.

Já discuti como há, no esporte praticado por mulheres, uma busca pela normalização da variação de gênero e de sexualidade, observando-se uma sobresseleção entre as atletas de melhor desempenho, a partir da domesticação da masculinidade (HALBERSTAM, 1998). Assim, a despeito das alterações corporais provocadas por sua própria atuação profissional,

quanto menos músculos aparentes uma atleta de MMA tiver, maiores as chances de que seu corpo seja lido como feminino e sensual. Se, somado a isso, a atleta se encaixar em outros padrões cis-heteronormativos e racializados que compõe o ideal de beleza para as mulheres – tais como ser branca, heterossexual, possuir olhos claros, cabelos longos e lisos (preferencialmente loiros) e utilizar determinados tipos de vestimentas (que valorizem os contornos e curvas de seus corpos) – além de apresentar um excelente desempenho esportivo, esta mulher tem tudo para tornar-se uma atleta de grande sucesso.

Se, do contrário, a despeito de igualmente apresentar um excelente desempenho esportivo e acumular vitórias em sua carreira, a atleta for socialmente lida como musculosa em demasia, será considerada masculinizada e, automaticamente, não apenas deixará de existir a possibilidade desta ser considerada bela, como (justamente por isso), ela não será tão atrativa financeiramente para os empreendimentos relacionados à modalidade.

Retomo, então, o caso da brasileira Cristiane Cyborg, que apesar de acumular nocautes fulminantes em sua bem sucedida carreira – sendo uma atleta tão ou mais efetiva e dominante que Rousey, maior expoente do Mercado da Beleza –, não consegue alcançar nem a mesma visibilidade, nem os contratos milionários (para lutas, comerciais e patrocínios, por exemplo) conseguidos pela estadunidense. Mais do que isso, Cyborg é, com frequência, vítima de ataques cissexistas nos quais a acusam de parecer-se com um homem cisgênero ou de ser uma mulher trans\*. A título de exemplo, citarei, a seguir, dois episódios que ganharam maior visibilidade, por envolverem nomes importantes no universo das Artes Marciais Mistas.

O primeiro episódio ocorreu em uma coletiva de imprensa na qual o presidente do UFC, Dana White, imitou o andar que, segundo ele, seria de Cyborg, e disse que ela andando se parecia com Wanderlei Silva<sup>66</sup> de vestido (CRIS..., 2015). Em outro episódio, foi Joe Rogan, comentarista do UFC que, acompanhado de um comediante, disse que para poder assinar um contrato e competir na categoria Peso Galo do UFC, Cyborg precisaria cortar seu pênis, ao passo que o outro concordou, afirmando que ela era a única lutadora que “cortava” o peso cortando o pênis (CYBORG..., 2015). Estes comentários, que geraram risos na audiência, atacam diretamente a lutadora brasileira, cuja aparência física não se encaixa no padrão de feminilidade estabelecido a partir da cis-heteronormatividade.

Não apenas Cyborg, como parcela considerável de minhas interlocutoras de pesquisa não se encaixa no padrão de feminilidade preconizado pelo Mercado da Beleza do MMA. Discutirei a seguir o caso de uma dessas atletas, Antônia, que apresenta uma performance de

---

<sup>66</sup> Renomado lutador brasileiro de MMA, antigo companheiro de equipe de Cristiane Cyborg.

gênero bastante masculina, chegando a ser confundida com um homem em determinadas ocasiões nos Estados Unidos, onde vive, como explicito nas duas notas de campo abaixo:

Entramos, eu e Antônia, em um supermercado para comprar água e, ao pagar, pergunto se não podemos usar o carrinho onde a funcionária colocou os engradados de água. Antônia me diz que não, mas insisto em perguntar à moça, que me responde: “*No. He knows*”. Fico surpresa por ela ter achado que minha colaboradora é um homem, mas nada falo. Antônia age com naturalidade e, como ela não fala inglês, não consigo saber se ela percebeu o que acabara de acontecer (Diário de Campo, 23 de novembro de 2016).

\*\*\*

Percebi que, em todos os conglomerados de lojas em que havíamos passado nos últimos dias – e foram muitos – Antônia nunca havia entrado em um banheiro comigo e com sua companheira. À tarde, conversando na sala, perguntei se ela evitava ir no banheiro fora de casa. Ela disse que sim e, rindo (no que interpreto como autodefesa), contou-me que por umas 4 vezes já a tentaram proibir de usar banheiros femininos: “*amanhã vou no banheiro com você, pra você ver como é*”. Disse-me sobre como as mulheres a expulsam por acharem que ela é homem, e que o segurança de uma determinada loja de departamentos não queria deixa-la entrar no banheiro feminino; que ela teve que mostrar “os peitos” para poder provar que era mulher (na verdade, o *top*) [ergue a camisa e simula gesto pra mim]. O mesmo aconteceu no aeroporto de Dallas, EUA: teve que levantar a camisa e provar que era mulher, porque as mulheres dentro do banheiro a estavam expulsando, mesmo que sua companheira, que possui um inglês fluente, tenha lhes dito que ela era mulher. (Diário de Campo, 25 de novembro de 2016).

A atleta em questão possui uma expressão de gênero afinada com a conceituação de masculinidade feminina, de Halberstam (1998). Antônia possui um corte de cabelo curto, considerado masculino, e também veste roupas compradas nas seções masculinas das lojas. Ela refere-se a si mesma no feminino e como sendo uma mulher.

Uma questão pertinente a se discutir é se cabe falar que estas lutadoras de MMA dos exemplos com os quais trabalhei nesta subseção, assim como outras atletas de MMA que não se encaixam nos padrões de feminilidade/beleza cis-heteronormativos, poderiam ser adjetivadas enquanto mulheres cisgêneras. Isto é, refiro-me ao caso das lutadoras que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer e vivem socialmente como mulheres, mas são lidas por outras pessoas desta forma; isto é, cujos corpos não são inteligíveis.

Estas atletas, embora não sejam mulheres transgêneras, não detêm todos os privilégios que, como apontam os saberes transfeministas, estariam implícitos à cisgeneridade, pois seus corpos desafiam os padrões cis-heteronormativos. São corpos fronteiros que transgridem os binários hegemônicos de gênero. Isso não significa, assim entendo, que não se deva fazer uso do instrumental teórico-conceitual possibilitado pelos conceitos oriundos do prefixo “cis”, ao

menos não enquanto continuarmos (enquanto pesquisadores(as) e/ou ativistas políticos(as)) fazendo uso de seu oposto-complementar, o “trans”. Ou seja, se é sabido que os binários não dão conta de explicar as infinitas possibilidades de expressão de gêneros e sexualidades, estes são os elementos linguísticos de dispomos no momento para discutir estas subjetividades: todas elas ficções políticas, mas das quais ainda não podemos prescindir para nos fazer entender – afinal, a linguagem (oral e escrita) opera nesta lógica binária.

Rodovalho (2017) também não deixa de apontar a existência de corpos fronteiriços, que esgarçam as fronteiras entre cis e transgeneridade, tais como o corpo masculino de Antônia, discriminada ao tentar acessar banheiros femininos em espaços públicos:

Imaginemos a tal linha que divide mulher e homem e recordemos Beauvoir, o “não se nasce, torna-se”: a biologia não é por certo responsável pela mulheridade da dita pessoa, mas sabemos que sua genitália, lida como sexo “feminino” à altura do nascimento, fará com que ela, essa pessoa xis, receba toda uma criação para ser mulher, o que significará tanto ela entender a si própria como mulher quanto ela se apresentar legível feito tal para a sociedade (o “parecer mulher” é fundamento do “ser mulher”: a trans que seja lida como cis estará ao abrigo da transfobia nas situações em que esta leitura não for posta em dúvida, ao passo que a cis lida como trans sofrerá transfobia ainda que não se entenda, não se identifique como trans). [...] Cis e trans, pontos de referência, os dois extremos duma dada divisão do mundo, entre eles havendo uma grande variedade de sujeitos e mesmo casos fronteiriços (RODOVALHO, 2017, p. 369).

Se um dia o gênero será extinto? Se um dia não fará mais qualquer sentido falar nem em cisgeneridade, nem em transgeneridade, nem em homem, nem em mulher, nem na necessidade de generificar qualquer outra expressão identitária (e, não havendo mais gênero, não haverá também categorização da orientação sexual)? Não sei. É o meu mais sincero desejo como pesquisadora, como alguém que, hoje, se diria mulher cisgênera e sapatão<sup>67</sup>. Mas hoje esse desejo é distante e utópico. Nesse meio tempo, há vidas que importam<sup>68</sup>, vidas que resistem e que estão apontando a potência da cisgeneridade enquanto categoria analítica e lançando problemáticas como a da cisnormatividade.

---

<sup>67</sup> Intencionalmente, em uma atitude *queer*, valho-me desta expressão que, em seu sentido mais hegemônico no Brasil, (ainda) tem conotação pejorativa. Ao tomar a expressão para si, mulheres lésbicas subvertem-lhe a conotação negativa, em um ato político que busca atribuir-lhe novo sentido: o que era pensado para ser ofensa torna-se representação subjetiva.

<sup>68</sup> Parafrazeio o título de uma das obras de Judith Butler, *Bodies that matter. On the discursive limits of sex*, publicada originalmente em inglês em 1993 e posteriormente traduzida para o espanhol. Uma tradução do título para o português corresponderia a: “Corpos que importam. Sobre os limites discursivos do sexo”.

De qualquer forma, acredito que a questão não é rotular quem é ou deixa de ser cisgênero(a) ou transgênero(a), já que se parte da assunção de que as identidades não são fixas, tampouco essencializadas e definidas pela biologia dos corpos. Antes, cabe problematizar e buscar desconstruir o regime cis-heteronormativo que impõe rígidas normas de gênero e sexualidade a todas as pessoas, independentemente de sua cis ou transgeneridade. Neste sentido, argumenta Viviane Vergueiro (em entrevista a Ramírez):

A cisgeneridade não tem o objetivo de pensar, ou identificar, ou diagnosticar as pessoas cis, assim como quem pensa heterossexualidade não está pensando em definir de forma cristalina o sujeito hétero, essa não é a proposta. São várias heterossexualidades, são várias formas de ser cisgênero. Então, fico muito atenta quando vejo essas resistências conservadora às novas vozes, às novas vozes poderem se inserir nesse jogo de poder, nos diferentes níveis de colonialidade (RAMÍREZ, 2014, p. 18).

Beatriz Bagagli (2014) entende que a luta referente à identidade de gênero está aquém da luta referente à orientação sexual, o que pode ser constatado através da assimetria no uso dos termos cisgênero e heterossexual:

Quero apontar como essa inferiorização da luta trans\* impacta em nossas vidas e está diretamente relacionada com a (ausência) do reconhecimento e uso do termo cisgênero. Assim como muito provavelmente na época em que se começou a circular o termo heterossexual em que pessoas heterossexuais certamente (puderam) achar essa classificação pouco importante, inútil ou por vezes ofensiva, hoje vemos isso se repetindo, só que agora com o uso do termo cisgênero e seus derivados. O termo heterossexual já se encontra consolidado no léxico da língua, tanto é que já se encontra dicionarizado; já cisgênero (ainda) não (BAGAGLI, 2014, n.p.).

A ativista transfeminista prossegue afirmando que, nos dias de hoje, soaria absurdo alguém se contra identificar como “biológico” para se dizer não-gay, e crê que é justamente por esta razão que a homossexualidade não se encontra mais nos manuais médicos como uma doença, ao contrário do que (ainda) ocorre com as identidades trans\*.

Em suma, meu argumento é que, a despeito de críticas que o termo “cis” e a proposição de cisgeneridade tem recebido de pesquisadores(as) acadêmicos(as), estes possuem muita potência em termos de desnaturalizar os gêneros tidos como norma, tal como denunciado pelo entendimento de cisnormatividade. Além disso, pensando pela lógica intrínseca aos saberes subalternos, vê-se um interessante movimento no qual a periferia nomeia o centro. Isto é, se pessoas trans\* foram nomeadas pelos hegemônicos saberes médico-científicos, foi de fora da academia que o ativismo transfeminista criou um conceito para nomear a norma (cisgeneridade).

Conceitos oriundos do prefixo “cis”, tais como cisgênero, cissexismo, cisgeneridade e cismatrimônio, são pensados de forma afinada com a lógica desconstrutivista dos Estudos Queer, pelos quais foram fortemente influenciados. É neste sentido que sou favorável ao “cisgênero” (tanto quanto ao “transgênero”): como categorias analíticas, não como rótulos identitários estanques.

Como poderia referir-me a mim simplesmente como “mulher” (ao invés de “mulher cisgênera”), se quando vou falar de minha colega, preciso dizer que ela é uma “mulher trans\*”? Por que adjetivar a transgeneridade e manter a cisgeneridade em sua confortável posição naturalizada (que é o que acontece quando uma mulher cisgênera se refere a si mesma apenas como mulher)?

Particularmente, como pesquisadora *queer*, entendo que continuar remetendo exclusivamente ao conceito de heteronormatividade não dá mais conta de pensar a complexidade das normas de gênero e sexualidades que pretendemos desconstruir. Temos, hoje, acesso a outros saberes dos quais acredito que podemos e devemos nos instrumentalizar. Proponho que pensemos em termos de uma sociedade cis-heteronormativa, que consideremos menos os limites do “cis” (afinal, todo conceito os possui) e mais as suas potencialidades.

No MMA a expressão *knock-down* é utilizada para indicar a situação em que, em tendo sido atingida por um golpe da adversária, a atleta, sem o controle de seu corpo, cai ao solo, mas recupera-se em fração de segundos e volta a se colocar em pé, continuando o combate. Atingidas pela cis-heteronormatividade, muitas de minhas interlocutoras vão a *knock-down*, mas resistem, permanecendo na luta. Um *knock-down* não é um *knock-out* (nocaute<sup>69</sup>). A luta continua.

## **2.5 A grande luta do Brasil contemporâneo: transformações sociais vs. onda neoconservadora**

Compreender como e por que vem se dando o crescimento do MMA feminino (com foco nas atletas brasileiras) nos últimos anos implica, para além das questões mercadológicas, considerar também as recentes transformações nas relações que tocam as temáticas do gênero e da sexualidade e a forma com que estas conquistam cada vez mais espaço na vida política

---

<sup>69</sup> Situação em um combate em que, tendo sido atingida por um golpe suficientemente contundente, a atleta cai ao solo, sem controle de seu corpo (por vezes desacordada), e não é capaz de levantar-se e voltar para o combate. O(a) árbitro(a) então encerra a luta.

brasileira (não apenas em sentido institucional, mas em sentido lato). Também não é possível desconsiderar, por outro lado, os movimentos de resistência em busca da manutenção de antigos valores, com o fortalecimento de uma onda conservadora no país.

Hoje, não apenas as lutadoras brasileiras estão sendo representadas em sentidos positivos nas mídias especializadas nacionais, independentemente de suas orientações sexuais, como a modalidade chegou a tornar-se tema de um dos elementos mais hegemônicos da cultura de massas brasileira: a telenovela. Em *A Força do Querer*, exibida em 2017, uma das principais personagens era Jeiza, lutadora de MMA: uma mulher branca, loira, heterossexual e socialmente lida como bela/sensual. Apesar dos estereótipos escolhidos para a imagem da personagem, que não deixam de estar plenamente afinados com a lógica do Mercado da Beleza no MMA feminino, este evento mostra a popularização das artes marciais mistas no cenário nacional, a ponto de tê-las representadas em horário nobre na maior emissora aberta do país, a Rede Globo. A personagem seguiu o caminho sonhado por minha interlocutoras de pesquisa, saindo de um bairro da periferia do Rio de Janeiro, tendo que conciliar sua atuação como lutadora com outras atividades profissionais para garantir seu sustento (Jeiza era policial), até conseguir se destacar em eventos nacionais e ser, enfim, contratada para lutar no UFC – o que ocorreria exatamente no último capítulo da produção, conferindo o *grand finale* da lutadora na trama.

A mesma novela também trazia, em paralelo à estória de Jeiza, uma outra personagem – Ivan – que, ao longo da trama, percebia-se homem e passava pelo processo de transexualização: mudanças no vestuário e no corte de cabelo, hormonização e cirurgia para retirada dos seios, no caso de Ivan. Por meses, a novela se propôs a problematizar a questão da transgeneridade em rede nacional, de forma relativamente cuidadosa e empenhada em sinalizar pró-diversidade de gênero.

A existência destas personagens são apenas dois, de muitos exemplos possíveis, que evidenciam como as pautas feministas e relativas ao gênero e à sexualidade estão cada vez mais deixando de ser restritas à academia, movimentos sociais e ativismos, e ganhando a pauta nacional em sentido amplo. Além de uma mudança nas políticas públicas e no próprio aparelho do Estado, nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, outras possibilidades de constatação deste fenômeno residem no fato de estas discussões estarem circulando cada vez mais em páginas na internet e em matérias jornalísticas e de revistas (muitas das quais podem ser compradas em bancas), nas letras de músicas, nas discussões promovidas por artistas nos programas de televisão e redes sociais, e na própria ascensão de artistas com expressões de gênero não-normativas (como Pablo Vittar, Linn da Quebrada, Liniker).

Duas publicações ocorridas no ano de 2017 também exemplificam a popularização destas pautas nas mídias: uma matéria do portal *Huff Post Brasil*, trazendo uma entrevista com o sociólogo Richard Miskolci, e um artigo escrito pela socióloga Berenice Bento para a Revista *Cult*, aos quais me remeterei em alguns pontos desta discussão. Por hora importa evidenciar que a popularização das questões feministas, de gênero e sexualidade nas mídias e produtos culturais ainda ocorre de forma simplificada e afinada a interesses neoliberais, já que este se tornou um mercado interessante a se explorar. A este respeito, afirma Richard Miskolci, em entrevista à Ana Beatriz Rosa (2017, n.p.):

Ainda, existe uma captura por parte da mídia e de determinados movimentos sociais de uma retórica neoliberal individualista que aposta na mudança das atitudes ao invés de focar em transformações coletivas [...] A recente preocupação midiática com questões de gênero, por exemplo, ainda carece da superação dos essencialismos e das armadilhas identitárias. Infelizmente, predomina a proliferação de oposições simplificadas na maior parte das coberturas jornalísticas e representações midiáticas. O fato é que a discussão sobre gênero é uma abertura para possíveis formas de ser, mas que não serão alcançadas sem conquistas jurídicas. [...] Forma-se mais um segmento de consumo do que uma transformação social, mesmo porque essa captura por parte da mídia é outro exemplo da tendência contemporânea de apostar nas mudanças individuais e comportamentais, deixando de fora as transformações coletivas que são mais efetivas.

Mas, como chegamos ao cenário atual? Em uma rápida digressão histórica, retornemos a 1975 quando, no âmbito internacional, foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Menos de duas décadas após, os anos 1990 caracterizaram-se pela legitimação das temáticas de gênero e de sexualidade nos fóruns internacionais promovidos pela ONU (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013). O processo de construção e legitimação da noção de “direitos sexuais”, iniciado na primeira metade dessa década, cumpriu um importante papel na inserção da sexualidade na agenda política internacional. No cenário nacional, os canais de interlocução entre Estado e movimentos de mulheres e feministas, bem como as primeiras políticas focalizadas para mulheres surgem a partir do início dos anos 1980, aprofundando-se um processo de participação do movimento social na formulação, implementação e controle de políticas públicas (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013).

Assim, vemos surgir na agenda política brasileira as primeiras referências ao que, no início deste século, seriam as *ações afirmativas* com foco na redução das desigualdades de gênero, no combate ao racismo e à homofobia e nas políticas de juventude. Além da agenda política internacional e da pressão dos movimentos sociais, outras mudanças sociais, demográficas e epidemiológicas estão relacionadas ao maior interesse por questões associadas

a gênero e sexualidade no contexto brasileiro das últimas décadas (AQUINO *et al.*, 2002). Nessa direção, assuntos como a queda da taxa de fecundidade, o crescimento da população idosa e a epidemia do HIV/AIDS têm tido um impacto fundamental. Num primeiro momento, o interesse por essas temáticas se volta basicamente para itens relacionados à saúde, no caso de LGBT, e ao combate à violência, no caso das mulheres. No entanto, aos poucos vão sendo incorporadas outras dimensões dos direitos humanos (FACCHINI; DANILIAUSKAS; PILON, 2013, p. 161-162)

Em relação aos anos 2000, Sílvia Aguião (2016) aponta que houve incentivo à participação social com vistas a elaborar propostas e políticas específicas para determinadas áreas ou populações, e que, nesse sentido, até o ano de 2011, haviam sido realizadas 85 conferências nacionais pelas gestões do presidente Lula (Partido dos Trabalhadores, PT) e de sua sucessora, a presidenta Dilma Rousseff (PT). Duas dessas conferências nacionais estiveram voltadas para a “população LGBT”, a primeira realizada no ano de 2008 e a segunda em 2011 (AGUIÃO, 2016).

No entanto, entendo que é preciso cautela antes de conferir ao governo do PT maior crédito no que tange a estas temáticas em específico pois, se houve maior abertura para discussão, e até mesmo a criação de campanhas nacionais como a *Brasil Sem Homofobia*, houve também, por exemplo, o veto da presidenta Dilma ao *Kit Escola Sem Homofobia*, desenvolvido por especialistas na temática, sob demanda prévia do Ministério da Educação (PASSARINHO, 2011). Pressionada pela câmara dos deputados, sobretudo pela “bancada evangélica” (sobre a qual me atarei mais à frente), Rousseff vetou o kit educativo que vinha sendo acusado de realizar propaganda de orientação sexual e, pejorativamente, sendo apelidado por seus opositores de “kit gay”. Similarmente, durante o governo da petista, o Ministério da Saúde decidiu por revogar a portaria de número 437, que incluía o aborto por razões médicas e legais na Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS), mais uma vez cedendo às pressões da bancada evangélica e outras camadas conservadoras da sociedade, que acusavam a presidenta de estar legalizando o aborto (MATOSO, 2014) – uma falácia, já que o aborto continuava criminalizado, exceto nos casos já previstos pela lei: gravidez resultante de estupro, em caso de risco de vida para a mãe, ou para fetos com anencefalia.

Sérgio Carrara (2010) argumenta que apesar de muita discussão e repercussão midiática, no plano do legislativo federal nenhuma lei importante relativa ao reconhecimento de direitos da população LGBT foi aprovada. Afirma o autor que a ação do Congresso Nacional em relação ao tema tem sido marcada por seu imobilismo e conservadorismo: “o imobilismo do Congresso se deve em grande parte à influência das religiões cristãs sobre os parlamentares organizados nas chamadas bancadas evangélica e católica” (CARRARA, 2010, p. 137).

Já Ronaldo de Almeida (2017) afirma que nos últimos anos o Brasil vem passando por processos políticos que têm levado a perdas de determinados direitos, sobretudo aqueles conquistados com o final da ditadura: “consolidaram-se nos últimos anos forças que trabalham a favor da contenção, da restrição e do retrocesso de alguns direitos garantidos com a promulgação da Constituição de 1988. Tal movimento tem sido denominado de onda conservadora” (ALMEIDA, 2017, p. 3). O autor destaca como, na conjuntura brasileira atual, as identificações consideradas “de direita” vêm sendo assumidas publicamente sem os constrangimentos do período inicial da redemocratização do país. Em sentido inverso, atualmente o estigma recai sobre quem se autodeclara “de esquerda”.

Almeida (2017) explicita que a chamada “onda conservadora” é formada por um grupo heterogêneo: “evangélicos (sobretudo, pentecostais) fazem parte da onda, mas não somente eles. Também não se trata da totalidade deles, mas de uma parcela significativa que encontrou, até o momento, poucos contrapontos internos expressivos” (ALMEIDA, 2017, p. 5). O pesquisador aponta que a expressão “Bancada Evangélica”<sup>70</sup> – um conjunto de deputados “moralistas” que ameaçam a laicidade do Estado Brasileiro – é a expressão mais acabada do sentido negativo que a o termo “evangélicos” assumiu nas últimas décadas, mas lembra que muitas vezes se esquece que a laicidade do Estado Brasileiro sempre inexistiu na prática, já que a Igreja Católica hegemonicamente influencia as questões de ordem pública há séculos, gozando de relativa invisibilidade por sua profundidade histórica, cultural e jurídica no país – garantindo-lhe legitimidade e oficialidade que a naturalizam.

Neste sentido, o pesquisador argumenta que é preciso compreender que:

A conjuntura político-religiosa no Brasil atual como composta por linhas de força que cooperam para a resultante que tem sido considerada conservadora. Elas não se sobrepõem completamente, podendo até serem contraditórias em pontos específicos, mas articulam-se em torno de opositores comuns (ALMEIDA, 2017, p. 13).

Assim, Almeida (2017) identifica quatro linhas de força centrais para compreender a conjuntura atual e a participação evangélica no que tem sido nomeado como “onda conservadora”, a saber:

---

<sup>70</sup> Dos 72 deputados evangélicos que compõe a câmara dos deputados hoje, cerca de 80% pertence ao evangelismo pentecostal, a maioria oriunda das igrejas Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus, eleitos por partidos pequenos, e o foco de suas proposições na câmara giram em torno das temáticas “religião” e “LGBT” (ALMEIDA, 2017).

- Econômica – linha de força baseada nos discursos de meritocracia e empreendedorismo.
- Moral – linha de força cujos discursos mais frequentes, muitas vezes embasados em valores religiosos (católicos e evangélicos), são de que se faz necessária a contenção dos avanços do secularismo nos comportamentos e nos valores. As proposições de ordem moral não apontam somente para um tradicionalismo que apenas resiste ao mundo em mudança e quer proteger sua moralidade, mas na luta para que ela seja inscrita e imposta na ordem legal do país.
- Securitária – A terceira linha de força refere-se a uma série de movimentações políticas, demandas coletivas e medidas governamentais que apontam para posturas e ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado, que muitas vezes assemelham-se aos moldes do fascismo.
- Interacional – a quarta linha de força refere-se ao caráter de intolerância social, evidenciando como a crise pela qual passa o país ocorre tanto no plano da política institucional como nas relações interpessoais da população; muitos brasileiros e brasileiras têm experimentado cisões entre opiniões e posições políticas e morais que têm tensionado alguns laços de amizade, de trabalho e familiares. As redes sociais na internet potencializaram ainda mais as tensões interpessoais em torno de temas políticos e morais. “Vingança”, “fobia” e “ódio” são os termos mobilizados para descrever os afetos gerados pela “onda conservadora”.

Como sintetiza Richard Miskolci, tais grupos, a despeito de tudo o que os distingue, têm o objetivo comum de impedir a expansão dos direitos sexuais e reprodutivos e controlar as políticas públicas, em especial as educacionais, para disseminar suas pautas políticas autoritárias e econômicas neoliberais (ROSA, 2017). Este debate já não está mais exclusivamente na esfera do Estado, tornou-se rizomático (BENTO, 2017). Exemplo recente disso foi a verdadeira perseguição sofrida pela filósofa Judith Butler – uma das referências nodais desta tese – no período próximo à sua última vinda ao Brasil (em novembro de 2017). Sob alegações que buscavam vetar a vinda daquela que, equivocadamente e com má fé chamavam de “criadora da ideologia de gênero”, foi criada uma petição contra Butler no *site CitizenGo* que, em seis dias, já havia conseguido 333 mil assinaturas. Ao mesmo tempo, havia uma campanha para avaliar mal o Sesc Pompeia no Facebook por recebê-la. O abaixo-assinado que pedia o cancelamento da palestra afirmava que "*Judith Butler não é bem-vinda no Brasil porque propõe a desconstrução da identidade humana pela desconstrução da sexualidade*" (BARIFOUSE, 2017, n.p.).

Interessa destacar que o evento em questão não se referia a discussões de gênero, já que tinha como pauta o tema da democracia e o trabalho recente da filósofa a respeito da situação de Israel e Palestina. Em um movimento de resistência, foi mantido o evento do Sesc Pompéia, e também a conferência de Butler (que também era sobre democracia, e não gênero) que já estava prevista em uma universidade paulistana. A esse respeito, corroboro da afirmação da socióloga Berenice Bento, que lucidamente afirma:

Eles/elas nunca tiveram que fazer nenhuma disputa. O mundo era deles/as. Eles/elas tinham a verdade. E agora ficam em pânico com a vida de uma filósofa estadunidense para o Brasil: Judith Butler. Vocês entendem o desespero deles/delas? O problema não é a filósofa, somos nós: feministas, trasviad@s, bichas, travestis, transexuais. Leiam o que os/as neoTFPistas [TFP – Tradição, Família e Propriedade] escrevem: inventam citações. Cometem todos os tipos de desonestidade intelectual. Elegeram como aliados a mentira e a produção do medo (BENTO, 2017, n.p.).

Embora seja um cenário cotidiano difícil de lidar, a onda conservadora que assola o país é justamente uma reação ao fato de as pautas feministas, de gêneros e sexualidades estarem ganhando força e visibilidade no debate público nacional (BENTO, 2017), entendimento com o qual também corrobora Miskolci:

O fato de que gênero tenha se tornado tema central no debate público é algo a ser comemorado, pois é o resultado de décadas de trabalho de acadêmicas e ativistas que enfrentaram obstáculos para convencer a sociedade de que há um eixo de desigualdade social tão importante quanto o de classe social ou de raça. No fundo, gênero, classe e raça é uma tríade indissociável para se pensar o mundo em que vivemos. Até mesmo as reações conservadoras ao conceito de gênero podem ser vistas como prova de força e centralidade que esse debate possui na vida social contemporânea (ROSA, 2017, n.p.).

É em meio a este fértil mas tortuoso terreno, em um campo de efervescentes disputas, que o MMA feminino vem encontrando espaço para crescer e se multiplicar em terras brasileiras. Se há cerca de 20 anos atrás era impensável ou, minimamente, indesejável que mulheres adentrassem um terreno de domínio dos lutadores homens e da masculinidade hegemônica, hoje as lutadoras disputam espaço centímetro a centímetro com os “machos alfa” do MMA. A hegemonia ainda é deles, no Brasil ou no mundo, mas elas estão lá, cada vez em maior número e cada vez mais tendo sua participação visibilizada e legitimada.

Encerro esta subseção com uma citação-provocação de Berenice Bento que, acredito, faz-se muito pertinente para fechar as análises que brevemente teci aqui sobre o cenário macrossocial do Brasil contemporâneo:

Conseguimos entrar no coração do biopoder. O censo terá que ser repensado. A população não se reduz mais a mulheres-vagina e homens-pênis. A “espécie” explodiu. Onde estão os não-binários, ou seja, pessoas que não se identificam com a norma da diferença sexual, não são homens, não são mulheres? Quantos são? Estamos fazendo a disputa na esfera das mentalidades, na dimensão da cultura, nos termos de Gramsci. [...] Avançamos pouco, mas avançamos. Obrigamos os teólogos de gênero a saírem do armário e vir ao mundo público disputar posições sobre masculinidades e feminilidades e ao fazer este gesto político, nos dão razão: gênero não é um assunto bíblico ou biológico, diz respeito a projetos políticos. Agora que a luta está ficando boa, porque está mais clara, vamos desistir? Estamos apenas começando (BENTO, 2017, n.p.).

### **3 SHOW ME THE MONEY!**

*Show me the money*, mostre-me o dinheiro! Esta frase foi popularizada em cena do filme hollywoodiano *Jerry Maguire – A última virada*, de 1996, na qual ela é repetida à exaustão em meio a gritos e grande efusividade dos personagens interpretados pelos atores estadunidenses Cuba Gooding Jr. e Tom Cruise, respectivamente, um jogador de futebol americano e seu agente esportivo. É pelos paralelos possíveis entre a cena da ficção e a realidade que encontrei no universo das artes marciais mistas, que a escolhi para intitular este capítulo. Iniciei problematizando a busca por retorno financeiro e ascensão social via MMA empreendida pelas lutadoras, que sonham em chegar ao UFC – maior e mais lucrativo evento da modalidade – para, então, aprofundar a discussão dos aspectos mercadológicos envolvidos.

Ao longo do contato prolongado com o campo de pesquisa, deparei-me com interlocutoras de distintos estratos sociais e capitais culturais: há entre as lutadoras de MMA brasileiras tanto atletas que vêm de comunidades periféricas, provenientes de famílias bastante humildes, quanto outras, oriundas de famílias com renda maior (a maior parte destas, das camadas médias). Há atletas que possuem (ou estão cursando) curso superior, enquanto outras demonstram não possuir domínio das normas cultas da língua portuguesa. No entanto, os dados evidenciaram uma predominância de lutadoras bastante jovens e pertencentes à chamada “nova classe média” ou, nas palavras de Jessé de Souza (2010), à “classe batalhadora” – isto é, a uma nova classe operária, que não mais trabalha somente nas fábricas, mas ainda tem empregos precários; que tem maior acesso a bens de consumo e bens culturais, porém sem que isso esteja diretamente ligado a um capital cultural que possa promover sua ascensão social.

Para essas atletas, a tentativa de construir uma carreira bem sucedida e financeiramente rentável a partir da prática profissional de artes marciais mistas, torna-se uma oportunidade particularmente interessante. Para algumas delas, talvez a única.

### 3.1 O sonho de lutar no UFC e a busca por ascensão social

Tornar-se uma atleta do UFC, especialmente uma campeã, é um negócio lucrativo e fator que motiva muitas lutadoras de distintas artes marciais a migrar para a modalidade em busca tal sonho, ainda que os salários das mulheres que se destacam na organização – exceção feita a Ronda Rousey – não se equipare ao da maioria dos lutadores homens de mesma expressividade.

De fato, muitas lutadoras brasileiras buscam no MMA uma forma de ascensão social, fenômeno similar ao que se observa com o futebol, e diretamente relacionado ao crescimento das artes marciais mistas no país e no mundo. Quando questionadas sobre as razões que as fizeram iniciar a prática do MMA, as interlocutoras foram quase unânimes em apontar que estavam em busca da recompensa financeira que não encontravam a partir da prática de suas artes marciais de origem, conforme evidenciam os relatos a seguir:

**Paula** – *Sempre lutei muay thai, desde os 16 anos, aí eu sempre treinava, ia e ganhava medalha, ganhava troféu, e nunca ganhava na parte financeira. E o que fez eu procurar o MMA foi exatamente isso: por ter a parte financeira que o muay thai não oferece.*

**Pesquisadora** – E qual o seu maior desejo como lutadora de MMA?

**Paula** – *O maior desejo? [sorri] Lutar no UFC! Lutar em Las Vegas! Ser conhecida mundialmente pelo meu trabalho.*

**Pesquisadora** – Ficar rica?

**Paula** – *É, ficar rica não falo, mas pelo menos de uma forma que eu possa me manter!* (Entrevista à pesquisadora, 26/03/2015).

\*\*\*

*Na verdade eu comecei na arte marcial mais pra defesa pessoal, condicionamento físico. Daí quando eu vi, me apaixonei pelo esporte. Pratico muay thai há 6 anos. Daí nesses últimos tempos, como a gente vê que é o MMA que está em alta, que é o MMA que está dando dinheiro, como eu resolvi viver disso mesmo, eu comecei a treinar jiu-jitsu, comecei a aperfeiçoar as outras artes, pra migrar para o MMA. [...] Para o MMA eu fui tem 2 anos (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

A exceção fica por conta de algumas das atletas que começaram a praticar a modalidade há mais tempo – antes da explosão de crescimento que a modalidade sofreu nos últimos anos, coroada por sua implantação no UFC em 2013 –, para as quais a questão financeira não foi fator decisivo na escolha pela modalidade, sobretudo para as pioneiras, que iniciaram a prática em um período em que a carreira não era nada promissora para as mulheres, e as oportunidades escassas.

As interlocutoras também não deixam de pontuar que não se obtém uma recompensa financeira expressiva lutando MMA em eventos nacionais e que, mesmo lutando fora do país, são poucas as lutadoras que realmente passam a ter um alto padrão de vida. Como exemplo, cito duas de minhas colaboradoras que, apesar de lutarem em uma organização internacional de MMA, sediada no Brasil e transmitida em canal aberto no país continuam enfrentando dificuldades financeiras: uma delas reside em uma comunidade localizada em um morro carioca, pois não dá conta de arcar com os altos custos do aluguel na cidade, além de constantemente precisar recorrer à ajuda financeira da família. A outra relata que treina e luta mesmo sem possuir plano de saúde, apesar do alto risco de lesões que a modalidade acarreta, pois não consegue custear o pagamento de um. Quando perguntada se é possível viver (sustentar-se) apenas da prática profissional do MMA, eis sua resposta:

*Então, eu faço faculdade, até ano passado, fazia estágio. Hoje em dia eu larguei o estágio, continuo a faculdade, e estou com o MMA. Dou aulas de muay thai, pra conseguir uma grana extra, porque eu tenho apoiadores, patrocinadores que me ajudam, mas ninguém me dá dinheiro. Eu ganho dinheiro quando eu luto, e esse dinheiro não dá pra sobreviver até a próxima luta. Mas a gente vai se virando! [...] “Eu não tenho plano de saúde, dependendo do postinho ainda. E eu não tenho condições de pagar um plano de saúde mensalmente, sabe? Ainda tô procurando um apoiador aí pra me ajudar (Patrícia, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).*

Tal como explicitado no relato da atleta, é regra e não exceção, que a maioria das lutadoras profissionais brasileiras trabalhe ministrando aulas de artes marciais nas academias onde treinam, para turmas convencionais (de não atletas), como forma de obter a renda necessária ao seu sustento. Apenas lutadoras contratadas pelo UFC e com alguma estabilidade na organização conseguem se sustentar exclusivamente a partir das *bolsas* (expressão êmica) que recebem da organização como pagamento por suas lutas, bem como por meio de seus patrocínios. Há ainda lutadoras que passaram períodos morando nas academias onde treinam, por não terem dinheiro suficiente para despendê-lo em moradia. Uma de minhas interlocutoras de pesquisa contou-me sobre as dificuldades financeiras que enfrenta, o que já a levou a pensar em desistir da carreira no MMA:

*Já cheguei a pensar em desistir quando a situação estava muito difícil lá em casa. A gente não tinha o que comer. Até porque minha família é bem humilde. Eu falei: caraca, treino todos os dias e não tenho uma oportunidade, como ganhar dinheiro nem patrocínio, e ainda tenho que ajudar a família. Aí fiquei pensando em largar isso pra trabalhar, ir atrás de um emprego pra ajudar aqui em casa. Depois, respirei fundo e falei: vai valer a pena (Giovana, entrevista à pesquisadora, 08/02/2018).*

No Brasil o valor das bolsas pagas às (e aos) atletas é geralmente baixo. Giovana, uma jovem lutadora ainda em início de carreira, mas já começando a se destacar, contou sobre a melhor remuneração que recebeu até o momento para lutar MMA: *“Ele me pagou dois mil, mil pela luta e mais mil de bônus pela vitória, mas tive que vender ingresso. Graças a Deus tinha muita gente esperando por essa luta, aí consegui vender. Acho que era 30 reais [cada ingresso]”* (Giovana, entrevista à pesquisadora, 08/02/2018). A prática de pagar ao menos parte da bolsa dos(as) atletas em ingressos é uma prática comum no país, sobretudo em eventos menores, que dependem do dinheiro trazido pelo público para conseguirem se custear. Embora minhas interlocutoras desaprovem esta prática, destacam que muitas vezes é preciso aceitar, por necessidade financeira, e também para construir um cartel de lutas no currículo. Por saber desta prática, todas as vezes em que fui a eventos nacionais que pagavam às atletas com uma cota de ingressos, optei por comprar o meu diretamente com elas, e não nos postos de venda.

Para disputar o cinturão de um dos principais eventos de MMA nacionais na atualidade, outra de minhas colaboradoras recebeu valor similar:

*A bolsa não é boa. Antes era 1.500, agora botou 1.000 mais mil 1.000 por causa de ser disputa de cinturão [totalizando 2.000 reais pagos à atleta], pelo menos isso. É difícil. Eu luto porque eu gosto, não tenho recurso financeiro. Só o que eu faço de preparação física, pago mil reais. Só aí minha bolsa já vai toda”* (Paula, entrevista à pesquisadora, 15/03/2015).

A atleta não chegou a entrar em detalhes, mas em caso de vitória, possivelmente haveria um adicional de 1.000 a 2.000 reais ao valor pago, já que é praxe nos eventos de MMA, no Brasil e no mundo (incluindo no UFC), dobrar o valor da bolsa em caso de vitória. Ainda assim, é um valor baixo, considerando os custos envolvidos no cotidiano de treinamentos (com suplementação alimentar, uso de medicamentos em virtude de lesões, dentre outros) e o fato de que a maioria das atletas consegue realizar entre duas a três lutas por ano apenas, de forma que a renda anual proveniente exclusivamente do MMA gira abaixo dos 10.000 reais para a quase totalidade das interlocutoras que participam de eventos nacionais. A título comparativo, menciono as cifras giram na casa das centenas de milhares de dólares por luta, como as pagas ao UFC às atletas brasileiras Cristiane Cyborg, que recebeu 500 mil dólares em sua defesa de cinturão contra Holly Holm, em 2017, ou à Amanda Nunes, que recebeu 200 mil dólares em sua defesa de cinturão contra Ronda Rousey em 2016 – valores que retomarei no subcapítulo seguinte.

Matéria jornalística realizada com a lutadora brasileira Jéssica “bate-estaca” após sua segunda luta do UFC, mostra sua trajetória antes de chegar à maior organização de MMA do mundo: a atleta, filha de pais agricultores, desde muito nova realizou trabalhos braçais nas roças de milho, depois trabalhou realizando serviços gerais em um pesqueiro, foi entregadora de farmácia e ainda motorista de trator antes de conseguir se dedicar exclusivamente à prática da modalidade (FELICIA, 2013). Em entrevista, a lutadora revelou um pouco sobre suas conquistas financeiras e os bens materiais aos quais conseguiu ter acesso, conforme trecho da matéria que reproduzo a seguir:

*Jéssica agora comemora a possibilidade de ajudar os pais, e também o irmão e a tia, com o dinheiro que começou a entrar por meio do UFC. Para quem ganhava R\$ 900 por mês no “pesque pague”, os US\$ 8 mil que a primeira luta lhe rendeu puderam, por exemplo, dar um “carrinho” ao pai. Para ela, comprou uma moto, um celular com internet e um Playstation 3. E, com os US\$ 16 mil da vitória de sábado, já planeja se mudar da quitinete para uma casa maior:*

*- Aí, vou poder realizar os sonhos de consumo que ainda tenho: uma cama box, uma TV legal com Canal Combate... — releva a lutadora, que agora se sente à vontade para frequentar restaurantes: — Antes não podia, tinha que ficar contando dinheiro. Agora, sei que posso comer o que eu quiser que vou ter como pagar.*

*Das viagens internacionais que já realizou lutando (Rússia, EUA e Inglaterra), Jéssica trouxe mais do que só as lembranças de paisagens que nunca havia sonhado conhecer:*

*- Nessa última viagem, à Inglaterra, gastei um monte: voltei com três tênis, três casacos, um monte de camiseta, boné, adoro “fazer consumismo”, adoro shopping! Não sou vaidosa para maquiagem, essas coisas, mas amo roupa (FELICIA, 2013).*

Uma de minhas interlocutoras, ao ser contratada pela organização de MMA feminino estadunidense *Invicta FC*, como forma de comemoração por galgar mais um degrau na escalada pelo sucesso profissional – e possivelmente por conta da maior bolsa recebida (em dólar), já que anteriormente a atleta havia lutado apenas em eventos nacionais –, comprou seu primeiro carro, que fez questão de exibir, orgulhosa, no *Facebook* (*Figura 6*):



Figura 6. Lutadora exhibe carro (popular) recém comprado.

O lugar onde tantas lutadoras profissionais de MMA querem chegar é, como já afirmei, acessível a poucas. Ronda Rousey, a campeã de desempenho físico excepcional e beleza comercial padrão, caracteriza a única exceção quando se pensa em cifras astronômicas na modalidade, já que estas ainda estão acessíveis somente a eles – leia-se, somente aos lutadores homens que se tornam grandes estrelas, e não a todos ou à maioria – mas não a elas. Em matéria veiculada na Revista Forbes, a estadunidense figurava em 8º lugar na lista de atletas mais bem pagas do ano de 2015 (somando-se o montante arrecadado pelos combates, patrocínios e trabalhos realizados fora dos *cages*), com uma renda calculada em 6,5 milhões de dólares. A russa Maria Sharapova, tenista número dois do ranking, era a atleta mais bem paga do mundo em 2015, com um total de US\$ 29,2 milhões recebidos (BADENHAUSEN, 2015). Importa destacar, contudo, que Sharapova recebia menos que o 25º atleta mais bem pago no mundo, sendo que o homem mais bem pago, o boxeador estadunidense Floyd Mayweather Jr., recebeu 300 milhões de dólares (BADENHAUSEN, 2015). Isto é, por mais que se tratem de valores milionários, as cifras recebidas pelas atletas mais bem pagas ainda são pífias em comparação às recebidas pelos homens atletas, mostrando o quão gritante é a desigualdade de gênero também na questão dos rendimentos financeiros. Ainda assim, é preciso dizer que, dentre os 25 atletas homens mais bem pagos no ano de 2015, não havia nenhum lutador de MMA.

### 3.2 Esporte e show: MMA feminino e mercado esportivo

A forma com que o MMA é praticado e consumido permite afirmar, inequivocamente, que a modalidade é, ao mesmo tempo, esporte e show. Em outras palavras, o MMA é um esporte espetáculo fortemente influenciado pelo capitalismo farmacopornográfico contemporâneo. Por “esporte espetáculo” entende-se a manifestação pautada sobretudo pela competição, o rendimento máximo, a normatização, a cientifização e a busca pelo recorde; “é trabalho e show, o atleta é um artista trabalhador, sujeito a doenças ocupacionais e desemprego como qualquer outro” (BETTI, 2006, p. 191).

Em uma análise de forte embasamento marxista, Valter Bracht chega a afirmar que o esporte espetáculo (que este autor prefere denominar “esporte de alto rendimento”) é trabalho e, como “trabalho na sociedade capitalista é trabalho alienado, então alienação também é o que acontece no esporte de alto rendimento” (BRACHT, 2003, p. 34).

Hoje, o esporte é um fenômeno social que atinge a um incalculável número de pessoas ao redor do globo. “Tão rápido e tão ferozmente quanto o capitalismo o esporte expandiu-se pelo mundo todo e tornou-se a expressão hegemônica no âmbito da cultura corporal de movimento” (BRACHT, 2003, p. 9). Isto porque o esporte seria funcional para a manutenção da sociedade capitalista. Para reforçar tal hipótese, Bracht (2003) indica como fatores justamente a tendência à esportivização dos demais elementos da Cultura de Movimento (artes marciais, danças, jogos, ginásticas), a possibilidade de sua comercialização e seu caráter de espetáculo, o que aumenta sua afinidade com os meios de comunicação de massas.

É neste sentido que argumentei (na *Introdução* deste trabalho) que o MMA assume as características de esporte, tal qual é possível apreender da hoje clássica definição de Guttmann (1978), segundo a qual o esporte pode ser compreendido pelas seguintes características:

- 1) *Secularismo* – isto é, uma prática desvinculada de cerimônias ou festas religiosas, como outrora foram as atividades esportivas;
- 2) *Igualdade* – premissa de que o esporte oferece a todos(as) condições de competir em iguais condições;
- 3) *Especialização* – relacionada com as funções (posições) dos(as) atletas, a divisão do trabalho, as regras e a especialização de profissões ligadas ao esporte (treinador(a), preparador físico(a) etc.);

- 4) *Racionalização* – relação de meio e fins, expressas na criação de regras explícitas, capazes de garantir alguma previsibilidade às competições e permitir a criação de tecnologias (roupas, equipamentos, método de treinamento) que visem alcançar determinados objetivos;
- 5) *Organização burocrática* – há uma hierarquia de organizações e funções responsáveis pela gestão esportiva, permitindo organização das competições nos níveis local, nacional e internacional.
- 6) *Quantificação* – isto é, a busca pelo rendimento físico-técnico, mensurada através do número de pontos marcados, do tempo e da distância ou altura alcançados.
- 7) *Record* – ideia de comparação de resultados e progresso no rendimento físico-técnico.

À estas características é preciso acrescentar que o esporte contemporâneo apresenta um novo paradigma, o de esporte como negócio, voltado sobretudo à mercantilização e ganho de capital (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Esta mudança paradigmática se deu de forma gradual, iniciando-se com as transformações das estruturas sociais e econômicas pós Segunda Guerra Mundial e atingindo seu ápice no pós Guerra Fria, com a progressiva mercantilização da cultura (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Assim, se o esporte moderno era orientado sobretudo a propagandas político-ideológicas, cujo exemplo mais icônico era a busca pela supremacia simbólica, disputada entre Estados Unidos e antiga União Soviética nos Jogos Olímpicos durante o período de Guerra Fria, o esporte contemporâneo é orientado sobretudo ao consumo e conseqüente lucro.

Na atualidade, os Jogos Olímpicos foram transformados em um megaespectáculo dirigido pela lógica de mercado e segundo os interesses do mundo dos negócios (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009), tal como apontam estudos relativos aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, ocorrido em 2016 (MATIAS; MASCARENHAS, 2015), ou aos Jogos Olímpicos de Londres, 2012 (TEIXEIRA; MATIAS; MASCARENHAS, 2017). Referindo-se a um outro tipo de megaevento esportivo, a Copa do Mundo de futebol da FIFA<sup>71</sup>, Arlei Damo (2011) evidencia como de fato o esporte contemporâneo pode ser pensado como bem simbólico convertido em mercadoria.

---

<sup>71</sup> Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol), é a entidade maior do futebol, responsável por gerenciar federações, confederações e associações relacionadas com o futebol ao redor do mundo.

Os Jogos Olímpicos atuais são organizados por gestores profissionais especializados em planejamento e marketing. A maioria dos atletas de alto nível tem o esporte como um trabalho relativamente bem remunerado, as imagens do espetáculo são produzidas e simultaneamente transmitidas para todos os continentes; os campeões fazem o papel de garotos-propaganda e os espectadores são tratados como consumidores, os custos operacionais do megaevento são bancados por empresas multinacionais (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009, p. 639).

Embora os eventos de MMA do *Ultimate Fighting Championship* não atinjam a magnitude de megaeventos esportivos, caracterizam-se como eventos esportivos de grande porte, atingindo a milhares de expectadores(as) e sendo veiculados via mídia televisiva em dezenas de países, encontrando-se em plena expansão ao redor do globo. Além disso, o MMA, tal como os demais esportes da sociedade de consumo globalizada, apresenta “exacerbações ligadas ao alto rendimento, principalmente ao doping, corrupção, segregação e exclusão de pessoas tidas como não aptas para o sentido extremamente competitivo presente no ambiente” (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009, p. 641).

No esporte espetáculo contemporâneo os meios de comunicação exercem um papel central, atuando como meio de divulgar e expandir os conceitos, costumes, símbolos, valores e produtos do esporte (MARQUES, 2007); “o processo de massificação está intimamente ligado à espetacularização deste fenômeno. A divulgação de suas práticas, valores e significados amplia o campo de ação do mercado e do esporte como produto” (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009, p. 643).

O UFC se tornou uma organização tão poderosa no MMA a ponto de ter sua marca confundida com o nome da modalidade, não sendo incomum que pessoas de fora do universo das artes marciais mistas chamem a modalidade de “UFC”, ao invés de “MMA”. De fato, os dados de campo evidenciam como, em pouco mais de 20 anos de existência, o UFC conseguiu tornar-se uma organização de MMA bilionária – vendida, no ano de 2016, por 4 bilhões de dólares (RAIMONDI, 2017). Além disso, há outros contratos milionários envolvendo a marca, como os relativos aos direitos de transmissão televisiva (que nos Estados Unidos pertencem ao Canal *Fox Sports*, e, no Brasil ao *Canal Combate*, do grupo *Globosat*) e ao contrato de exclusividade com a marca esportiva *Reebok* como patrocinadora dos uniformes que todos(as) os(as) atletas da franquia vestem nos eventos oficiais (televisionados). Além disso, para atingir ao público consumidor de MMA, o UFC dispõe de lojas (físicas e virtuais) nas quais é possível comprar uma grande variedade de produtos relacionados à modalidade, de equipamentos de lutas (luvas, bandagem, caneleiras, tatames), a roupas, bonecos dos(as) lutadores (*action figures*), pôsteres oficiais assinados pelos (as) atletas, dentre variadas outras opções.

No Brasil, a assinatura mensal do *Canal Combate*, responsável pela cobertura do UFC, custava aproximadamente 80 reais no ano de 2018. Ingressos e demais produtos do UFC não apresentam preços populares. A título de exemplo, os ingressos do *UFC Belém*, no qual estive presente em fevereiro de 2018, variavam entre 190 reais pelo assento mais em conta, na Categoria B (no alto do ginásio, em local mais afastado do octógono e, portanto, com pior visão) a 6.000 reais pelo ingresso mais caro e luxuoso, correspondente à categoria *Owner's Section* (Seção do(a) Proprietário(a)), que, dentre seus benefícios, oferecia acesso prioritário e facilitado ao ginásio, encontro privado com atletas do UFC convidados, e um menu de bebidas alcoólicas inclusas no pacote. No ginásio, como ocorre em todas as edições do UFC, havia ainda uma loja, a *UFC Store* (Figura 7), onde podiam ser comprados uma série de produtos licenciados pela organização, tais como camisetas, bonés, estojos, uniformes oficiais, tirantes, dentre outros. O item mais barato disponível, um pequeno chaveiro com a sigla UFC, era vendido a 20 reais. Já os itens mais caros à venda correspondiam à camisa do uniforme oficial utilizado pelos(as) atletas(as) e ao pôster oficial assinado pelos(as) atletas(as) das três lutas principais que compuseram o *card* (dentre os quais haviam duas mulheres, Valentina Shevchenko e Priscila Cachoeira, esta última, brasileira), ambos vendidos por 300 reais.



Figura 7. UFC Store montada para a edição do UFC Belém.

A estrutura organizacional e de mercado da NBA, a liga de basquetebol profissional dos Estados Unidos, também fornece um exemplo interessante para pensar as questões que estou apontando. Em um sistema de franquias, a NBA cria novos produtos, maximiza a venda dos que já são oferecidos e lança uma rede de negócios que explora não somente o jogo, mas

também os sujeitos envolvidos nele. Há um objetivo claro de transformar os atletas não somente em heróis, mas em artistas e celebridades, na expectativa de explorar suas imagens em diversos mercados (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009).

Um outro exemplo similar pode ser apreendido do trabalho de Júlio Palmiéri (2009), a partir do relato de um dirigente do clube de futebol brasileiro Corinthians, quando da contratação do célebre jogador Ronaldo, cuja chegada alavancou os lucros do clube a padrões nunca antes vistos: “*Não contratamos um jogador, contratamos uma empresa*” (PALMIÉRI, 2009, p. 46).

É este o mesmo cenário do UFC, que trabalha no sentido de promover a estrelas alguns de seus maiores destaques, isto é, atletas com excelente desempenho atlético e que sejam bem quistos(a) pelo público e empresas patrocinadoras, de modo a serem considerados(as) “produtos” potencialmente rentáveis. No caso do MMA feminino, como discuti anteriormente, encaixar-se nos padrões preconizados pelo Mercado da Beleza é fator fundamental para que haja interesse em promover uma atleta à estrela, como foi o caso de Ronda Rousey.

Pensando os desdobramentos do esporte contemporâneo e sua estreita vinculação com a globalização e o consumo, Renato Marques (2007, p. 97-98) argumenta em favor da existência de novas configurações no que tange ao entendimento da figura dos(as) atletas e dos(as) expectadores – em lógica bastante afinada com as discussões aqui conduzidas –, elencando as seguintes categorias:

- Atleta-astro: o esportista profissional que, além de atuar como atleta também tem sua imagem vinculada a outras formas de ganho de capital e, por que não, outras carreiras como modelo fotográfico e diplomacia internacional;
- Atleta-produto: o esportista profissional que é negociado entre clubes ou organizações financeiras como uma peça que gera lucros;
- Esportista-consumidor: o sujeito que paga tanto para ter acesso à prática esportiva quanto para acompanhar exibições profissionais e produtos vinculados ao esporte-espetáculo;
- Esportista-praticante: o não profissional que pratica esporte efetivamente como forma de atividade física sistematizada, sem compromisso formal e econômico de alta performance;
- Esportista-sedentário: o sujeito que se sente atraído pelo esporte, o consome de inúmeras formas, vive seus momentos de lazer em função de manifestações esportivas e de seus produtos, mas não pratica nenhuma modalidade esportiva.

Com base em meu campo de pesquisa e na literatura da área, é de meu entendimento que o(a) atleta-astro é sempre também um(a) atleta-produto, embora nem sempre um(a) atleta-produto esteja no mesmo patamar de um atleta-astro. Além disso, em relação ao público expectador, é bastante interessante notar como o consumo é capaz de promover a esportista

(esportista-sedentário) até mesmo pessoas que não praticam esportes, mas que compram e consomem os muitos produtos relacionados a ele.

No caso do UFC, cabe ainda pontuar como a existência de atletas-astro criou o que hoje as e os atletas se referem emicamente como “*money fights*” (lutas do dinheiro), isto é, lutas contra atletas-astro a partir das quais é possível obter melhores pagamentos da organização, pois são lutas que despertam grande interesse do público e empresas associadas, aumentando vertiginosamente a lucratividade. O fato de os *rankings* de classificação dos(as) atletas do UFC muitas vezes não serem respeitados pela própria organização quando do casamento de lutas, faz com que a demanda de atletas por lutar contra os atletas-astro tenha ainda mais sentido, já que a postura do UFC evidencia como o lucro importa mais do que o merecimento conquistado via classificação nos *rankings* das respectivas categorias de peso.

A esse respeito, menciono brevemente dois casos recentes. O primeiro se refere ao retorno do atleta-astro canadense Georges Saint-Pierre ao UFC em 2017, após anos de aposentadoria da modalidade. Mesmo sem atuar há vários anos e ausente dos rankings do UFC, o lutador (ex-campeão da categoria meio-médio) ganhou o direito de disputar o cinturão dos pesos médios contra o campeão linear da categoria, o inglês Michael Bisping. Quem saiu completamente prejudicado na situação foi o atleta australiano Robert Whitaker que, sendo o primeiro colocado na categoria e detentor do cinturão interino da mesma (espécie de cinturão temporário, geralmente ofertado quando, por alguma razão, o campeão linear passa alguns meses sem poder defender seu título – na maior parte das vezes, em razão de lesão), era quem deveria ter enfrentado Bisping pela unificação dos cinturões, não fosse o fato de Saint-Pierre trazer muito mais lucro à organização e ao próprio oponente. Outro caso é o do atleta-astro irlandês Conor McGregor, que ficou sem lutar por mais de um ano no UFC por opção pessoal, sem ser destituído de seu título da categoria Peso Leve, o que facilmente ocorreria se não fosse um atleta tão interessante para a organização do ponto de vista mercadológico. Neste sentido, Betti (2001, p. 163) afirma que “o esporte show e a visualidade estão se tornando mais importantes que a individualidade moral e resultados objetivos”.

No que tange especificamente à participação de mulheres, Leslie Heywood e Shari Dworkin (2003) evidenciam que a transformação das mulheres atletas em ícones culturais e seu apelo para o mercado de massas é um fenômeno recente: nos anos 1995 era ainda uma novidade no cenário estadunidense e, em 2001, já havia se tornado *mainstream*. – atletas como Ronda Rousey sem dúvida são exemplos de ícones culturais. Neste sentido, as autoras argumentam que a assunção de que há mulheres suficientes no mundo dos atletas – definido por adjetivos como bravura, competência e força – para criar um mercado viável e substancial, é nova. As

mulheres atletas antes eram consideradas estranhezas, deusas ou monstros, exceções a cada regra social. Hoje, a mulher atleta é uma instituição. Ela é produto das políticas e mudanças culturais: o crescimento da economia de consumo, baseada na informação, que significou mais mulheres em empregos bem remunerados, a expansão da indústria do entretenimento e, portanto, dos esportes, uma cultura marcada pelo progresso, reação e mudanças – discussão dos direitos raciais, de gays e lésbicas, de mulheres.

As autoras supracitadas entendem que o surgimento de um mercado para as mulheres atletas e sua exposição imagética ao mesmo tempo questionam e reforçam padrões tradicionais de gênero, não sendo nem completamente positivo, nem completamente reacionário (p. 162):

No mundo da cultura midiática, as mulheres atletas podem representar uma alternativa positiva, e seu surgimento como ícone, heroínas culturais, é um sinal tangível de que algumas lutas de justiça social têm sido alcançadas de forma limitada e contraditória. Tentar viver de acordo com um ideal é ser marcado por estereótipos e sonhos culturais. Mas importa quais sonhos (HEYWOOD; DWORKIN, 2003, p. 163).

No mercado do MMA feminino algumas mudanças de cenário começaram a ser desenhadas ao final do ano de 2016, quando, após sofrer sua segunda derrota consecutiva no MMA, a atleta-astro Ronda Rousey decidiu por afastar-se da modalidade. Esta espécie de aposentadoria prematura de Rousey acabou por forçar o UFC a ceder mais espaço e destaque a outras lutadoras da organização, ainda que estas desafiassem os hegemônicos padrões impostos via Mercado da Beleza, conforme discuto a seguir.

### **3.3 “É o que tem pra hoje”: notas sobre três brasileiras em evidência no UFC**

Las Vegas, 9 de julho de 2016, luta principal da histórica edição de número 200 do UFC. Dentro do *cage* estão a desafiante, a brasileira Amanda Nunes “Leoa”, e a estadunidense Miesha “Cupcake” Tate, então campeã da categoria Peso Galo feminina. Uma rápida sucessão de poderosos socos e joelhadas da brasileira atingem a estadunidense e lavam seu nariz em sangue, deixando-a atordoada e fazendo com que ela se curve até cair ao chão. No solo, Nunes domina-lhe as costas e passa um dos braços entre seu queixo e seu pescoço, ao mesmo tempo em que imobiliza seu tronco com as pernas, puxando-o com força para trás e assim estrangulando a estadunidense através da execução de uma técnica de jiu-jitsu conhecida como “mata-leão”. Já sem conseguir respirar, Tate dá três tapinhas no braço de Nunes, sinal que indica sua desistência

do combate. O árbitro encerra a luta. Nunes levanta-se (em sentido literal e figurado) como a mais nova campeã peso galo do UFC. Em uma explosão de felicidade, ela salta junto à grade do *cage* para comemorar com sua companheira e, no calor do momento, como que sem se importar com as câmeras e a transmissão mundial, elas selam a comemoração com um beijo nos lábios.

Foi, assim, em um evento midiático para milhares de pessoas em dezenas de países, em uma edição histórica do UFC – justamente por ser a badalada edição comemorativa de número 200 da hegemônica organização da modalidade – que a atleta brasileira e atual campeã da categoria, acabou por assumir publicamente sua lesbianidade. Desde então a homossexualidade da campeã brasileira do UFC, que há vários anos reside e treina nos Estados Unidos da América (EUA), vem sendo repercutida amplamente e em tom positivo – isto é, sem tom de especulação, denúncia, ou desaprovação – pela mídia estadunidense (por exemplo: ROGERS, 2016) e brasileira (por exemplo: RODRIGUES; BARONE; RUSSIO, 2016). A atleta chegou inclusive a receber um prêmio de visibilidade naquele país (*Equality Visibility Award*), entregue em uma cerimônia LGBT da Califórnia, O *Equality California Awards*, devido à sua postura assumida em relação à sexualidade enquanto figura pública. Antes do cinturão do UFC, a atleta e sua companheira, embora não ocultassem suas sexualidades das pessoas próximas, nem deixavam de postar fotos juntas em suas respectivas redes sociais, optavam por não declarar explicitamente para a mídia especializada e público em geral sobre seu relacionamento.

Amanda Nunes, a nova campeã Peso Galo e minha primeira personagem nesta subseção, é notadamente uma das atletas brasileiras em maior evidência no UFC atualmente. Além dela, traçarei notas sobre outras duas atletas nacionais com grande visibilidade na organização: Cristiane Cyborg, campeã Peso Pena do UFC, e Jéssica Andrade, ex-desafiante ao cinturão Peso Palha da organização e brasileira mais bem classificada em sua divisão de peso nos anos de 2017 e 2018.

Jéssica “Bate-Estaca” Andrade também é uma atleta abertamente lésbica. Porém, diferente de Amanda Nunes, Jéssica, que possui uma expressão de gênero mais masculina, vem vivendo sua lesbianidade de forma pública desde o início de sua carreira. Após recente disputa de cinturão da categoria peso palha (52 kg) ocorrida em maio de 2017, em entrevista realizada ainda dentro do *cage* do UFC e também televisionada para milhares de lares em dezenas de países ao redor do globo, Andrade aproveitou para pedir sua namorada, que estava acompanhando a luta da arena, em casamento. Mais uma vez, a repercussão da imprensa foi positiva (por exemplo: CARVALHO, 2017).

Como discutido por Eve Sedgwick em seu hoje clássico “*Epistemology of the Closet*”, traduzido para o português há uma década, o “armário” é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na “mentira” e na vida dupla (SEDGWICK, 2007). Mais do que isso, em uma perspectiva desconstrucionista, própria dos Estudos Queer, Sedgwick evidencia como o armário não diz respeito apenas àqueles(as) que vivem suas vidas amorosas em segredo, mas também àqueles(as) que usufruem o privilégio de vivê-las abertamente, uma vez que este atua como o meio de regulação que garante privilégios àqueles(as) que se relacionam com indivíduos do sexo oposto e mantém a ordem heterossexista com suas instituições (como o casamento e a família tradicionais) e seus valores (como a assimetria entre os gêneros) (MISKOLCI, 2007).

Neste sentido, o armário torna-se um elemento culturalmente formador:

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. [...] O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, 2007, p. 22).

A pesquisadora não deixa de problematizar também que é limitada a influência que uma revelação individual pode exercer sobre opressões em escala coletiva, contudo, isso não significa que “as consequências de atos como a saída do armário possam ser circunscritas dentro de limites predeterminados, tais como entre os domínios “pessoal” e “político”, nem requer que neguemos quão poderosos e destrutivos tais atos podem ser” (SEDGWICK, 2007, p. 36).

É importante salientar ainda, como apontado por Richard Miskolci, que:

Desde *Between Men*, Sedgwick alertava para o fato de que a metodologia de análise que desenvolvera não devia ser aplicada em outros contextos sociais e históricos sem uma adaptação cautelosa. Cada sociedade tem suas características próprias, história particular e até mesmo formas diversas de compreender a sexualidade. Assim, ao pensarmos em nossa realidade, deparamo-nos com o fato de que não tivemos nenhum marco do porte de Stonewall, tampouco a possibilidade do assumir-se se dá dentro de parâmetros similares aos dos Estados Unidos. No Brasil, a vida dupla parece aclimatada desde o princípio, já que a divisão entre o lícito e o ilícito segue uma lógica tão paradoxal quanto férrea desde os tempos da colonização. Essa forma de regular a sexualidade (assim como as relações inter-raciais) marca a vida de todos, mas têm consequências incomparáveis para pessoas homo orientadas. Afinal, o machismo brasileiro exige a homofobia, o pânico da homossexualidade e, neste contexto, é compreensível a busca de proteção que cobra o custo de ter a vida pessoal cindida em duas. A divisão visa o equilíbrio

(impossível) entre o que é socialmente aceito e os desejos individuais. Aqui não se desenvolveram nem mesmo espaços amplos de moradia e sociabilidade que poderíamos chamar de bairros gays ou, de forma mais negativa, de gueto. No caso brasileiro, predomina uma sociabilidade dividida entre vida familiar hetero e vida sexual homo na rua (MISKOLCI, 2007, p. 62).

Ao mesmo tempo que a temática da lesbianidade vem ganhando a pauta de programas esportivos nos canais televisivos, nas rádios, jornais, revistas e na internet com cada vez mais “naturalidade”, é necessário problematizar como as atletas dos exemplos que desenvolvo aqui compõe pares que estampam matérias jornalísticas heteronormativas, uma vez que correspondem ao par lésbica feminina com lésbica masculina /ou lésbica menos feminina, pensam em casamento e objetivam que a parceira (mais) feminina tenha filhos.

É exatamente o caso de uma matéria publicada online no site do *Canal Combate*, que focou exclusivamente em mostrar ao público a relação de Jéssica Andrade com sua noiva, Fernanda Gomes, através de longo material que contou com vídeo, fotos e entrevista com o casal; contando desde como se conheceram, até os planos de casamento, o sonho de ter filhos e de que um deles siga a profissão de Jéssica (o lado ativo, dominante da relação): Fernanda engravida, para não atrapalhar a promissora carreira da atleta, que nunca se imaginou grávida. O discurso da lutadora não deixa de carregar também um tom de machismo, explicitando seu contentamento por ter ao seu lado uma parceira que dedica-se a cuidar com esmero dela e do lar:

Ela me ajuda em muita coisa. Você ter uma pessoa do seu lado 24 horas por dia cuidando de você é essencial. Ela faz o almoço, café da manhã, bate meu suplemento, acorda mais cedo que eu para fazer as coisas, está o tempo inteiro comigo. Às vezes fico doente, não posso tomar remédio por causa de doping e ela pesquisa o que posso tomar e me dá. Ela é o que faltava para mim e está 24 horas do meu lado, não tem coisa melhor no mundo. Fez muita diferença - frisa a lutadora (ALBUQUERQUE; MARINHO; AZEVEDO, 2017, n.p.).

Relações tipicamente heteronormativas representam o binário masculino-feminino mesmo quando entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Assim, enquanto a um dos pares cabe assumir a masculinidade e ocupar o espaço público, sair para trabalhar e prover o sustento do lar, ser ativa, forte e viril, não ter tempo, interesse e nem boa vontade em realizar tarefas domésticas, ao outro membro do par, cabe a feminilidade e os valores e condutas a ela hegemonicamente associados:

[A feminilidade é] A arte do servilismo. Pode-se chamar isso de sedução e tentar transformar isso num troço com glamour. Não se trata de um esporte de alto nível na maioria dos casos. Quase sempre, trata-se de se habituar a se comportar como inferior. [...] O que é doméstico, o que se faz todos os dias, o que não tem nome. Sem grandes discursos, sem grandes livros, sem grandes coisas. Apenas pequenas coisas. Fofinhas. Femininas. Mas, beber: viril. Ter amigos: viril. Fazer piada: viril. Ganhar muita grana: viril. Ter um carrão: viril. Se comportar de qualquer jeito: viril (DESPENTES, 2016, p. 106-107).

Despentes (2016) evidencia a relação de desigualdade de poder construída entre feminilidade e masculinidade hegemônica após citar o trecho de uma carta escrita por um homem e endereçada a uma mulher de quem ele se despede, ao mesmo tempo em que enuncia como é a mulher que deseja:

Dou de cara sem querer na internet com uma carta assinada por Antonin Artaud<sup>72</sup> [...] No final, a coisa acaba assim: “Preciso de uma mulher que seja unicamente minha, que eu possa encontrar em casa o tempo todo. Estou desesperado de solidão. Não posso mais voltar para casa de noite, dentro de um quarto, sozinho, e sem nenhuma das facilidades da vida à mão. Eu preciso de um lar, e preciso imediatamente, e de uma mulher que tome conta de mim sem parar até nas menores coisas. Uma artista como você tem sua vida e não pode fazer isso. Tudo isto que te digo é de um egoísmo feroz, mas é assim que é. Nem é necessário que essa mulher seja muito bonita, também não quero que ela possua nenhuma inteligência excessiva, e sobretudo que não pense muito. Pra mim é suficiente que ela seja colada em mim” (DESPENTES, 2016, p. 113).

Na sequência, em um exercício de desconstrução, a feminista francesa inverte a carta, simulando o quão descabida e risível soaria uma mulher que endereçasse a mesma mensagem a um homem:

“Preciso de um homem que seja unicamente meu, que eu possa encontrar em casa o tempo todo”. Isso soa diferente de imediato. O homem não veio ao mundo para ficar em casa, nem para ser possuído. Se mesmo assim eu tiver vontade de um homem que seja unicamente meu, tudo me aconselha a moderar meus ardores e, ao contrário, a me doar inteiramente a ele. Não é a mesma música. Não existe ninguém em volta de mim que seja politicamente designado a sacrificar sua vida para adoçar a minha. Não é recíproco, como relação útil. Da mesma forma, eu não poderia jamais escrever, de boa-fé egoísta: “Eu preciso de um lar, e preciso imediatamente, e de um homem que tome conta de mim sem parar até nas menores coisas”. Se um dia eu encontrar um homem assim, é porque com certeza eu tenho condições de lhe pagar um bom salário. “Nem é necessário que ele seja muito bonito, também não quero que ele possua uma inteligência excessiva, e sobretudo que não pense muito. Para mim é suficiente que seja colado em mim” (DESPENTES, 2016, p. 114).

---

<sup>72</sup> Poeta, ator e dramaturgo francês (1896-1948).

As representações midiáticas acerca das atletas em geral também são feitas a partir de uma concepção bastante universal e naturalizada do que seria a feminilidade. É comum que comentaristas de lutas, em uma tentativa de elogiar o MMA feminino, digam que as lutas das mulheres muitas vezes são mais interessantes do que a dos homens porque, ao contrário deles, elas não estudariam muito os movimentos das adversárias antes de atacá-las, partindo logo para o embate e, por isso, conferindo um combate mais atraente para quem assiste, já que correriam mais riscos. Várias de minhas interlocutoras de pesquisa fazem coro a este tipo de comentário, que consideram elogioso ao MMA feminino. Contudo, ele é fruto de um entendimento naturalizado, que associa as mulheres às emoções, enquanto a racionalidade fica sendo área masculina. O que os comentaristas do *Canal Combate* (dentre outros) estão dizendo nas entrelinhas, é que as mulheres vão para cima das adversárias com tudo porque não controlam suas emoções e, supostamente, não seriam capazes de racionalizar e estudar a luta e os movimentos das adversárias, aguardando o momento oportuno de desferir golpes, já que a racionalidade seria uma característica própria deles, e não delas. Para as mulheres, a emoção. Para os homens, a razão.

De qualquer modo, em uma modalidade onde impera a lógica hegemônica do Mercado da Beleza, não deixa de ser de uma doce ironia observar como o UFC tem hoje em posições de destaque em suas categorias femininas atletas que se afastam do que este mercado preconiza. Voltemos à Amanda Nunes, por exemplo: temos uma campeã que se afasta da feminilidade hegemônica, não é branca nem possui uma beleza padrão, não é heterossexual, tampouco é estadunidense. A virilidade, muito mais inscrita em seu corpo do que no de atletas que se encaixam nos padrões do Mercado da Beleza, assusta e/ou desagrade à parcela significativa dos homens (heterossexuais). Possivelmente ela é tudo que a organização e as empresas patrocinadoras não desejavam, ou, ao menos, não é o que desejavam em primeira instância. Esse tipo de entendimento é corroborado pela própria lutadora, que declarou para a mídia estadunidense que não se encaixa no perfil de atleta desejado pela organização, que gostaria de gerir seus negócios tendo à frente um perfil de atleta mais hegemônico:

Tem um ponto onde, às vezes, eu prefiro esperar um pouco e conseguir uma luta que venda. É tudo sobre venda de pay-per-view, tudo gira em torno disso e eu não estou lucrando uma parte disso. Eu realmente não me encaixo no perfil de campeã do UFC, mas eles têm que fazer seus negócios comigo, mesmo que nunca irão me promover como fizeram com Ronda Rousey ou Holly Holm. Eles querem loiras, menininhas bonitas que lutam e tiram fotos. Vamos encarar isso, eu preciso lutar contra as garotas que vendem melhor. [...] Eles não são idiotas, eles sabem o que fazem. É tudo sobre marketing. É por isso que o UFC é o que é, é por isso que estão fazendo isso. Eles querem que alguém me vença para que eu saia de cena mal. Eu falei isso pra eles, sei

o que eles querem: alguém que eles sejam capazes de promover e fazer bastante dinheiro [fala de Amanda Nunes] (HIERGESELL, 2017, n.p.).

Porém, Amanda está lá, conquistou a posição de campeã, e, estejam ou não satisfeitos, o UFC e demais empresas envolvidas estão se vendo obrigados a tirar o melhor proveito possível da situação. Na contemporaneidade, as demandas sociais por equidade e reconhecimento às diversidades sexuais e de gênero estão cada vez mais em evidência e, seguindo este caminho, o UFC vem procurando mostrar-se receptivo às sexualidades não normativas, conforme foi possível evidenciar em camiseta vendida em todo o território dos EUA nas lojas *UFC Store*, e que trazia estampada a frase “*We Are All Fighters*” (somos todos/as lutadores(as)), grafada nas diferentes cores da bandeira do arco-íris, com o logo da organização abaixo. As camisetas, comercializadas<sup>73</sup> em cortes “masculino” e “feminino”, foram colocadas à venda pouco após Amanda Nunes tornar-se campeã em 2016, e não deixam de ser uma jogada de marketing – já que a organização, que além de Amanda e Jéssica Andrade, possui outras atletas que vivem relações lésbicas abertamente, como as estadunidenses Nina Ansaroff<sup>74</sup>, Raquel Pennington, Tecia Torres e Liz Carmouche, aproveita para sinalizar pró diversidade sexual, indo ao encontro às demandas sociais atuais, o que é positivo para sua imagem, ao mesmo tempo em que se cria uma possibilidade de lucro mercadológico, ao voltar-se (ainda que timidamente) a um público específico e que antes parecia esquecido pelo UFC, o público não heterossexual. Por fim, é ainda uma jogada de mestre, já que dá ao UFC uma imagem politicamente correta sem tocar no tema tabu da modalidade: a homossexualidade masculina<sup>75</sup>.

Já em relação às empresas patrocinadoras, não tomei conhecimento de que nem Nunes, nem Andrade, tenham perdido patrocínios por conta de suas orientações sexuais. Até porque, como venho argumentando, vivemos dias em que ter uma marca associada a qualquer tipo de preconceito – lesbofobia, no caso – seria um grande *marketing* negativo para qualquer empresa. Pelo contrário, creio que, por serem atletas no auge de suas carreiras, tendo participado de lutas principais envolvendo o cinturão do principal evento de MMA do mundo, tenham atraído novos patrocinadores, empresas que, se talvez não viam em atletas lésbicas sua principal via de divulgação da marca e retorno financeiro, estão dispostas a, em algum grau, apostar nas transformações sociais. Esse fato merece destaque, já que há menos de duas décadas atrás, para a maioria das desportistas o cenário poderia ter sido bem diferente.

---

<sup>73</sup> Esta camiseta não foi colocada à venda para o mercado brasileiro.

<sup>74</sup> Companheira de Amanda Nunes, lutadora da categoria Peso Palha do UFC.

<sup>75</sup> Adentrar nesta temática escapa ao delineamento deste trabalho, contudo, minha pesquisa de campo permite afirmar que, nas academias da modalidade, sequer é cogitada a possibilidade de um lutador de MMA não ser heterossexual e não se encaixar no estereótipo do “macho alfa”.

Por fim, o terceiro caso ao que me remeto é o da brasileira Cristiane Cyborg. A atleta, heterossexual, é uma das mais discriminadas na modalidade, por conta de sua aparência física e força – como discuti no *Capítulo 2*. Por anos, houve grande demanda do público, das mídias e da própria Cyborg para que fosse realizada uma luta entre ela e a atleta que representava o exemplar ideal do Mercado da Beleza, Ronda Rousey. Antes do declínio de Rousey (em 2016) ambas eram consideradas as duas melhores atletas de MMA do mundo – a estadunidense na categoria até 61 kg do UFC e a brasileira na categoria até 65 kg do *Invicta Fighting Championship*. Fossem outros(as) atletas envolvidos(as), facilmente teria sido realizada uma “super luta” em um “peso casado” (expressões êmicas), isto é, um peso intermediário entre ambas as categorias. Mas, nesse caso, havia muito a perder para o UFC. Por mais lucrativa que a realização da luta viesse a ser (e possivelmente teria sido uma das mais lucrativas já realizadas no MMA), o que estava em jogo não era apenas a possibilidade de uma derrota da então invicta Rousey, e sim a derrocada da maior e mais lucrativa estrela que o UFC possuía.

Entretanto, evitar o combate não evitou o fechamento da mina de ouro do UFC: Rousey eventualmente perdeu seu cinturão para uma atleta de sua categoria de peso (Holly Holm), e este trocou de mãos até chegar à brasileira Amanda Nunes. Possivelmente buscando formas de manter suas lutas de MMA feminino atraentes (ao público, mídias e patrocinadores), o UFC decidiu-se por inaugurar a categoria Peso Pena feminino, categoria de Cris Cyborg, criada exclusivamente para ela – literalmente, já que não foram contratadas outras atletas deste peso, e a organização vem colocando atletas da categoria de baixo para lutar contra a brasileira. Ou seja, na falta de opção que lhes parecesse mais interessante do ponto de vista do mercado esportivo, a organização resolveu apostar no que havia disponível, ou, para utilizar-me de uma expressão coloquial bastante em voga na contemporaneidade, apostaram “no que tem pra hoje”, isto é: na inegável habilidade atlética de Cristiane Cyborg, deixando em segundo plano, ao menos enquanto não conseguirem fazer diferente, a hegemônica lógica do Mercado da Beleza. Ou seja, atletas como Cyborg, Amanda Nunes e Jéssica Andrade não são a imagem que o UFC prefere, mas são atletas com excelente desempenho atlético e são, sobretudo, o que o UFC “tem pra hoje”.

Apostar em Cyborg, a maior estrela atual do MMA feminino, não deixou de gerar frutos. O embate entre a brasileira e a popular lutadora estadunidense Holly Holm (múltiplas vezes campeã de boxe e a primeira atleta a derrotar Rousey), ocorrida em 30 de dezembro do ano de 2017, foi a luta principal do UFC 219 e rendeu a terceira maior venda de *pay-per-views* da organização naquele ano, com uma venda estimada em 340 a 380 mil pacotes (VITÓRIA..., 2018). Os salários obtido pelas duas atletas também excederam os padrões de pagamento que

o UFC costuma fazer às suas atletas: Cyborg recebeu uma bolsa no valor de 500 mil dólares pela luta, e Holm, 300 mil dólares (HENRIQUE, 2018).

Contudo, embora estes sejam números expressivos, ainda estão muito abaixo daqueles outrora obtidos por Ronda Rousey: em sua última luta, em dezembro de 2016 no UFC 207, Rousey retornou ao octógono após um longo intervalo, objetivando recuperar seu cinturão, que pertencia à Amanda Nunes. Para lutar, a estadunidense recebeu 3 milhões de dólares (um valor inimaginável para qualquer outra lutadora e também para quase todos os lutadores homens – a principal exceção aqui ficando por conta de Conor McGregor), e o UFC lucrou muito mais, já que esta edição do evento extrapolou a marca de 1 milhão de pacotes de pay-per-view vendidos (algo ocorrido raríssimas vezes na história da organização) (MELTZER, 2017). Nunes derrotou e aposentou Rousey na luta em questão, mas recebeu menos de 7% da bolsa paga à estadunidense: 200 mil dólares (HENRIQUE, 2017).

Enquanto finalizo esta tese, a possibilidade de uma outra grande luta está sendo discutida: Cristiane Cyborg vs. Amanda Nunes. Nunes foi a primeira a propor o combate, despertando imediato interesse do UFC em realiza-lo. Para ela, e também para Cyborg, é uma possibilidade de *money fight*, isto é, de tentarem obter boas remunerações. Caso ocorra, será, também, a luta mais difícil já realizada por elas em suas respectivas carreiras: ambas são lutadoras com poder de nocaute e excelente nível técnico. Mas, dessa vez, o UFC não parece nada preocupado em manchar a imagem de uma de suas campeãs com uma derrota. Na verdade, a única preocupação é a de obter o máximo possível de lucro, oferecendo lutas que despertem interesse de fãs e mídias, diante das possibilidades que o mercado do MMA feminino oferece *para hoje*.

### **3.4 A participação de mulheres em outras esferas do MMA**

Ao longo deste trabalho venho mostrando e discutindo como, ainda que o MMA continue a ser uma área de domínio dos homens, a presença de lutadoras da modalidade vem crescendo rapidamente e ganhando expressividade nos últimos anos. Em outras áreas relacionadas ao MMA, contudo, a participação delas ainda é bastante tímida, embora eu não tenha deixado de percebê-la ao longo destes quatro anos de pesquisa. Assim, traçarei notas etnográficas sobre a participação de mulheres em outras esferas do MMA, que não apenas como lutadoras, mas como, por exemplo, empresárias, treinadoras, árbitras, comentaristas *matchmakers* e *ring girls* – estas últimas, respectivamente, as responsáveis pelo casamento de

lutas de uma determinada organização de MMA, e, modelos que adentram os *cages* exibindo placa indicativa da mudança de rounds, em geral trajando roupas mínimas e exibindo corpos e performances de gênero em conformidade com os valores e exigências cis-heteronormativos.

Iniciarei discutindo o caso de uma organização estadunidense voltada exclusivamente ao MMA feminino, o *Invicta Fighting Championship* (Invicta FC), a cujos eventos tive acesso por meio televisivo, internet, e também presencialmente, já que estive em uma edição do evento durante meu estágio de pesquisa nos Estados Unidos. O *Invicta FC* teve início no ano de 2012 e tem como criadora, proprietária e presidenta uma mulher (que já possuía experiência prévia trabalhando em outros eventos da modalidade): Shannon Knap. Nos Estados Unidos os eventos são transmitidos *online* através do *site* pago *UFC Fight Pass*, e ambas as organizações possuem uma parceria estratégica, com o UFC muitas vezes utilizando-se do Invicta como celeiro de promissoras atletas. Por outro lado, talvez o *Invicta* não tivesse condições de subsistir no mercado, se não estabelecesse algum tipo de parceria comercial com a hegemônica organização da modalidade.

O *UFC Fight Pass* não se encontra disponível para o Brasil. Em terras tupiniquins, é um canal televisivo pago, o *Canal Combate*, quem detém os direitos de transmissão do Invicta FC e, apenas em 2017, a emissora passou a incluir o evento em sua programação, embora não transmita todas as edições – antes, apesar de deter o direito de transmissão, o evento simplesmente não era transmitido e, minha hipótese é de que isso se deve ao fato de os responsáveis pela programação entenderem que veicular tal conteúdo (um evento inteiro apenas com lutas entre mulheres) não era interessante em termos de audiência. Por esta razão, ainda que eu possuísse várias interlocutoras de pesquisa lutando na referida organização, antes do estágio no exterior, em 2016, meu contato com o *Invicta FC* era limitado a assistir breves vídeos online, com trechos das lutas.

A edição a que estive presente ocorreu na cidade de Kansas City (Missouri) e contou com a participação de duas de minhas colaboradoras brasileiras, uma delas fazendo a segunda luta principal da noite, disputando o cinturão com a campeã de uma das categorias de peso da organização. No excerto abaixo apresento uma breve descrição e minhas impressões gerais :

O evento está sendo realizado em um belo teatro maçônico, cujo número de cadeiras, estimo, comportam cerca de 200 pessoas. O local atingiu praticamente sua lotação máxima. No centro do teatro foi montado o *cage* e, nas laterais, foram dispostos dois telões grandes. Na antessala do local havia uma mesa onde podiam ser encontradas camisetas do Invicta FC (20 dólares) e pôsteres assinados pelas lutadoras (80 dólares). Sento em minha cadeira, uma excelente localização com uma ótima vista do *Cage*. Paguei 50 dólares por esta cadeira. Em poucos minutos, o evento se inicia, com a exibição de

um vídeo nos telões laterais, narrados pela nova comentarista do evento, uma experiente lutadora do UFC. O vídeo foi produzido em comemoração aos 20 anos da organização e tem um tom feminista: fala de como a estadunidense Gina Carrano e a brasileira Cris Cyborg abriram caminho para as mulheres no MMA quando todos falavam que a modalidade não seria uma carreira para mulheres; de como Ronda abriu este caminho no UFC; e como Shannon Knapp estava provando que o MMA feminino era possível através do Invicta FC. Então, é exibida uma seleção de imagens, mostrando mais de uma dezena de lutadoras de sucesso que passaram pelo Invicta FC. Não consigo evitar de sentir-me levemente emocionada com aquele material. (Diário de Campo, 18/11/2016).

É preciso destacar que o tom feminista, embora aponte para as mudanças recentes no que tange à dinâmica das relações de gênero nas artes marciais mistas, é ainda superficial, focado em iniciativas individuais e pautado pela lógica mercadológica. É notável que as mulheres estejam conquistando mais espaço neste universo, sobretudo como lutadoras, em diversos eventos, mas também como presidentes de organizações, *matchmakers* (responsáveis por fazer os “casamentos” de lutas), comentaristas e treinadoras – em menor escala. Contudo, estas não deixam de estar sujeitas aos padrões de beleza cis-heteronormativos. A este respeito, analisei a estética adotada pelas duas comentaristas que trabalhavam na edição do Invicta FC a qual acompanhei:

A comentarista (também lutadora do UFC) adentra a arena para realizar entrevistas após as lutas. Tanto ela quanto a outra mulher que trabalha na transmissão do evento, possivelmente a comentarista do *UFC Fight Pass*, estão de vestido, salto alto, e aparência bastante feminina. O comentarista do *UFC Fight Pass* e o *announcer* do evento estão de terno. A comentarista/atleta aparenta não estar acostumada a usar sapatos de salto em seu cotidiano, já que não demonstra segurança nem desenvoltura no andar, o que parece indicar que sua opção por este tipo de calçado deva-se a uma certa pressão, ou ao menos ao desejo de corresponder à expectativa de feminilidade para as mulheres que trabalham na cobertura do evento (Diário de Campos – 18/11/2016).

No *corner*<sup>76</sup> de uma das atletas estadunidenses que compuseram o *card* havia uma outra atleta do UFC: tratava-se de companheiras de treinamento, mas ali a atleta do UFC, mais experiente, fazia as vezes de treinadora principal (*head coach*) e era ela quem passava as instruções à atleta dentro do *cage*.

A respeito das novas oportunidades que vêm se abrindo para as mulheres neste universo, minha colaboradora Carla falou sobre seus planos profissionais para o futuro, após a aposentadoria como lutadora:

---

<sup>76</sup> Esta expressão, utilizada no MMA, é oriunda do boxe, cujas lutas ocorrem em ringues quadriláteros nos quais, nos intervalos entre os *rounds*, os(as) atletas têm um minuto para se recuperar, momento no qual em geral permanecem sentados(as) em pequenos bancos colocados nos cantos (*corners*) opostos do ringue; neste momento duas pessoas de suas respectivas equipes técnicas adentram o ringue para lhes passar orientações.

*Com 37 anos eu não tenho muita expectativa como lutadora, mas eu tenho como professora e treinadora, treinar a molecada, as meninas, o pessoal que se espelha em mim. Tem muita gente que me vê como veterana, já passei por grandes eventos<sup>77</sup>: Bellator, Legacy. Quero usar tudo isso nas minhas futuras atletas. [...] E o Invicta já falou pra mim que quer me contratar como intérprete oficial, porque temos muitas brasileiras (Entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Em outro momento de nosso diálogo, pergunto a ela, que é atleta do Invicta FC, se acredita que há algum tipo de pressão ou expectativa no universo do MMA (por parte de organizações, patrocinadores e mídia) para que as atletas sejam belas e femininas. Ela concorda parcialmente, pois crê que há uma pressão nesse sentido quando se trata do maior e mais rentável evento da modalidade, o UFC, mas não concebe a existência desta mesma lógica em organizações menores, como o *Invicta* FC, no qual segundo ela, ainda haveria mais interesse na performance atlética do que na aparência física:

*Eu vejo isso no UFC. Quando o UFC resolveu subir a Ronda Rousey, que é branca, bonita, hetero, que vai atrair os homens todos para o evento. Então esqueceram do atleta, do lutador. Qual a sua função ali? É lutar. Ninguém vai sair bonitinho dali, vai sair todo mundo desse jeito que eu estou hoje [ela havia lutado na noite anterior e trazia um grande hematoma em um dos olhos, além outras escoriações no rosto]. E o UFC tem muito disso, eu desgosto dessa parte do UFC. Por isso que eu gosto do Invicta, que gosto de outros eventos, porque não é isso. O que eles querem é uma boa luta, um bom evento, e que você seja bem carismático com os fãs (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Noto como a plateia presente no teatro em Kansas City grita e vibra para apoiar suas lutadoras, mas não vaia ou provoca as adversárias, como seria usual no Brasil. Também não ouço qualquer tipo de piada machista ou lesbofóbica ao longo da noite. As fãs presentes (em sua maioria, mulheres) vibram com a passagem das atletas próximo ao público após as lutas, aproveitando para tirar fotos ou tocar suas mãos. A este respeito, Carla fez questão de abordar a popularidade da organização: “o show do *Invicta* é o evento mais visto no *UFC Fight Pass*. Eles não revelam o número de views, mas é o número 1 de audiência. Então coloca-se aí mais de 7 milhões de audiência” (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Antônia, Mônica e Sarah também são atletas da organização. Vale ainda destacar, conforme as palavras de Mônica – que sonha em voltar a ser campeã de sua categoria de peso – que as bolsas pagas pelas lutas são financeiramente interessantes: “a grana do *Invicta* é boa, não tem comparação com valores pagos no Brasil” (Entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

---

<sup>77</sup> Cita como exemplo o nome de duas organizações de MMA estadunidenses.

Desde janeiro de 2018, o Invicta mostrou-se como oportunidade de atuação profissional extra-*cage* para mais uma brasileira, Amanda Nunes, campeã peso galo do UFC. A atleta foi contratada para integrar a equipe de *matchmakers* da organização exclusivamente feminina, passando a ser membro da equipe responsável por realizar os casamentos de lutas a serem realizadas nos eventos do Invicta FC e a observar e sugerir novos talentos que possam ser contratados pela organização em questão, atuando sobretudo em relação a atletas brasileiras (BOHN, 2018).

Além disso, episódios como os que mencionei anteriormente, em que mulheres assumem o papel de treinadoras nos *corners* de atletas que estejam em combate, têm começado a ocorrer com maior frequência nas artes marciais mistas. Em edição recente do UFC, realizada no ano de 2017 em Nashville (EUA), a estadunidense Miesha Tate, ex-atleta de MMA e do UFC, assumiu a posição de treinadora principal no *corner* de uma atleta que lutava no evento, sendo, assim, a principal responsável por lhe passar instruções nos intervalos entre os *rounds* do combate. Nesta mesma edição do UFC chamou-me a atenção o fato de o lutador estadunidense Sam Alvey possuir uma mulher em seu *corner* como auxiliar técnica – o fato chama a atenção não apenas devido ao fato de a presença de mulheres como treinadoras ainda ser muito pequena na modalidade, mas sobretudo porque esta é ainda mais rara quando se trata de mulheres treinando homens, pensando que há claras questões de gênero e poder ali envolvidas. A própria Miesha Tate, a quem acabara de me referir, é outra das poucas exceções de mulher que, ao longo da pesquisa de campo, cheguei a observar no *corner* de um lutador (homem), já que ela, que por muitos anos manteve um relacionamento amoroso com um atleta do UFC, costumava atuar como *corner* nas lutas dele (e vice-versa).

Há também exemplos de mulheres atuando como treinadoras nos *corners* de suas namoradas ou esposas em eventos de MMA, em casos em que ambas são atletas: é o que ocorre com Amanda Nunes e Nina Ansaroff, que atuam como auxiliares técnicas nos *corners* uma da outra; ou do casal estadunidense Tecia Torres e Raquel Pennington, também atletas do UFC. Em eventos menores, realizados no Brasil, algumas vezes também pude observar a presença da brasileira Jéssica Andrade como auxiliar técnica nos *corners* de suas colegas de equipe. Já na final de recente edição do reality show estadunidense *The Ultimate Fighter 26*, que coroou a primeira campeã da recém-criada categoria Peso Mosca feminino do UFC, a atleta estadunidense Nicco Montaño (primeira campeã indígena da organização) trazia em seu *corner* uma mulher como treinadora principal.

Em suma, embora a participação de mulheres como treinadoras de MMA ainda seja muito pequena quando em comparação com a de homens, estes dados mostram como estão começando a surgir algumas possibilidades de atuação para elas neste ramo, sobretudo como auxiliares de outras atletas mulheres mas, em alguns casos, já como treinadoras principais.

Giovana, uma de minhas mais jovens interlocutoras, falou-me sobre suas aspirações profissionais como lutadora de MMA e também das possibilidades que vislumbra para o futuro, mantendo-se atuando em outras funções, dentro do universo das artes marciais:

*Quero seguir carreira mesmo, porque é o que eu gosto de fazer. Não me vejo fazendo outra coisa. Já terminei meus estudos, mas a mãe fala pra fazer faculdade esse ano. Falei que ia só ano que vem, porque até então não tenho meio de me manter e pagar a faculdade. Eu me vejo lutando. Tipo, se não estrear no UFC, quero ir para evento grande que eu possa ajudar minha mãe, dar uma casa pra ela, depois quero ver meu futuro, fazer uma faculdade de Nutrição. Vejo que é uma área que vai me ajudar bastante. Se Deus quiser, seguindo minha carreira, tudo direitinho, quando me aposentar quero ser treinadora. Então, quero ter uma base pra ajudar meus atletas. Depois de Nutrição, quero me formar em Educação Física. Sempre me vi lutando, abrindo uma academia pra mim (Giovana, entrevista à pesquisadora, 08/02/2018).*

Diante do desejo referido pela atleta em tornar-se treinadora no futuro, indago a ela se pensa em trabalhar especificamente com o MMA feminino, ou se seus planos incluem ser treinadora de MMA masculino também, e sua resposta deixa explícito o quanto muitas vezes os homens não reconhecem a legitimidade das mulheres como alguém que possa saber mais do que eles de arte marcial e deter mais poder do que eles naquele ambiente:

*Eu prefiro trabalhar com o MMA feminino. Porque com homem é meio difícil, eles não respeitam. Dou aula aqui, porque sou faixa marrom de kickboxing, puxo treino, mas é muito difícil com homem, porque não querem respeitar, não fazem a posição que você manda. Mulher não. Queria também dar aula para mulher que também procura boa forma, perder peso, essas coisas. Eu me dou muito bem nessa área (Giovana, entrevista à pesquisadora, 08/02/2018).*

Pude confirmar este tipo de afirmação na prática, quando acompanhei presencialmente a rotina de outra de minhas interlocutoras, Luana. Para garantir uma renda fixa, a atleta alugou uma sala de academia, equipada com tatames e sacos de pancada, onde ministrava aulas de muay thai feminino e muay thai misto. Foi com ela, inclusive, que realizei minhas primeiras aulas da modalidade e, portanto, não pude deixar de perceber que, na turma “mista” da qual eu havia participado, só haviam mulheres. Quando a indaguei a respeito, ela disse que também divulgava suas aulas entre os homens, mas que sentia uma recusa por parte deles em aprender

com uma mulher, e que até estava procurando um amigo para dar os treinos mistos no lugar dela, como estratégia para ver se conseguia atrair alunos homens para sua academia.

Os relatos acima evidenciam como ainda é grande a resistência à atuação de mulheres em outras esferas do MMA, especialmente quando as atletas tentam ocupar posições privilegiadas de poder, como a de treinadoras ou árbitras. Neste último setor a participação delas também é bastante reduzida quando em comparação com o número de árbitros homens mas, tal como nos outros exemplos, vem crescendo, lentamente. Quando se fala em árbitras no MMA, a principal referência é a estadunidense Kim Winslow, que em 2009 foi a primeira mulher a arbitrar um combate no UFC (SMITH, 2009). Portanto, através de Winslow, as mulheres adentraram ao octógono da organização como árbitras vários anos antes de o fazerem como atletas (em 2013). No cenário brasileiro, destaca-se a árbitra Camila Albuquerque, figura bastante atuante em eventos nacionais acompanhados por mim ao longo desta pesquisa, tendo chegado a atuar em edições do UFC no país. Em entrevista concedida ao site *Combate.com*, Albuquerque falou sobre sua trajetória profissional:

Após seis anos no kung fu, sofri uma lesão no joelho, ficando seis meses afastada. Para me manter em contato com o esporte, comecei a arbitrar lutas de kung fu, em 2008. Há três anos, meu professor, Fernando Moura, insistiu para eu arbitrar lutas de MMA. Fiz um curso do Mário Yamasaki (coordenador de arbitragem da CABMMA) em Manaus e passei a atuar em eventos locais. Tenho 135 lutas, em 44 eventos [disse a árbitra] (BARONE, 2018, n.p.).

Na mesma entrevista, Albuquerque também menciona as discriminações sofridas por ser uma mulher em um terreno dominado por árbitros homens:

No começo, havia bastante. Eu ficava com muita raiva. Subia no octógono e soltavam piadinhas, era novidade, o público nunca tinha visto, não havia muita confiança dos atletas. À medida que foram vendo que era sério, que eu tinha responsabilidade, passava segurança a eles, ficou mais tranquilo. Temos de passar as regras no vestiário antes das lutas e, nos eventos regionais, acontecia de um atleta ficar conversando enquanto isso, olhar para o outro lado. Às vezes ocorria até pela adrenalina. Tinha que ter pulso firme, pedir que prestasse atenção [declarou a profissional] (BARONE, 2018, n.p.).

Um outro caso de atuação de mulheres no universo das artes marciais mistas que merece atenção é o da *announcer* do Festival de Lutas da CUFA (Central Única de Favelas do Rio de Janeiro) – exibido no *Canal Combate*, o mesmo que transmite o UFC –, conhecida como Nega Gizza. *Announcer* é a pessoa responsável pela locução dos eventos de MMA nos ginásios ou arenas em que estes são realizados, devendo interagir com o público, apresentar os(as) lutadores(as) antes de cada combate e anunciar os(as) vencedores ao final de cada duelo. O

*announcer* mais emblemático do mundo é o estadunidense Bruce Buffer, responsável por conduzir os principais *cards* do UFC e dono da frase – amplamente conhecida no universo do MMA – com a qual inicio o título desta tese: “*It’s time!*” (“É chegada a hora!”). Gizza é, portanto, o Bruce Buffer do Festival de Lutas da CUFA: a principal responsável por conduzir o *card* do evento. Mas ela é mais do que isso: é negra, da periferia carioca, *rapper*, uma das fundadoras da CUFA (ao lado de Celso Athayde e MV Bill), e, por fim, a primeira *announcer* mulher do Brasil (NOBLAT, 2014) – e, até onde seja de meu conhecimento, a única.

Não é possível deixar de mencionar também a possibilidade de atuação de lutadoras ou ex-lutadoras como comentaristas ou narradoras de eventos de luta, bem como apresentadoras de outros programas televisivos associados. Kyra Gracie, a primeira mulher de lendária família a qual se credita a origem do jiu-jitsu brasileiro e ex-atleta da modalidade, com uma carreira de muito sucesso nacional e internacionalmente (foi pentacampeã mundial), é hoje a principal referência de mulher trabalhando como comentarista de MMA e apresentadora de programas nesta temática. Gracie atua no Canal Combate (especializado na cobertura de artes marciais mistas), onde possui grande visibilidade e também o respeito dos comentaristas e apresentadores homens com quem divide os *sets* de gravação, mas também dos espectadores e espectadoras – o que, acredito, deva-se ao legado de sua família mas, particularmente, ao fato de ela ter construído uma carreira sólida e admirável como atleta, provando-se capaz de compreender e analisar aquele universo. Esporadicamente, atletas de MMA são convidados para comentar narrações ao vivo dos *cards* do UFC juntamente com Kyra Gracie e os outros narradores/comentaristas da emissora; em geral, atletas homens, mas a atleta Jéssica Bate-Estaca já foi convidada mais de uma vez para a função, devido ao fato de seu desempenho como comentarista ter sido elogiado.

Por fim, discuto uma outra forma de atuação profissional de mulheres no MMA: como *ring girls* – de todas as formas de atuação mencionadas acima, sem dúvidas, a mais consolidada e aceita delas. A participação de *ring girls* foi uma temática que abordei com parte de minhas colaboradoras de pesquisa, no intuito de apreender quais as opiniões das lutadoras acerca da presença destas profissionais – quase sempre, modelos socialmente lidas como belas e sensuais, brancas, popularmente chamadas de “gostosas”, que adentram os *cages* vestidas com roupas mínimas (usualmente, apenas micro *shorts* e *top*, deixando suas barrigas e parte de seus seios e nádegas à mostra) com as placas indicativas da numeração dos *rounds*. Em outras palavras, mulheres que exercem uma atividade profissional plenamente afinada com os valores cis-heteronormativos do Mercado da Beleza, tendo suas imagens fortemente sexualizadas. As atletas de MMA entrevistadas demonstram o entendimento de que as *ring girls* são parte do

show do MMA e não se mostram contrárias à presença destas, contudo, a maioria delas se incomoda com o fato de algumas *ring girls* serem melhor remuneradas do que algumas e alguns atletas de MMA que, em seus entendimentos, deveriam ser o centro do espetáculo inclusive no que diz respeito aos pagamentos pelo trabalho realizado, como sintetizam os excertos abaixo:

*Pra mim, é indiferente, na verdade. Quando eu entro, ela já passou, mas acredito que ela faz parte do show, como a gente. Sempre teve a ring girl. No boxe sempre teve, então não sou contra elas, não. Acredito que fazem parte do show também. [...] Elas que se sujeitaram a essa posição. Ninguém foi lá obrigar, elas falaram 'quero fazer isso' e gostam (Sarah, entrevista à pesquisadora, 20/02/2016).*

\*\*\*

*Eu já parei para pensar, porque incomoda um pouco. Já vi ring girls cobrarem mais que um atleta. Não vou dizer que sou contra, acho que faz parte do show, mas é uma coisa que deveria ser mais em cima do atleta, porque quem vai dar o show é o atleta. Eu já tive experiência de ter ring girls querendo ser mais que os próprios atletas. Mas não sou contra, acho que faz parte. Uma coisa que hoje em dia todo mundo já é acostumado. Não deveriam valorizar tanto, acima dos atletas (Luiza, entrevista à pesquisadora, 19/05/2016).*

\*\*\*

*Na verdade, eu acho que é também uma das coisas que fazem parte do show. A ring girl não é para os lutadores, é pro público. Isso é uma coisa herdada do boxe, na época era predominantemente masculino, por isso colocam lá quase peladas as mulheres. Tem gente que deve ficar incomodada em levar seus filhos e ter umas mulheres lá, mas eu particularmente não me sinto incomodada com isso. Eu me incomodo com o fato de uma ring girl ser mais bem paga que a gente que tá saindo na mão. Mas elas estão fazendo o trabalho delas também. Uma menina apareceu no TUF falando: a gente tá aqui pra tornar o MMA mais feminino, daí eu até postei na minha página. Porra, olha a besteira que a menina falou. Na verdade, são meninas fazendo o trabalho delas. Já conheci, conversei nos eventos que lutei. Em Criciúma conversei bastante com as meninas trabalhando lá, duas modelos, uma delas muito gente boa, converso até hoje pelo Face [Facebook]. Eu acompanho o trabalho dela, ela acompanha o meu. Algumas vezes, serve pra vender o evento, mas não precisava. Quando lutei no Iron Fight uma vez tinha lá uma Panicat<sup>78</sup> ring girl, aí tinha toda uma propaganda que ia ter a tal da Panicat e depois os organizadores do evento falaram: pô, elas ganharam não sei quanto no contrato delas, elas exigiam que quem buscasse no aeroporto tinha que ter carro importado. Os caras disseram que nunca mais iam trazer. Mas tem várias delas que estão só fazendo o trabalho delas, faz parte do show, é uma coisa da mídia (Andreza, entrevista à pesquisadora, 18/05/2017).*

---

<sup>78</sup> Nome das modelos que atuavam em trajes mínimos no programa televisivo *Pânico na TV*, inicialmente transmitido na *Rede TV* e, após, na *Band*.

Ronda Rousey expressou publicamente sua opinião sobre a presença de *ring girls* ao longo de sua carreira, fazendo críticas e provocações especialmente endereçadas a uma das *ring girls* do UFC, Arianny Celeste. A inimizade entre ambas começou em 2012, após a atleta e a modelo serem apontadas no *ranking* das 100 mulheres mais sensuais daquele ano pela revista estadunidense *Maxim Hot*. Na ocasião, a atleta-astro estadunidense lançou provocações ácidas à *ring girl*:

Teria sido muito engraçado se eu tivesse ganhado da Arianny Celeste, porque seria como se viesse uma triatleta e vencesse uma corredora em uma maratona. Tipo, seu trabalho é mostrar seus peitos, e eu faço isso melhor do que você! Talvez no ano que vem, porque ela está ficando velha, e eu estou atingindo meu auge [declaração de Rousey] (RAIMONDI, 2015, n.p.).

Em 2015, indagada sobre sua rivalidade com a lutadora, Celeste respondeu a então recentes afirmações de Rousey, que dizia que as *ring girls* não deveriam ser mais bem pagas do que alguns (algumas) lutadores(as). Celeste afirmou que a opositora era uma “valentona” (*bully*) que não parava de persegui-la constantemente, acusando-a de *bullying*<sup>79</sup>. A resposta da atleta do UFC veio rapidamente:

O que do que eu falei era *bullying*? Que lutadores(as) devem receber mais do que as *ring girls*? Como isso faz de mim uma valentona? Isso faz de mim certa! Sinto muito, mas ela não teria um emprego se não fosse pelos(as) lutadores(as). Você acha que andar em círculos em volta de dois caras ou duas garotas que estão ali lutando por suas vidas vale mais? Acha que o trabalho dela é mais difícil do que o deles(as)? Sabem o que teria sido a melhor coisa para ela dizer? ‘Oh meu Deus, esses lutadores e lutadoras trabalham tão duro, e eu nem teria um trabalho se não fosse por eles(as). Eu os(as) admiro demais. E sim, acho que eles e elas definitivamente deveriam ser mais bem pagos(as) do que qualquer outra pessoa na arena esta noite’. Aí vai uma lição de relações públicas pra ela [ironiza Rousey] (RAIMONDI, 2015, n.p.).

Meses depois, embora sem se remeter especificamente às *ring girls* e sim posicionando-se contrariamente aos padrões estéticos impostos à mulheres, Rousey lançou camisetas com a estampa “*Don’t be a do nothing bitch*” – em português, “não seja uma vadia que não faz nada”, ou ainda, “não seja uma vadia inútil”. O propósito da campanha era o de incentivar as mulheres a terem uma visão positiva de seus corpos; parte da quantia arrecadada foi revertida ao grupo *Didi Hirsch Mental Health Services*, que presta serviços a pessoas com problemas mentais e auxilia mulheres com problemas relativos à sua imagem corporal (DON’T..., 2015).

---

<sup>79</sup> Prática de agressões físicas ou verbais, intencionais e repetidas, contra uma pessoa suscetível ao(à) agressor(a).

Uma de minhas interlocutoras, Luana, mostrou-se incomodada não apenas com o fato de haver *ring girls* mais bem pagas do que atletas da modalidade, mas também com a centralidade conferida à imagem das modelos que, conforme seu entendimento, muitas vezes acabam por ofuscar a imagem das lutadoras, cujo desempenho dentro dos *cages* é que deveria ser o centro das atenções:

*Acho que a gente se sente até mal, porque vai lá lutar, as meninas de bermudinha, com um corpão, parece que estão lá pra se mostrar. Entende? Esses dias, saiu um evento com um monte de luta feminina. Uma ring girl foi lá com um top com os peitos quase saindo pra fora, de bermudinha, se mostrando. Daí você vai lutar e os caras vendo as mulheres gostosas, sabe? Não porque as meninas vão dar um show lutando pra galera, saindo na porrada, vão pra ver as gostosas. Eu acho isso horrível, independente se você é bonita ou feia, você vai lutar, sair na porrada igual aos homens (Luana, entrevista à pesquisadora, 20/05/2016).*

Por fim, cabe mencionar ainda a ocorrência de um fenômeno recente no cenário nacional, a presença de *ring boys*, isto é, a presença de modelos homens executando a tarefa que antes era exclusividade das mulheres. O festival de lutas da CUFA é um exemplo de evento nacional de MMA que coloca modelos mulheres e também modelos homens para carregar as placas indicativas dos *rounds* durante as lutas. Andreza, uma de minhas interlocutoras, lembra que, em geral, os eventos que possuem *ring boys* os colocam para atuar nas lutas femininas e mantém as *ring girls* nas lutas masculinas (Diário de Campo, 17/05/2016). Luiza também contou-me de sua experiência lutando em um destes eventos:

*Já estive em um evento que tinha ring boy. Dei muita risada, porque parece uma coisa de outro mundo. Todo mundo dava risada ou vaiavam. Eu acho que tinha de ser igual, tinha que ser os dois [ring girls e ring boys], ainda mais hoje que tem muita mulher assistindo MMA. Aí você vai lá com seu marido e tem uma mulher desfilando ali de fio dental. É chato (Entrevista à pesquisadora, 19/05/2016).*

Importa problematizar, entretanto, que a presença dos *ring boys* em si não empodera mulheres nem traz equidade de gênero, apenas objetifica aos homens também – o que não deixa de ser um fenômeno interessante devido ao fato de ser relativamente recente. Assim como no videoclipe da canção *Vai Malandra*, da cantora Anitta, que gerou efervescentes discussões na época de seu lançamento no final de 2017, as “gostosonas rebolantes” continuam presentes, a diferença é que agora se explora também o corpo dos “gostosões sarados”<sup>80</sup>, evidenciando como

---

<sup>80</sup> Para uma análise sobre padrão de beleza e a exploração dos corpos dos homens no clipe de Anitta, indico a leitura do seguinte artigo de opinião: DUQUE, Thiago. Opinião: Os moleques de Anitta em “Vai malandra”. *Dois*

os discursos feministas estão sendo cada vez mais encampados pelas mídias e produtos da cultura de massas, mas de maneira superficial e afinada com a lógica de consumo (de corpos, no caso) neoliberal. Nem por isso cabe um discurso moralista. Como lembram minhas interlocutoras de pesquisa: são pessoas que estão realizando um trabalho que desejam fazer e merecem respeito como todos(as) os(as) demais profissionais envolvidos(as) no MMA.

Se nos anos 1990 a participação de mulheres como lutadoras de Vale-Tudo era rara, nos últimos anos vemos a nova versão da modalidade – o MMA – crescer a passos largos entre elas. É seguindo esta linha de raciocínio que sou otimista no que tange à participação das mulheres em outras esferas das artes marciais mistas, dentro e fora dos *cages*, especialmente em posições de liderança que, hoje, ainda são tão caras aos homens, como por exemplo como treinadoras, árbitras e empresárias. Os passos nesta direção ainda são pequeninos no presente, mas pensando no futuro, talvez em cerca de uma ou duas décadas, é uma possibilidade plausível que tenhamos mulheres ocupando estas posições de forma muito mais expressiva.

#### 4 AMERICAN DREAM

Certa vez ouvi de uma antropóloga que o que lhe dá mais prazer na etnografia é a possibilidade de, em alguma medida, “viver” outras vidas. Sempre me identifiquei muito com essa afirmação. Outro entendimento recorrente sobre a etnografia é de que esta transforma não apenas a compreensão que se tinha do campo a priori, mas também, e profundamente, o(a) próprio(a) pesquisador(a). Neste capítulo apresento e discuto dados obtidos em etapa da pesquisa realizada nos Estados Unidos da América, certamente, a etapa que mais me tirou da zona de conforto. Nunca havia viajado para fora do Brasil e enfrentei algumas dificuldades de adaptação: à língua, à comida, às muitas máquinas presentes no cotidiano mesmo para as mais triviais funções. Estas dificuldades, contudo, sensibilizaram-me a pensar questões que poderiam também ter sido vividas por minhas interlocutoras de pesquisa, aproximando-me de suas vivências: elas dominam a língua inglesa? Tiveram muitas dificuldades com a comunicação quando da chegada nos EUA? Como fizeram para superar tais dificuldades e conseguir participar com êxito dos treinamentos? Sentem muita falta da comida brasileira, do povo, enfim, estranham muito as diferenças culturais? Desejam voltar a morar no Brasil ou já se veem adaptadas a este novo país? Estas são algumas questões que explorarei ao longo deste capítulo, no qual abordo o fluxo de lutadoras brasileiras para os Estados Unidos da América.

O “sonho americano” (*american dream*), isto é, o desejo de ir morar nos EUA e conquistar uma vida melhor neste país desenvolvido, maior potência econômica mundial, deixando uma vida de dificuldades em que viviam no país origem, constitui o imaginário social de milhares de brasileiras e brasileiros, incluindo parcela significativa das lutadoras de MMA. Arjun Appadurai (2004) afirma que a imaginação se tornou um campo de práticas sociais, componente-chave da nova ordem global:

Já não é mera fantasia (ópio do povo cuja verdadeira função está alhures), já não é simples fuga (de um mundo definido principalmente por objetivos e estruturas mais concretos), já não é passatempo de elites (portanto, irrelevante para novas formas de desejo e de subjetividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma maneira de trabalhar (tanto no sentido do labor como no de prática culturalmente organizada) e uma forma de negociação entre sedes de ação (indivíduos) e campos de possibilidade globalmente definidos (APPADURAI, 2004, p. 48-49).

E foi sem rodeios que Antônia me respondeu ao ser perguntada sobre o que motivara sua ida para os EUA: “*Vim para os Estados Unidos buscar evolução e buscar dinheiro*” (Entrevista à pesquisadora, 30/11/2016). Não apenas esta resposta, como também os demais

dados empíricos obtidos, confirmam hipótese previamente levantada por mim, de que a busca por melhores condições financeiras através do MMA e por melhores condições de treinamento e oportunidades de sucesso na carreira, são os fatores centrais que têm desencadeado o fluxo de lutadoras brasileiras de seu país de origem para os Estados Unidos da América.

A atleta em questão, uma veterana da modalidade, explicou-me que, na época em que iniciou sua atividade profissional, “*era ainda mais difícil conseguir ganhar dinheiro com o MMA no Brasil*” (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016). Assim, no ano de 2009, com a carreira em ascensão no Brasil e a convite de um empresário de MMA brasileiro, ela mudou-se para os Estados Unidos objetivando treinar e conseguir lutas, e ficou morando de favor juntamente com outros atletas da academia, em um hotel do mesmo proprietário. Ficou por alguns meses no país, mesmo sem falar uma palavra em inglês e quase passando fome com alguns companheiros da equipe em determinados momentos. Como estava em um hotel, não dispunha de local para cozinhar, então era preciso comprar as refeições na rua, porém, nem sempre possuíam o dinheiro para tal e, na tentativa de economizar o máximo possível, eram forçados a optar por alimentos mais baratos, pouco saudáveis e não adequados a atletas. Após seis meses aguardando e sem conseguir nenhuma luta nos EUA, voltou ao Brasil. Algum tempo depois, um dos treinadores (brasileiros) da academia nos Estados Unidos a convidou para voltar, disse que iria ajudá-la e ela aceitou. Desde então, há 5 anos, reside e treina nesta mesma academia na Flórida.

Assim como Antônia, parcela significativa de minhas colaboradoras de pesquisa reside nos EUA já há alguns anos: *Estou morando na Flórida faz 3 anos, mas desde os vinte [há 8 anos] eu entro e saio da América* (Natália, entrevista à pesquisadora, 19/03/2015).

*Estou nos Estados Unidos há 7 anos, mas morando mesmo, sem ir ao Brasil, vai fazer 2 anos que não vou. O que me trouxe são as oportunidades que o país te dá para você se manter como atleta. Eu acho que se eu estivesse no Brasil já teria parado de lutar MMA, mas estando aqui nos EUA eu consigo me manter treinando, competindo. Eu venho de uma família humilde, uma família pobre, baixa renda no Brasil. Os meus pais nunca tiveram condição nenhuma de ajudar nem eu, nem o meu irmão no esporte e, aqui nos EUA, mesmo trabalhando muito, eu consigo ainda, aos 37 anos, me manter como atleta e ter uma vida confortável* (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

Carla, lutadora que há mais tempo reside nos EUA, é a única que não se mudou para o país para investir em sua carreira no MMA, já que ela não era praticante de artes marciais quando deixou o Brasil:

*Eu estou aqui há 15 anos. Eu vim como todo mundo vem, em busca de uma vida melhor, trabalhar. A pretensão era voltar ao Brasil, para terminar a faculdade que eu tinha começado, em Educação Física, mas acabou não acontecendo dessa maneira. Aí fiquei por aqui, e como sempre fui atleta, resolvi que eu precisava continuar alguma coisa. Comecei no submission, que é o Jiu-Jitsu sem quimono, e depois de um ano já tava lutando. Isso foi há oito anos atrás (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Continuamos a conversa e ela completou:

*O que está levando muitas atletas a saírem do Brasil e virem pra cá é a estrutura que tem aqui, que te permite ter altos níveis de treinamento, boa alimentação, e a facilidade de se ter as coisas melhores aqui do que no Brasil, as coisas são mais complicadas lá. Temos grandes treinadores no Brasil, temos grandes atletas. O jiu-jitsu do Brasil não tem igual, está me entendendo? Mas falta um pouco de infraestrutura para as academias, de equipamentos, tecnologia – está chegando, né? Mas é difícil. Muitos atletas brasileiros chegaram onde chegaram por serem guerreiros. [...] Algumas vezes que fui de férias para o Brasil eu treinei jiu-jitsu, mas você vê as academias, a preparação física... O Crossfit<sup>81</sup> tá chegando agora no Brasil, e eu treino crossfit desde a minha carreira amadora! (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Já Mônica mudou-se recentemente para o país. Está nos EUA há apenas quatro meses e diz que o que a motivou a mudar foi “*O Brasil sendo o Brasil! Porque lá os atletas não são tão reconhecidos como aqui nos EUA. Aqui também tem mais oportunidades do que lá, tem mais patrocínios do que lá. Então aqui eles valorizam mais os atletas do que no Brasil*” (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Todas as colaboradoras entrevistadas mudaram-se para os Estados Unidos sem possuírem habilidades para se comunicar em língua inglesa, sendo esta uma das principais dificuldades que encontraram/ encontram na mudança para o novo país, mas que contornaram a partir de seus contatos brasileiros (amigos e colegas de equipe, e eventualmente familiares), da utilização de tradutores online e de improvisação:

*Quando eu cheguei aqui eu não falava inglês, nada, não entendia uma palavra! Coincidiu que quando eu decidi vir pros Estados Unidos eu vim para competir em eventos, lutava MMA e voltava para o Brasil, e eu tinha família aqui, tenho duas tias que moram aqui há mais de 30 anos, e isso me ajudou muito. Também o lugar onde eu fui treinar era academia de brasileiros, então sempre tinha um treinador que falava português. O faixa preta [gradação mais alta do jiu-jitsu] falava português, o dono da academia falava português. Então isso me ajudava muito. Fiquei uns 4 meses nessa academia em Orlando e voltei ao Brasil. Aí quando vim para os EUA de novo, já vim pra treinar na [nome de sua equipe atual], que é um celeiro de brasileiros, e tem muito*

---

<sup>81</sup> O *CrossFit* é um programa de treinamento de força e condicionamento físico geral baseado em movimentos funcionais, feitos em alta intensidade e constantemente variados. Originalmente, o programa era usado para treinamento físico militar.

*hispano também, então foi mais fácil. E eu sempre tive vontade de aprender o idioma, então acho que isso me ajudou”* (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

A atleta destaca que hoje em dia consegue comunicar-se bem em língua inglesa, idioma que vêm estudando em suas poucas horas vagas: *“Na realidade eu aprendo inglês até hoje. Aprendo estudando, vou para a escola. Tem épocas que eu paro porque não tenho tempo, acordo muito cedo para trabalhar, para poder me manter treinando, e vou para escola no tempo que sobra”* (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

Carla, que hoje fala inglês com relativa fluência e inclusive vêm ajudando outras atletas brasileiras que lutam na mesma organização que ela quando estas precisam de intérpretes, passou por experiência semelhante quando chegou ao país, mas aprendeu o idioma sem ter frequentado uma escola de línguas: *“Eu tinha 21 anos na época, era a primeira vez que eu tinha saído da barra da saia da mãe, então na verdade eu me adaptei rápido. O inglês eu fui pegando, me metendo, metida mesmo, não sabia de nada, nada, nada. Fui aprender o inglês na raça”* (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Já Mônica e Antônia não falam o idioma. Perguntada sobre quais estratégias ela se utiliza para conseguir treinar mesmo sem falar inglês, Mônica afirma:

*Se virando, digamos assim. Graças a Deus assim, na Arte Marcial, a gente por ser profissional, só de olhar já tem uma noção das coisas. Meu coach [treinador] não fala português, mas a gente se entende quando ele está puxando a manopla [aparador de socos]. E ele vê quando eu estou brava, ele vê quando estou feliz, então a gente se entende, assim. Algumas palavras eu entendo, algumas palavras eu tento falar. Google translate [tradutor online] é a melhor coisa do mundo! Uso demais! (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Semelhantemente, Beatriz, uma das interlocutoras que compôs meu campo de pesquisa no Brasil e, durante a investigação, realizou um *camp* de 45 dias no estado de Nevada (EUA), também relatou o uso destas mesmas estratégias para conseguir contornar o fato de não possuir conhecimento prévio do idioma, conforme registrei em meu diário de campo:

Esta manhã conversei com Fernanda por áudio do aplicativo *Whatsapp*. Estou em Los Angeles e ela já está de volta ao Brasil, treinando em sua equipe no Rio de Janeiro. Ela me conta sobre o *camp* de treinamento de 45 dias que realizou no primeiro semestre deste ano na [nome da academia], em Las Vegas. Sobre as dificuldades com o inglês, conta-me das estratégias que utilizavam: como tentavam lhe explicar por demonstração e às vezes usando as palavras que sabiam em espanhol ou recorrendo a um aluno da academia que falava inglês, espanhol e português. Conta-me também do dia em que uma das mais renomadas lutadoras dos EUA a levou para um restaurante tailandês e ela teve que conversar usando o Google Translate. Diz que após um mês,

sentiu como se o “ouvido” dela tivesse se acostumado a ouvir inglês, e de como ela já conseguia entender várias coisas que falavam com ela. Disse que ela também já começava a conseguir fazer algumas frases: “*eu devia estar falando tudo errado, mas pelo menos eu conseguia expressar o que queria dizer, e eles conseguiam entender*” (Diário de Campo - 29 de setembro de 2016).

A utilização de informação visual e do capital esportivo que trazem consigo são dois elementos-chave para compreender como estas atletas conseguem êxito em seus treinamentos no país mesmo quando não dominam o idioma. Já para a interação social com estadunidenses e outros falantes de língua inglesa, a utilização de tradutores online e a dependência de outros(as) brasileiros(as) ou falantes de língua espanhola torna-se preponderante quando da mudança para o novo país, até que as atletas comecem a adquirir algum domínio do idioma local.

Em relação aos treinamentos realizados nos Estados Unidos, foi possível identificar algumas particularidades em comparação ao Brasil. comecei a percebê-las a partir de minha experiência como praticante, conforme evidencio em nota escrita em minha primeira semana de treinamentos naquele país:

Trabalhamos com técnicas de troca de pegadas do *clinch*<sup>82</sup> que eu ainda não conhecia. Gostei bastante. O professor também refinou minha técnica de cotovelada, ele explicou de forma clara o que eu tinha que fazer e o que estava errado no meu movimento, algo que a professora nunca fez nos meus treinos no Brasil. Meu professor estadunidense é sempre muito detalhista nas correções da técnica, coisa a qual não estou habituada, mas que muito me agrada. Logo após o treino de muay thai, fiz o treino de *Strength and Conditioning* (força e condicionamento) – cansativo! Mas gostei. (Diário de Campo, 03/10/2016).

A experiência relatada acima foi vivenciada em uma pequena academia de lutas localizada em Culver City, cidade próxima à oeste de Los Angeles (Califórnia) e que abriga uma grande quantidade de “*people of color*” (não brancos(as)), com grande quantidade de mexicanos(as), brasileiros(as) e asiáticos(as). O dono da academia e também treinador de muay thai era um estadunidense filho de imigrantes gregos. As aulas, tal como evidenciado no excerto, eram bastante focadas na aprendizagem das técnicas, suas variações e refinamento das mesmas, explorando possibilidades diversas que poderiam ser utilizadas em distintas situações de combate, sempre nos levando a aprender tanto a execução perfeita do movimento como quando aproveitar o melhor momento para utilizá-lo.

---

<sup>82</sup> Técnica que consiste em agarrar o(a) oponente pela nuca para deferir-lhe joelhadas.

Essas primeiras impressões seriam confirmadas em outras incursões a campo em que participei de treinamentos de muay thai, como explicito na nota de campo abaixo, redigida após treinamento realizado em uma academia em Costa Mesa, também na Califórnia, e mesmo local onde uma de minhas interlocutoras treina:

O treinamento começou com *shadow boxing* [execução de técnicas do boxe no ar, sem que haja um oponente ou aparador de golpes] e foi focado em entender a lógica dos combos [combinações de técnicas], em aproveitar o *momentum* das técnicas aplicadas, isto é, o tempo exato de entrar com cada golpe. Novamente tenho a impressão que o treino nos EUA é mais focado em entender a lógica das técnicas e a utilizá-las de modo inteligente e racional, enquanto no Brasil o treino é mais intuitivo. Treina-se combos no Brasil também, mas os professores não vão focar tanto em analisar a execução da técnica, não vão focar em fazer você entender qual golpe se encaixa melhor na sequência, nem darão tanta ênfase na posição das suas pernas e pés, como o treinador fez hoje comigo. Também os combos aqui são diferentes dos que eu vinha aprendendo no Brasil. Já havia reparado isso na academia em Culver City, e hoje fiz a mesma constatação... Eles treinam sequências diferentes, que eu nunca havia feito. Mais complexas, muitas vezes. Exemplo de combo de hoje: direto, cruzado de esquerda, chute com a direita e cruzado de esquerda aproveitando o momentum do chute (que deve ser realizado rapidamente, já puxando a perna de volta para entrar o cruzado), direto, troca rápida de base e chute com a esquerda, cair com a perna esquerda à frente e entrar a cotovelada forte de direita, dar um passo de lado enquanto empurra o(a) adversário(a) e encerrar com chute de direita (Diário de Campo, 03/11/2016).

Além da busca por uma aprendizagem mais racionalizada das técnicas, outra constatação que emergiu do campo de pesquisa foi do quanto, neste distinto cenário cultural, há também uma maior cientifização dos treinamentos no sentido de respeitar o limite físico tanto de alunos(as) quanto de atletas profissionais, periodizando o treinamento de forma a promover necessárias pausas e descansos para a recuperação do organismo, o que é não apenas mais saudável, como também gera um melhor rendimento para os(as) atletas profissionais durante a preparação para suas lutas. A esse respeito, fiz o seguinte registro:

Ontem fiz dois treinos consecutivos e já estava muito cansada no segundo, de modo que precisei fazer várias pequenas pausas para conseguir seguir adiante. O treinador não apenas me autorizou como até perguntou se eu precisava de uma pausa maior. Completamente diferente do que acontece no Brasil, onde treinadores(as) e mesmo colegas de treino tentam de empurrar além dos seus limites, não te deixando desistir, numa clara menção ao espírito marcial, à formação de guerreiros(as). Aqui, o treino, novamente, parece mais racional, no sentido de respeitar, de fato, o condicionamento físico de cada um(a), o que é obviamente mais saudável e mais seguro (Diário de Campo, 04/10/2016).

Tal constatação foi corroborada pela lutadora Mônica que, após sua recente ida para os EUA, estava começando a aprender sobre a importância do descanso em sua rotina de treinamentos:

*Os treinos são diferentes do Brasil, sim. No Brasil a gente é mais 'raçudo', a gente quer treinar toda hora, quer às vezes fazer 6 treinos por dia. Aqui já não é assim, aqui a gente treina e descansa, treina e descansa, coisa que no Brasil a gente não faz muito. Eu estranhei porque lá no Brasil a gente treina muito, eu fazia 4 a 5 treinos por dia. Aqui eu treino um, descanso. Treino mais um, descanso. Tenho brigado bastante com meu coach, pra ele deixar eu fazer mais treinos, fico 'por favor, por favor'. Ai às vezes a gente faz mais um treino, mas ele não gosta. É muito importante esse descanso. É isso que eu não consigo entender ainda! (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Antônia acredita, ainda, que nos Estados Unidos os treinamentos são tratados com maior seriedade:

*Se você treina com um americano, ele leva a sério a parada. Condicionamento físico, tudo. Nossa cultura é tudo meia boca, não leva muito a sério. Tudo as pessoas tentam fazer o 'jeitinho brasileiro' para sair na frente, 'ah, desse jeito dá!'. Não, não é! Eu fui treinar o condicionamento físico em uma academia aqui, o treino era bom, top (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).*

A atleta em questão treina em uma academia de ponta, com uma das melhores estruturas do mundo, repleta de atletas e treinadores brasileiros. O local, imponente, impressiona pelo tamanho: são três tatames – dois de tamanho médio e um central, de tamanho grande; sala de musculação/condicionamento; corredor de grama artificial atrás dos tatames, para exercícios de força e funcionais, um octógono nas medidas oficiais do UFC, sacos de pancadas diversos e uma lanchonete. No piso superior localiza-se o alojamento dos atletas, apenas para homens. Ao longo de conversas com minhas interlocutoras, fui informada que o proprietário da equipe, estadunidense, também é empresário do ramo imobiliário e possui vários imóveis para alugar na Flórida. “*Ele é milionário!*”, exclamou Antônia em uma de nossas conversas (Diário de Campo, 23/11/2016).

Tal como no Brasil, as sessões de treinamento são separadas por modalidade, com treinamentos específicos nas diversas artes marciais que compõe o MMA (predominantemente, treinamentos de muay thai/ kickboxing, boxe, jiu-jitsu e *wrestling*) quanto com *sparings* de MMA em si, muitas vezes realizados dentro do *cage*, simulando o contexto real de combate. Além disso, são realizados treinamentos específicos visando otimizar a força e condicionamento físico dos(as) atletas. A busca por tais tipos de treinamentos acessórios para incremento das capacidades físicas, chamados por Spencer (2009, 2013) de *Reflexive Body Techniques* (Técnicas Corporais Reflexivas), é bastante comum no universo das Artes Marciais

Mistas. A título de exemplo, cito a preferência de Carla por utilizar-se de treinamentos de *crossfit* para obter a melhoria de suas capacidades físicas e otimizar seu rendimento no MMA. Já Antônia, por sua vez, preferia valer-se de corridas e musculação. Durante o período que passei hospedada em sua casa, íamos diariamente à sala de ginástica do condomínio para ela treinar. Enquanto a atleta corria (normalmente, por 1h) na esteira, eu treinava no aparelho elíptico, ao seu lado. Alguns de nossos mais profícuos diálogos ocorreram nestes momentos.

Partindo de uma perspectiva fenomenológica, Spencer (2009, 2013) entende o *habitus* dos(as) lutadores de MMA como uma estrutura sempre em processo, continuamente sujeita a mudança através da aprendizagem de técnicas adicionais e do trabalho com o corpo nas (e através das) técnicas corporais reflexivas. Meus dados empíricos corroboram a busca pelo que o autor chamou de *body callusing*, isto é, a busca por “calejar” o corpo, torná-lo o mais resistente e adaptado possível ao combate, a dar e receber golpes, ou, nas palavras de Spencer: processo através do qual os (as) lutadores buscam “enrijecer o corpo e transformá-lo em uma arma” (SPENCER, 2009, p. 127).

#### 4.1 Lutadoras brasileiras nos Estados Unidos da América

*Já me acostumei aqui, já passei metade da minha vida aqui. Eu volto para o Brasil para passar férias, ver a família e tudo mais. Infelizmente, com tudo o que tem acontecido no Brasil, não tenho a menor pretensão de voltar para morar* (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

\*\*\*

*Hoje a América é a minha casa. Eu gosto desse país. Não me vejo mais morando no Brasil. Pode ser que amanhã eu tenha que mudar esse discurso, mas hoje, se você me perguntar “você quer ir ao Brasil?”, eu queria ir ao Brasil ver os meus amigos, ver a minha família, mas morar não. Eu queria que todas as pessoas que eu amo tivessem a oportunidade de vir pra esse país. A vida aqui é melhor, em todos os sentidos* (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

Similarmente, em entrevista veiculada na mídia brasileira, Amanda Nunes, campeã do UFC, evidenciou a falta de apoio aos(às) atletas profissionais no Brasil e seu desinteresse em deixar a vida nos EUA. Quando perguntada se pensava em um retorno ao Brasil (para morar), eis a resposta da lutadora:

*Eu amo viver nos EUA. Não é o meu país, mas foi onde abriram as portas para eu me transformar em quem sou hoje. O Brasil virou as costas para mim. Tenho certeza que se eu ainda estivesse aí, teria parado de lutar. A falta de apoio financeiro é grave. Sou realmente magoada com meu País* (CARRASCO, 2017, n.p.).

Este dado, ou seja, o não desejo de retorno ao país natal, exceto como local onde vêm passar as férias e reencontrar familiares e pessoas com as quais possuem laços afetivos (ou ainda, para cumprir compromissos profissionais com a mídia, como no caso das atletas mais famosas), difere daqueles encontrados por Carmen Rial (2008) em sua etnografia com jogadores de futebol brasileiros, a maioria destes desejosos por voltar a morar no Brasil quando estiverem no final de suas carreiras, ou após encerrá-las:

A Espanha, a França, a Holanda, a Coreia, o Japão ou qualquer outro lugar em que a sua mobilidade no sistema futebolístico os leve a “rodar”, é apenas uma passagem, algo que se faz como um trabalho, com sacrifício, para receber a recompensa de prestígio profissional e financeira. Vivem um exílio voluntário, com a dor que esse termo encerra. Continuam se pensando como vivendo no Brasil (RIAL, 2008, p. 58).

Rial (2008) entende que o fato de os jogadores circularem intensamente em distintos clubes futebolísticos e países, permanecendo por períodos efêmeros em cada localidade – o que confere sensação de provisoriedade –, é o que mantém neles a manutenção do sentimento nacional que resulta em desejo de retorno à pátria mãe. As lutadoras de MMA que vivem no exterior, contudo, também não deixam de possuir o sentimento nacional, mesmo quando passam a (também) possuir cidadania estadunidense ou se candidatam para o visto permanente (*green card*), conforme explorarei em maiores detalhes um pouco mais à frente.

No que diz respeito ao desejo de não retorno ao Brasil, Antônia é uma das poucas exceções dentre minhas interlocutoras. Embora manifeste severas críticas à corrupção estrutural da política brasileira e à própria população, de maneira genérica, cogita voltar a morar no país no futuro, razão para a qual destaca sua inabilidade em falar inglês e a dificuldade em fazer amigos(as) longe do país natal:

*Eu não me vejo morando nos Estados Unidos. Aliás, eu não gosto dos Estados Unidos que nem todo mundo acha: ‘ai, tá nos Estados Unidos!’. Tem um monte de gente aliás que está ilegal aqui. O único medo que eu tinha era ficar ilegal aqui e depois não poder voltar para o meu país. Ou então voltar e depois ter alguma coisa aqui e não poder mais vir. Mas graças a Deus eu não estou ilegal. Só que eu não gosto daqui 100%. O Brasil é um país que não tem organização, muita gente é corrupta, nós somos um dos melhores países, mas o povo só pensa em si mesmo, em se dar bem. Mas eu gosto do Brasil, eu só estou nos EUA porque eu me relacionei com uma garota, senão eu não estaria nos EUA, eu teria voltado para o Brasil, porque como eu não sei falar o inglês, aí fica mais difícil. E as pessoas aqui são diferentes, no Brasil eu tinha mais amigo que aqui”* (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).

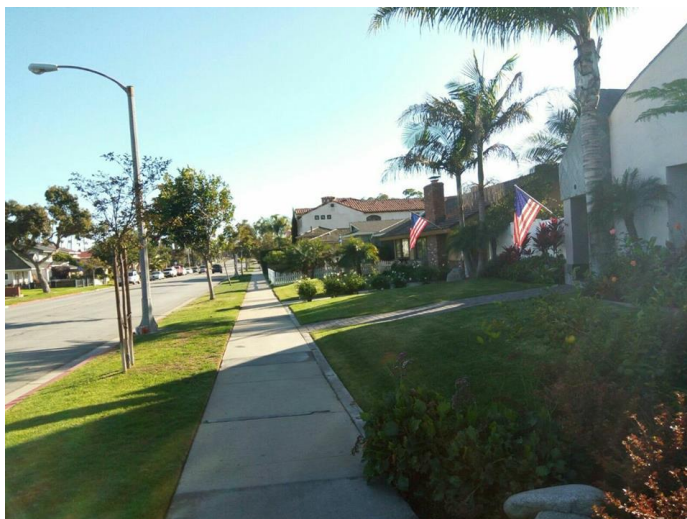
Durante o período em que estive no país, teci também notas etnográficas sobre as impressões particulares que, como brasileira, aquele país me despertava. Destaco dois excertos de meu diário de campo, ambos escritos durante curta estadia em Huntington Beach, uma pequena cidade litorânea no condado de Orange, a cerca de 50 km de Los Angeles. As notas etnográficas são referentes, respectivamente, à violência urbana, e ao patriotismo e exaltação às guerras:

Cheguei em Huntington Beach hoje. Após me instalar no quarto que aluguei, saí a pé para jantar e me surpreendi com a escuridão do bairro. É um bairro residencial, com casas de médio a grande porte, bem pacato e parece bem seguro. Claro que é preciso dizer que praticamente não observo outras pessoas transitando a pé, já que parcela expressiva da população estadunidense possui automóveis, e estou em um bairro onde reside a classe média local. Mas me surpreende o fato de a iluminação das ruas ser pouca, chega até a dificultar-me a locomoção, exigindo atenção redobrada para não tropeçar. No Brasil, um local escuro como esse certamente seria considerado perigoso. Aqui parece não ser uma questão, não é uma preocupação. Talvez seja justamente por isso que as ruas no Brasil são mais iluminadas durante a noite: para tentar torná-las menos inseguras para os(as) transeuntes, remediando o efeito ao invés das causas da violência (Diário de Campo, 31/10/2016).

\*\*\*

Na ausência de compromissos de trabalho na tarde de hoje, decidi sair para uma caminhada pela cidade. No caminho, vi várias bandeiras dos Estados Unidos, nas casas e comércios. Este não é mais um cenário novo pra mim, já que bandeiras do país estão por todos os lugares também em Los Angeles (e aparentemente no país todo) e o nacionalismo é, claramente, algo forte por aqui, mas continua a me surpreender negativamente. Os EUA se idolatram! Resolvi fazer registros fotográficos. Continuei caminhando e dessa vez vi algo novo e ainda mais surpreendente: ao longo de vários quilômetros na *Main Street* há placas homenageando os “heróis” de guerra estadunidenses, literalmente os chamando de heróis da cidade (*hometown heroes*). Assustador! (Diário de Campo, 01/11/2016).

Na *Figura 8*, apresento registro imagético do forte patriotismo local, representado pela exibição de bandeiras estadunidenses nas fachadas das residências. Além disso, pude observar também homenagens aos (assim chamados(as)) “heróis/heroínas de guerra” do exército, marinha e aeronáutica dos Estados Unidos em mais de uma ocasião, como no calçadão da praia de Santa Mônica, no condado de Los Angeles, e na avenida principal (*Main Avenue*) da cidade de Huntington Beach – esta última, registrada na *Figura 9*.



*Figura 8.* Bandeiras dos EUA em fachada de residências no sul da Califórnia.



*Figura 9.* Homenagem aos “heróis de guerra” estadunidenses.

Já a sensação de segurança urbana à qual me referi em excerto do diário de campo, precisa ser relativizada, já que está relacionada aos locais onde me desloquei, sobretudo no sul da Califórnia – e mesmo nestes locais não era incomum deparar-me com moradores(as) de rua, embora, estranhamente, ao contrário do que ocorreria no Brasil, eu não os percebia como uma ameaça, ao sentir que os(as) demais transeuntes não os(as) consideravam como tal. Quando estive na Flórida, a sensação de segurança para andar nas ruas à noite, por exemplo, decresceu consideravelmente. Em matéria midiática realizada com a lutadora brasileira Amanda Nunes, a

atleta conta sobre quando viveu no bairro *Little Haiti* em Miami (Flórida), no ano de 2013, em um período no qual a renda que ela e sua companheira obtinham do MMA ainda era baixa e precisavam morar em um bairro periférico, dividindo um apartamento de dois quartos com outros sete colegas de academia:

A polícia estava sempre no bairro. As pessoas brigavam até por galinhas. Elas botavam ovos perto da nossa porta e as pessoas vinham à noite pra roubar. A Nina me acordou uma vez para ver as pessoas brigando por ovos. Se você deixasse alguma coisa do lado de fora da casa, não estaria mais lá na manhã seguinte. Roubaram a moto do meu amigo, roubaram a minha bicicleta. As coisas eram assim por lá. Traficantes de drogas, pessoas comuns roubando as coisas [relato da atleta] (CRUZ, 2016, n.p.).

Além disso, minhas colaboradoras não corroboram de meu incômodo nem com o excesso de patriotismo, nem com a exaltação às guerras – ambos necessários à manutenção da hegemonia mundial estadunidense. Sem explicitar minha opinião a elas, disse-lhes de minha percepção sobre o patriotismo dos Estados Unidos e do quanto as políticas locais são identitárias (focadas em separar os grupos com base em suas diferenças: brancos(as), negros(as), asiáticos(as), latinos(as)...), e pedi que me relatassem se já haviam sofrido preconceito por serem brasileiras, bem como se a questão da identidade nacional era importante para elas como é para os(as) estadunidenses. Em suma, as atletas entrevistadas declararam não ter sofrido preconceitos por conta de sua origem nacional distinta. Embora duas delas tenham relatado que já ouviram relatos de discriminação sofridas por outros brasileiros que residem no país, e também não deixem de perceber que há uma preferência por atletas locais nos eventos estadunidenses, como explicitou Daniela:

*Os eventos sempre vão dar preferência pra atletas americanas, isso é claro. Nenhum evento aqui nos EUA é como os eventos no Brasil. Porque no Brasil se você falar que vai levar um atleta americano eles tiram lá o campeão da noite pra botar o atleta estrangeiro. Aqui não, aqui eles são patriotas, mas eles ensinam isso dentro da escola. Eles ensinam que você tem que amar o seu país, jurar amor à sua bandeira, não burlar o sistema da merenda, não furar a fila. A gente não aprende isso no Brasil, a gente aprende, principalmente naquele ensino precário das escolas públicas, que a gente tem que estar burlando o sistema o tempo todo, furando a fila para poder chegar lá. Aquele famoso e ridículo “jeitinho brasileiro” (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

Antônia também se referiu diretamente ao patriotismo local que, também em seu entendimento, é algo positivo:

*Americanos são na deles, eles não vão se meter na vida do outro. E eles são patriotas sim, eu acho bonito porque eles são unidos, cada um respeita o espaço do outro. Diferente do brasileiro. No Brasil ninguém respeita o espaço do outro. Por exemplo, eu vou ligar o som porque eu estou dentro da minha casa, e você que é meu vizinho é obrigado a escutar. Aqui é diferente, aqui tem lei, e a lei funciona, você tem que respeitar!* (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).

A etnografia de Rial (2008) mostrou que os jogadores de futebol brasileiros são vistos no exterior antes como brasileiros do que como imigrantes, e que a nacionalidade lhes confere sobretudo prestígio, embora não deixe de remeter a alguns estereótipos associados a futebolistas do Brasil:

[...] Os jogadores jamais se referiram enquanto emigrantes/imigrantes, mas como profissionais atuando no exterior por um período de tempo e que retornarão ao país de origem para ali realizarem a conversão profissional ou se aposentarem. Continuam sendo estrangeiros, ou melhor, *brasileños/brésiliens/brazilians/braziliaanse* também para os europeus, uma categoria que remete evidentemente ao pertencimento nacional, mas que, para além disso, é um valor, funciona como um qualitativo positivo na sua profissão. Em um raciocínio de magia por similitude, ser brasileiro e jogador de futebol é ser um bom jogador de futebol. A palavra “*brasileño*” e suas traduções, que invariavelmente acompanham os nomes dos jogadores, atua como um adjetivo que qualifica positivamente no que diz respeito à habilidade com a bola, e negativamente no que concerne ao respeito as normas do clube. *Brasileños/brésiliens/brazilians/braziliaanse* são tidos como rebeldes, festeiros, e sofrendo do mal da “saudade”; em outras palavras, continuam a serem vistos como potenciais *bad-boys* (na gíria futebolística, um malandro (DaMatta, 1990)), embora a maioria dos meus interlocutores tivessem comportamentos opostos (RIAL, 2008, p. 56-57).

Em entrevista concedida ao Ludopédio – portal acadêmico de futebol do Brasil – Carmen Rial se refere a esse prestígio dos futebolistas brasileiros – que inclusive antecede suas presenças físicas – como “capital-étnico” (LUDOPÉDIO, 2012). Neste sentido, é importante pontuar, similarmente, que também há um capital-étnico brasileiro nas artes marciais mistas; elemento que pode ser central para ajudar a entender por que, mesmo em tempos de crescente xenofobia nos países centrais, as atletas imigrantes brasileiras não relatam terem sofrido episódios discriminatórios nos Estados Unidos. Ao menos nos espaços relacionados à prática de artes marciais, o Brasil, país onde se originou o vale-tudo, precursor do MMA, sempre apresentou atletas de destaque – ao ponto de o jiu-jitsu desenvolvido no Brasil e introduzido com êxito no vale-tudo e MMA por atletas nacionais ser chamado de “*jiu-jitsu brasileiro*”<sup>83</sup> no exterior. Assim, tal como percebe a lutadora Carla quando me diz que “*temos grandes*

---

<sup>83</sup> *Brazilian Jiu-Jitsu, em inglês*. Ou, simplesmente, BJJ. Há várias academias de Jiu-jitsu fundadas e com faixas-pretas brasileiros conduzindo as aulas nos Estados Unidos.

*treinadores no Brasil, temos grandes atletas. O jiu-jitsu do Brasil não tem igual, tá me entendendo?”* (Entrevista à pesquisadora, 19/11/2016), a presença brasileira é não apenas respeitada, mas desejada nas artes marciais mistas, já que gera a expectativa de grandes combates e de intercâmbio de técnicas nas academias. É necessário pontuar, entretanto, que no caso do MMA feminino, há uma importante especificidade pois, embora o capital-étnico das lutadoras do Brasil seja desejado, isso não impede que, de forma contraditória, atletas brasileiras sejam preteridas no Mercado da Beleza (especialmente nas grandes organizações) à medida em que se afastem dos ideais de branquitude, heterossexualidade e feminilidade preconizados por ele, conforme discuti no *Capítulo 2*.

*King’s MMA e American Top Team*, duas das mais renomadas equipes de MMA dos EUA foram fundadas e contam com treinadores brasileiros dentre seus principais. Aliás, dificilmente uma grande equipe de MMA deixará de contar com a presença de ao menos um treinador e/ou atletas do Brasil. Para utilizar-me de categoria êmica mencionada pela colaboradora Beatriz, “o *material humano* do Brasil é muito bom”. A presença de homens brasileiros nestes espaços ainda é massiva em comparação à de brasileiras.

Antônia, contudo, prefere ater-se a estereótipos negativos, tecendo comentários discriminatórios a respeito de brasileiros(as) e demais latinos(as): “*A própria raça latina fode o país [EUA], principalmente na Flórida, vem muita merda pra cá. Quem me fodeu aqui não são os americanos, foram os brasileiros. Os brasileiros aqui não são unidos, o ego vai lá em cima*” (Entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).

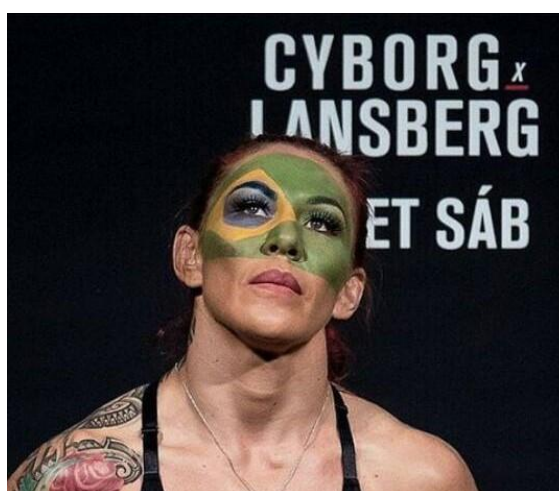
Spencer (2013) também abordou a questão racial com seus interlocutores de pesquisa, mas sua discussão limitou-se a discutir a branquitude ou negritude dos corpos. Seu estudo evidencia não apenas que há uma preferência por determinados corpos (brancos) no MMA, mas também a homogeneização dos corpos racializados. Essa homogeneização não se deve ao fato da semelhança física dos corpos em termos de aparência, mas da semelhança em termos do *habitus* de lutadores específicos. Um de seus interlocutores de pesquisa, Bradley, fez uma pertinente declaração a este respeito, referindo-se à escolha de um lutador estadunidense branco para a capa do jogo de vídeo game do UFC, intitulado “Undisputed 2009”, em detrimento de outros atletas negros mais bem ranqueados:

Eu acho que dependendo da organização, a raça é uma questão. Acho que em certas organizações se pode dizer isso. Acho que o UFC dá preferência a uma raça à outra. Porque eles gostam que seus garotos propagandas tenham uma determinada aparência. Eu quero dizer, olhe pra esses garotos propaganda, o que você pode ver no jogo de vídeo game. Você olha para o jogo, eles têm o Forrest Griffin na capa. Quantos outros lutadores estão muito acima do Forrest

Griffin? Forrest Griffin é o garoto deles... O Forrest foi destruído pelo Rashad. Por que não colocar o Rashad no jogo? Por que não colocar o Anderson Silva? Ambos estão na corrida para ser o melhor lutador peso por peso. Forrest é apenas um lutador de 205 libras e talvez seja o 7º colocado em sua categoria de peso, mas lhe deram a capa do jogo (SPENCER, 2013, p. 61).

O autor destaca como o americanismo é prevalente no UFC e, frequentemente, nos eventos, torcedores(as) entoam patrioticamente o grito de “U-S-A” (SPENCER, 2013). Carla, contudo, acredita que a identidade brasileira lhe confere maior status dentro do universo do MMA, devido à tradição do país desde os primórdios da modalidade. A atleta, contudo, revela que se considera tão brasileira quanto estadunidense: “*Quando falam que você é do Brasil, isso já impõe um respeito maior. Mas para mim, tanto faz. Eu sou cidadã americana e sou cidadã brasileira. Sou cidadã americana já faz uns 3, 4 anos*” (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Cristiane Cyborg, considerada por minhas interlocutoras de pesquisa como a atleta brasileira de MMA mais proeminente de todos os tempos, é outra lutadora brasileira que recentemente obteve a cidadania estadunidense, conforme divulgado nos veículos de mídia especializados. Uma matéria postada no portal *MMA Weekly* traz uma imagem da cerimônia de juramento, onde ela empunha uma bandeira estadunidense e exclama: “*Estou orgulhosa de oficialmente declarar-me uma brasileira-americana a partir de hoje!*” (CRIS..., 2016). Em setembro de 2016, três meses antes de obter sua dupla cidadania, a atleta exibiu-se em evento de divulgação midiático de edição do UFC encabeçada por ela no Brasil, com a bandeira nacional pintada em seu rosto (*Figura 10*). Fica evidente, neste sentido, o quanto estas atletas, sem abrirem mão de suas identidades nacionais de origem, passaram a possuir grande identificação com a cultura e identidade estadunidenses.



*Figura 10.* Cristiane Cyborg em imagem de divulgação do UFC.

Daniela, que também não possui planos de voltar a viver no Brasil, candidatou-se para a obtenção do *Green Card* juntamente com seu marido, também brasileiro e lutador de MMA. Embora tal documento não lhes conceda a cidadania, isenta-lhes da necessidade de obtenção de visto para permanecer, sair e reentrar no país.

A busca por nacionalização e obtenção de passaportes dos novos países também foi encontrada por Rial (2008) com jogadores de futebol brasileiros. Entretanto, estes demonstraram não desenvolver laços nacionalistas em relação a outro país ou identidade, que não a brasileira. A antropóloga entende que estes desejam a dupla-nacionalidade mais por conta de questões relacionadas à quantidade de jogadores estrangeiros que podem jogar nos clubes europeus, já que nunca passam a de fato se pensar a partir de duas nacionalidades, diferentemente do que indicam as declarações de minhas interlocutoras:

Passaportes continuam sendo cortejados hoje e permanecem o principal mecanismo para se escapar das legislações que controlam o ingresso de seres humanos nos países centrais. Adquirir a nacionalidade do país de acolhida, porém, nem de longe significa adquirir sentimentos nacionalistas em relação a esse país ou uma identidade outra que a brasileira. A brasilidade permanece como única identidade de pertencimento étnico. Os jogadores contatados nesta pesquisa, por exemplo, não falavam em nacionalizar-se e sim em “conseguir um passaporte comunitário” [...], circular livremente entre os países membros da União Européia. Uma das principais razões para essa demanda não reside tanto na segurança de poder permanecer no país (são emigrantes legais, os clubes dispõem de meios para justificar suas presenças) e sim em obter um espaço para outro brasileiro ingressar no clube, dado os limites impostos pelas legislações nacionais do sistema futebolístico. A obtenção desse passaporte muda o estatuto legal do jogador, que passa a ser um cidadão do país, com plenos direitos. Trata-se legalmente de uma dupla nacionalidade, porém é difícil pensá-la em termos de duas nacionalidades (RIAL, 2008, p. 32).

Semelhantemente à postura adotada por outras de minhas colaboradoras de pesquisa, a brasileira Amanda Nunes, atual campeã Peso Galo do UFC, posou concomitantemente com as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos para foto de divulgação da luta mais importante de sua carreira (contra a estadunidense Ronda Rousey), conforme se observa na *Figura 11*:

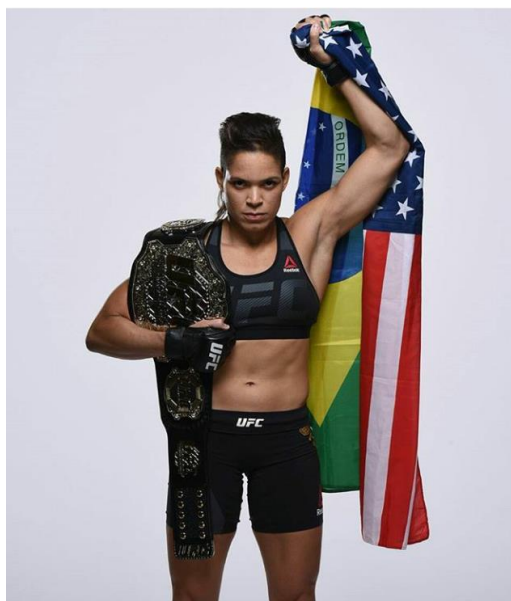


Figura 11. Amanda Nunes em imagem de divulgação do UFC.

Com as sobrancelhas franzidas, o olhar fixo na câmera e os lábios cerrados, a lutadora brasileira procura imprimir uma feição destemida e intimidadora. Com a mão direita, segura seu cinturão de campeã, escorado em seu ombro. A outra mão empunha as bandeiras do Brasil e dos Estados Unidos, justapostas – mas a dos EUA vem levemente à frente, ganhando um sutil destaque. O braço da mão que segura as bandeiras é erguido acima da cabeça de Amanda, de modo que, metaforicamente, temos a campeã que carrega duas nações em seus ombros.

Motivada pelas imagens obtidas pela pesquisa de campo *online*, indaguei presencialmente a algumas de minhas colaboradoras de pesquisa se, para elas, fazia alguma diferença serem anunciadas como atletas brasileiras, ou se eram indiferentes a esta questão. Em suas respostas, as atletas teceram críticas à situação política e ao quadro de desigualdade social vivido no país de origem:

*Pra mim faria diferença se me anunciassem no Brasil como exemplo para crianças dentro de favela, dentro de projetos sociais, para dar oportunidade a alguém que esteja precisando. Seja como referência para mulheres contra a violência, pra encorajá-las a denunciar. Agora, te falar que eu tenho orgulho do país do qual eu venho, eu não tenho orgulho, eu tenho tristeza quando eu ligo a minha televisão ou eu ligo pra algum parente no Brasil e fico sabendo das barbaridades que estão cometendo com a nossa política, com as nossas crianças, com a nossa terceira idade, com as nossas mulheres (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

\*\*\*

*Eu levo a bandeira do Brasil não pelos políticos, mas pelos meus amigos que estão lá. Porque se não, juro por Deus, eu teria nojo de levar ela. É pelos meus amigos, e pelas pessoas humildes que estão lá, acordando 5h da manhã, pegando ônibus lotado e pagando um monte de imposto para os políticos não fazerem nada (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).*

#### **4.2 Enjoying the USA: o acesso aos bens de consumo**

*Então, o nível aqui dos EUA para quem mora aqui, é bom. Porque tem trabalho toda hora, tem muito bico [trabalhos eventuais, não formais], então você ganha bem nesses bicos que você faz. No Brasil, você não ganha bem e o custo de vida não é bom. Para as pessoas que moram aqui o custo de vida é alto, mas as pessoas ganham para isso. Então aqui eu acho melhor também (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

A fala desta colaboradora sintetiza bem aquela que se mostra como uma das maiores vantagens de treinar e residir nos Estados Unidos da América: o acesso mais amplo e fácil aos bens de consumo. Enquanto gastos com alimentação, vestuário e transporte, por exemplo, costumam ser menores quando comparados ao Brasil, há gastos que são elevados mesmo para os padrões estadunidenses, como aqueles com moradia e saúde. No entanto, com o valor de 1.000 dólares nos EUA, por exemplo, é possível comprar muito mais produtos e serviços, e de mais qualidade, do que seria possível comprar com 1.000 reais no Brasil.

A partir de minha imersão em campo, percebo como o padrão de vida das lutadoras que residem nos EUA é muito diferente ao da maioria das que residem no Brasil. Antônia e a namorada, por exemplo, moram em um condomínio classe média, com uma ampla e bela piscina, uma sala de ginástica de pequeno porte mas bem equipada, além de sala de squash. No apartamento de um quarto e um banheiro, há ar condicionado, máquina de lavar louças, máquina de lavar roupas, secadora e banheira. A atleta sempre ostenta roupas de marcas prestigiadas (geralmente *Nike, Tommy Helfiger, Michael Kors e Hurley*). Elas têm um carro antigo, mas possuem um carro – um *Mitsubish* com câmbio automático, comprado com parte da bolsa paga à lutadora por sua última luta. Antônia não consegue uma luta há 2 anos e, por não falar inglês, obtém apenas subempregos sem vínculo empregatício no país. Sua principal fonte de renda provém de um pequeno comércio *online* que ela e a companheira montaram, no qual revendem roupas infantis ao Brasil. De qualquer modo, seu padrão de vida é muito acima ao da maioria das atletas da modalidade que vivem em solo brasileiro. No Brasil, a qualidade de vida e acesso a bens materiais é muito inferior, mesmo para atletas que têm empregos

socialmente mais valorizados, lecionando aulas de lutas, por exemplo. Muitas moram em bairros periféricos ou favelas.

Tal qual para os(as) turistas brasileiros(as) que vão ao país, um dos grandes prazeres das atletas, sobretudo nos primeiros meses nos EUA, é o fácil acesso a roupas de grife e à alimentação *junkie food* de grandes franquias de hambúrgueres e afins por preços bastante reduzidos, conforme relataram-me as colaboradoras de pesquisa. Em alguns momentos de lazer, fui com Antônia e sua companheira a uma rede de hambúrgueres da preferência delas, na qual era possível comprar dois sanduíches e duas batatas-fritas por inexpressivos \$3.99 dólares, em uma promoção do tipo “compre um, ganhe o segundo” (*buy one, get one free*) (Diário de Campo, 30/11/2016).

Além disso, o maior acesso aos bens de consumo e a satisfação das atletas nesse sentido, ficaram explícitos também em outros momentos, como quando Antônia e também Daniela contaram-me dos presentes que enviam para familiares no Brasil, ou sobre o passe anual dos parques temáticos da *Walt Disney World* que Daniela fez questão de me contar que possui. Ou, ainda, nas muitas fotos que a brasileira Natália posta em suas redes sociais, usufruindo de seu tempo de lazer em passeios de lancha na costa da Flórida, nos quais se dedica a um de seus hobbies, a pescaria.

Similarmente, o acesso aos materiais de luta, vestimentas e demais acessórios, também é financeiramente mais viável do que no Brasil. Daniela conta, por exemplo, que parou de comprar novos materiais porque algumas roupas de luta chegaram a estragar, por terem ficado sem uso dentro de uma mala por muito tempo, tamanha a quantidade de produtos que adquiriu ao longo dos anos. Esta mesma atleta, em uma das sessões de treinamento em que a acompanhei, carregava consigo um kit de ventosas utilizadas para ajudar na recuperação de pequenas lesões, equipamento correntemente utilizado por atletas de ponta dos mais distintos esportes e recém comprado por ela. Similarmente, as outras atletas que optaram por treinar nos EUA também obtiveram acesso a máquinas e equipamentos de treinamento específicos para o universo da luta, bem como a modernos materiais e técnicas para recuperação muscular e/ou de lesões.

A *Figura 12* exhibe uma atleta brasileira de MMA realizando treinamento de explosão e força para seus socos, em máquina específica para tal fim. A *Figura 13* mostra um aparelho de crioterapia, técnica que se utiliza de baixíssimas temperaturas para rápida recuperação do tecido muscular – no Brasil, a maioria de minhas locutoras precisa valer-se da imersão em banheira com gelo para buscar os efeitos da máquina de crioterapia. Já a *Figura 14* exhibe aparelho para recuperação muscular a partir de pequenos estímulos elétricos; a imagem em questão foi postada na rede social de uma de minhas colaboradoras brasileiras, que fazia o procedimento

em sua casa, e aproveitava para agradecer à empresa responsável pela ajuda em sua recuperação, indicando que possivelmente o obtivera sem custos, via patrocínio. Ou seja, há também o acesso a equipamentos de alto custo e/ou de ponta que, além do valor simbólico, agregam também valor corporal.



*Figura 12.* Aparelho para treinar braços, simulando cinética do soco.



*Figura 13.* Máquina de crioterapia.



Figura 14. Atleta brasileira utilizando-se de equipamento de eletroestimulação.

O ampliado acesso aos bens de consumo pelas lutadoras, quando em comparação ao padrão de vida que a maioria delas levava no Brasil, repete-se no que diz respeito ao acesso à dieta específica de atletas de MMA e aos suplementos alimentares. Antônia, mesmo não se encontrando no *ranking* das lutadoras de elite do MMA mundial, sempre possui em sua dispensa opções de proteínas, além de pães e macarrão sem glúten, e uma variedade de suplementos nutricionais armazenados sobre sua geladeira. Já Carla conta-me que sua dieta cotidiana é composta basicamente de arroz integral, muitas verduras e frango. Durante minha estadia no país, fui diversas vezes a supermercados locais, e pude perceber tanto como o preço é acessível, como o quanto é grande a oferta de alimentos integrais e de frutas, verduras e legumes orgânicos disponíveis nas prateleiras.

Minhas colaboradoras de pesquisa nos EUA demonstram o entendimento de que uma “alimentação limpa” (*to eat clean*), nutrindo seus corpos de forma que entendem como saudável e equilibrada, garante-lhes que sejam capazes de bons desempenhos nos treinamentos. Além de ser um bom método para “*secar*” (perder gordura) e evitar cortes de peso mais drásticos às vésperas de suas lutas. Enquanto as atletas mais renomadas e bem pagas costumam possuir

nutricionistas e profissionais para auxiliar em suas dietas, há várias atletas que o fazem por conta própria mesmo dentre as que residem em solo estadunidense. Sobre a suplementação alimentar, uma das atletas me relatou, a título de exemplo, que na preparação para sua última luta, recorreu ao suplemento proteico “BCAA<sup>84</sup>” para acelerar a recuperação muscular: “*é acessível, comprei por uns 35 dólares, 45, alguma coisa por aí. E você consegue patrocínio para suplemento aqui*” (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

Embora haja lutadoras que prefiram fazer apenas um consumo moderado de suplementos alimentares, procurando otimizar sua nutrição através da alimentação regular, é comum que as atletas façam uso de suplementos variados em suas dietas cotidianas. Neste sentido, outras interlocutoras também relataram-me sobre a maior facilidade de aquisição destes itens nos EUA: “suplementação aqui, é mais fácil do que no Brasil? É. É mais barato. É o que te falei, para quem mora aqui, o custo de vida daqui é bom” (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).

*Aqui se você quer comprar um pote de proteína, você vai ali na loja e compra! Ah, eu quero aquela proteína ali, que ela é a boa, vai me deixar com a massa muscular melhor. No Brasil, você quer comprar um pote de proteína, você financia em 12x. E olha lá se comprar da boa, né? Se não for cheia de trigo. Ainda tem isso! A suplementação, a academia, o nível de treinamento aqui são mais acessíveis e melhores* (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).

É grande o contraste quando traçado um comparativo com as lutadoras de MMA que residem no Brasil, já que algumas de minhas interlocutoras em solo nacional relataram não fazer uso de suplementos alimentares devido ao fato de não possuírem recursos financeiros para comprá-los, e estarem sem patrocínio para o fornecimento das substâncias. O mesmo ocorre com parte das interlocutoras no que diz respeito à alimentação, ou melhor, à carência de uma alimentação adequada às necessidades físicas de uma atleta de MMA, como é o caso, por exemplo, da maioria das interlocutoras que me receberam (e hospedaram, por uma semana) na periferia de uma cidade da baixada fluminense – região conhecida por sua pobreza e violência – onde ocorria um *camp* de treinamento feminino de sua equipe, conforme relatei no *Subcapítulo 2.2*.

---

<sup>84</sup> Branched-Chain Amino Acid (BCAA), ou Aminoácidos de Cadeia Ramificada, que incluem a leucina, valina e isoleucina. Em conjunto, estes três aminoácidos formam cerca de 1/3 das proteínas musculares e são essenciais para o crescimento e desenvolvimento muscular.

### 4.3 “Dá pra viver do MMA?”: Fontes de renda das lutadoras

O maior acesso aos bens de consumo nos EUA pode, contudo, criar a ilusão de que viver no novo país e garantir não apenas a subsistência como a “qualidade de vida”, é fácil, o que não corresponde à realidade de minhas colaboradoras de pesquisa. Contrariando o imaginário social que muitas lutadoras possuem sobre a vida nos EUA, parcela significativa de minhas interlocutoras precisa dedicar-se a outro tipo de trabalho, além de suas carreiras profissionais no MMA, para garantir seu sustento no novo país.

*Tenho uma carga horária grande, das 8h da manhã, até 10h da noite. Começo a trabalhar às 8h da manhã, levanto às 6h. Eu faço construção, faço pintura. Então o dia todo é subindo e descendo escada, pegando material, coisa pesada. E depois disso eu treino, toda noite, das 6h às 9:30h da noite. [...] Tem que trabalhar, claro! A gente não vive aqui do MMA! Muitas pessoas vêm na ilusão do Brasil pra cá, acham que vão ficar ricos e viver do MMA. Claro que não! Você tem que estar no top 5 do UFC pra tá vivendo disso! Muita gente vem pra cá e já passou fome. Vem pra Flórida, fica lá na Flórida treinando, e não trabalha, porque, os treinamentos lá da [nome da equipe] é treinamento de manhã, tarde e à noite, então não te dá a opção de trabalho. Como eu moro em New England, já me dá mais opção. Os treinos são todos à noite porque todo mundo trabalha! Não tem essa, lutadores, e todo mundo trabalha! Então a gente treina e trabalha durante o dia (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Mônica, há pouco tempo no país, ainda não possui uma estratégia definida para compor sua renda, subsistindo a partir do pagamento que obteve por algumas aulas de jiu-jitsu que, mesmo sem falar inglês, ministrou aulas para crianças na academia de artes marciais de outra lutadora brasileira, bem como através da renda que obtém de patrocínios de empresas locais.

*Como uma atleta faz pra viver nos EUA? Tem que ter patrocínio, dar aula. No caso, enquanto a [nome da atleta e ex-sócia da academia] ainda estava na academia, eu dei algumas aulas pra ela, mas era mais por gostar, assim. Era jiu-jitsu para criança, e eu gosto muito de criança, e não precisava falar muito inglês, então a gente se entendia, eu passava as brincadeiras e tudo mais. Mas tem que ter patrocínio. Dependendo da pessoa, tem que trabalhar. Aqui depende muito do lugar e do que você for fazer (Carla, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Sem realizar uma luta há cerca de 2 anos, Antônia se mostra bastante desmotivada. Sentimento perceptível por meio da leitura de suas postagens nos seus perfis em redes sociais digitais, nas quais, em tom de desabafo, diz que não está aposentada e pede por lutas. Seu apelo é sensível, pois não limita esse pedido à organização da qual faz parte atualmente, está disposta a lutar em quaisquer outra, desde que seja na categoria de peso em que iniciou sua carreira e

obteve um bom número de vitórias, a Peso Pena (65,8 kg). Na convivência diária, a lutadora também desabafa comigo e chega a me pedir para que escreva (em inglês) uma mensagem que ela envia à presidenta de sua organização de MMA. Na mensagem, mais uma vez pede por uma luta e ameaça se aposentar para poder arrumar um trabalho e se sustentar. Dias depois, recebe a resposta da dirigente, afirmando que o próximo *card* da organização já está fechado, mas que possivelmente conseguirá colocá-la para lutar dali há 4 meses (Diário de Campo 28/11/2016).

Na ausência de lutas, Antônia obtém sua principal fonte de renda de uma pequena empresa online de venda de roupas infantis para envio para o Brasil, encabeçada por sua companheira, mas fortemente auxiliada por ela – conforme mencionei no subcapítulo anterior. Nos dias em que fiquei hospedada na residência delas, fomos inúmeras vezes a *Outlets*<sup>85</sup> e lojas de departamento para elas pesquisarem produtos a preços baixos para anunciar na página de *Facebook* onde vendem os produtos. Contudo, a renda obtida através da empresa não é suficiente para arcar com o custo de vida, sobretudo em virtude dos altos valores despendidos com aluguel de moradia no país, de modo que ambas também fazem serviços esporádicos no setor de limpeza para conseguirem algum dinheiro extra para outras despesas, conforme relato na nota de campo abaixo:

No início da madrugada vamos em um *mall* (conglomerado de lojas) para ela e sua companheira fazerem serviço de limpeza. A princípio, elas não explicam em detalhes do que se trata, Antônia apenas me diz que ela tem que “*tirar as bags de lixo*” e ri. Percebo que ela está um pouco envergonhada, mas digo que quero ir junto e faço questão de ajudar, que estou com elas e quero colaborar. Na saída de casa, ela coloca um casaco com um vistoso logotipo de sua equipe e diz que quer que eu faça um vídeo mostrando o que uma atleta profissional chega a ter que fazer pra se sustentar. Mas, chegando lá, mesmo sem eu fazer qualquer menção a filmar ou fotografar, ela muda de ideia, vira o casaco do avesso e diz: “*vai que aparece alguém aqui e me vê com esse casaco*”. Sua namorada para o carro no estacionamento do *mall* e elas abrem o porta-malas do carro para pegar os materiais: luvas, sacos de lixo grandes e um catador de lixo metálico. Ela vai andando por todo o estacionamento e recolhendo os lixos com o auxílio do catador (mas o local está limpo, há pouco lixo jogado). Peço para Antônia me passar um par de luvas, que irei retirar os sacos de lixo espalhados nos corredores externos do prédio junto com ela (são cerca de 12 lixeiras grandes, o trabalho dela consiste em tirar os sacos de lixo e substituí-los por novos, vazios). Ela diz que não precisa, para eu esperar sentada no carro, mas insisto em dizer que “*estamos juntas*” e quero ajudar. Porém, só havia uma última luva, que ela usaria, de modo que eu acabei apenas andando junto com ela, acompanhando-a durante o serviço, sem efetivamente ajudar no trabalho (depois me arrependi, deveria ter ajudado mesmo sem as luvas). Vou andando com ela e conversando... Ela me diz que ganham 80 dólares por final de semana (40 para cada) e por mais de uma vez diz que fica muito chateada de ter que fazer esse trabalho. Me conta que na época de sua luta

---

<sup>85</sup> Lojas onde são vendidos produtos a preço de liquidação.

contra [nome omitido], no Invicta FC, estava fazendo isso todas as madrugadas, e que achou que nunca mais precisaria voltar a esse serviço, mas que há cerca de 1 mês e meio atrás, precisou voltar. Sua família e amigos(as) não sabem que ela faz esse trabalho. Pergunto se é porque ela tem vergonha e ela diz que sim (Diário de Campo, 25/11/2016).

A atleta desabafa sobre a ilusão de vida fácil e glamorosa que se tem sobre os Estados Unidos:

*As pessoas acham que você morar nos Estados Unidos é fácil e é uma maravilha o tempo todo. Tem 'nego' aqui que posta foto em carro do amigo, que não é dele, aí os outros do Brasil estão lá, não entendem porra nenhuma do que tá acontecendo aqui, e acham que os Estados Unidos é que nem um filme, e não é como um filme! Muitas pessoas até estudam, fazem até faculdade, mas ainda têm ilusão (Antônia, entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).*

Similarmente, o trabalho realizado por Mierzwinski, Velija e Malcolm (2014) com lutadoras de MMA inglesas apontou que, ainda que todas as participantes fossem atletas do topo do *ranking* nacional – o grupo envolvia desde atletas semiprofissionais a atletas com lutas profissionais e até mesmo com participação internacional –, todas as lutadoras apontaram que não eram capazes de se sustentar somente a partir do MMA, e, portanto, possuíam outros empregos.

De fato, meus dados de campo evidenciam que apenas poucas atletas, no topo do MMA, conseguem viver exclusivamente da renda que advinda de suas carreiras na modalidade. É o caso, por exemplo, da brasileira Sarah. Ainda assim, a atleta utiliza-se de seu nome e trajetória esportiva para participar de eventos e capitalizar sobre eles:

*O meu contrato é com o UFC, e eles me pagam bem. Hoje eu consigo só treinar, mas eu dou seminário, faço o meu camp [de treinamento nos EUA para mulheres não-atletas, que pagam pela oportunidade de treinar com ela]. Tem que fazer, para poder ir dando manutenção. Não só para treinar e pagar suas despesas, mas também para juntar uma grana e pensar no futuro, comprar uma casa quando tiver filho, entendeu? (Sarah, entrevista à pesquisadora, 20/02/2016).*

Mais uma vez é possível fazer um paralelo com a análise de Carmen Rial no que tange à emigração de jogadores de futebol brasileiros, em passagem onde a antropóloga destaca como, no exterior, as oportunidades de trabalho, mesmo que em sua maioria não sejam tão grandiosas como circula no imaginário popular, muitas vezes não existiriam para estas mesmas pessoas, se ficassem no Brasil: “pessoas que no Brasil ganhariam metade do salário que ganham lá fora, e que talvez não conseguissem trabalho no futebol, pois há um limite do que o mercado pode

absorver. Embora a grande maioria não receba nenhuma fortuna lá fora, estão ganhando” (LUDOPEDIO, 2012, n.p.).

#### 4.4 Carreira, *business* e fama

*“You don’t wanna go there! It’s full of fucking fighters!”* – interpelou-me, incomodado, um rapaz que se retirava do bar. Foi a minha vez de ficar incomodada... Olhei-o nos olhos e disse: *“I like the fucking fighters! I wanna go there”* (Diário de Campo, 08/10/2016)<sup>86</sup>.

O excerto acima apresenta um diálogo ocorrido nas escadarias de acesso a um bar em uma cidade do condado de Orange, no qual ocorria um evento comemorativo com a “presença vip” de duas renomadas lutadoras brasileiras de MMA. Escolhi-o para abrir esta subseção por duas razões: a primeira é que é preciso contextualizar o local do MMA na cultura esportiva estadunidense. Ainda que o país seja o centro mundial da modalidade na contemporaneidade e local onde são realizadas o maior número de lutas, as artes marciais mistas não estão entre as preferências esportivas nacionais. É inegável o crescimento do esporte no país e em escala mundial, mas esportes como futebol americano, basquete, beisebol e hóquei permanecem na liderança no que tange ao interesse da população e cobertura midiática. Isso poderia explicar porque o rapaz em questão, não ciente da presença de atletas de MMA (e ainda por cima, mulheres), bem como da exibição de uma edição do UFC ao vivo nos televisores do estabelecimento, ficou incomodado e preferiu se retirar.

Em segundo lugar, esse excerto evidencia uma atividade que vêm sendo realizada por atletas de renome, a “presença vip” em eventos onde os fãs e público em geral podem interagir com elas. Esse tipo de prática mostra-se rentável para as atletas não apenas do ponto de vista do retorno financeiro imediato – já que elas são pagas para permanecerem por determinado período de tempo nos eventos em questão – mas também é um investimento em suas carreiras: um tempo dedicado aos(às) fãs, uma oportunidade extra de angariar novos(as) fãs e de estabelecer novos contatos profissionais. O mesmo ocorre quando as atletas ministram seminários de luta em academias abertas ao grande público.

---

<sup>86</sup> Em português, a frase do sujeito, que faz uso uma expressão coloquial pejorativa e de baixo calão (*“fucking”*), poderia ser traduzida como: “Você não quer ir lá! Está cheio (*dessas porra*) de lutadoras”, e minha resposta como: “Gosto (*dessas porra*) de lutadoras! Quero ir lá”.

A imersão em campo evidenciou que, no cenário estadunidense, o foco na carreira, enquanto profissão e negócio, é bastante forte. Isto é, há uma lógica mercadológica balizando a forma como as atletas planejam e gerenciam suas carreiras, de forma a buscarem otimizar as possibilidades de ganhar dinheiro a partir das mais diversas atividades associadas à sua profissão de lutadoras, consolidarem seus nomes/carreiras e conquistarem fama – os três fatores indissociavelmente inter-relacionados. Obviamente, a lógica mercadológica atinge o universo esportivo em escala global, e seus efeitos são também sentidos no MMA em solo brasileiro. Contudo, meu contato presencial com atletas nestes distintos contextos permite afirmar que, nos EUA, essa postura é potencializada. Até mesmo conseguir o acesso às atletas e um tempo em suas agendas para as entrevistas foi tarefa bem mais difícil do que vinha sendo com as atletas que residem no Brasil. Entendo que isso se deu em virtude de dois fatores principais: fama e *business*. Isto é, (algumas) são atletas de alto nível, famosas (em maior ou menor escala) ao menos para o público expectador de MMA, mais procuradas pela mídia, empresas e fãs e, portanto, mais acostumadas a gerenciar suas carreiras como um grande negócio, isto é, *business*. Ceder um tempo em suas agendas apertadas para uma jovem pesquisadora realizando um trabalho acadêmico que não lhes traria qualquer lucro ou benefício imediato nas carreiras, pode simplesmente não ter soado como uma opção a ser considerada por parte das atletas.

Mônica utilizou-se da lógica do *business* para explicar-me porque considerava que sua migração para os EUA era benéfica para sua carreira:

*Por eu morar aqui, por eu estar ficando aqui no momento, as oportunidades são muitas, porque todo lugar... Às vezes tem evento, aqui tem muito business! No Brasil não tem muito isso. E aqui acho que tenho muito mais oportunidades, patrocínios de muito mais coisa, para evoluir cada dia mais a minha carreira (Mônica, entrevista à pesquisadora, 19/11/2016).*

Antônia, veterana da modalidade, também percebe que este funcionamento mercadológico determina o MMA nos dias de hoje, porém, lamenta o fato: “*O MMA se tornou business, não é mais o que deveria ser*” (Entrevista à pesquisadora, 30/11/2016). Neste sentido, os e as atletas mais rentáveis às organizações de MMA e empresas são aqueles (as) que conseguem as melhores lutas, patrocínios e oportunidades na carreira. É uma questão de lucro, muito mais do que uma questão de justiça, já que muitas vezes não é o(a) atleta mais bem ranqueado(a) que consegue a melhor luta, e sim aquele que “vende” melhor e, conseqüentemente, gera mais lucro. Neste sentido, o MMA, esporte amplamente espetacularizado nas mídias, imbrica-se ao universo do *show business*, do qual não é possível dissociá-lo na contemporaneidade.

Assim, as atletas brasileiras têm migrado para os EUA não apenas para buscar aprimoramento técnico nas artes marciais, mas também para investir nestes outros aspectos associados às suas carreiras e fazer dinheiro através de sua profissão:

*Eu acho que infelizmente no nosso país as coisas são muito corruptas, inclusive no esporte em geral, seja dirigentes de eventos, alguns managers [empresários de atletas], até alguns treinadores. Então alguns atletas, quando você consegue dar o primeiro passo ali, você tem que sair e buscar coisas melhores. O país está atrasado em tudo. Está atrasado na educação, está atrasado no esporte, está atrasado na política, e no MMA não é diferente, sabe? Infelizmente o Brasil não sabe tratar um atleta, não respeita o atleta. Atleta no Brasil é até hoje considerado um vagabundo: “vai pra academia malhar, vai pra academia treinar, ao invés de trabalhar lá no shopping?”. Aqui é considerado um trabalho. Então acho que o nosso país não dá oportunidade pra você se manter como atleta lá” (Daniela, entrevista à pesquisadora, 29/11/2016).*

Claudia Gadelha, atleta brasileira do UFC, protagonizou o *reality show The Ultimate Fighter 23*, gravado em Las Vegas (Nevada) em 2016, no qual ela e a então campeã peso palha da organização – a polonesa Joanna Jedrzejczyk – foram as treinadoras das lutadoras e lutadores que concorreram na edição do programa televisivo. Neste caso em particular, além de a atleta ser a primeira colocada da categoria na ocasião (abaixo apenas da campeã), contam como fatores determinantes para o crescimento de sua carreira e gerenciamento de seus *business* e fama o fato de a atleta possuir fluência em língua inglesa – uma vez que o *reality show* em questão é produzido para ser exibido nos EUA e outros países, incluindo o Brasil – e ter construído uma grande rivalidade com a campeã da categoria. Esses são elementos que atribuem a ela valor no mercado esportivo e de espetáculos midiáticos. Além disso, recentemente a atleta brasileira inaugurou uma academia de artes marciais no estado de New Jersey. O nome escolhido para a academia aponta para o capital potencial que seu nome guarda: *Claudia Gadelha's Academy* (Diário de Campo, 15/10/2016).

Um estudo sobre as representações da mídia polonesa em relação à ex-campeã local, Joanna Jedrzejczyk, evidenciou, contrariando a hipótese inicial dos pesquisadores, que as matérias produzidas sobre a atleta não são generificadas. Os autores entendem que isto se deve à extensão do sucesso da atleta e à grandeza mundial do evento no qual ela luta, o rentável UFC (JAKUBOWSKA; CHANNON; MATTHEWS, 2016). Em estudo que investigou as relações entre as expectativas dos(as) espectadores, mídia e mercado no consumo de um evento profissional de MMA, Damon Andrew *et al.* (2009) desvelaram que a renda anual declarada pelos(as) espectadores era de aproximadamente 68.000 dólares, corroborando dados similares encontrados no estudo de Seungmo Kim *et al.* (2008). Em relação à escolaridade, Kim *et al.*

(2008) constataram que cerca de dois terços dos espectadores presentes no evento de MMA investigado possuíam alguma escolaridade além do Ensino Médio. Os autores sugerem que a junção destes fatores indica o potencial de crescimento financeiro, uma vez que o MMA atrai uma audiência que é também atrativa para os anunciantes.

Um fato inusitado ocorrido em minha visita a uma grande academia da Flórida evidencia como, quando as atletas se tornam figuras famosas, passa a haver muito capital e interesses comerciais em torno delas. Logo em meu primeiro dia no local, Daniela me procurou discretamente e contou que uma pessoa associada à equipe havia alertado a ela e a outras atletas para que “*ficassem espertas, porque podia aparecer gente falando que estava fazendo uma pesquisa só para levar informações do treino da nossa atleta campeã para a desafiante que vai disputar o cinturão dela*” (Diário de Campo, 25/11/2016). Fui pega completamente de surpresa, já que não vivi qualquer situação minimamente próxima a essa no Brasil. No caso, tratava-se de uma atleta em preparação para a maior luta de sua carreira no UFC. Uma luta de grande importância e valor comercial não apenas para ela, mas para toda a equipe e empresas envolvidas. Ficou nítido o quanto questões como fama e *business* são determinantes quando se chega a esse ponto da carreira. Há tantos interesses em jogo, esportivos e comerciais (ambos gerando rendimento monetário) que, para algumas pessoas, fez sentido imaginar que alguém tramasse para vender informações privilegiadas à outra atleta.

O maior expoente do MMA feminino, Ronda Rousey, tornou-se uma celebridade altamente rentável e, portanto, modelo perseguido por muitas outras lutadoras, que igualmente desejam adquirir fama e se tornarem celebridades. Conforme aponta Alex Primo (2010), toda celebridade é famosa, mas o inverso não é verdadeiro. Celebridades são da ordem do espetáculo. Para que se convertam em mercadorias lucrativas e façam render outros produtos associados ao seu nome, elas precisam trabalhar na lógica industrial e, portanto, em uma economia de escala. Há, portanto, uma vinculação entre celebridades e a indústria de mídia de massa; celebridades são produtos massivos (PRIMO, 2010).

Ainda no que tange às questões ligadas a fama, *business* e gerenciamento da carreira, Antônio, também atleta da equipe que menciono acima, afirma tratar-se de uma das melhores equipes do mundo, com excelente “*material humano*” e infraestrutura, e que “*até vão te ajudar, mas só focarão realmente em você, se você estiver dando dinheiro a eles*” (Entrevista à pesquisadora, 30/11/2016).

## 5 ÚLTIMO ROUND: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho parti de uma dimensão microestrutural, o universo do MMA feminino, para buscar compreender aspectos macrossociais que ajudassem a situar as estratégias pessoais das lutadoras em responder, via esporte, às mudanças significativas no campo das relações de gênero e das sexualidades não normativas no Brasil atual.

Empreendi uma etnografia multissituada, realizada *online* e presencialmente, em uma aposta metodológica afinada com as transformações recentes observadas na contemporaneidade, o que me permitiu, ao invés de ater-me a um grupo e uma localidade geográfica específicos, como na etnografia convencional, examinar a circulação de significados e subjetividades em um tempo-espço difuso, seguindo empiricamente o fio condutor do processo investigado, isto é, a expansão do MMA feminino entre atletas brasileiras e seus porquês, mantendo-me em contato constante e quase ininterrupto com o campo – considerando-se a centralidade assumida pela internet na vida cotidiana não apenas de minhas colaboradoras de pesquisa, mas também na minha, e o fácil acesso às redes sociais através de aplicativos de aparelhos celulares 24h por dia.

Durante esta etnografia, no contato com minhas colaboradoras e com o campo de pesquisa, surgiu a possibilidade de que eu experimentasse em meu corpo a prática de uma arte marcial, o que se deu em turmas comerciais e de iniciantes, com pretensões metodológicas bem mais modestas do que a de estudos que inspiraram esta iniciativa – tais como as etnografias de Wacquant (2002) ou Sabino (2004) – mas que conferiram a mim outra legitimidade diante do campo de pesquisa, fazendo desta uma estratégia que enriqueceu minha percepção sobre este universo, ampliando meu olhar para novos pontos de vista que, acredito, não poderia ter acessado de outra forma.

Logo nos primeiros contatos com o campo ficou evidente como, tal qual eu supunha previamente, os Estudos Queer constituiriam um escopo teórico-metodológico adequado para este trabalho, já que a prática de MMA por mulheres desafia padrões hegemônicos, e os corpos fortes e hipertrofiados das lutadoras não apenas geram medo e repulsa em parte da sociedade, como também, por muitas vezes, um borramento das fronteiras binárias de gênero e sexualidade. Assim, foi preciso dialogar a partir de uma teoria social não canônica, que não apenas reconhecesse as problemáticas de dissidentes sexuais e de gênero, mas oferecesse ferramentas teórico-analíticas para desconstruir o regime cis-heteronormativo que regula nossa sociedade, desnaturalizando tanto a heterossexualidade quanto a cisgeneridade como referenciais de normalidade.

A adoção do conceito de Cis-heteronormatividade é uma inovação surgida ao longo da escrita deste trabalho, já que aposta em uma atualização/aprofundamento do conceito *queer* de Heteronormatividade, conferindo ao gênero (à cisgeneridade) a mesma centralidade conferida à (hetero)sexualidade na constituição de um regime social que regula não apenas o MMA feminino e as vidas das lutadoras, mas de todas as vidas na sociedade brasileira e na maioria das sociedades contemporâneas. A proposição do conceito de Cis-heteronormatividade é, também, uma empreitada até certo ponto autoral<sup>87</sup>: procura articular saberes oriundos dos Estudos Queer, do Transfeminismo e de meu campo de pesquisa para justificar sua adoção e sua validade teórico-epistemológica.

Deste modo, entendo que o diferencial na forma como esta tese aborda a Cis-heteronormatividade consiste em não apenas reconhecer a potência do “cis” e dos termos dele derivados (cisgênero, cisgeneridade, cisnormatividade) – a despeito da recusa que este tem sofrido por determinados ramos da academia –, mas em adensar o conceito, evidenciando sua afinidade, em termos epistemológicos e também políticos, com o conceito de complementaridade e a perspectiva metodológica da desconstrução, contribuições teóricas de Jacques Derrida que influenciaram fortemente os Estudos Queer.

As análises dos dados empíricos evidenciaram como o crescimento das artes marciais mistas entre lutadoras brasileiras está associado à maior valorização e visibilidade conferida ao MMA feminino nos últimos anos – cujo expoente máximo é a implantação de categorias de peso para mulheres na maior organização da modalidade (o estadunidense UFC), a partir de 2013. Os dados não deixaram de mostrar, entretanto, que as primeiras lutas de vale-tudo entre mulheres no Brasil ocorreram entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, momento em que algumas poucas pioneiras sobreviviam no meio às sombras dos lutadores e tinham sua presença quase que invisibilizada naqueles espaços.

Embora provenientes de distintos estratos sociais, há entre as lutadoras de MMA brasileiras uma predominância de mulheres bastante jovens, pertencentes às classes sociais pobres e médias, oriundas de outras artes marciais cuja prática, via de regra, não lhes abria possibilidades de retorno financeiro. Essas atletas perceberam no MMA o potencial para buscarem viabilizar economicamente suas atuações profissionais enquanto lutadoras. Neste

---

<sup>87</sup> Outros trabalhos abordaram a Cis-heteronormatividade no mesmo período, como por exemplo: Fernando Pocahy (2016) – que fala em heteroCisnormatividade, Amana Mattos e Maria Luiza Cidade (2016) – que falam em Cisheteronormatividade, e Pablo Navarro (2017) – que fala em Cisheteromonormatividade, destacando também a discussão da imposição da monogamia aos regimes cis e heteronormativos.

sentido, para muitas, o desejo de obter sucesso nas artes marciais mistas, representada pelo sonho de lutar (e ser bem-sucedida) no UFC, corresponde à forma que encontraram para, através do esporte, buscar ascensão social.

Tem havido um crescente fluxo de lutadoras brasileiras para os Estados Unidos, fortemente relacionado a esta busca por ascensão social através da modalidade, motivada pela proximidade geográfica com grandes organizações ao mesmo tempo em que buscam por refinamento técnico em determinadas artes marciais, com renomadas equipes, lutadores(as) e treinadores, e por melhores e mais modernos aparatos tecnológicos (aparelhos, materiais e substâncias) para otimizar seus treinamentos. Com a mudança para o novo país, passam a ter acesso a bens de consumo e a um padrão de vida ao qual a maioria não tinha acesso no Brasil. Entretanto, residam em solo brasileiro ou não, somente um seleto grupo, de lutadoras da elite do MMA, consegue viver apenas da renda de sua atuação profissional na modalidade, dedicando-se exclusivamente à carreira de atletas.

Discuti, também, por que a afirmação bastante recorrente de que o MMA é violento reitera posições de senso comum, já que o esporte não é violento em si, mas, antes, uma mimese da violência. É sintomático constatar como na contemporaneidade a mimese da violência começa a ser reconhecida como legítima também para as mulheres, já que por muito tempo a violência foi vista como algo natural para os homens, mas um desvio à normalidade quando praticada por elas.

Ainda no que tange à performatividade de gênero, os dados de campo mostraram que, se de um lado, o MMA é o terreno no qual algumas mulheres encontram um espaço onde podem viver expressões de gênero (e sexualidades) não normativas de forma relativamente autorizada, de outro, a modalidade, sobretudo quando associada aos mais lucrativos shows midiáticos, mostra-se fortemente presa a lentes binárias que estabelecem rígidos padrões para mulheres e homens.

Neste sentido, o MMA feminino cresce atrelado a massivos interesses mercadológicos que, mesmo quando encampam pautas feministas e/ou favoráveis às diferentes expressões de gêneros e sexualidades, o fazem de maneira rasa e afinada ao neoliberalismo, constituindo mais um segmento de consumo (baseado em mudanças individuais) do que uma transformação social. Em tempos de capitalismo farmacopornográfico, as atletas têm seus corpos mediados pelo implemento de substâncias químicas – sobretudo testosterona e seus derivados – e pelo Mercado da Beleza, em uma relação dialética. Muitas vezes a prática de MMA feminino tensiona padrões de gênero hegemônicos e coloca as lutadoras sob alvo de discriminações cis-heteronormativas. Ao mesmo tempo em que valores hegemônicos de gênero são fortalecidos,

sobretudo via mediação da lógica imposta pelo Mercado da Beleza, lentas transformações sociais parecem estar em curso, viabilizando novas possibilidades para as mulheres sentirem, pensarem, agirem e se representarem.

De fato, o latente crescimento e a aceitação cada vez maior da prática do MMA feminino no país, por si só, caracterizam uma conquista de extrema relevância por seu alto teor subversivo, haja visto tratar-se de uma modalidade historicamente associada aos homens e à virilidade. O crescimento da prática de MMA por mulheres evidencia como, de fato, no século XXI a virilidade vai deixando de ser reconhecida como restrita aos homens. Neste sentido, se a prática de lutas por mulheres não é algo novo, havendo relatos até mesmo da existência de gladiadoras na Roma Antiga<sup>88</sup>, são novos os significados sociais que esta prática assume no presente. Nunca foi conferida uma legitimidade e reconhecimento tão grande às lutadoras, agora não mais são vistas como aberrações que escapam às normas sociais.

Na sociedade brasileira contemporânea – em que vivemos um período de intensas disputas políticas entre grupos favoráveis a transformações sociais que encampem a diversidade (de gênero, raça, classe social, raça) e garantam igualdade de direitos, respeito e acesso a uma vida digna a um maior número de pessoas, a despeito de suas diferenças; e grupos neoconservadores que se sentem ameaçados e buscam manter o *status quo*, mantendo as diferenças como fonte de discriminação, exclusão, perseguição e desumanização –, entendo que as transformações sociais são inescapáveis: a estrutura da sociedade já mudou o suficiente para que tais demandas ganhem cada vez mais espaço nas mídias, nas organizações esportivas, nas políticas estatais, e assim por diante.

O MMA feminino floresce exatamente neste terreno, e as transformações vêm se dando em ritmo acelerado: se no começo do século o vale-tudo/MMA feminino existia apenas de forma embrionária, com mínimas a inexistentes possibilidades de construção de carreiras para as atletas, hoje, menos de 20 anos depois, esse cenário já está completamente mudado. O universo do MMA, uma área ainda dominada pelos homens, vem sendo a cada dia mais ocupado também pelas lutadoras, que tem reivindicado e conquistado cada vez mais espaço para si e aceitação social.

Abri este trabalho mencionando a primeira luta de MMA feminino realizada no UFC, estrelada pela então campeã Ronda Rousey, a atleta-astro da organização. Quando estava prestes a fechá-lo, poucos dias antes de concluir a escrita da tese, acessei o *site* oficial da organização e fui surpreendida com a notícia em destaque: Rousey, agora aposentada do MMA,

---

<sup>88</sup> Como evidenciado, por exemplo, no trabalho de Alexandro Araújo e Ana Livia Vieira (2014).

acabara de ser indicada para o *Hall da Fama* do UFC. É a primeira vez que tal honraria será concedida a uma mulher. “*Changed the game!*” ([ela] mudou o jogo), era a frase destacada na legenda da foto da estadunidense que, a partir de julho de 2018, figurará oficialmente entre ex-lutadores considerados lendas deste esporte. Atrevo-me a ir além: em meio a um campo de muitas resistências e tentativas de manutenção de padrões hegemônicos de gêneros e sexualidades, todas as lutadoras que se atrevem a fazer da prática do MMA uma carreira, estão, em alguma medida, desafiando as regras do jogo. Tudo indica que elas vieram para ficar. Portanto, como diria Rhodes Lima (narrador de MMA do *Canal Combate*): *calcem suas luvas, coloquem seus protetores bucais, e vamos para a luta.*

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento*, v. 12, n. 1, p. 11-29, jan.-abr. 2006.
- AGUIÃO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cadernos Pagu*, v. 46, p. 279-310, jan.-abr. 2016.
- ALBUQUERQUE, Adriano; MARINHO, Raphael; AZEVEDO, Zeca. Esposa de Jéssica Bate-estaca vira anjo da guarda na carreira da lutadora. *Combate*, 10 mai. 2017. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2017/05/esposa-de-jessica-bate-estaca-vira-anjo-da-guarda-na-carreira-da-lutadora.html>>. Acesso em: 28 jul. 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, v.50, p. 1-27, 2017.
- ALONSO, Marcelo; NAGAO, Susumu. *Do Vale-tudo ao MMA: 100 anos de luta*. Rio de Janeiro: PVT Editora, 2013.
- ANDREW, Damon *et al.* The relationship between spectator motivations and media and merchandise consumption at a professional mixed martial arts event. *Sport Marketing Quarterly*, v. 18, n. 4, p. 199-209, 2009.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, 2004.
- ARAÚJO, Alexandro A. L.; VIEIRA, Ana L. B. Gladiadores nas arenas: seres excluídos da sociedade? In: ZIERER, Adriana; VIEIRA, Ana L. B.; ABRANTES, Elizabeth S. (Orgs.). *Nas trilhas da antiguidade e idade média*. São Luís: Editora UEMA, 2014. p. 45-50.
- AWI, Fellipe. *Filho teu não fuge à luta: como os lutadores brasileiros transformaram o MMA em um fenômeno mundial*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.
- BADENHAUSEN, Kurt. 10 atletas mais bem pagas de 2015. *Forbes Brasil*, 12 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.forbes.com.br/listas/2015/08/10-atletas-mais-bem-pagas-de-2015/>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- \_\_\_\_\_. 25 atletas mais bem pagos de 2015. *Forbes Brasil*, 10 jun. 2015. Disponível: <<http://www.forbes.com.br/listas/2015/06/25-atletas-mais-bem-pagos-do-mundo-em-2015/>>. Acesso em: 26 set. 2015.
- BAGAGLI, Beatriz P. O que é cisgênero? *Transfeminismo*, 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- BARD, Christine. A virilidade no espelho da mulheres. In: COURTINE, Jean-Jacques. (Org.). *História da virilidade 3 – A virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARIFOUSE, Rafael. Filósofa americana diz que protestos contra ela no Brasil são equívoco e que falar de gênero causa muito medo. *BBC News Brasil*, 01 nov. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41820744>>. Acesso em: 01 Nov. 2017.

BARONE, Marcelo. Veterinária e árbitra de MMA, Camila Albuquerque diz: “Tenho 135 lutas”. *Combate*, 25 fev. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/02/veterinaria-e-arbitra-de-mma-camila-albuquerque-diz-tenho-135-lutas.html>>. Acesso em: 25 Jan. 2018.

BENETTI, Fernando José. *A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)*. Monografia (Conclusão do Curso de História). Florianópolis: UDESC, 2013.

BENTO, Berenice. Afeto, Butler e os neoTFPistas. *Revista Cult*, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/afeto-judith-butler-neotfpistas/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro; THURLER, Djalma. (Org.). *Stonewall 40+ o quê?* Salvador: UFBA, 2011. p. 79-110.

BETTI, Mauro. *A janela de vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. Educação física e sociologia: novas e velhas questões no contexto brasileiro. In: CARVALHO, Yara M de; RUBIO, Katia. (Orgs.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 155-169.

\_\_\_\_\_. O papel da sociologia do esporte na retomada da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 20, n. 5, set. 2006.

BOHN, Mike. UFC champ Amanda Nunes joins Invicta FC matchmaking, athlete development team. *MMA Junkie*, 11 jan. 2018. Disponível em: <<http://mmajunkie.com/2018/01/amanda-nunes-joins-invicta-fc-matchmaking-athlete-development-team>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí: Unijuí, 2003. 2.ed.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, jan.-jul. 2006.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. 8.ed.

CAPITÂNIO, Ana Maria. *Mulher, gênero e esporte: a análise da auto-percepção das desigualdades*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas*, p.131-147, n. 5, 2010.

CARRASCO, Daniela. “O Brasil virou as costas para mim”, desabafa Amanda Nunes, campeã do UFC. *Marie Claire*, 09 mar. 2017. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2017/03/o-brasil-virou-costas-para-mim-desabafa-amanda-nunes-campea-do-ufc.html>. Acesso em: 01 abr. 2017.

CARVALHO, Brunno. Jéssica perde luta por cinturão para Joanna, mas pede namorada em casamento. *UOL*, 14 mai. 2017. Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/mma/ultimas-noticias/2017/05/14/joanna-jedrzejczyk-x-jessica-andrade-pelo-ufc-211.htm>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CONNELL, Robert. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California, 1995.

CONNELL, Robert. W.; MESSERSCHMIDT, James.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan.-abr. 2013.

COSTA, Claudia de L.; ÁVILA, Eliana. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”. *Revista Estudos Feministas*, v.13, n.03, set.-dez. 2005, p. 691-703.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução: impossível virilidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *História da virilidade 3 – A virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis: Vozes, 2013.

CRIS Cyborg apela contra suspensão de um ano por doping na Califórnia. *Combate*, 17 jan. 2012. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2012/01/cris-cyborg-apela-contrasuspensao-de-um-ano-por-doping-na-california.html>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CRIS Cyborg becomes U.S. citizen. *MMA Weekly*, 14 dez. 2016. Disponível em: <https://www.mmaweekly.com/cris-cyborg-becomes-u-s-citizen>. Acesso em: 14 dez. 2016.

CRIS Cyborg Biographical Documentary 2016. Publicado em 24 set. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wcj64LDGrhc>. Acesso em: 07 mai. 2018.

CRIS Cyborg desabafa contra Ronda e Dana: “usam mídia para me intimidar”. *Combate*, 11 out. 2015. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/10/cris-cyborg-desabafa-contraronda-e-dana-usam-midia-para-me-intimidar.html>. Acesso em: 11 out. 2015.

CRUZ, Guilherme. Amanda Nunes: roar of the Lioness. *MMA fighting*, 27 dez. 2016. Disponível em: <https://www.mmafighting.com/2016/12/27/13993322/amanda-nunes-ufc-ronda-rousey-miesha-tate-nina-ansaroff>. Acesso em: 03 jan. 2017.

CYBORG reclama de piada preconceituosa feita por comentarista do UFC. *Ultimato*, 18 nov. 2015. Disponível em: <http://sportv.globo.com/site/combate/blogs/especial-blog/ultimato/post/cyborg-reclama-de-piada-preconceituosa-feita-por-comentarista-do-ufc.html>. Acesso em: 22 nov. 2015.

DAMO, Arlei S. Produção e consumo de megaeventos esportivos: apontamentos em perspectiva antropológica. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v.8, n. 21, p.67-92, mar. 2011.

DANA White says we'll never see women in UFC. Publicado em 19 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fReLBq-QHnc>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

DANTAS, Gabriela C. da S. Iron Maiden. *Brasil Escola*, 05 mar. 2011. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/iron-maiden.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. São Paulo: n-1 edições, 2016.

DEVIDE, Fabiano P.; VOTRE, Sebastião J. Doping e mulheres nos esportes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 27, n.1, p. 123-138, set. 2005.

DON'T be a DNB: camisas com bordão de Ronda Rousey atraem mais de 36 mil pessoas. *Ultimato*, 17 ago. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/blogs/especial-blog/ultimato/post/dont-be-dnb-camisas-com-bordao-de-ronda-atraem-mais-de-36-mil-pessoas.html>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.

DUMARESQ, Leila. Comentário do texto O (cis)gênero não existe. *Transliteração*, 15 dez. 2014a. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/comentario-do-texto-o-cisgenero-nao-existe/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. O cisgênero existe. *Transliteração*, 15 dez. 2014b. Disponível em: <<http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

DUNNING, Eric. As ligações sociais e a violência no desporto. In: ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 327-354.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação no lazer. In: ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 101-138.

ELIAS, Norbert. Introdução. In: ELIAS, Norbert. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992. p. 39-100.

\_\_\_\_\_. *Os alemães, a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ESTEVÃO, Adriana. *A política no corpo: mulheres fisiculturistas, corpos hiperbólicos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, n. 1, p. 161-193, jan.-jun. 2013.

FELICIA, Carla. Primeira brasileira no UFC, Jéssica Bate-estaca colheu milho e dirigiu trator antes de conhecer o MMA, há apenas dois anos. *Extra*, 02 nov. 2013. Disponível em: <<https://extra.globo.com/esporte/primeira-brasileira-no-ufc-jessica-bate-estaca-colheu-milho-dirigiu-trator-antes-de-conhecer-mma-ha-apenas-dois-anos-10666426.html>>. Acesso em: 26 set. 2015.

FERREIRA, Vitor S. Política do corpo e política de vida: a tatuagem e o body piercing como expressão corporal de uma ética de dissidência. *Etnográfica*, v. 11, n. 2, p. 291-326, 2007.

FERRETTI, Marco Antônio de C.; KNIJNIK, Jorge. D. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. *Movimento*, v. 13, n. 1, p. 57-80, jan.-abr. 2007.

FIGUEIRA, Márcia Luiza M.; GOELLNER, Silvana. V. Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n. 3, p. 95-110, mai. 2009.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade* v. 1 – A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCÍA, Raúl S.; MALCOLM, Dominic. Decivilizing, civilizing or informalizing? The international development of mixed martial arts. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 45, n. 01, p. 39-58, 2010.

GOELLNER, Silvana V. *et al.* Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 21, n. 3, p. 381-410, 2010.

GOELLNER, Silvana V. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática*, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan.-jun. 2005.

\_\_\_\_\_. O esporte e a cultura fitness como espaço de generificação dos corpos. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. *Anais...* Recife: CBCE, 2007. p. 1-12.

GREEN, Kyle. It hurts so it is real: sensing the seduction of mixed martial arts. *Social & Cultural Geography*, v. 12, n. 4, p. 377-396, 2011.

GUTTMANN, Allen. *From ritual to record: the nature of modern sports*. Nova York: Columbia University Press, 1978.

HALBERSTAM, Judith. *Female masculinity*. Durham e Londres: Duke University Press, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Porto Alegre: DP&A, 2006.

HENRIQUE, Pedro. Ronda Rousey lidera salários do UFC 207. *A Dama de Ferro*, 01 jan. 2017. Disponível em: <<http://adamadeferro.com/ronda-rousey-lidera-salarios-do-ufc-207/>>. Acesso em: 03 Set. 2017.

\_\_\_\_\_. Salários do UFC 219. *A Dama de Ferro*, 02 jan. 2018. Disponível em: <<http://adamadeferro.com/salarios-do-ufc-219/>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

HEYWOOD, Leslie; DWORKIN, Shari L. *Built to win: the female athlete as cultural icon*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

HIERGESELL, Dan. Amanda Nunes claims UFC only promotes “cute little blondes”, doesn’t believe she fits championship mold. *MMA Mania*, 25 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.mmamania.com/2017/11/25/16699022/amanda-nunes-claims-ufc-only-promotes-cute-little-blondes-doesnt-believe-she-fits-championship-mold>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

HINE, Christine. *Virtual Ethnography*. Londres: Sage, 2001.

JAKUBOWSKA, Honorata; CHANNON, Alex; MATTHEWS, Christopher R. Gender, media and mixed martial arts in Poland: the case of Joanna Jedrzejczyk. *Journal of Sport and Social Issues*, v. 40, n. 5, p. 410-431, 2016.

JARDIM, Juliana G. *Futsal feminino e educação: o que a experiência ensina?*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2013.

JESUS, Jaqueline G. de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, v.11 n.2, p. 8-19, 2010.

KAAS, Hailey. O que é cissexismo. *Transfeminismo*, 2011. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. O que é transfeminismo? Uma breve introdução. *Transfeminismo*, 02 set. 2013. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/>>. 05 nov. 2015.

KIM, Seungmo *et al.* An analysis of spectator motives in an individual combat sport: a study of mixed martial arts fans. *Sport Marketing Quarterly*, v. 17, n. 2, p. 109-119, 2008.

KNIJNIK, Jorge D.; HORTON, Peter; CRUZ, Livia O. Rhizomatic bodies, gendered waves: transitional femininities in Brazilian Surf. *Sport in Society*, v. 13, n. 7/8, p. 1170-1185, Set.-Out. 2010.

LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOURO, Guacira L. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v.2, p. 541-553, 2001.

LUDOPÉDIO. *Entrevista com Carmen Rial – Parte 2*, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/entrevistas/carmen-rial-parte-2/>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

MARCUS, George E. Etnografia em/del sistema mundo. El surgimento de La etnografia multilocal. *Alteridades*, v. 11, p. 11-127, 2001.

MARQUES, Renato F. R. *Esporte e qualidade de vida: reflexão sociológica*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2007.

MARQUES, Renato F. R.; GUTIERREZ, Gustavo L.; MONTAGNER, Paulo C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. *Revista da Educação Física/UEM*, v. 20, n. 4, p. 637-648, 2009.

MARTIN, Damon. Cris Cyborg: “Maybe I’d have my own division if I had blond hair and blue eyes”. *Fox Sports*, 15. nov. 2016. Disponível em: <<https://www.foxsports.com/ufc/story/cris-cyborg-maybe-id-have-my-own-division-if-i-had-blonde-hair-and-blue-eyes-100616>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MATIAS, Wagner B.; MASCARENHAS, Fernando. Jogos Olímpicos Rio 2016: vencedores e perdedores. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 230-246, set. 2015.

MATOSO, Filipe. Ministério revoga portaria que incluiu aborto legal na tabela do SUS. *G1*, 29 mai. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2014/05/ministerio-revoga-portaria-que-incluiu-aborto-legal-na-tabela-do-sus.html>>. Acesso em: 23 Jan. 2018.

MATTOS, Amana R.; CIDADE, Maria L. R. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Periódicus*, v. 1, n.5, p. 132-153, mai.-out. 2016.

MEINERZ, Nádia Elisa. *Mulheres e masculinidade: etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares em Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2011.

MELTZER, Dave. UFC 207 does over 1 million buys. *MMA Fighting*, 8 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.mmafighting.com/2017/1/8/14204530/ufc-207-does-over-1-million-buys>>. Acesso em: 03 set. 2017.

MICHAEL Bisping on PEDs in UFC: “It’s everywhere, they’re all doing it”. *MMA Weekly*, 03 nov. 2016. Disponível em: <<http://www.mmaweekly.com/michael-bisping-on-peds-in-ufc-its-everywhere-theyre-all-doingit/>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MIERZWINSKI, Mark; VELIJA, Philippa; MALCOLM, Dominic. Women’s experiences in the mixed martial arts: a quest for excitement? *Sociology of Sport Journal*, v. 31, p. 66-84, 2014.

MILLEN NETO, Alvaro R.; GARCIA, Roberto A.; VOTRE, Sebastião J. Artes Marciais Mistas: luta por afirmação e mercado da luta. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, p. 1-7, 2016.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologia*, v.11, p. 150-182, jan.-jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Estranhando as ciências sociais: notas introdutórias sobre teoria queer. *Revista Florestan*, n.2, p. 8-25, nov. 2014a.

\_\_\_\_\_. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisa sobre o uso de mídias digitais. *Cronos*, v. 12, n. 2, p. 09-22, jul.-dez. 2011.

\_\_\_\_\_. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2012.

\_\_\_\_\_. Um saber insurgente ao Sul do Equador. *Periódicus – Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*, v.1, n.1, p. 43-67, 2014b.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. *Gênero*, v. 7, p. 255-267, 2007.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento*, n. 13, p. 5-18, 2000.

MURTHY, Dhiraj. Digital ethnography: an examination of the use of new Technologies for social research. *Sociology*, v. 42, n. 5, p. 837-855, 2008.

NAVARRO, Pablo P. Cisheteromonormatividade y orden público. In: OLIVEIRA, João M. de; AMÂNCIO, Lígia (Orgs.). *Gêneros e sexualidades: interseções e tangentes*. Lisboa: CIS-IUL, 2017.

NOBLAT, Guga. Jungle Cufa promove primeira announcer feminina do Brasil. *O Globo*, 16 mai. 2014. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/mma/post/jungle-cufa-promove-primeira-announcer-feminina-do-brasil-536121.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

NUNES, Claudio R. F. *Corpos na arena: um olhar etnográfico sobre a prática das artes marciais combinadas*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2004.

ONE FC bane desidratação e atletas terão que lutar com seu peso normal. *Combate*, 23 dez. 2015. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2015/12/one-fc-bane-desidracao-e-atletas-terao-que-lutar-com-seu-peso-normal.html>>. Acesso em: 09 mai. 2018.

OUTHWAITE, William. *et al. Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PALMIÉRI, Júlio C. J. *Quanto vale um talento? Uma análise antropológica sobre a valorização e circulação dos jogadores de futebol profissional no mercado esportivo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2009.

PASSARINHO, Nathalia. Dilma Roussef manda suspender kit anti-homofobia, diz ministro. *G1*, 25 mai. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

PELÚCIO, Larissa. “Mas é só pra pesquisa mesmo?” *Desafios éticos, metodológicos e sexuais para queerizar o campo*. Mimeo, n.p., 2014.

\_\_\_\_\_. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.2, n.2, p. 395-420, 2012.

PÉREZ, Andrea L. A identidade à flor da pele. Etnografia da prática da tatuagem na contemporaneidade. *Mana*, v. 12, n. 1, 179-206, 2006.

PESSANHA, Klima. Atleta de MMA, Leandro Feijão morre em dia de pesagem do Shooto 43. *Combate*, 27 set. 2013. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2013/09/lutador-de-mma-morre-pouco-antes-de-pesagem-do-shooto-43.html>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

PINA, Isabella. De herança nipônica à paixão local: o elo centenário entre jiu-jitsu e Manaus. *Globo Esporte*, 24 out. 2014. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/am/noticia/2014/10/de-heranca-niponica-paixao-local-o-elo-centenario-entre-jiu-jitsu-e-manaus.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017

PINK, Sarah *et al.* Ethnography in a digital world. In: PINK, Sarah *et al.* *Digital ethnography: principles and practice*. Los Angeles, Londres, Nova Déli, Singapura e Washington: Sage, 2015. p. 1-18.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 02, jul.-dez., p. 263-278, 2008.

POCAHY, Fernando. (Micro)políticas queer: dissidências em pesquisa. *Textura*, v. 18, n. 38, p. 8-25, set.-dez. 2016.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Junkie: sex, drugs and biopolitics in the pharmacopornographic era*. New York: Feminist Press, 2016. 4.ed.

PRIMO, Alex. De narcisismo, celebridades, celetoides e subcelebridades: o caso Tessália e sua personagem Twitess. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v.7, n. 20, p. 159-189, nov. 2010.

RAIMONDI, Marc. Cris Cyborg tested positive for diuretic, facing one year USADA suspension. *MMA Fighting*, 22 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.mmafighting.com/2016/12/22/14066128/cris-cyborg-tested-positive-for-diuretic-facing-one-year-usada-suspension>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Ronda Rousey blasts Arianny Celeste: “She wouldn’t have a job if it wasn’t for the fighters. *MMA Fighting*, 25 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.mmafighting.com/2015/2/25/8111185/ronda-rousey-blasts-arianny-celeste-she-wouldn-t-have-a-job-if-it>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Top MMA storylines of 2016: 1. UFC sold for \$4 billion. *MMA Fighting*, 1 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.mmafighting.com/2017/1/1/14130038/top-mma-storylines-of-2016-1-ufc-sold-for-4-billion>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

RAMÍREZ, Boris. Colonialidad e cis-normatividade. Entrevista con Viviane Vergueiro. *Iberoamérica Social: revista de estudios sociales*, v. 3, p. 15-21, 2014.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação de jogadores de futebol brasileiros no exterior. *Horizontes Antropológicos*, n. 30, p. 21-65, jul.-dez. 2008.

RODOVALHO, Amara M. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p.365-373, jan.-abr. 2017.

RODRIGUES, Carla. O (cis)gênero não existe. *Blog do IMS*, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

RODRIGUES, Evelyn; BARONE, Marcelo; RUSSIO, Marcelo. Primeira campeã gay do UFC, Amanda diz: “Incrível, sou feliz comigo mesma”. *Combate*, 10 jul. 2016. Disponível em: <<http://sportv.globo.com/site/combate/noticia/2016/07/primeira-campea-gay-do-ufc-amanda-diz-incriveis-sou-feliz-comigo-mesma.html>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

ROGERS, Martin. Amanda Nunes becomes UFC’s newest star as sport’s first openly gay champion. *USA Today*, 10 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.usatoday.com/story/sports/ufc/2016/07/10/amanda-nunes-openly-gay-champion-ufc-200-miesha-tate/86917254/>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

ROSA, Ana Beatriz. Caça à Judith Butler e “homão da porra”: quanto o Brasil precisa evoluir no debate sobre gênero. Entrevista com Richard Miskolci. *HuffPost Brasil*, 29 dez. 2017. Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2017/12/29/caca-a-judith-butler-e-homao-da-porra-quanto-o-brasil-precisa-evoluir-no-debate-sobre-genero\\_a\\_23308703/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/12/29/caca-a-judith-butler-e-homao-da-porra-quanto-o-brasil-precisa-evoluir-no-debate-sobre-genero_a_23308703/)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RUBIO, Katia; SIMÕES, Antônio Carlos. De espectadoras a protagonistas: a conquista do espaço esportivo pelas mulheres. *Movimento*, v. 2, n. 11, p. 50-56, 1999.

SABINO, César. *O peso da forma: cotidiano e uso de drogas entre fisiculturistas*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2004.

SABINO, César; LUZ, Madel T. Tatuagem, gênero e lógica da diferença. *Physis*, v. 16, n. 2, p. 251-272, 2006.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANT’ANNA, Denise B. de. Bom para os olhos, bom para o estômago: o espetáculo contemporâneo da alimentação. *Pro-Posições*, v.14, n. 2, p. 41-52, mai.-ago. 2003.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 19- 54, jan.-jun. 2007.

SILVA, Paulo R. P. da; DANIELSKI, Ricardo; CZEPIELEWSKI, Mauro A. Esteróides anabolizantes no esporte. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v.8, n. 6, p. 235-243, Nov.-Dez. 2002.

SILVEIRA, Raquel da. *Esporte, homossexualidade e amizade: estudo etnográfico sobre o associativismo no futsal feminino*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Porto Alegre, 2008.

SILVEIRA, Viviane T. *Tecnologias e a mulher atleta: novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SMITH, Michael D. Kim Winslow on being the first female ref in UFC history. *MMA Fighting*, 25 jun. 2009. Disponível em: <<https://www.mmfighting.com/2009/06/25/kim-winslow-on-being-the-first-female-ref-in-ufc-history>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SPENCER, Dale C. Habit(us), body techniques and body callusing: an ethnography of mixed martial arts. *Body & Society*, v.15, n. 4, p.119-143, 2009.

\_\_\_\_\_. Sensing violence: an ethnography of mixed martial arts. *Ethnography*, v. 15, n. 2, p. 232-254, jun. 2014.

\_\_\_\_\_. *Ultimate fighting and embodiment: violence, gender and mixed martial arts*. Nova York: Routledge, 2013.

SOUZA E SILVA, Jailson de *et al.* *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SPINK, Mary Jane. Aventura, liberdade, desafios, emoção: os tons do apelo ao consumo do risco-aventura. *Revista de Ciências Sociais*, n. 37, p. 45-65, out. 2012.

TEIXEIRA, Marcelo R.; MATIAS, Wagner B.; MASCARENHAS, Fernando. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 39, p. 284-290, 2017.

THE SHOCKING transformation of Alistair Overeem in the USADA Era of the UFC. *MMA Imports*, 22 mar. 2017. Disponível em: <<http://mmaimports.com/2017/03/the-shocking-transformation-of-alistair-overeem-in-the-usada-era-of-the-ufc/>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

THOMAZINI, Samuel O.; MORAES, Cláudia Emília A.; ALMEIDA, Felipe Q. Controle de si, dor e representação feminina entre lutadores(as) de *Mixed Martial Arts*. *Pensar a prática*, v. 11, n. 3, p. 281-290, set.-dez. 2008.

TRAVESTI Dandara foi apedrejada e morta a tiros no Ceará, diz secretário. *GI*, 08 mar. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

USADA. UFC - Política Antidopagem. *United States Anti Doping Agency*, abr. 2017. Disponível em: <<https://ufc.usada.org/wp-content/uploads/UFC-anti-doping-policy-PT.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

VAN BOTTENBURG, Maarten; HEILBRON, Johan. De-sportization of fighting contests: the origins and dynamics of no holds barred events and the theory of sportization. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 41, n.03, p. 259-282, 2006.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise etnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Salvador, 2015.

VITÓRIA de Cyborg sobre Holm registrou terceira maior audiência do UFC em 2017. *IG*, 12 jan. 2018. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/lutas/2018-01-12/cyborg-audiencia-ufc-219.html>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

WACQUANT, Loïc. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WADA. *Prohibited list – January 2017*. Montreal: World Anti Doping Agency, 2017. Disponível em: <<https://ufc.usada.org/wp-content/uploads/wada-2017-prohibited-list-en.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

WEIGHT cut: Can I lose 10% of my body weight overnight? *Extraordinary Bodies*, BBC. Publicado em 14 mar. 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=t\\_FO7MzAnzM](https://www.youtube.com/watch?v=t_FO7MzAnzM)>. Acesso em: 09 mai. 2018.

WOOD, Ruth I.; STANTON, Steven J. Testosterone and sport: current perspectives. *Hormones and Behavior*, v. 61, p. 147-155, 2012.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: SWWARTZ, L. (Org.). *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria C. Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, p. 145-164, fev. 2001.

2014 IN the pro women's division in MMA by the numbers. *Wombat Sports*, 31 dez. 2014. <<https://wombatsports.wordpress.com/2014/12/31/2014-in-the-pro-womens-division-in-mma-by-the-numbers/>>. Acesso em: 22 mai. 2015.

2017 IN the Pro women's MMA divisions by the numbers. *Wombat Sports*, 1 jan. 2018. Disponível em: <<https://wombatsports.wordpress.com/2018/01/01/2017-in-the-pro-womens-mma-divisions-by-the-numbers/>>. Acesso em: 29 mai. 2018.